

Regina Maria Seixas dos Santos

**PORTUGAL NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DO RIO DE
JANEIRO EM 1908**

- SIGNIFICADOS E INTENÇÕES -

**DISSERTAÇÃO PARA MESTRADO EM RELAÇÕES
HISTÓRICAS PORTUGAL, BRASIL, ÁFRICA E ORIENTE**

**Orientação do senhor Professor Doutor
Jorge Fernandes Alves**

**FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO**

1999

Agradecimentos

*À minha família, pelo ânimo inculcido,
Aos professores, pela atenção dispensada,
Aos colegas e amigos, pelo excelente companheirismo,
E a ti, João Carlos, pelo carinho e disponibilidade manifestados.*

Uma Exposição...
«é sem dúvida uma invenção útil a todos os países;»

MARGARIDA ACCIAIOLI,
Exposições do estado novo, 1934-1940,
Livros Horizonte, 1998.

1- EXPOSIÇÕES, SIGNIFICADOS E INTENÇÕES

Na hodierna Exposição Internacional de Lisboa, 500 anos volvidos sobre a viagem de Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para a Índia, a comemoração do nosso passado histórico, com a busca inerente das nossas raízes, da nossa identidade, numa época em que conceitos de «massificação» e «globalização» pontificam, foi uma realidade. Simultaneamente, a preocupação pela defesa dos Oceanos como bem a preservar para felicidade das gerações vindouras foi outra constatação.

Influenciados por este certame, sentimos uma certa apetência para reflectir e dissertar sobre um evento similar - a participação portuguesa na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 -, intentando perscrutar o que «dissimulam» estes actos aparentemente burocráticos e expositivos, mas na realidade, verdadeiras encenações repletas de múltiplos significados e intenções.

Estas manifestações de grande alcance simbólico, submetem-nos de forma irreversível à subjectividade e selectividade que o processo da memória implica, indissoluvelmente ligado ao desenvolvimento social do conhecimento e da informação e às conjunturas sempre diferenciadas. Remetem-nos desde logo, para o seu enraizamento num passado paradigmático, grande referência nacional e internacional, evocando o que este realizou de superior, buscando glórias de outrora, não se confinando todavia a uma mera fixação contemplativa, embora indiquem ressonâncias de saudosismo e nostalgia dessa «Idade de Ouro», sobressaindo por isso, o intuito de o transformar em incentivos políticos actuais. Então, quando no presente ocorrem momentos críticos ou apáticos, é perfeitamente óbvia a intenção de recorrer às tradições, que poderão constituir estímulos e dissipar determinados sentimentos decadentistas e pessimistas. Conjuntamente, pretendem sedimentar uma memória histórica relacionada com os interesses daqueles que estão conotados com a Exposição e que se assumem como defensores e potenciais arautos dos ideais intrínsecos a uma sociedade.

Representações emblemáticas do passado, simbolizam igualmente o presente, através de toda uma encenação gizada pelos seus organizadores, intentando permanentemente evidenciar o que de melhor e mais belo um país possui. É uma abordagem idealista de um mundo unido com vista a um progresso comum.

Estes eventos comemoram assim, o passado e o presente a um tempo. Predispondo-se a procurar nas nossas «entranhas» o que se realizou de superior, pretendem estabelecer a

ponte com uma realidade que exige soluções susceptíveis de resolução dos problemas viventes com o intuito de se antever um futuro promissor. Destinam-se a produzir estratégias e práticas extremamente significativas, tendo em vista a imposição de autoridade, a legitimação ou justificação de qualquer atitude ou escolha, a revigoração de uma instituição, de um sistema político, exorcizar a desordem, o caos económico e social e a perda de uma certa identidade aglutinadora, manter a confiança no presente e no futuro, inculcar ânimo para enfrentar as dificuldades e desvanecer determinadas inquietações e angústias. Acima de tudo, visam suscitar um grande dinamismo e coesão social em torno da Pátria e dos organizadores dos eventos, que procuram ampliar o seu prestígio através do clima de euforia, exaltação e afectividade que estes momentos sublimes sempre proporcionam, almejando ser a síntese das aspirações de um povo, a imagem legítima dos seus anseios. Todas estas práticas, estas representações, supõem, segundo Roger Chartier¹, um destinatário, uma leitura, uma eficácia.

Para além disso, necessário se tornará ter em conta as categorias mentais e intelectuais disponíveis e partilhadas na época em que o evento é realizado, já que nada se pode subtrair à maneira de pensar e de agir, às crenças e valores desse tempo.

Contudo, para uma melhor compreensão dos significados e intenções das Exposições, temas, preocupações e anseios que se cristalizam nestes eventos, para depreendermos como estas se instituíram em necessidades intrínsecas aos povos, retrocederemos no tempo, justamente até aos primórdios destes certames.

Estas manifestações conheceram o seu início a partir dos finais do século XVIII, tendo continuidade ainda nos nossos dias. Foram os Franceses os seus inventores, embora inicialmente a sua propensão fosse meramente nacional. Rapidamente as exposições se generalizaram, quer as desta índole, quer pouco tempo depois as de foro internacional ou universal. Nasceram da rivalidade pacífica entre a Inglaterra e a França, desejosas de mostrar os seus progressos industriais, científicos e culturais. Assim, seria este último país a realizar as primeiras demonstrações deste género. A Inglaterra também organizou mostras do mesmo teor. Outros países como a Bélgica, os Países Baixos, a Prússia, a Áustria ou a Rússia, também efectuaram os seus certames. No entanto, seria a Inglaterra a acolher a primeira Exposição Internacional em 1851, em que participaram 25 nações e 15 das suas colónias. Quatro anos depois, Paris realizou igualmente um evento desta grandeza. Posteriormente, muitos outros surgiram. Nestes e noutros países, pois as exposições começaram a ser sentidas cada vez mais

¹ CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, trad. Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Diefel, 1988, p.223.

como uma necessidade por variadíssimas razões. De facto, estas manifestações perseguiram incontestavelmente objectivos políticos. Por exemplo, na Inglaterra, o governo liberal considerado moribundo, só se manteve no poder, pelo facto da opinião pública estar concentrada na Exposição. Na França, em 1889, o período que durou o evento coincidiu com um tempo de tréguas entre os partidos.

Se continuássemos a enumerar outras exposições, verificaríamos que efectivamente, em todas elas, quer anfitriões, quer países participantes, indiciavam sempre intuítos políticos e ideológicos.

Estes eventos tinham também objectivos económicos; designadamente, pretendia-se através deles um alargamento de mercados, isto é, o incremento do comércio externo. Sendo verdadeiros centros de promoção de produtos, todos os expositores lutavam para conseguir uma recompensa, ou seja, um prémio, que poderia ser entre outras coisas, medalhas de ouro, prata e bronze, menções honrosas. Sairiam assim com o seu nome prestigiado em termos nacionais, mas principalmente (e o que mais interessava) a nível internacional, o que decerto se reflectiria num considerável aumento de vendas dos seus produtos.

Objectivos científicos estavam igualmente presentes nestes certames. Assinalar os progressos da ciência, traziam por um lado, o prestígio e a notoriedade aos países mais desenvolvidos; por outro lado, buscava-se um futuro mais promissor, em que se obtivessem o bem estar e a felicidade da comunidade em geral. Eram os ideais humanistas do Positivismo presentes. Era o tempo da crença sem reservas no desenvolvimento ininterrupto, graças ao trabalho. Este era autenticamente glorificado, pois proporcionava as técnicas e inventos de que resultariam a riqueza e a alegria dos povos. As exposições eram assim verdadeiras «festas do trabalho».

Em Londres, em 1851 promoveu-se a indústria. O progresso estava ali expresso nas máquinas, o ponto fulcral da exposição e fruto do desenvolvimento da técnica e da ciência e de um imenso labor humano. Tudo isto, deixava as multidões fascinadas.

Em Viena, em 1873, a atenção concentrava-se no Palácio da Indústria com toda a sua maquinaria, mas essencialmente, por ostentar uma enorme cúpula (duas vezes maior que a do Palácio do Vaticano).

Em França, em 1889, o elogio à arte, à ciência e à indústria, ficaram bem patentes com a construção da Torre Eiffel e com o Palácio das Máquinas.

«Bruxelas 1897 inaugura, por assim dizer, a era do automóvel. Paris, 1900 expõe, com grande alarde, o avião de Clément Ader. Milão 1906 será o grande carrossel das invenções e dos progressos nos transportes terrestres, marítimos e aéreos...»²

Como verificamos, as exposições eram verdadeiros testes em termos de progresso atingido, quer para o país organizador, quer para os países convidados presentes, que podiam assim, alcançar a notoriedade, valorizar determinadas realizações, comparar produtos e técnicas expostos e confrontar ideias sobre os mesmos. Estes certames captavam os avanços da indústria, desempenhavam inegavelmente um papel catalisador e contribuíram para a difusão das técnicas, dos processos e dos produtos.

As exposições tinham também objectivos didácticos. Possuíam uma vocação enciclopédica, difundindo informações sobre as mais diversas realidades da actividade humana, os meios de que o homem se servia para satisfazer as suas necessidades, as novidades emergentes e as perspectivas de futuro.

Paulatinamente, mais que o desejo de informar, tornou-se incisiva a vontade de impressionar e de fazer sonhar as pessoas. Por exemplo, em Paris 1900, a principal novidade foi a electricidade. O cineorama propunha uma volta ao mundo em balão, tal como em Júlio Verne. Criava-se assim a ilusão de uma viagem. Era a Exposição a tornar-se cada vez mais também num espectáculo, por forma a atrair multidões.

Para as elites organizavam-se congressos relacionados com o evento e tão do agrado dos positivistas. Funcionaram essencialmente a partir de 1873, em Viena. Divulgava-se assim o saber e promovia-se a cooperação internacional. Os temas estavam ligados às preocupações da altura. Iam desde a indústria, às ciências, à medicina, à educação, ao direito, embora houvesse alguns que tratavam de assuntos como o descanso dominical, a columbofilia, entre outros.

Estas manifestações revelavam de igual modo intuítos morais. Efectivamente, ressaltava por vezes, a preocupação pelas classes mais desfavorecidas. Por exemplo, os operários tinham entrada gratuita ou a preços reduzidos a determinadas horas do dia. Surgiram restaurantes económicos.

² GALOPIN, Marcel, *As Exposições Internacionais do séc. XX e o BIE*, trad. Ana Maria Chaves, Lisboa, Parque Expo'98, S. A., 1997, p.32.

Em França 1855 foi possível constatar a existência de uma galeria onde estavam expostos artigos com preços mais modestos, pensando-se precisamente nos mais desafortunados que, poderiam talvez adquirir-los e melhorar um pouco as suas condições de vida.

Em 1867, ainda em França, podiam ver-se na Exposição, habitações simples de construir e de baixo custo, supondo desta forma resolver situações de vida precárias.

Objectivos artísticos norteavam também estes eventos.

Em Paris 1855 fez-se a apologia da arte e dos valores estéticos no seio da sociedade industrial. Era uma das formas de que a França se servia para tentar mostrar a sua supremacia em relação à Inglaterra.

Intuitos diplomáticos estavam de igual modo presentes na realização destes certames. A procura de boas relações entre os Estados, no sentido de preservar o mais possível a paz e a ordem em sociedades cada vez mais complexas era ponto assente.

Em 1855, a França recebeu a visita de um soberano britânico, depois de 400 anos sem que tal ocorresse.

A Exposição de Milão de 1906 contribuiu para a reaproximação, em termos de relacionamento, entre as nações transalpinas.

Objectivos imperialistas marcavam igualmente presença nestes certames.

Em 1851, as possessões coloniais inglesas, o seu Império extenso e rico, ocupavam uma posição de relevo, impressionando não só os próprios ingleses, mas também o mundo em geral. Procurava-se demonstrar, quão importante era o papel das metrópoles, que tinham o dever de beneficiar os povos menos afortunados, quer a nível económico, moral, social ou intelectual. Era a velha ideia de superioridade das primeiras contra a suposta inferioridade das colónias. Para além disso, quando se falava dos deveres da metrópole, não é de forma alguma irrelevante, lembrar os interesses que estas tinham nas riquezas das suas possessões, de forma a que a prosperidade fosse possível ou se tornasse maior ainda, no caso das maiores potências.

Outro intuito destas manifestações era a pretensão de glorificar sempre que possível o passado histórico. Era outra das características do Positivismo. De facto, muitas das exposições estiveram associadas à comemoração de eventos históricos importantes. Elas constituíam símbolos e memórias das comunidades.

Assim, por exemplo, em Filadélfia 1876 comemorou-se o centenário dos Estados Unidos; Paris 1889 celebrou o centenário da Revolução Francesa; Chicago 1893 comemorou com um ano de atraso, o quarto centenário da descoberta do Novo Mundo.

Através da lembrança, do recurso à memória histórica, procurava-se mobilizar o sentimento nacional, criar uma espécie de veneração por esse passado, com vista a desenvolver a solidariedade, a coesão entre a população e em relação à Nação, por forma a revigorar o presente, (nomeadamente quando este é sinónimo de marasmo ou mesmo de abatimento) e a perspectivar melhor o futuro.

Objectivos lúdicos marcavam igualmente presença, no sentido de atrair mais visitantes. No final do século, as novidades da técnica só por si, já não eram suficientes para empolgar as multidões. Interessava prender-lhes mais a sua atenção, contribuindo com todos os géneros que servissem para a descontração, o repouso e o divertimento, depois da fadiga física e mental que o percurso dos grandes recintos de exposições sempre provocava. Apostava-se então em pavilhões ou monumentos considerados autênticos *ex-libris*, em artesãos desenvolvendo o seu trabalho aos olhos de todos, em músicas, danças.

Em Paris 1889 reconstituiu-se uma aldeia senegalesa.

Como nos diz Marcel Galopin³, as exposições foram antes do cinema e do turismo, o fermento de uma verdadeira internacionalização do conhecimento e das relações pacíficas entre os povos.

Ao longo do período que estamos a analisar (finais do século XVIII, inícios do século XX), Portugal participou em várias exposições. Apesar da modéstia que sempre caracterizou as nossas participações, muitos dos objectivos assinalados seriam evidentemente comuns.

De facto, pese embora as colecções de produtos com que concorriámos a várias Exposições não poderem ombrear com as de nações mais poderosas, importante era dar a imagem de que íamos realizando alguns progressos; lentos, mas contínuos de um certame para outro.

Tentávamos assim rectificar a ideia que estes países faziam de nós: nação ultraperiférica. A nossa cooperação nos domínios empresarial, educativo, científico, tecnológico, contribuiria certamente para o nosso desenvolvimento, ao aquilatar-se das nossas possibilidades, fazer o ponto dos nossos conhecimentos sobre estes assuntos e, a partir daí, estudar melhor os problemas e tentar solucionar os mais prementes.

Actualmente as exposições continuam a realizar-se com muitos intuítos idênticos, predominando no entanto, os económicos e os culturais. Entretanto, novos objectivos foram emergindo, como por exemplo a valorização de localidades ou de regiões onde a exposição se localiza. Foi o caso da Exposição Internacional de Lisboa de 1998, que visou entre outras coi-

³ *Iedm, ibidem*, p.33.

sas, reabilitar a zona oriental da cidade.

Outra ambição é o incremento do turismo. As exposições atraem muitos visitantes estrangeiros; os anfitriões dirigem iniciativas, tendentes a promover o mais possível a sua cidade, o seu país, as suas paisagens, os locais históricos, as actividades locais, o bom acolhimento, etc.

Procura-se, cada vez mais, conciliar o progresso tecnológico com as necessidades do homem. Nomeadamente há a crescente preocupação em relevar os problemas que afectam o nosso ecossistema. Foi este o caso da Exposição de Lisboa de 1998, virada para a preservação dos Oceanos e será o da futura Exposição de Hanôver, que visa conciliar o Homem com a Tecnologia e a Natureza.

No fundo, as exposições são manifestações simbólicas, sentidas como uma necessidade de afirmação da identidade nacional, assistindo-se a um clima de afectividade e veneração, que proporciona a união em torno de ideais que fomentam o redespertar da consciência patriótica.

Será pois neste contexto que procuraremos integrar a nossa participação na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro.

Assim, no primeiro capítulo abordamos o propósito da comemoração (a abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial em 1808), revelando-se sinteticamente a conjuntura propiciadora, os efeitos positivos que desencadeou no Brasil e os nefastos que ocorreram no nosso país.

De seguida, procuramos entrever o tipo de relacionamento que permaneceu desde aí, entre portugueses e brasileiros, «indagar» da continuidade ou ruptura na convivência.

No segundo capítulo, pretendemos provar de forma sucinta, o nosso indefectível desejo de aproximação da ex-colónia (embora com algumas crispações pelo meio), através da apreciação do discurso oficial, da realização de determinados tratados no campo da amizade e aliança, do comércio e da navegação (verificando-se que alguns nunca entraram em vigor), da ligação operada pela elite intelectual e pela nossa emigração.

Quisemos compreender, o que significava para o nosso país a participação neste evento, os motivos que levavam D. Carlos a aceitar com tanto entusiasmo o convite do Presidente da República Brasileira, Afonso Pena, para visitar este país e este certame.

No terceiro e quarto capítulos, intentamos demonstrar que objectivos vários, uns explícitos, outros implícitos, de acordo com a conjuntura da época, nortearam a participação

portuguesa na Exposição, bem como a projectada visita real ao Brasil que acentuava a importância destas comemorações.

Intuitos políticos, diplomáticos, económicos, sociais, culturais e morais, influenciados pela Filosofia Positivista, estariam por trás da tão divulgada afectividade (algumas vezes mais simulada que autêntica) entre portugueses e brasileiros, proveniente de um passado histórico comum.

Tentaremos assim mostrar, que a Exposição e o projecto da viagem do rei ao Brasil, não pretendiam ser apenas meros actos expositivos e fortuitos.

Efectivamente, a partir da análise do discurso, da legislação, do livro «Notas de Portugal», do álbum e dos catálogos relacionados com a Exposição, é nosso intuito provar que era do maior interesse para Portugal, uma maior aproximação política e económica ao Brasil.

A Exposição Nacional do Rio de Janeiro é um observatório privilegiado, para analisarmos as relações Portugal-Brasil por esta altura. A nossa participação seria a prova que queríamos dar à nossa antiga colónia e ao mundo de que, se ressentimentos houvera com a abertura dos portos brasileiros e posterior independência daquela, eles estavam agora completamente debelados. Simultaneamente pretendíamos mostrar que o facto de os regimes políticos serem diferentes e de os Braganças no Brasil haverem sido ainda recentemente obrigados ao exílio, em nada afectava as nossas relações políticas e diplomáticas.

A possibilidade de realização de convénios comerciais, do estabelecimento de uma linha de navegação, de um entreposto e um porto franco para os produtos brasileiros em Lisboa, constituíam seguros estímulos para que em 1908, os nossos expositores dessem o seu melhor.

Conjuntamente, é nossa intenção reproduzir o alcance simbólico desta manifestação, que mergulha as suas raízes num passado «glorioso», entroncado na História comum de Portugal e Brasil, desde a descoberta, colonização e construção deste país, do qual nos consideramos os principais artífices.

Evocando tal passado, apelando para a nossa memória histórica, enfatizando tudo quanto fizemos de melhor e omitindo-se propositadamente o menos bom, em simultaneidade com a mostra do que melhor possuíamos no presente, das nossas capacidades de trabalho e realização ao tempo, deduzimos e pretendemos demonstrar que era e ainda é crença generalizada, que as encenações do passado e da actualidade cultivam o nosso orgulho, galvanizam-nos o espírito, induzem-nos à crença nas nossas possibilidades, estimulam-nos. São uma espécie de tónico, pois acalmam as inquietações quotidianas, o mau-estar reinante, incentivam-

nos a dar o nosso melhor, criam uma nova dinâmica na sociedade, fomentando laços de solidariedade e coesão entre si e em torno da Pátria, com vista a um futuro mais promissor. Assim, a projecção dos nossos paradigmas de heroísmo, através do comemorativismo histórico, «parecia corresponder à necessidade de enfrentar positivamente um momento, em vários sentidos tão adverso.»⁴ Acreditava-se nas virtudes da memória histórica para revigorar a nossa alma. Simultaneamente, pretendia-se alterar perante a comunidade mundial, a imagem de país adiado. Nesta Exposição de 1908 mostravam-se mesmo algumas das infra-estruturas com que se tinha dotado não só o país, mas também as nossas colónias, procurando-se entre outras coisas, inverter a nossa posição de subalternidade, legitimar os nossos direitos históricos, num período de intensa cobiça colonial e reanimar a alma nacional, esbatendo os espectros decadentes que se faziam sentir.

Igualmente, será nossa preocupação evidenciar, que tudo isto estava relacionado com os valores da Filosofia Positivista.

Procuraremos relevar que o próprio rei D. Carlos, almejava «servir-se» da nossa memória histórica, da nossa herança cultural, da exaltação do nosso passado, mas também da representação do nosso presente. Esperava por certo, que toda a afectividade, patriotismo e outros sentimentos que surgissem, se consubstanciassem em torno da sua pessoa, convertendo-o assim, na síntese de todas as aspirações do povo português, no seu condutor (ou no seu «salvador», se nos recordarmos do mito do regresso de D. Sebastião, sempre presente nos períodos mais críticos da nossa Pátria. E, seguramente, este era um deles). Dos momentos sublimes que por certo se atingiriam, recorrendo a tais práticas, à sua própria presença junto dos nossos emigrantes, à divulgação da imprensa, pretendemos igualmente provar que eram intenções de D. Carlos criar consenso nacional, revigorar a instituição monárquica e o seu próprio prestígio, um e outro tão abalados como teremos oportunidade de constatar. Era a ideologia comemoralista subjacente.

De facto, é também pretensão nossa, mostrar que a nível interno pretender-se-ia desviar as atenções da cena política, da ditadura e de um rei seriamente comprometido com ela. Enfim, tentava-se mitigar um período tão conturbado da vida nacional.

⁴ MATOS, Sérgio Campos, «O «Centenário da Índia» [1898] no Portugal finissecular», in *O «Centenário da Índia» [1898] e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.124.

Para elaborar este trabalho recorreu-se a fontes impressas, preferencialmente fontes escritas da época como, a Imprensa periódica, colecções de legislação e os livros ligados à Exposição, que nos permitiram seguir o discurso oficial acerca deste evento. Enciclopédias e obras de referência foram também consultadas, para uma melhor localização e sistematização dos dados recolhidos, integrando-os nos respectivos contextos. Muitas outras obras foram localizadas e seleccionadas através do programa Porbase e dos ficheiros manuais. De salientar igualmente, as pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Relativamente ao espaço temporal da nossa dissertação, não nos circunscrevemos, como é lógico, ao ano de 1908. Para uma melhor inteligibilidade desta, dos significados e intenções da nossa participação na Exposição, recuamos de início no tempo, para de forma sucinta conhecermos o evento que agora se comemorava e analisarmos as relações que desde então perduraram entre Portugal e Brasil.

2 - O OBJECTO DA COMEMORAÇÃO

Em 1908, o Brasil comemorou o centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. O Presidente da República Brasileira, Afonso Pena, convidou o rei português, D. Carlos I, a associar-se às comemorações do evento.

Também um outro rei português, D. João VI, estivera 100 anos antes, intimamente ligado a este facto histórico que agora se comemorava e que tão importante fora para este país. Pinto de Aguiar⁵ refere que o Acto de Abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial com a memorável carta régia de 28 de Janeiro de 1808, representa um marco na história económica e política do Brasil.

A presença da família real portuguesa em terras brasileiras, transformou por completo todo o Brasil como teremos oportunidade de ver e, a sua capital, passou a sobrepor-se em termos de importância à cidade de Lisboa.

O Brasil tornou-se assim o centro de um grande Império, o que contribuiu decisivamente para a sua independência em 1822.

2.1 – A PARTIDA DA CORTE PARA O BRASIL EM 1808

Em 29 de Novembro de 1807, toda a família real partia para a nossa colónia brasileira, num cenário de guerra, em que se avizinhavam as invasões napoleónicas.

Esta transferência trouxe consequências muito graves para Portugal, onde a crise se acentuou a olhos vistos. Simultaneamente, o processo de emancipação do Brasil tornava-se uma realidade, como iremos ter oportunidade de verificar.

Em Portugal, e com a ajuda inglesa, conseguimos expulsar o invasor.

Rapidamente as autoridades militares inglesas controlaram a administração portuguesa. Começaram aqui os ressentimentos em relação à Inglaterra.

2.2 – A ABERTURA DOS PORTOS BRASILEIROS

No Brasil, o regente D. João sentia-se pressionado para abrir os portos brasileiros à navegação mundial pelos mais variados motivos: a Inglaterra (a quem também pretendia

⁵ AGUIAR, Manuel Pinto de, *A Abertura dos Portos Brasileiros*, Salvador, Livr. Progresso, 1960.

agradar pelos serviços prestados) há muito desejava ter acesso ao mercado brasileiro; era influenciado por José da Silva Lisboa, economista baiano, defensor dos interesses brasileiros e ardente livre-cambista, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho que foi seu ministro e, que talvez mais que nenhum outro, pensava que Portugal dentro de pouco tempo, mais não seria que uma província espanhola e que por isso era melhor instalar o trono da monarquia portuguesa na América (um plano várias vezes sugerido em ocasiões de guerra, mas só agora posto em prática); D. João foi também coagido pela conjuntura da época, isto é, o país ocupado pelas tropas de Napoleão, via-se impossibilitado de escoar os seus produtos para o exterior pelos embargos colocados à navegação do reino pelos franceses, como represália por Portugal se encontrar ao lado dos ingleses. Conjuntamente, era vítima dos embargos destes, pelo nosso país se encontrar debaixo do domínio das tropas de Napoleão. Na época, quase todos os produtos exportáveis provinham do Brasil. Esse comércio era extremamente valioso para nós, pois equilibrava a nossa balança comercial com o estrangeiro, sendo o seu saldo até favorável para o reino. O príncipe regente tentou pelo menos resolver a situação do Brasil, no que respeita à valorização do seu comércio com o escoamento dos seus produtos. Só que essa solução não passava por Portugal, a braços com os problemas da guerra, mas sim pela nossa colónia.

Foi neste contexto, que se inseriu o decreto de 28 de Janeiro de 1808.

Este documento teve duas consequências imediatas: por um lado abriu desde logo os portos brasileiros ao comércio internacional; por outro lado pôs fim ao monopólio português e aos seculares privilégios dos portugueses.

Podemos considerá-lo um documento livre-cambista que visava resolver os interesses imediatos da burguesia mercantil do Brasil, praticamente privada de comerciar com Portugal, como já sabemos.

Porém, a grande beneficiada deste decreto e de outros que se sucederem foi a Inglaterra, visto que a maioria das frotas marítimas da altura, se encontravam completamente destroçadas ou então aprisionadas, a mando de Napoleão.

2.3- A INSTALAÇÃO DAS MANUFACTURAS NO BRASIL

Apesar de tudo, a Inglaterra ainda se mostrava insatisfeita e, a sua pressão acentuouse, no sentido de conseguir que todas as restrições ao exercício das actividades manufacturei-

ras fossem abolidas. Toda esta coacção resultou, uma vez que, em Abril desse mesmo ano e já com a corte instalada no Rio de Janeiro, um outro diploma punha termo ao cerceamento de liberdade às indústrias e autorizava qualquer pessoa que quisesse instalar todo o género de manufacturas, a poder fazê-lo livremente. Estes decretos marcaram decisivamente o fim do pacto colonial de teor mercantilista. No Brasil efectuava-se assim uma verdadeira revolução, perante a situação anteriormente verificada. Eram os primórdios da sua emancipação económica relativamente à metrópole, tornando-se assim livres todo o seu comércio e a sua indústria com o exterior.

2.4 - A DESAGREGAÇÃO DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO: SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL

Estas medidas concorreram para a desagregação do Império luso-brasileiro. É que, se estas disposições foram altamente importantes e benéficas para o Brasil, já que constituíram a grande oportunidade para que o seu comércio e indústria se desenvolvessem, para nós, graves consequências não se fizeram esperar. A estagnação e a crise sobrepuseram-se a um período de relativa prosperidade. De facto, as reexportações dos produtos brasileiros no comércio externo português sempre nos deram imensos lucros. Agora, com os nossos portos fechados, viam-se passar em Portugal, mas ao largo, barcos que navegavam directamente do Brasil para a Inglaterra, carregados de riquezas que anteriormente aqui aportavam.

Começavam aqui os ressentimentos pela ausência do príncipe regente no Brasil e pelos moldes em que se organizara este tipo de economia anglo-brasileira, sem a menor intervenção de Portugal. Susceptibilidades que se haveriam de agudizar e conduzir à Revolução Liberal de 1820.

Concomitantemente, a exportação de produtos industriais para o Brasil, que registara até então alguma importância, principalmente os tecidos, rendas e sobretudo panos, beneficiando de legislação proteccionista, vai também sofrer rude golpe, por não ter possibilidades, agora com a abertura dos portos, de concorrer com as manufacturas inglesas, que eram mais baratas e de melhor qualidade.

Com a quebra nas exportações, a balança comercial portuguesa tornou-se deficitária. Contudo, a Inglaterra ainda não se dava por totalmente satisfeita. Pretendia também «assegu-

rar uma total reciprocidade no regime de trocas entre os dois países, o que traria dividendos acrescidos à economia mais forte, a da Inglaterra industrializada.»⁶

2.4.1 - OS TRATADOS DE AMIZADE E ALIANÇA E COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO COM A INGLATERRA

O golpe fatal que nos retirou toda e qualquer possibilidade de recuperação em termos económicos foram os Tratados de Amizade e Aliança e Comércio e Navegação, assinados entre Portugal e a Inglaterra em Fevereiro de 1810.

Se para Portugal estes tratados significavam o fim das preocupações da produção agrícola brasileira, com a marinha mercante inglesa «encarregada» de os transportar, por outro lado, eles traduziam o fim do monopólio do comércio brasileiro, do proteccionismo à indústria portuguesa, com a entrada no mercado brasileiro de produtos manufacturados ingleses e, com uma tarifa privilegiada de 15% (menor ainda que para os portugueses).

Assiste-se então, a um agravamento das consequências para Portugal, com este domínio económico da Inglaterra.

Tudo isto constituiu um rude golpe no nosso comércio externo e na nossa indústria e foi o caos para a nossa burguesia industrial e mercantil, despojada do exclusivo comercial com o Brasil, proveniente da política livre-cambista. O descontentamento acentuou-se e haveria de contribuir para a Revolução Liberal de 1820.

2.4.2 - A DISSOLUÇÃO DO REGIME ABSOLUTISTA E A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820

A desarticulação do Império luso-brasileiro e a consequente crise comercial e industrial que assolavam o país, provocaram a desafecção da burguesia ao Estado absolutista, passando a uma oposição radical.

A desconfiança em relação ao regime era grande, pois não resolvia os problemas que assolavam o país. O desmoronar do sistema acentuou-se ainda mais, sobretudo quando entre nós se começou a tomar consciência, que a abertura dos portos do Brasil ao comércio interna-

⁶ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, «O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815 - 1822», in *Revista da História das Ideias*, vol. XIV, 1992, p.244.

cional e o tratado de comércio de 1810, não eram simplesmente medidas transitórias, mantendo-se em vigor somente no período em que durasse a guerra, mas que tinham vindo para ficar.

No entanto, as razões desse mal-estar não eram apenas de índole económica. A permanência da corte no Brasil, levantava à medida que o tempo passava, mais e mais vozes de contestação. Asseverava-se que a situação se invertera e que Portugal era agora a colónia do Brasil.

Através de um decreto assinado pelo príncipe D. João, em 1815, o Brasil era elevado à condição de Reino Unido.

Era a legalização do fim da sua condição colonial, que se começara a dissipar logo em 1808, constituindo o prelúdio da sua emancipação política, «uma vez que só serviu para encorajar o amor próprio, prestígio e autonomia brasileiros.»⁷

Outras medidas de carácter administrativo, científico e militar foram tomadas, enquanto a corte aí permaneceu.

A expansão dos limites territoriais do Brasil também foi um facto, nomeadamente a anexação da banda oriental do Uruguai – o estado Cisplatino – e a invasão da Guiana Francesa, em seu poder até ao Congresso de Viena (1815).

Outra realidade foi o extraordinário aumento do movimento marítimo e comercial, após a abertura dos seus portos, o que contribuiu para um maior desenvolvimento da agricultura, pecuária e indústria emergente.

Esta situação de equiparação entre Portugal e Brasil, quando não da nossa subordinação ao segundo, agravada pela perda do exclusivo comercial com o Brasil e com os privilégios concedidos aos ingleses em Portugal e no nosso império colonial, lesando-se assim os nossos interesses, a continuação do rei no Brasil - rei desde 1816 com a morte de sua mãe, a rainha D. Maria I -, contribuíram para o início da organização de uma conspiração para pôr termo ao Estado absolutista e aos abusos dos ingleses em Portugal.

Apesar de algumas vicissitudes, todo este conluio acabou por estar na origem da Revolução Liberal de 1820, iniciada no Porto, que pôs fim à monarquia absoluta, instaurando um governo constitucional.

O agora rei D. João VI, regressava a Portugal como monarca deste novo regime. Pretendia-se também o retorno do Brasil à situação de colónia, retirando-se-lhe a condição de Reino Unido a Portugal.

⁷ VIEIRA, Nelson H., *Brasil e Portugal: a imagem recíproca. O mito e a realidade na expressão literária*, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p.41.

Estas intenções recolonizadoras, não encontraram um eco positivo no Brasil, bem pelo contrário. Tempos depois ocorreria a sua independência.

Após a emancipação económica conseguida em 1808 com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e de uma significativa autonomia política com a permanência da corte no Brasil, estava consumada a separação definitiva entre Portugal e Brasil.

De tudo isto se infere da grande importância para este último país e para o seu povo desta data de 1808, que agora, 100 anos depois se comemorava. Nela se podem encontrar os primórdios da sua independência política.

Apesar dos prejuízos sofridos, os ressentimentos em relação à nossa ex-colónia foram sendo paulatinamente ultrapassados. O tempo, interesses vários, a nossa emigração, contactos governamentais e diplomáticos, encarregaram-se de diluí-los, pese embora alguns ressaibos, que de quando em vez vinham à tona, como teremos oportunidade de verificar pela leitura do segundo capítulo.

3 – RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS NO PÓS- -INDEPENDÊNCIA

Ao longo deste capítulo, verificaremos que a intenção de aproximação (particularmente política e económica) de Portugal ao Brasil independente, foi desde logo exteriorizada pelas cúpulas. Comprovaremos também que essa vontade, perseguindo determinados objectivos foi mais portuguesa que brasileira. Contribuindo igualmente para essa aproximação estiveram a elite intelectual, mas sobretudo, a nossa emigração. Urgia estreitar relações, implementar um intercâmbio fraterno e comunitário. Pese embora estes desígnios, emergiam por vezes, determinados rancores entre portugueses e brasileiros, que não foram no entanto em número e dimensão suficientes, para afectar a continuidade de relações entre estas duas nações.

3.1 - UM DISCURSO DE APROXIMAÇÃO

Pese embora todos os ressentimentos que existiam pela separação da metrópole, D. João VI soube inferir da necessidade de manutenção de uma estreita amizade com o Brasil, obliterando naturais desavenças.

Laços sociais, económicos e culturais ligavam as duas nações, o que constituía condição fundamental para a abertura de negociações entre elas.

Para Portugal, tornava-se importante efectuar acordos comerciais com a sua antiga colónia, já que se admitia que o Brasil era economicamente muito superior a Portugal. Era a tentativa de não se «perder totalmente» o Brasil, isto é, já que este se tinha tornado independente, pelo menos, através de tratados e de outros acordos que naturalmente surgiriam, tentar usufruir de tudo quanto ele ainda nos pudesse conceder. Por isso, verifica-se a assinatura de um tratado de amizade e aliança entre as duas nações, em 29 de Agosto de 1825, no próprio dia do reconhecimento oficial da independência da nossa colónia. De assinalar que este acordo, que serviu fundamentalmente para restabelecer as relações comerciais entre os dois reinos, com cada uma das partes a comprometer-se a reconhecer a outra como a nação «mais favorecida e amiga», resultou principalmente dos esforços desenvolvidos por Portugal, para a manutenção de boas relações económicas e culturais com o Brasil. Foi também muito importante, já que se considera o ponto de partida «para uma série de tratados e acontecimentos que

tinham o propósito de estimular a unificação cultural do Brasil e Portugal, hoje conhecida por Luso-Brasileirismo.»⁸

D. João VI reconheceu D. Pedro como imperador do Brasil e herdeiro legítimo ao trono português. No ano seguinte, também D. Pedro abdicaria do seu direito à coroa portuguesa em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Como verificamos, as ideias de aproximação e de aprofundamento de relações, emergiram logo das cúpulas; precisamente da Casa Real de Bragança que era a mesma nas duas margens do Atlântico.

3.1.1 - UM TRATADO INGLÓRIO

O campo comercial parecia ser o melhor meio de cooperação entre os dois reinos, no sentido de se alcançarem os objectivos propostos com o tratado de 1825. Por isso, em 1836 realizou-se um tratado de comércio e navegação entre Portugal e Brasil, entre a rainha D. Maria II e D. Pedro II, Imperador do Brasil, no sentido de ampliar as relações económicas dos dois Estados (promovendo e alargando as de navegação e comércio) e consolidar as suas relações políticas.

Este tratado dava o mesmo tratamento aos navios cargueiros portugueses e brasileiros e estabelecia taxas reduzidas em determinados produtos luso-brasileiros. Visava promover o comércio e a navegação entre os dois reinos, desenvolvendo assim as respectivas economias e esteve aparentemente em vigor até 1842. E dizemos aparentemente, porque este tratado não agradou à Câmara de Deputados e, por conseguinte, foi posto de parte.

Apesar de tudo, os esforços conjugavam-se para o fortalecimento das relações luso-brasileiras, mas existiam poderosos elementos na população, hostis a tal empenho. Os objectivos da comunidade luso-brasileira, perseguidos pelas cúpulas nos dois reinos, não coincidiam muitas vezes com os anseios populares, sobretudo por parte dos brasileiros que se deixavam influenciar por outros emigrantes estrangeiros que, no Brasil, procuravam por vezes, por todas as formas, afastar a concorrência dos portugueses.

Todavia, era sobretudo o fantasma colonial (que estava muitas vezes presente nestas relações entre brasileiros e emigrantes portugueses) que reacendia as hostilidades e que levou o Parlamento Brasileiro a rejeitar o tratado de 1836.

⁸ *Idem, ibidem*, p.72.

3.1.2 - A APROXIMAÇÃO CULTURAL

As relações culturais, também foram um importante elo de ligação entre os dois países, se bem que o interesse português no Brasil fosse fundamentalmente no domínio do comércio, como já constatámos, e no da emigração, ponto que trataremos mais adiante.

Interessava desenvolver as relações culturais, para que os povos melhor se conhecessem, identificassem e estimassem. Nada melhor, que para além de um intercâmbio comercial, existisse também uma reciprocidade cultural, e que os dois caminhassem a par, para que o Brasil conhecesse melhor Portugal, o mundo das suas artes, das ciências, das letras, a sua vida social, informações essas que, desde a independência brasileira, vinham paulatinamente diminuindo.

Apesar de tudo, algum contacto havia entre a literatura portuguesa e a brasileira.

Nomes como Almeida Garret, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Filho de Almeida, para já não falar de Camões (um caso à parte), ganhavam público no Brasil, influenciaram profundamente a literatura brasileira e contribuíram a seu modo para uma maior aproximação.

De salientar também, a importante influência que a Universidade de Coimbra desempenhara no Brasil, conjuntamente com a de Lisboa e as Escolas Politécnicas e Médico-cirúrgicas de Lisboa e do Porto, com os intelectuais brasileiros a procurarem aqui a sua formação. Contudo, com o passar do tempo, os brasileiros foram preferindo outras universidades europeias que consideravam mais progressistas. Pedro Silveira⁹ refere que esta situação se acentuou ainda mais, no dealbar do século XX, já que este movimento, praticamente cessou. Em consequência, a participação de jovens brasileiros na vida literária lusa terminou ou passou a ser esporádica, enfraquecendo-se deste modo o intercâmbio cultural luso-brasileiro.

No entanto, brasileiros houve que rejeitaram a sua herança literária e histórica, desconfiados de tudo quanto fosse português; pretendiam criar uma literatura distinta, onde se revelava uma lusofobia crescente, um sentimento anti-luso permanente.

Escritores como Gonçalves de Magalhães¹⁰ faziam menção dos problemas que contribuíam para a continuação desses ressentimentos. Referia por exemplo que, as condições mise-

⁹ SILVEIRA, Pedro da, *Os Últimos Luso-Brasileiros: sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do realismo à dissolução do simbolismo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, pp.26 e 27.

¹⁰ VIEIRA, Nelson H., ob. cit., p.106.

ráveis do Brasil se deviam à exploração portuguesa. Os sucessivos governos coloniais, tinham sido os causadores do atraso económico-social do país.

O nosso imigrante era quase sempre alvo de ridicularização na literatura brasileira.

Lembra Nelson Vieira¹¹, que a presença do imigrante aplicado, trabalhador e mais tarde estabelecido, parecia uma ameaça ao brasileiro nativo, que ainda desconfiava do antigo colonizador.

Como verificamos, a imagem de afectuosidade, de aproximação que as classes dirigentes pretendiam passar, não correspondia de forma alguma, ao que muitas vezes acontecia na prática, como acabamos de demonstrar, mesmo entre as elites intelectuais.

Apesar de tudo, brasileiros houve, como Augusto de Carvalho, que elogiavam alguns portugueses.

Neste campo cultural foi criado o edifício do Real Gabinete Português de Leitura, na cidade do Rio de Janeiro em 1837, o Liceu Literário Português e o Clube de Ginástica Português em 1865. Teriam entre outras, a finalidade de valorizar e difundir a língua e a cultura portuguesas.

Não devíamos descurar esta herança cultural portuguesa, neste país imenso que era o Brasil, já que a nossa língua (língua oficial no Brasil) em muito poderia contribuir para a criação de um ambiente amistoso, íntimo e unificador entre Portugal e Brasil. E desta ligação cultural e afectiva entre os dois reinos, esperávamos muito.

Quanto à literatura brasileira em Portugal no séc. XIX foi constantemente depreciada, por se considerarem os brasileiros incultos; e para alguns, o Brasil ainda era a nossa colónia, daí não admitirem a existência de uma cultura brasileira.

Apesar de tudo, algum esforço havia das duas partes, sobretudo da parte portuguesa, para que esta ligação cultural e afectiva fosse um facto. A ideia de editar uma revista quinzenal «Brazil-Portugal», no sentido de Portugal ser mais conhecido no Brasil e o inverso, dissertando-se nas suas páginas sobre arte, literatura, paisagens, monumentos, personalidades, economia, no intuito de estreitar as relações comerciais e industriais, expressando-se ideias, sentimentos e conhecimentos, representava a aspiração de um intercâmbio fraterno entre Portugal e Brasil – o «Luso-Brasilismo».

Noutras áreas, como o teatro ou as artes plásticas, muitos foram os nossos artistas que se deslocaram até ao Brasil.

¹¹ *Idem, ibidem*, p.114.

No entanto, em termos culturais, era muito pouco para duas nações com uma História comum e, como dizia Sampaio Bruno¹², se o Brasil mal apreciava Portugal, este em certa maneira quase ignora o Brasil.

Foi sem dúvida a emigração portuguesa para o Brasil, o factor fundamental na aproximação dos dois países, sobretudo a partir de meados do século passado. De facto, diz Nelson Vieira¹³, a unidade cultural luso-brasileira, iniciada com entusiásticas declarações oficiais, como o Tratado de 1825, esmoreceu durante quase todo o século XIX. Foram pois os nossos emigrantes, os estandartes da nossa cultura.

3.1.3 - A EMIGRAÇÃO: O PRINCIPAL ELO DE LIGAÇÃO

A emigração portuguesa revestiu-se de grande importância económica, social e cultural, tanto para Portugal como para o Brasil.

Segundo Mirian Halpern Pereira¹⁴, atenuada no início do século, após a independência do Brasil, a corrente imigratória portuguesa parece ter-se reforçado pouco tempo depois, apesar do ambiente pouco amistoso então existente naquele país para os Portugueses.

Nessa altura, muitos brasileiros consideravam a emigração portuguesa como uma ameaça à consolidação efectiva da sua emancipação.

Os nossos emigrantes foram os elos indispensáveis e indestrutíveis que indubitavelmente mais contribuíram para o estreitamento de relações entre Portugal e Brasil, já que a língua, o sangue, as tradições, aproximavam portugueses e brasileiros. Pese embora várias desinteligências que por vezes ocorriam (entre portugueses e brasileiros), mantiveram desde 1822, segundo Armando de Aguiar¹⁵, a continuidade espiritual do império luso no império brasileiro.

Independentes politicamente, os brasileiros ainda dependiam de muitos portugueses sob o ponto de vista económico, porque estes ainda dominavam fatias importantes do comércio brasileiro, sobretudo o portuário. Por isso, havia em alguns sectores uma grande inveja daqueles que ocupavam posições proeminentes, sobretudo no comércio, nomeadamente quando surgiam situações periclitantes, seja a nível económico, político ou social. Eulalia Maria

¹² BRUNO, Sampaio, José Pereira de, *O Brazil Mental: esboço critico*, Porto, Livr. Chardron, 1898, p.VIII.

¹³ VIEIRA, Nelson H., ob. cit., p.78.

¹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre Câmbio e Desenvolvimento económico: Portugal na 2ª metade do séc. XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, p.45.

¹⁵ AGUIAR, Armando de, *Portugueses do Brasil*, Lisboa, Tip. da Emp. Nac. de Publicidade, 1945, p.15.

Lahmeyer Lobo¹⁶, refere que se responsabilizaba a los lusos del elevado precio de los géneros básicos nacionales e importados, por vender a crédito y exigiendo beneficios altos.

Pese embora certas situações de «nativismo» ou «lusofobia», foi graças aos nossos emigrantes que a imagem de Portugal permaneceu sempre no Brasil.

Esta nossa comunidade no Brasil era também altamente benéfica para Portugal, pelas remessas pecuniárias que enviava para a Metrópole. Por isso não admira que na maior parte dos anos, o Estado português quase não se inquietasse perante o grande crescimento da emigração, sobretudo a partir de 1880, como alude Miriam Halpern Pereira¹⁷.

O próprio Alexandre Herculano¹⁸, dizia que o Brasil era a nossa melhor colónia desde que deixou de o ser, pelas remessas que de lá provinham, bem como pelo incremento do comércio então verificado, sobretudo devido ao grande contingente de emigrantes portugueses. Se por um lado, se pretende demonstrar mais uma vez, que não existiam já ressentimentos pela perda do Brasil, por outro lado, e no que respeita aos laços económicos que com ele mantínhamos, ainda havia uma certa ideia de Portugal, em considerar o Brasil colónia nossa.

Oliveira Martins¹⁹ calculava as remessas dos nossos emigrantes do Brasil em cerca de 12 a 15 mil contos, porque a nossa emigração, essencialmente jovem e masculina, visava quase sempre o regresso e daí esta corrente de retorno monetário.

Por isso se proclamava a necessidade do aumento de emigração para o Brasil, numa altura em que emigrantes de outras nacionalidades começavam a afluir cada vez em maior número ao Brasil, sobretudo os italianos, tornando-se assim sérios concorrentes à dominação económica dos portugueses; é que as remessas de lá enviadas eram muito importantes para nós. Estas contribuíram para a grande proliferação de Bancos no nosso país, para investimentos individuais ou mesmo para servir a comunidade e para equilibrar a nossa balança de pagamentos.

Estes emigrantes, esta grande comunidade portuguesa no Brasil, também contribuiu para o excelente comércio que mantínhamos com esta nação sul-americana, nomeadamente de bens alimentares. Se não fosse pois a nossa emigração, decerto o nosso comércio declinaria fatalmente com o Brasil. Jorge Alves²⁰ refere que esta assumia o papel de manter o mercado

¹⁶ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer, *Portugueses en Brasil en el siglo XX*, Madrid, Editorial Mapfre, 1994, p.33.

¹⁷ PEREIRA, Miriam Halpern, «Liberdade e contenção na emigração portuguesa (1858-1930)», in *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp.12-13.

¹⁸ HERCULANO, Alexandre, *Opusculos*, tomo IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p.112.

¹⁹ MARTINS, J. P. Oliveira de, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956, p.250.

²⁰ ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráf. Reunidos, Lda., 1994, p.63.

brasileiro em situação residual, pois os produtos da nossa indústria e agricultura, pouco motivadores, não conseguiam conquistá-lo. Tudo isto era de extrema importância para nós, na medida em que até aqui, Portugal não tinha conseguido realizar um tratado de comércio duradouro com o Brasil.

A balança comercial entre Portugal e Brasil era-nos favorável. Para além do vinho, produtos como o azeite, as favas, o bacalhau, os vegetais, tecidos e algumas matérias-primas, constituíam a maior parte das nossas exportações para este país.

Era este dinheiro todo que nos vinha do Brasil, o do comércio, mas sobretudo o fornecido pelas remessas, que nos ajudavam a equilibrar, ainda que de forma precária, a nossa balança de pagamentos.

Oliveira Martins²¹ realçava, que, nos termos a que deixámos chegar a nossa economia nacional é indubitável que, sem subsídios do Brasil, pela exportação da indústria da criação de gado humano, há muito que teríamos rebentado falidos.

Isto corresponde totalmente à verdade, pois a abolição da escravatura, a implantação da República no Brasil e a crise subsequente com a eclosão de várias revoltas, a baixa do preço do café que diminuiu consideravelmente os créditos do Brasil sobre o estrangeiro, foram factores que contribuíram para a descida em flecha dos câmbios do Rio de Janeiro sobre Londres.

Ora, com a moeda brasileira tão desvalorizada e os impostos que o governo brasileiro lançou sobre os capitais enviados, os nossos emigrantes esperavam por melhores dias, para enviarem as suas remessas para Portugal, que por sua vez se ressentia da falta daquelas, estalando por consequência, uma grave crise económica e financeira entre nós, pois, estas remessas eram muito importantes, para efectuarmos pagamentos no estrangeiro.

Salazar²² alegava, que as relações económicas entre Portugal e o Brasil faziam deste último um regular devedor do nosso país. Simultaneamente Portugal tornava-se credor importante da sua antiga colónia junto da Inglaterra. Sendo o mercado britânico o principal mercado para os produtos brasileiros mais exportados – o café e a borracha – e, ao mesmo tempo, o nosso principal parceiro comercial de então, bem como o principal credor do Estado português, a praça de Londres convertia-se num «intermediário forçado» da transferência de capi-

²¹ MARTINS, J. P. Oliveira, ob. cit., p.251.

²² SALAZAR, António de Oliveira, *O Ágio do Ouro: sua natureza e suas causas (1891-1915)*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1916, p.95.

tais que anualmente entravam em Portugal provenientes do Brasil. Londres, era pois o nosso banqueiro, e ao mesmo tempo o banqueiro do Brasil.

Por isso não admira, como dizia Rodrigues de Freitas²³, que todos (Homens de negócios e não só) olhassem atentamente para as variações do câmbio, já que se por um lado estávamos intimamente ligados ao Brasil, pelas remessas que de lá auferíamos, por outro lado, a nossa necessidade de letras sobre a praça de Londres era imensa, para pagamento das nossas dívidas internacionais. Daí que toda a desvalorização da moeda brasileira e valorização da inglesa nos afectasse muito seriamente.

Só nos interessava que o câmbio subisse, como se começou a verificar a partir de 1899, para que as remessas viessem regularmente para diminuir o nosso défice económico. Agora, com a moeda brasileira mais valorizada em Londres e nas principais praças europeias, tínhamos menos que pagar naquela cidade. Todos estes factos aconselhavam a que se estreitassem as nossas relações com o Brasil e se condenassem as medidas repressivas de emigração para esta nação, como várias vezes acontecia, que se tratasse este país como nosso primeiro aliado e que se tivesse para com a jovem República, uma política franca, leal e afável.

Para além disso, a emigração «assegura um lugar à cultura portuguesa no mundo.»²⁴

De facto, para além de nos garantir muitos interesses económicos, como já constatámos, perpetua e prestigia a nossa língua e civilização.

Foi principalmente graças à acção dos nossos emigrantes, e não tanto aos tratados ou negociações a nível político e diplomático, que o bom nome de Portugal no Brasil se manteve, mormente com a criação de uma série de instituições de ordem social e caritativo, que contribuíram para manter a ligação entre a própria colónia e a unidade cultural entre os dois países, pois, a nível oficial, as declarações feitas foram esmorecendo ao longo de todo o século XIX. Entre as ocorrências mais importantes, saliente-se a organização das festividades do Terceiro Centenário da morte de Camões, lá no Brasil, e nas quais os brasileiros voluntariamente participaram, cooperando assim activamente com os portugueses nestas comemorações.

Apesar de todo o empenho, ainda se notavam vagos ressentimentos, que de quando em quando se manifestavam, quer de um lado, quer do outro. No entanto, importa referir, que as relações diplomáticas desde logo encetadas, contribuíram para que aos poucos, o nacionalismo e a lusofobia fossem perdendo o seu antigo vigor.

²³ FREITAS, Rodrigues de; MOUTINHO, Joaquim Ferreira, *O Cambio do Brazil – colecção de artigos publicados no Commercio do Porto*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1886, p.3.

²⁴ SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p.88.

Silvio Romero²⁵ que anos atrás criticara duramente os portugueses, chamava agora a atenção para a sua importância no Brasil, considerando-os elementos fundamentais para preservar a cultura luso-brasileira, dada a crescente emigração de italianos e alemães.

3.1.4 – UM INCIDENTE DIPLOMÁTICO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

Em 1894, ocorreu um grave incidente que ensombrou as relações diplomáticas entre os dois países, que, inclusive, levou mesmo ao seu corte durante um ano (até Março de 1895), tendo neste caso a Inglaterra desempenhado o papel de mediadora para o seu restabelecimento. É claro que anteriormente outras desavenças já tinham acontecido, mas esta foi sem dúvida a mais difícil de ultrapassar.

Aquando da revolta dos almirantes Custódio de Melo e Saldanha, contra o governo do marechal Floriano Peixoto, o nosso governo enviou para o Rio de Janeiro, a corveta «Mindo», sob o comando de Augusto Castilho. Este, não recusou o auxílio que lhe foi pedido por Saldanha da Gama, para ele e para todos os responsáveis pela revolta, aceitando-os a bordo. Floriano Peixoto cortou relações com Portugal.

Para complicar ainda mais a situação, os revoltosos acabaram por fugir com a cumplicidade das autoridades argentinas.

Esta intervenção portuguesa deu origem a muitas críticas, especialmente do lado de apoiantes de Floriano Peixoto, arreigados nacionalistas e hostis à colônia portuguesa no Brasil, e que interpretaram esta revolta como uma tentativa de restaurar a monarquia que pactuava com os interesses dos portugueses.

Era o fantasma colonial ainda presente.

As relações entre Portugal e Brasil, demoraram a normalizar-se por completo. Problemas internos, como o aumento constante do nosso déficit externo e a sucessão de governos monárquicos que nada resolviam, concentravam atenções de dirigentes e elites intelectuais, descurando-se assim, as nossas relações com a nossa ex-colônia. Conjuntamente, o ultimato inglês em 1890 que ordenava aos portugueses que retirassem das terras compreendidas entre Angola e Moçambique, com o despoletar de verdadeiras campanhas de indignação contra a

²⁵ Cit. por VIEIRA, Nelson H., in ob. cit., p.129.

Inglaterra e também contra a Monarquia por atender às pretensões inglesas, contribuiu ainda mais, para que os nossos governos negligenciassem as nossas relações com o Brasil. Todavia, durante esse abandono temporário de tratados, negociações, um tipo de relação sobreviveu, sendo o elo mais íntimo da ligação entre os dois povos, quer a nível social, económico e cultural – a nossa contínua emigração.

Somente no tempo do conselheiro Camelo Lampreia, ministro de Portugal no Brasil, se normalizaram as nossas relações com este país. Desenvolvendo uma hábil política diplomática, foi aplanando caminhos que culminaram no convite do Brasil a Portugal, para participar nas comemorações do centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial.

4 – A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NAS COMEMORAÇÕES

O Brasil ia comemorar o centenário da abertura dos seus portos à navegação mundial em 1908, festividades às quais se ia associar Portugal.

O discurso oficial que se faz por esta altura em relação ao Brasil, é um discurso de aproximação, sobretudo política e económica. Urgia estreitar relações, implementar um intercâmbio fraterno e comunitário, mostrar-nos interessados por tudo quanto dissesse respeito a este país, procurando lisonjeá-lo sempre que possível, no intuito de concretizar os nossos desideratos, não se vislumbrando quaisquer indícios de ressentimentos pelo evento que agora se comemorava e que tantos prejuízos nos havia causado na altura. É indiscutível que se reconhecia que Portugal tinha sofrido bastante nessa época, nomeadamente o nosso comércio e a nossa indústria, mas alegava-se também, que isso já estava completamente ultrapassado.

O nosso país foi convidado a concorrer à Exposição Nacional do Rio de Janeiro, um convite exclusivo, dado que não foi dirigido a mais nenhuma nação, deferência que muito nos honrou e sensibilizou. Para além desta contemplação, o Brasil ainda nos ofereceu um pavilhão para nele efectuarmos a nossa mostra. Possuía o cunho acentuado da nossa nacionalidade, já que era muito semelhante aos monumentos da nossa arte manuelina.

«O ilustre Governo Brasileiro, lembrado de quanto a historia das duas nações por tantos annos se funde na mesma identidade, honrou Portugal com um gentilissimo convite para se associar à comemoração d'aquelle notavel facto e, animado do seu constante desejo de affirmar os mais carinhosos affectos para com o país que tanto quer á terra preciosa que foi o primeiro a fecundar para a civilização, aumentou ainda o excepcional da honraria, pondo á disposição do Governo Português um pavilhão onde fossem installados os productos que concorram áquele grandioso certame.»²⁶

Prontamente o governo e o próprio rei D. Carlos anuíram ao convite, por razões que adiante frisaremos.

Numa época caracterizada pelo positivismo, a visita do rei à Exposição, os nossos produtos, o catálogo, o álbum e a comemoração de um evento histórico que fazia parte da

²⁶ *Collecção Official de Legislação Potrtugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p.540.

nossa memória afectiva, poderiam constituir um estímulo que acenderia o entusiasmo e despertaria sentimentos patrióticos em todos os cidadãos. Seria o revigorar da alma portuguesa, que nos últimos tempos dir-se-ia profundamente adormecida.

Simultaneamente, foi a ocasião propícia para se procurar estreitar a nossa amizade (algo abalada, pelo conflito diplomático que anteriormente referi), pelo aprofundamento das relações económicas e políticas.

Porém, antes deste convite surgir, jamais perdíamos oportunidade de demonstrar ao Brasil, o carinho, o amor que por ele nutríamos, amplamente detectados em discursos oficiais, como por exemplo, no da tomada de posse do Presidente da República Brasileira, em que Portugal foi o único país a fazer-se representar, através de uma embaixada especial que referiu:

«Nenhum povo, sr. Presidente, póde igualar o portuguez no amor que dedica ao seu irmão de além mar: a nenhum outro póde interessar mais vivamente o desenvolvimento e progresso da nobre Nação, a cujos destinos fostes chamado a presidir.

Sentimo-nos todos, orgulhosos com a sua gloria! É por isso, Sr. Presidente, que El-rei, o seu Governo e toda a Nação Portuguesa se preocupam sempre em não deixar escapar ocasião de demonstrar ao Brasil esses affectuosos sentimentos...»²⁷

A implantação da República no Brasil em 15 de Novembro de 1889, não alterou pois a situação, em termos de relacionamento.

Pese embora todo o mau estar que pudesse existir com a deposição do Imperador e posterior exílio da família real (os Braganças) e as diferenças de regime a partir de então, República no Brasil, Monarquia em Portugal, numa altura em que entre nós se fazia sentir a ameaça do Partido Republicano, o nosso país logo se apressou a reconhecer o novo sistema político. O próprio Imperador deposto, pouco tempo esteve em Portugal, para não causar embaraços nas relações entre as duas nações.

²⁷ «Embaixador Portuguez», in *Jornal do Commercio*, 16 de Novembro de 1906, in Fundo MNE-SE, Correspondência recebida da Legação de Portugal no Rio de Janeiro (1905-1906), Caixa nº228.

4.1 – AS EXPECTATIVAS PORTUGUESAS E A PROXIMIDADE DA EXPOSIÇÃO

Em Portugal havia o interesse de negociar com o Brasil um tratado de comércio, uma linha de navegação entre os dois países, a criação de um entreposto para as mercadorias brasileiras e um porto franco, aqui em Lisboa, pretendendo-se que esta ressurgisse em termos comerciais. «Esta ciudad atlântica era uma de los puestos comerciales más importantes de la Europa del siglo XV, cuando de ella partían las armadas a la conquista de los mares»²⁸. Efectivamente nesta altura, Lisboa constituía um dos centros económicos e culturais mais importantes da Europa. Era uma cidade aberta ao mundo, cosmopolita, onde se cruzavam as mais variadas raças, culturas e costumes com gentes vindas de todos os continentes. Indiciava-se pois, um certo saudosismo, desses tempos tão marcantes da nossa História.

Pretendíamos também uma sucursal do Banco de Portugal no Brasil e efectuar convénios sobre a nossa emigração. Ao aceitarmos o convite brasileiro, estávamos no bom caminho para a concretização de tais objectivos.

A linha de navegação era extremamente necessária, para que os produtos e passageiros portugueses, fossem transportados em barcos nacionais.

«Encontram-se, durante a longa viagem, navios de vela e vapores de todas as nacionalidades – francezes, ingleses, allemães, italianos, hespanhoes, suecos, noruegueses...Portuguez – nenhum!»²⁹

Referia Sampaio Bruno³⁰, que tudo isto era simpático à indolência nacional. Para que havíamos de ser navegadores, se os paquetes estrangeiros eram maravilhas de conforto que nunca atingiríamos? E isto principalmente, numa altura em que os navios a vapor substituíram em definitivo os nossos veleiros.

Só este facto contribui para explicar a nossa decadência e inferioridade em relação aos países apontados, a quem tínhamos que pagar em ouro, o transporte das nossas mercadorias e das nossas gentes para o Brasil.

²⁸ PARQUE EXPO'98, *Vem a Zambullirte en el Futuro*, Lisboa, Expo'98, 1995, p.6.

²⁹ PINA, Mariano, *Portugal e Brazil*, 1ª ed., Lisboa, 1896, p.16.

³⁰ BRUNO, Sampaio José Pereira de, ob. cit., p.XV.

Efectivamente, a organização de uma linha de navegação concorreria para diminuir consideravelmente, a quantidade de numerário a sair para pagar as nossas importações e aumentar a fornecida por aqueles que tinham que pagar as nossas exportações, e, daria a possibilidade de Portugal participar numa situação de igualdade, nas transacções comerciais entre nações estrangeiras.

«Calcula-se em 6 200contos a totalidade dos fretes pagos pelo commercio nacional no commercio geral do paiz, devemos tambem calcular em 14% a proporção na somma dos fretes pagos, ou sejam 868 contos. Juntando esta somma á somma minima de l: 311 contos dispendidos só no anno de 1893 com as viagens dos emigrantes portuguezes, temos uma perda annual de 2:179 contos, em oiro, no pagamento a companhias estrangeiras de navegação para o transporte de emigrantes e mercadorias entre Portugal e Brazil. Será cifra annual digna de desprezo? Somos por acaso tão ricos e prosperos, que assim demos de barato ao estrangeiro o melhor de 2: 000 contos por anno, que poderiam ficar dentro do paiz, concorrendo para o desenvolvimento da agricultura, da industria, do commercio e das artes?!...»³¹

Devíamos então investir na construção naval nacional, prescindindo das embarcações estrangeiras; era uma boa forma de aumentarmos a nossa riqueza.

Tínhamos uma grande corrente imigratória para o Brasil, e, sendo uma das nações com quem mais comerciávamos, sobretudo o vinho, mas também outros produtos a desempenharem papel de relevo como o algodão em rama, precisávamos de encetar negociações para a elaboração do tal tratado de comércio e para o estabelecimento de uma linha de navegação, para que finalmente, dos portos portugueses se vissem sair paquetes nacionais em direcção ao Brasil.

Era simultaneamente uma forma dos produtos portugueses não serem confundidos com os de outras proveniências, como tantas vezes acontecia. De facto, os nossos emigrantes e mesmo os brasileiros, não conseguiam distinguir os produtos pátrios que chegavam em navios alemães, por exemplo, e possíveis falsificações alemãs desses mesmos produtos.

³¹ PINA, Mariano, ob. cit., p.44.

Constituía também a melhor forma de desenvolver o nosso comércio, que vinha declinando desde o último quartel do séc. XIX com a concorrência de outros países que possuíam companhias de navegação com rotas directas para o Brasil.

Diz Paulo Cavalcanti³², que as estatísticas revelam que em 1872 apenas 85 barcos portugueses entraram no Recife, capital do açúcar, ao passo que os ingleses fizeram aportar nada menos que 331.

Várias propostas tinham até então sido feitas às Câmaras de Deputados e Pares do Reino, quer por regeneradores, quer por progressistas, só que, a instabilidade política e a consequente precariedade e queda dos governos, nada deixou resolver sobre um assunto de tamanha importância.

Urgia pois, o estabelecimento dessa linha de navegação e esta parecia ser a situação azada para tal.

Dizia Baldaque da Silva³³, um capitão tenente da armada, engenheiro hidrográfico e inspector de piscicultura que, Portugal, só podia tornar a ser um país rico e poderoso com o renascimento do velho povo de navegadores, isto é, desenvolvendo a navegação de longo curso para o Brasil e também para África.

Não se tratava de conquistar pela espada como outrora, já que hoje as conquistas «são feitas com os pacíficos factores de civilização»³⁴, ou seja, através da diplomacia, conseguir obter benefícios políticos, económicos, culturais, enfim, algum progresso. Apresentava o caso da Inglaterra, com uma frota mercante altamente qualificada, o que contribuía para que este povo angariasse cada vez mais riqueza e desenvolvesse exponencialmente o seu comércio e a sua indústria.

É evidente que estávamos longe de nos podermos comparar com a Inglaterra, ainda que possuíssemos uma frota mercante a vapor. Mesmo no passado, e apesar dos nossos feitos meritórios, jamais nos pudemos considerar uma nação rica e poderosa.

Apesar de tudo, lamentava-se a ausência de uma carreira regular de navegação portuguesa para o Brasil; ainda por cima com a quantidade de colónias que detínhamos, mormente em África.

³² Cit. por Nelson VIEIRA H., in ob. cit., p.77.

³³ SILVA, A. Baldaque da, *Restauração do Poder Marítimo de Portugal*, Lisboa, Livr. Antonio Maria Pereira, 1894, p.16.

³⁴ *Idem, ibidem*, p.16.

Pensava-se que a linha de navegação para o Brasil a par do investimento na nossa marinha mercante, poderiam contribuir para a possibilidade do ressurgimento marítimo de Portugal.

Estas medidas visavam um desígnio comum de grande alcance económico e social – a nossa riqueza pública.

Para além de tudo isto, esta linha de navegação unir-nos-ia ainda mais, poderia criar uma perfeita harmonia entre portugueses e brasileiros, bem como concorrer para o estabelecimento de determinados convénios, criação de entrepostos que regulassem o tráfego recíproco de mercadorias, valores e pessoas, entre Portugal e Brasil.

Da mesma forma, a existência de paquetes portugueses fazendo ligação entre os dois países, contribuiria para mostrar que os cerca de 2 milhões de emigrantes portugueses não estavam esquecidos e, com toda a certeza, estes ao verem a nossa bandeira tremulando ao vento, içada nos nossos barcos, prefeririam os nossos produtos, aumentando-se desta forma as nossas transacções comerciais.

Nestes anos, havia quem fosse apologista da nossa viragem para África; canalizar a nossa emigração para as nossas colónias africanas. Mas, logo outras vozes se levantavam, dizendo que o nosso futuro poderia ser também, ou ainda mais o Brasil, como o faziam nações tão importantes, como a Inglaterra, a França, a Alemanha ou a Itália.

«Por acaso a França, que possui da Africa uma das partes mais bellas e mais prosperas – Oran, Alger, Constantina –sem fallar de outras regiões, não só na mesma Africa, como tambem no Extremo Oriente – descura um só instante as suas relações com a America do Sul e principalmente com o Brazil?...»³⁵

Relativamente ao tratado de comércio com o país irmão, já por várias vezes Portugal tinha tentado a sua efectiva concretização. Pretendíamos fazer-nos valer das nossas afinidades da raça, da língua, dos costumes, dos elos criados pelos nossos emigrantes, para uma maior aproximação económica e, neste caso, através da consecução do almejado tratado de comércio com o Brasil. Todavia, parecia que só havia interesse da nossa parte, já que para o Brasil, de forma alguma constituiríamos um bom mercado para a sua grande produção de café, algodão e borracha, devido ao proteccionismo a produtos similares que vinham das nossas colónias.

³⁵ PINA, Mariano, ob. cit., pp.21 e 22.

Por isso, até agora, todas as tentativas feitas por Portugal tinham sido infrutíferas.

«O governo brasileiro tem acolhido sempre com a maxima polidez e cortezia os enviados diplomáticos de Portugal, encarregados da negociação do famoso tratado. Tem-lhes deixado comprehender que firmará esse convenio – salvas ligeiras modificações – para ser agradável a Portugal, e assim mostrar os bons desejos de que está animado o Brazil nas suas relações com o nosso paiz. Resta apenas uma pequena difficuldade a vencer...Obter a ratificação do congresso. E é onde sempre esbarram, ou hão de esbarrar as negociações encetadas.»³⁶

Apesar de tudo, tentávamos essa aproximação económica entre os dois países, dizendo que esta era de interesse comum, «e o facto da produção das nossas colónias ser similar à de algumas regiões do Brasil, em vez de ser um obstáculo a essa aproximação, deve, pelo contrário, ser uma condição de êxito, visto que é indiscutivelmente mais vantajoso que nos associemos na luta de concorrência no grande mercado mundial a que nos degladiemos por não sabermos encontrar um convénio comercial...»³⁷

Para tentar efectivar agora o tratado de comércio, Portugal fazia determinadas concessões, como a criação de um porto franco e de um entreposto brasileiro para as mercadorias brasileiras em trânsito. Seria um grande estímulo para atrair a exportação do Brasil. Os nossos comerciantes tratariam de as vender, dentro e fora do país. Portugal, no caso Lisboa, seria assim um ponto estratégico para o comércio brasileiro.

«Portugal possui na margem europeia um país comum dos mais vastos empórios, com o pôrto mais ocidental do continente, ligado directamente a todo o hinterland europeu. Tem na África Ocidental uma longa faixa de costa com um território imenso, que trespassa até ao oriente; e tem no centro do Atlântico uma série de arquipélagos que são as estações forçadas de todos os roteiros marítimos entre os continentes. É pela vastidão das suas margens, uma das potências atlânticas.

³⁶ *Idem, ibidem*, p.168.

³⁷ SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses económicos luso-brasileiros*, 1ª ed., Lisboa, Livr. J. Reis & Silvas, 1927, p.VIII.

O Brasil ocupa uma grande parte da margem americana; a sua política de expansão tem que tomar o rumo do Atlântico; tem pois que entrar no consórcio ocidental para poder fechar esta imensa cadeia que representa a mais poderosa aliança do mundo; para isto tem que dar fraternalmente as mãos a Portugal.»³⁸

Através desta imagem que pretendíamos dar da ainda grandiosidade do nosso império e de toda a campanha que se fazia em torno da união entre portugueses e brasileiros, concluiu-se que tudo isto constituía mais uma forma de atrair as embarcações brasileiras e toda a navegação internacional aos nossos portos, nomeadamente ao porto de Lisboa.

Estas medidas também beneficiariam o nosso país, dado que seria a possibilidade de Lisboa voltar a ser um centro comercial com alguma importância, o fulcro de todas as ligações que se fizessem entre a Europa, a América do Sul e a costa ocidental Africana.

Outra concessão que conviria que Portugal fizesse, seria a diminuição dos direitos de importação, em produtos tão importantes para o comércio externo do Brasil (que já vimos atrás), reduzindo assim, a margem proteccionista aos produtos análogos que vinham das nossas colónias de África. Era uma forma de tentar, sem grande sacrificio das nossas colónias, consumir em maior escala o café e o algodão brasileiros.

Para atingirmos os desideratos económicos e políticos a que nos propúnhamos e para demonstrar que era de todo o interesse aceitarmos o convite brasileiro, a Imprensa portuguesa não desprezava «pretexto ou ensejo para approximar os dois povos, celebrando, como se nacionais fossem, as alegrias do Brazil, compartilhando fraternalmente das suas mágoas, accentuando a vertigem intelligente da sua evolução, aqui valorizando os seus fastos, além rectificando erros ou pulverizando preconceitos...»³⁹. Fazia alarde do orgulho que sentíamos nos progressos realizados pelo Brasil, comparando Portugal a um pai, quando contempla o seu filho embevecido, filho esse que era o Brasil e a quem nos unia a língua, a raça, a tradição, a História. Tínhamos pois, a nossa quota parte de responsabilidade nesses progressos.

O Brasil é o produto da civilização portuguesa e «foi este pequeno povo da Europa ocidental quem delimitou com as suas espadas, lavrou com os seus arados e semeou com o seu sangue o campo gigantesco onde hoje se multiplica a grande raça triunphadora.»⁴⁰

³⁸ MONTEIRO, Mário, *Bilac e Portugal*, Lisboa, Agência Editorial Brasileira, 1936, p.245.

³⁹ «O Brazil», in *O Seculo*, 14 de Abril de 1907, p.1.

⁴⁰ «A viagem d'el rei ao Brasil», in *Ilustração Portuguesa*, IV vol., 6 de Janeiro de 1908, p.893.

Naturalmente, tudo quanto o estrangeiro pensasse ou dissesse acerca do Brasil, tornava-se importante para nós.

«É o documento vivo da nossa capacidade de colonisadores e administradores coloniaes, capacidade que frequentemente nos contestam para só nos concederem, por mercê muito especial, a de mareantes aventureiros e conquistadores;»⁴¹

Mostrávamo-nos sentir gratificados em saber que aquele país descoberto por Pedro Álvares Cabral, detinha uma grande hegemonia na América do Sul.

A imprensa diária publicava uma série de artigos que se referiam a todos esses progressos.

«...por essas estatísticas se constata que em 80 annos de independencia, o Brazil conquistou já o terceiro logar entre as nações neo-latinas, sendo quasi certo que, por este andar, será um dia a primeira de todas, attendendo á raça, á situação que occupa no globo terrestre, á sua enorme extensão, ao seu indiscutivel progresso, e, muito principalmente porque os números mostram que por exemplo o Brazil excede a Espanha no movimento económico. Quanto á França o autor conclui que em 50 annos, ela seja excedida pelo Brazil, dezassete vezes mais rico e maior recebendo todos os annos, pelo excesso dos nascimentos sobre os óbitos e pela imigração, um valioso contingente de capitaes e braços.

Cumpre ainda acrescentar que o Brazil ocupou na exposição de S. Luís o 4º logar entre as nações estrangeiras. Finalmente, o Brazil, foi de todos os países da América Latina, o que maior número de prémios obteve.»⁴²

Importantes pessoas que visitavam o Brasil, reconheciam ter esta nação enormes potencialidades para se tornar num dos países mais desenvolvidos do mundo. Tudo isto nos orgulhava, já que fomos nós, colonizadores primeiro, emigrantes depois que ajudámos a cons-

⁴¹ «A República Brasileira», in *O Século*, 27 de Outubro de 1907, p.1.

⁴² «O Brazil», in *O Século*, 2 de Fevereiro de 1907, p.1.

truir este Brasil que se desenvolvia a olhos vistos, e por isso, interessava o mais possível intensificar as nossas boas relações com ele.

Para nós, era grande a sua importância política, económica e estratégica. Fazendo apelo à memória afectiva, à tradição, ao relacionamento histórico tão profundo e multissecular e ao carinho que apesar dos problemas que muitas vezes vinham à tona, os brasileiros nutriam por nós e nós por eles, esperávamos colher determinados benefícios e aprofundar todo o tipo de relações.

Ao aceitarmos o convite brasileiro, tínhamos na mão a oportunidade de demonstrar ao Brasil e ao mundo que vínhamos realizando alguns progressos em todos os ramos de actividade, através da participação numa Exposição nacional brasileira, organizada pelo ministério da indústria, para comemorar a abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial, e cuja inauguração se previa para o dia 15 de Junho de 1908. Para o Brasil «...será como que a synthese do largo movimento de riqueza, de trabalho e de progresso que a poderosa nação tem até hoje realizado pelo intelligente esforço dos seus naturaes, pela opulencia productora do seu solo feracissimo e pelo concurso de tantos que ali buscam mais bem compensado emprego ás suas energias e actividades.»⁴³

Éramos o único país a expor, para além do Brasil, o que constituía para nós, uma óptima oportunidade, se nos recordarmos que este era um dos nossos melhores mercados de consumo para os nossos produtos. O ensejo era dos mais favoráveis, para que Portugal pudessemos tornar melhor conhecidos os seus produtos (uma carta do Rio de Janeiro, publicada no Diário de Notícias, no dia 1 de Setembro de 1907, dizia que as indústrias portuguesas eram muito mal conhecidas no Brasil, pese embora os seus produtos, fossem iguais ou superiores aos de outros países; logo a Exposição só poderia ser de extrema utilidade para Portugal). Para além disso, as hipóteses de êxito seriam assim muito superiores, isto é, as nossas produções poderiam vender-se muito melhor, numa altura em que muitas delas eram desacreditadas pela concorrência comercial de outros países, que até aqui, por ignorância ou por inércia, não tínhamos conseguido superar.

Apesar do enorme valor do nosso comércio com o Brasil, assistíamos, ano após ano, a uma diminuição desse valor nas estatísticas da exportação. Paulatinamente, vínhamos sendo batidos pela concorrência, especialmente a alemã.

⁴³ *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p.540.

«Não haverá n'este paizinhos de pasto e vinhos generosos, não haverá licores; não haverá azeites... productos das nossas industrias, que possam entrar d'algum modo em competencia com os similares d'outros paizes, industrias indigenas, ao abrigo da concorrência, pelo seu cunho de nacionalidade, como linhos, rendas e fayanças, e até mesmo certo mobiliário d'estylo; - pois não haverá nada, mesmo nada, que valha a pena ir mostrar, anunciar, tornar conhecido no Brazil, alargando assim o mercado da produção nacional, procurando novos consumidores, aumentando consideravelmente a fortuna publica?!...

Parece effectivamente que nada temos para vender, que nada produzimos que valha o incommodo de ir mostrar e anunciar do outro lado do Atlantico; que não precisamos nem ambicionamos mais compradores para os nossos productos: - porque enquanto de todos os paizes da Europa seguem, caminho do Brazil, dezenas de caixeiros-viajantes, de Portugal não vae um só, nem para espalhar os productos da nossa industria, nem tão pouco os da nossa agricultura.»⁴⁴

Simultaneamente, quando a indústria de qualquer país lançava no mercado brasileiro um novo produto, aí estavam alemães, franceses, italianos ou ingleses, procurando amostras desse artigo, sempre para tentarem fazer um idêntico e mais barato.

Em Portugal isto não acontecia, nem por iniciativa estatal nem privada. E enquanto os nossos concorrentes se impunham e iam ganhando posições no mercado brasileiro, nós víamos a nossa posição esmorecer.

O convite vinha pois na altura certa. Era a ocasião propícia de propagandearmos os nossos produtos. Não admira pois, que logo o aceitássemos; por esta e por outras razões, como teremos oportunidade de aferir.

«A commum tradição historica dos dois países, os estreitos laços de familia que os reúnem, a constante solidariedade e identidade de interesses que um ao outro os vinculam, a notavel importancia das relações de toda a ordem que indissolvelmente os ligam e quotidianamente e progressivamente se affirmam e desenvolvem, seriam mais que sufficientes motivos para justificar a

⁴⁴ PINA, Mariano, ob. cit., pp.43 e 44.

immediata e agradecida annuencia do Governo Português, se por si só não bastasse o dever imperioso de corresponder condigna e desvanecidamente à singular e honrosa prova de deferencia com que o Governo Brasileiro tão gentilmente distinguira o nosso país.»⁴⁵

Nesta Exposição figurariam os nossos produtos agrícolas, como os vinhos, azeites, conservas, cortiças, frutos secos e preparados, os nossos artefactos industriais, como tecidos de linho e algodão, jutas, produtos cerâmicos, faianças, algumas das nossas obras de arte, enfim, uma amostragem representativa de tudo quanto éramos e possuíamos no momento.

Concomitantemente, pretendíamos estreitar as nossas relações com o Brasil, não só a nível diplomático, pois pensávamos poder incrementar as nossas ligações comerciais com este país e também demonstrar ao mundo, que Portugal já não era aquela nação tão rotineira e atrasada.

Reconhecia-se por isso, ser conveniente preparar essa Exposição agrícola, industrial, pastoril e de artes liberais com a antecedência necessária.

Assim, foi assinado um decreto em 28 de Outubro de 1907 por todos os ministros, e a que adiante faremos referência.

As previsões apontavam para uma larga representação portuguesa, de acordo com o elevado número de adesões. Em 21 de Janeiro de 1908, eram já cerca de quinhentas, as adesões de expositores para a nossa secção.

Apesar de todos os cuidados postos na preparação da Exposição, havia o receio de que os resultados que se viessem a obter, pudessem constituir uma desilusão, como já havia acontecido em anteriores mas ainda recentes certames, como os de Paris, Liège e Milão, porque continuávamos a utilizar antiquados processos expositivos, como por exemplo, insistir em encerrar dentro de vitrinas mostruários valiosos, quando deveriam aí existir agentes comerciais de venda e propaganda dos produtos.

Para também figurar na Exposição foi imprimido um livro, que procurava dar uma ideia dos progressos verificados nas ciências e nas artes de Portugal, livro esse que seria constituído por dois volumes. O primeiro, trataria da parte científica e o segundo ocupar-se-ia da parte artística.

⁴⁵ Collecção Official de Legislação Portugueza, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p.549.

Intentava-se através dele, dar uma ideia da civilização portuguesa, nas suas diversas formas de actividade. O livro seria dirigido, compilado e feito por Teixeira Júdice e Antonio Arroyo.

Todavia, para nós, o ponto alto destas comemorações seria a presença do Rei D. Carlos. O nosso rei foi convidado pelo Presidente da República Brasileira – Dr. Afonso Pena – para se associar ao evento. O convite foi logo aceite. Há muito que o nosso monarca desejava fazer esta viagem, tendo no entanto sido contrariado por anteriores governos de Hintze Ribeiro e Luciano de Castro, mas não ao tempo com o ministério de João Franco.

Pensava-se que este seria o melhor meio para aproximar mais os dois povos.

A sua presença significaria igualmente uma legitimação da emancipação económica e política do Brasil, bem como da jovem República Brasileira (que teve por consequência a deposição dos Braganças no Brasil).

Dizia o «Diário de Notícias»⁴⁶, que esta visita representava e simbolizava a confraternização entre dois povos que constituíam histórica e etnograficamente uma única família. E, se na guerra separatista, haviam surgido ressentimentos, há muito que eles se tinham apagado, não deixando quaisquer vestígios.

Como constatamos, o discurso oficial não correspondia por vezes ao que se passava na prática, porque, como já tivemos oportunidade de frisar, aqui e além surgiam resquícios de incompreensões e susceptibilidades.

Se até aqui, o principal veículo das nossas relações com o Brasil, tinha sido sobretudo, a forte corrente imigratória que se fazia sentir daqui para lá, agora, era o próprio Estado, nas pessoas do rei D. Carlos e do seu ministro João Franco, que procurava denodadamente uma aproximação a todos os níveis entre os dois países, e para a qual trabalhou tão energicamente o nosso ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, Camelo Lampreia.

O interesse estava em fomentar cada vez mais estas relações, auxiliando-nos mutuamente, já que constituíamos uma unidade moral apesar de politicamente independentes.

Esperava-se que a viagem do rei fosse apoteótica, mas também de estudo e com consequências internacionais.

D. Carlos considerava esta visita muito importante para a obra que andava realizando. Diz Pedro Soares Martinez⁴⁷ na sua História Diplomática de Portugal, que era bem compreensível que o rei atribuísse tal importância à projectada viagem, porquanto ela nos traria, face a

⁴⁶ «Brazil e Portugal», in *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1907, p. 1.

⁴⁷ MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p. 525.

um equilíbrio internacional instável que o espectro de um grande conflito armado já ameaçava, as potencialidades da comunidade luso-brasileira, que os interesses alheios tinham forçado a obnubilar sem lograrem destruir.

No entanto, os desígnios de D. Carlos iam muito para além desta procura de segurança, face a um conflito latente na Europa. Alguns, já analisámos detalhadamente, como a criação de uma linha de navegação para o Brasil, um tratado de comércio, a abertura de um porto franco para as exportações e importações brasileiras, um entreposto para os produtos brasileiros em Lisboa, a participação exclusiva na Exposição que comemorava o centenário da abertura dos portos brasileiros, como único país estrangeiro concorrente, com todas as vantagens que daí poderíamos auferir; tudo isto, aproveitando as nossas boas relações políticas com o Brasil, já que o comércio só se pode desenvolver e frutificar num clima de paz e fraternidade. A situação parecia pois ser, nesta altura em que D. Carlos visitaria o Brasil, assaz favorável ao desenvolvimento progressivo das nossas relações mútuas.

Constituía igualmente, uma forma de lembrar aos nossos emigrantes que não estavam esquecidos ou abandonados, como tantas vezes se queixavam amargamente, mormente quando eram vítimas dos abusos dos brasileiros.

«A existência de um chefe de missão no Rio de Janeiro e de cônsules de carreira em oito cidades, para mais de um milhão de portugueses, num país onde nos ligam tantos interesses, não basta. E não basta mesmo quando, como no caso presente, êsses representantes de Portugal sejam pessoas da maior idoneidade, alta competencia, profundo conhecimento dos problemas e muito boa vontade em servir a colónia. E não chega porque o país é imenso, há portugueses espalhados por todos os cantos, só ligados pelas suas associações, vivendo a maioria dêles, arredados dos consulados que só visitam para reclamar a protecção da autoridade portuguesa para a defesa dos seus interesses. Temos assim uma colónia rica de valores, mas ameaçada na posição que conquistou por outros agrupamentos estrangeiros que invadem o Brasil por todos os lados...»⁴⁸

Urgia por isso uma política de emigração capaz, um convénio entre os dois governos sobre este fenómeno tão importante para portugueses e brasileiros como era o da emigração.

⁴⁸AGUIAR, Armando de, ob. cit., pp.42 e 43.

Convinha realizar um tratado que regulasse a colonização, por forma a terminarem os escândalos, as misérias e a exploração de que estavam sendo vítimas muitos dos nossos emigrantes que trabalhavam para os grandes proprietários rurais.

Com a visita do rei ao Brasil, esperava-se uma melhoria na forma como se processavam os contratos de colonização, já que deles dependia a boa ou má sorte dos nossos emigrantes, especialmente num período em que a emigração tinha tendência a aumentar.

No entanto, outros desideratos perseguia D. Carlos com esta viagem ao Brasil. Contudo só serão objecto de análise num outro ponto deste capítulo.

Assim se explica, que D. Carlos desejasse desde há muito esta viagem ao Brasil. Com João Franco no governo, podia enfim concretizar esta tão almejada viagem.

Sabia-se pela imprensa, que a nossa colónia no Brasil recebeu com grande entusiasmo a notícia da viagem do rei, fazendo desde logo preparativos para receber o seu soberano de uma forma brilhante.

D. Carlos até disse a Camelo Lampreia, que teria muito gosto em cumprimentar, todos os que lhe quisessem dar as boas-vindas, aquando da sua próxima visita ao Brasil; isto, apesar de todos os receios do segundo, por tal facto se tornar bastante cansativo para o rei, do que este prontamente discordou.

João Franco⁴⁹ referia que a viagem do rei, seria um facto que ficaria gravado na História dos dois povos irmãos. O Brasil era a primeira nação do continente americano a receber a visita de um chefe de Estado europeu, e esta, era mais uma prova que Portugal esperava dar, de consideração e afecto pelo Brasil. Aludia também, que Portugal se orgulhava deste país e elogiava a nossa colónia que dizia ser altamente trabalhadora e honesta e que entusiasticamente preparava com afínco a recepção ao rei D. Carlos. Salientava igualmente que sempre desejara essa viagem, mesmo antes ainda de estar no Governo, e por isso, deparando-se agora tal ensejo, logo se disponibilizou para a sua realização.

«Já o disse publicamente e agora lh'o repito: o facto mais glorioso, o mais perduravel da historia de Portugal não ficará sendo, pelas gerações fôra, só o da descoberta do caminho da India ou a do Brazil – mas a circumstancia do seu sangue girar nas veias de um grande povo, e a sua lingua ficar sendo a de uma das maiores nações do mundo e cujo presente não é ainda nada em

⁴⁹ «Carta do Rio de Janeiro», in *Diario de Noticias*, 22 de Outubro de 1907, p.7.

comparação do largo e extraordinário futuro que os numerosos recursos do seu vastíssimo solo lhe garantem e asseguram.- E para o seu florescente e brilhantíssimo futuro Portugal concorre, a cada momento, com o melhor do seu sangue, orgulhando-se de ver que a sua numerosa, querida e respeitada colónia do Brasil, continua a ocupar no trabalho, no progresso e sobretudo no coração dos brasileiros, um lugar de eleição, que a nenhum outro estrangeiro pertenceram nem é dado alcançar.»⁵⁰

Como conclusão, verifica-se que este discurso vinha chamar a atenção para determinados aspectos que Portugal vinha descurando nas suas relações com o Brasil (este aparente desinteresse era propiciado por um clima de abatimento mental e espiritual, provocado pelo ultimato inglês, que nos deixou completamente humilhados e petrificados. O nosso Império ia-se aos poucos desintegrando. Concomitantemente os problemas da monarquia e as constantes formações e quedas de governos contribuíam para que as atenções se dispersassem e não convergissem directamente para o Brasil), nomeadamente, interesses comerciais e industriais aliados ao movimento de capitais, aos nossos emigrantes e até interesses mentais e de espírito.

É que ao tempo, as relações diplomáticas entre países, não se resumiam só a uma forte corrente imigratória, como estava a acontecer entre nós, mas sim, a negociações de tratados de comércio, como aquele que pretendíamos realizar com o Brasil, para que assim conseguíssemos em condições vantajosas, colocar os nossos vinhos, azeites e frutos, aproveitando o passado que tínhamos em comum e que sempre nos unirá.

Era também um discurso nacionalista, que tentava apostar nos recursos do país e em determinados progressos verificados, procurando-se demonstrar ao Brasil e ao mundo que não éramos aquela nação ultra-periférica, por tantos assim considerada. Para além disso, lembrava-se a nossa grandiosa obra de colonização naquele país, com o qual continuávamos a manter relações familiares, económicas, políticas e culturais.

Enfim, era um discurso em que não se vislumbravam quaisquer indícios de ressentimentos, pelo menos a nível de cúpulas. Aliás, a própria visita do rei era o mais vivo testemunho do reconhecimento e da legitimidade conferidas ao acto que emancipou o Brasil econo-

⁵⁰ *Idem, ibidem.*

micamente.

4.2 – AS INFLUÊNCIAS DO POSITIVISMO E A MEMÓRIA HISTÓRICA

O Positivismo surgiu em França e teve como seu grande mentor Augusto Comte. Entre outras coisas, Comte sugeriu a adopção de uma nova religião que substituísse o catolicismo.

Era a chamada «religião ou culto da humanidade», que não acreditava em Deus, na Teologia e na Metafísica, porque os positivistas só aderiam às coisas materiais, àquilo que pudesse ser efectivamente observado e provado através da experimentação. Como tais assuntos não o podiam ser, eles necessitavam de um sistema em que a humanidade pudesse depositar a sua fé, um culto que substituísse a religião cristã, já que consideravam aquela imprescindível para a felicidade dos povos e progresso dos mesmos. E essa crença foi depositada no próprio homem e nos progressos da Ciência. A humanidade era como que deificada, instituindo-se para isso um calendário em que os grandes homens ou heróis, ou determinados acontecimentos, eram autenticamente glorificados, por feitos que contribuíram para a evolução da humanidade. Estes heróis, detentores de grande carga simbólica, sintetizavam exemplarmente a índole do povo, a sua cultura, as suas virtudes e, por isso, quando eram alvo de comemoração, era o povo que se estava a enaltecer, procurando-se incutir-lhe ânimo, força para vencer, unindo-o através da memória histórica e afectiva, nessa vigorosa empresa de perpetuar e revigorar as tradições, as virtudes, no presente e no futuro.

Os progressos da ciência obtinham-se através do trabalho, da cooperação e da solidariedade entre os homens, quer desde o mais rico capitalista e empresário ao mais humilde empregado, unidos assim, conjugando esforços, numa luta de interesse comum (aqui se via a dependência que as classes revelavam entre si, dependência que não existia só a este nível, mas também entre os países): o bem-estar, a comodidade em geral, a emancipação do homem. Era a ética altruísta, tão característica do positivismo; o antropocentrismo, por oposição ao egocentrismo.

Para os positivistas, não havia nada tão importante no mundo como «a Ciência, a Indústria e a Nação, vista como «factor histórico de progresso»⁵¹.

⁵¹ JOÃO, Maria Isabel, «A Festa cívica. O tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)», in *Revista de História Económica e Social*, 1987, p.94.

«A nação, firmada pelas características individualizadoras de um povo, não devia servir para o isolamento ou a segregação em relação aos outros povos, mas para garantir o reconhecimento internacional e um lugar respeitado no mundo. O ideal visado é um alargamento das relações entre os povos e dos laços de solidariedade, conservando, contudo, a sua individualidade nacional.»⁵²

Esta corrente filosófica – o Positivismo fez a sua aparição entre nós, sobretudo graças à influência de homens, como Manuel Emídio Garcia, Ramalho Ortigão, mas essencialmente Teófilo Braga, que não seguiu à letra toda a teorização feita por Comte, mormente no que respeita à sua Religião da Humanidade. Ética altruísta e científica, solidariedade ao invés do egoísmo individual, mas não a deificação do próprio homem.

«O serviço a prestar à Filosofia positiva é adaptá-la às necessidades crescentes do espírito pela introdução nela de sistematização de doutrinas e pontos de vista novos, e não tomá-la (esta parece-me a tendência do grupo ortodoxo) como concepção inamovível em que é um crime tocar.»⁵³

De facto, após a morte de Comte, os seus seguidores dividiram-se: uns liderados por Laffitte, aceitam por completo a obra do mestre; os outros chefiados por Littré, rejeitaram a dimensão religiosa do positivismo, acentuando, apesar disso, a sua ética altruísta. Seria esta corrente a penetrar e a convencer os nossos positivistas portugueses.

Para a introdução do Positivismo em Portugal, em muito contribuíram as Escolas Politécnicas, que fizeram a primeira divulgação da filosofia de Augusto Comte, nos estudos que ministravam.

E, na década de 70, já o positivismo estava presente em todos os domínios da ciência e da cultura.

Entre outras coisas, defendia a comemoração, o enaltecimento de figuras ou acontecimentos decisivos para a evolução política, científica, cultural e moral da humanidade. E para lhes prestar homenagem, o referido culto, os positivistas encontraram três meios: a comemoração do centenário dos grandes homens, os congressos e as exposições. O «culto da humani-

⁵² *Idem, ibidem*, p.94.

⁵³ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, p.104.

dade», dizia Teófilo Braga⁵⁴, é o «ideal dos nossos pensamentos, centro das nossas afeições, fim da nossa actividade e objecto das nossas festas.» Tudo isto servia para dar coesão à sociedade, para esta reencontrar a sua identidade, para atenuar os conflitos sociais, já que pondo a opinião pública em comunhão com a sua História e ao corrente dos mais recentes e importantes progressos da Ciência, do saber-fazer científico e industrial, através por exemplo da realização de exposições, talvez esta se pudesse rever nos seus compatriotas, orgulhar-se deles e de si própria, sentindo-se solidária nesta obra comum.

E assim, Teófilo Braga, que não deixava de assinalar, como já o referimos, que não concordava com a concepção de Comte no que respeita às suas formas religiosas, demarcando-se das suas posições mais ortodoxas acerca da religião comtiana da humanidade, verificava contudo que «nas sociedades modernas alguma coisa se passa, que tendendo a satisfazer necessidades do sentimento vai ao mesmo tempo, substituindo as religiões.

A síntese activa está sendo realizada espontaneamente nas exposições; a síntese afectiva, correspondendo às noções de solidariedade humana manifesta-se pelos Centenários dos grandes homens ou dos grandes sucessos; a síntese especulativa como reconhecimento geral do poder espiritual da Ciência, efectua-se por meio dos Congressos, em que a pátria se alarga na humanidade.»⁵⁵

Glorificava-se o passado, o progresso e a Ciência, através de festas cívicas envolvendo comemorações, congressos e exposições, alimentando-se assim, os sentimentos de coesão, altruísmo e solidariedade social. O modelo cénico e o sentido cultural pautavam o ritualismo cívico da época.

Estas manifestações pretendiam então suceder às religiões tradicionais, já que, segundo Fernando Catroga⁵⁶, a festa cívica (e não somente as comemorações) é uma evocação historicista porque, através do rito, reactualiza a história para vincar o caos e justificar a necessidade de se fundar um novo cosmos social. Portanto, a sua função última tinha a ver com uma funcionalidade próxima da religiosa: unificar e religar os indivíduos a uma totalidade investida de um sentido prospectivo.

Estas festas cívicas iniciaram-se em Portugal em 1880, com a comemoração do tri-

⁵⁴ Cit. por MATOS, Sérgio Campos, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1848-1898)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995, p.133.

⁵⁵ BRAGA, Teófilo, *Systema de Sociologia*, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1884, pp.16 e 17.

⁵⁶ CATROGA, Fernando, «Ritualizações da história», in TORRALBA, Luís Reis, (et al.), *História da História em Portugal, séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*, Vol. II, Temas e Debates, 1998, p.314.

centenário da morte de Camões, sendo Teófilo Braga, um Republicano, o seu grande impulsor, precisamente por sentir que a veneração, o sentimento, a tal memória afectiva, eram os grandes motores da mobilização, união social, da solidariedade. Para si, Camões era a figura mais emblemática do génio e carácter portugueses. Era a «síntese» da nação, de todas as nossas aspirações, de todas as virtudes da época, que se pretendia que permanecessem no presente, isto é, de onde se podiam retirar exemplos, mais-valias simbólicas, para guiar a acção dos vivos. A população era sensível às vozes do passado com promessas de futuro.

«Pretendia-se pois, pelo exemplo, pela lição extraída de uma personalidade paradigmática, ou de um acontecimento marcante, coordenar os sentimentos isolados e dispersos, elevar a consciência nacional, dar coesão e unidade ao sentimento nacionalista.»⁵⁷

Estas comemorações serviram ao mesmo tempo para criticar o regime monárquico, procurando persuadir que seria a República, aquela que melhor serviria os interesses do país, simbolizados pelos valores defendidos e imortalizados por Camões.

Culpava-se a Monarquia pelo estado de decadência a que o país tinha chegado. No entanto, acreditava-se numa regeneração graças à República, apresentada como símbolo, já que eivada de virtudes messiânicas e redentoras, tendentes a unir a nação em torno dos ideais eternizados por Camões nos *Lusíadas*.

Com estas manifestações simbólicas pretendia-se também transmitir que, Portugal, apesar da decadência em que se encontrava, apesar da posição de inferioridade no contexto dos novos impérios, ainda poderia ter um palavra importante a dizer no mundo contemporâneo, e por isso, procurava-se extrair do passado, as lições para os empreendimentos do futuro. «As esperanças de regeneração depositam-se nos exemplos apelativos do passado.»⁵⁸

Latino Coelho⁵⁹ referia mesmo que fizemos a epopeia sublime, traduzida pelo Camões na divina linguagem do seu estro. Hoje interessava fazer a epopeia mais modesta da liberdade, da ciência e do trabalho.

⁵⁷ MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional: a história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1ªed., 1990, p.115.

⁵⁸ TRAVESSA, Elisa Neves, «O comemorativismo nas regiões de província», in *O «Centenário da Índia» [1898] e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p.95.

⁵⁹ Cit. por CATROGA, Fernando, «Ritualizações da história», in TORGAL, Luís Reis (et al.), *História da História em Portugal, séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*, vol.II, Temas e Debates, 1998, p.230.

Estas comemorações de figuras de relevo ou de acontecimentos marcantes foram uma constante nos finais do século XIX, inícios de XX, comemorações, agora também levadas a efeito pelo próprio regime monárquico, intentando igualmente servir-se delas no seu próprio interesse, no sentido de reforçar o seu poder simbólico, o seu prestígio perante a nação, já que só assim este sistema político, tremendamente desacreditado na altura, como teremos oportunidade de ver, se poderia manter. E é por tudo isto, e tal como nos diz Fernando Catroga⁶⁰, que nas comemorações são os evocadores que se consagram a si mesmos. Estes eventos eram «a grande oportunidade de divulgação da história numa perspectiva ideológica e panfletária.»⁶¹ Por isso é que estas memórias, apesar de procurarem gerar consensos e convergência nacional, não ficam imunes à luta, por vezes fratricida, pela apropriação de mais-valias pessoais, dos poderes simbólicos. Só assim se conseguiria ganhar ou manter o poder, dispendo de um carisma, de um prestígio, praticamente indiscutíveis. Assim, apesar de ambicionarem fomentar o patriotismo e a unidade em torno da nação, enfermam de conflitos de interesse, dos jogos de poder sempre existentes na nossa sociedade, já que a manipulação política-ideológica da história era um facto. As representações, as imagens que se pretendiam «vender» estavam marcadas pela ideologia e o sentimento dominava sobre a razão.

Para comemorar o centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial, uma data decisiva para a História do Brasil, para a História de Portugal, para a História da Humanidade, o Brasil resolveu efectuar uma Exposição para comemorar o evento. Através dela, pretendia mostrar ao mundo todos os progressos feitos em todos os domínios do conhecimento humano, o estado de adiantamento e prosperidade de todos os estados que compunham esta República Sul Americana.

Este género de exposições foi inventado pelos Franceses, embora de início os seus motivos fossem meramente comerciais. Só mais tarde, o interesse de promover a arte e a ciência, bem como a prosperidade e a felicidade geral foram aparecendo, de acordo com a nova Filosofia Positivista.

Rapidamente se generalizaram e se tornaram num fenómeno corrente. Como eram acontecimentos de dimensão mundial e traziam muitas vantagens políticas, científicas, técnicas, económicas, culturais, sociais e morais, elas tornaram-se uma necessidade e muitas vezes

⁶⁰ CATROGA, Fernando, in *ibidem*, p.265.

⁶¹ TORRAL, Luis Reis, «História, divulgação e ficção», in *ibidem*, p.159.

nem se olhava a despesas para organizar ou simplesmente participar nas exposições. De facto, estes eventos constituíam ensejo para estudar problemas, traçar directrizes.

«Pela universal linguagem dos productos do trabalho communicam-se os artistas de todos os paizes, desvanecem-se antigos preconceitos, confraternizam as nações; surgem nobres competencias na liça pacifica da industria; enfraquece o pendor para as guerras; estabelecem-se as melhores relações entre o capital e o trabalho, compraz-se o espirito reflectindo que as grandes exposições têm sido traçadas e executadas em beneficio dos interesses populares.»⁶²

Com as exposições generalizavam-se todos os progressos conseguidos pelo trabalho, estimulava-se o espirito inventivo dos povos, e as necessidades contribuían para se produzir o que havia de melhor ou o que mais facilmente solucionaria o problema do bem-estar da maior parte das pessoas, melhoraria as condições físicas e morais dos homens.

Não admira pois, que sobretudo desde meados do séc. XIX, desde o advento do positivismo, todas estas acções (as exposições) se tenham sucedido a um ritmo vertiginoso no tempo. Foram muitas as exposições agrícolas, industriais, nacionais, internacionais e universais, realizadas nos mais variados sítios, não somente com intuitos lucrativos – o interesse económico como é lógico, também estava sempre presente –, mas, como demonstrativas da síntese do trabalho efectuado pelos homens, do seu saber e dos progressos até aí realizados. Assim, apareciam sempre novidades, recentes proezas da técnica, demonstrando-se as capacidades e o génio dos industriais, dos agricultores, dos artistas, dos cientistas, expressando-se desta forma, a vontade do dever, a dedicação ao bem-estar geral e o sacrificio de interesses particulares a uma causa comum, não só a uma nação, mas ao mundo em geral, já que nelas estavam patentes todos os inventos, todos os progressos efectuados em matéria de ciência, derivados de árduos trabalhos, mas que visavam a felicidade de todos.

Não se pretendia o enriquecimento individual, mas sim o progresso colectivo.

Com as exposições, os conhecimentos humanos tendem a progredir em todas as direcções. E, ao admirarem-se, ao venerarem-se esses trabalhos imensos, esses conhecimentos, esses progressos, estava-se a venerar a humanidade, responsável por todos estes adiantamen-

⁶² Exposição Internacional em Philadelphia no anno de 1876, Relatorio da Comissão Centenaria, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1874, pp.43–44.

tos. Era precisamente esta veneração, esta fé nas capacidades da humanidade, que constituía apanágio dos positivistas.

Para eles, as exposições eram um meio de nos elevarmos pelo trabalho e pela ciência, já que possuíam uma crença inabalável na inteligência e na criatividade humanas, no trabalho e no desenvolvimento inerentes.

As exposições com todo o seu potencial simbólico contribuíam para o «progresso e discriminação dos conhecimentos, desenvolvimento dos interesses do genero humano em tudo quanto importa ás vantagens materiaes e ás condições intellectuaes e moraes.

As exposições produzem o grande e immediato effeito de estimular a actividade e educal-a, actuando não sòmente sobre as classes industriaes, senão tambem sobre todas as outras, augmentando e diffundindo os conhecimentos, reunindo e confrontando os resultados dos esforços humanos, plantando novos germens de pensamento, espargindo novas idéas, suscitando novos inventos.»⁶³

Elas são muito mais importantes que todas as palavras, para demonstrar às pessoas, toda a utilidade e beneficios das descobertas das Ciências e das Indústrias. De facto, há que estudá-los em potenciais modelos e amostras, para se aquilatar das suas qualidades, dos seus efeitos. Num recinto em que se reunissem produtos de muitas localidades e países, esse exame encontrava-se extremamente facilitado, já que se usufruía de melhor ensejo, para efectuar comparações indispensáveis para todo e qualquer tipo de estudo necessário.

Nestas exposições, tudo quanto constituísse novidade, seria submetido a experiências e objecto de assunto, em conferências destinadas a promover o debate e logicamente a aumentar os conhecimentos.

Propriamente estas manifestações, o caso que mais nos interessa para esta dissertação, consideradas pelos positivistas como a síntese do trabalho e do progresso humanos, serviriam para que os povos participantes se descobrissem a si mesmos, para o revigorar das suas virtudes, podendo provocar uma grande corrente de afectividade, união, enfim, momentos sublimes, nas pessoas que visitariam e admirariam os produtos e conhecimentos expostos ou que deles tomariam conhecimento, através de livros, de catálogos, da imprensa. Igualmente o esforço individual, mesmo o dos mais humildes, seria enaltecido, pois era também importante, para o bem do país. Pretendia-se que todos se sentissem assim, integrados e motivados. Tudo isto, contribuiria para uma maior coesão e ligação à Pátria, uma solidificação e elevação da

⁶³ *Ibidem*, p.22.

alma nacional, com o conseqüente fortalecimento ou regeneração dessa mesma Pátria, concorrendo para que o seu respeito a nível internacional se tornasse cada vez maior.

Nestes eventos (exposições) estava sempre presente o orgulho pela prosperidade do país; pelo menos era essa a imagem que sempre se pretendia transmitir. Era uma verdadeira «política de espírito» que visava empolgar e incutir a certeza que se vivia um período florescente ou de reabilitação nacional, conforme o caso.

O progresso caminharia assim de mãos dadas com a ordem instituída. Os benefícios colhidos contribuiriam para a manutenção ou recrudescimento do poder simbólico, do prestígio, aos olhos da população, das entidades organizadoras ou evocadoras desses eventos.

«A vida afectiva é a base de toda a unidade nacional.»⁶⁴

Como verificamos, para além dos interesses meramente lucrativos que as exposições e os expositores sempre pretendiam alcançar, elas visavam igualmente promover os mais importantes e dignos interesses da humanidade: a elevação moral, a solidariedade, a veneração e a unidade nacional.

As populações eram convidadas a percorrer toda a exposição e a participar em todo o espectáculo/festa que lhe está associado.

«Aqui, o deslumbramento ou é colectivo ou não existe.»⁶⁵

As exposições também tinham uma função pedagógica-cívica, ou seja didáctica, pois constituíam um centro de estudos e de ensino para as pessoas que as visitavam ou que dela tinham conhecimento por outros meios (como atrás já referimos), contribuindo basicamente para a formação de uma memória «sólida» do nosso passado. Esta garantiria uma articulação entre o passado, o presente e o futuro, proporcionando-se a identificação com esse mesmo passado, por via do sentimento. A instrução era assim um elemento fundamental para o engrandecimento ou a regeneração da Pátria. No entanto, e como já vimos, essa memória era sempre construída, já que atravessada pelos conflitos ideológicos da própria sociedade. Por isso, as necessidades e vontade de divulgação da memória histórica, estão sempre concatenadas com factores económicos, sociais, políticos, culturais, variando consoante as conjunturas. Desta forma, as exposições ou outro tipo de comemorações são sempre representações simbólicas, destinadas a funcionar como lições vivas de memorização, lições móveis de História, contribuindo para a construção da nossa identidade nacional, cultural e cívica.

⁶⁴ BRAGA, Teófilo, *Os Centenários como Synthese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884, p.222.

⁶⁵ GUERREIRO, António, *Paris 1900*, Lisboa, Expo' 98, 1995, p.8.

Henrique Lopes de Mendonça⁶⁶ refere que quando na memória de um povo se obliteram os interesses nacionais e a sua missão no mundo, esse povo corre o perigo de perecer de inanição.

As exposições eram um meio de transmitir valores nacionais e mesmo universais.

E como tudo isto servia os interesses da nossa Monarquia e da ditadura franquista!

Não admira que o rei D. Carlos tenha aderido de imediato ao convite do Presidente da República Brasileira, Afonso Pena, para participar nesta Exposição de 1908. Tentava a partir dela e com a sua visita ao Brasil, tirar, como já salientámos e referiremos oportunamente, o maior proveito possível desta situação afectiva que se iria gerar em torno da Nação, para regenerá-la e revigorar a instituição monárquica, sobretudo se daí adviessem qualquer tipo de benefícios. Efectivamente, ambas poderiam ser criações simbólicas inolvidáveis, com vista a unir a sociedade portuguesa, diluindo as discrepâncias e os ódios. Estes momentos poderiam ser inefáveis, em termos de comunhão colectiva, com os portugueses irmanados no mesmo pensamento, afecto e solidariedade cívica. Esta provável adesão dos portugueses, desmentiria o pessimismo que muitos auguravam aos destinos da Pátria e poderia mostrar que em vez de uma nação exangue, havia ainda energia suficiente para um rejuvenescimento, para um reerguer do nome de Portugal.

Era um nacionalismo que se fazia sentir especialmente, como já frisámos, desde as comemorações de Camões em 1880, e que se revigorou após a «questão colonial», isto é, depois do vergonhoso ultimato perpetrado pela Inglaterra em 1890, que demonstrou o nosso estado de decadência e subalternidade perante esta grande potência colonial, e que nos retirou a possibilidade de um mais amplo domínio em África, precisamente com a célebre ligação entre Angola e Moçambique, conhecida pelo projecto do mapa cor de rosa. Como diz José Mattoso⁶⁷, nunca, como durante o Ultimato, houve tanta histeria acerca da necessidade de uma «ideia colectiva», de organizar os portugueses à volta da comunhão com a Pátria e as coisas portuguesas. É geralmente quando nos sentimos mais indigentes, mais fracos e humilhados que olhamos mais para o passado, sobretudo se ele foi importante. Apesar do contraste ser grande, comemorá-lo poderá contribuir para revigorar o nacionalismo, para restaurar o sentimento moral de uma população, como o caso da portuguesa, profundamente abalado.

⁶⁶ Cit. por CATROGA, Fernando, «Ritualizações da história», in ob. cit., p.225.

⁶⁷ MATTOSO, José, *História de Portugal*, 1ª ed., vol. VI, Círculo de Leitores. Lda. e Autores, 1994, p.39.

Sérgio Campos Matos⁶⁸ alega que as incertezas do presente e do futuro se compensavam com as garantias da História.

As comemorações são indiscutivelmente muito importantes e de grande significado para a formação da memória histórica. Encontram-se eivadas de intenções reformadoras e regeneradoras.

Importava pois, num período de profundo abatimento, pessimismo e desvalorização dos valores nacionais, demonstrar que Portugal que tanto contribuiu para a formação de um novo conceito de humanidade e para a tomada de consciência de muitas realidades geográficas e civilizacionais do nosso globo, ainda estava vivo e era capaz de cometer feitos/acções, não em termos de descobertas ou conquistas, evidentemente, mas outros que como esta Exposição nos dariam motivos de orgulho, por aquilo que ainda éramos, fazíamos, tendo por isso, o direito de conquistar por mérito próprio, o respeito de todas as outras nações. Assim, por um lado, o convite exclusivo para a Exposição, simbolizava na nossa memória afectiva, o nosso passado glorioso, o sonho do Império de outros tempos e legitimava todo o heroísmo da nossa expansão, sobretudo das nossas descobertas (o próprio sítio em que se realizava – Brasil - era testemunho disso), constituindo por isso uma forma de revivescência, pelo lugar, pelo ambiente, pelo «cenário» histórico. Como verificamos era bem visível, o peso da nostalgia do Império na nossa consciência, bem como a ideia mítica de um possível regresso a essa grandeza perdida. Por outro lado, esse mito estava intimamente correlacionado com o sentimento nacionalista. Por isso, várias vezes se focaria nesta Exposição, o nosso Império Colonial, com quem dizíamos ir desenvolvendo um intenso comércio e onde íamos implementando determinadas infra-estruturas, visando mostrar ao mundo, as nossas capacidades de «colonização efectiva», por forma a fazer da África um novo Brasil, pretendendo-se demonstrar a grandeza do país, não só pelo passado, mas também no presente, com a exibição do que considerávamos serem, as nossas potencialidades.

Referia António Ferro⁶⁹, que os que teimam em considerar-nos uma nação pequena, não contam com o nosso Império Colonial, nem com esse país infinito da nossa História.

Tudo isto, visava defender-nos da nova partilha imperialista do mundo, já que queríamos mostrar a todos quantos denegriam a nossa colonização que o faziam em vão.

⁶⁸ MATOS, Sérgio Campos, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1995, p.547.

⁶⁹ FERRO, António, *Panorama dos Centenários (1140-1640-1940)*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p.21.

«Se a salvaguarda da unidade interna, sempre periclitante era decisiva, também não o era menos voltar a revelar-se a antiguidade e a grandeza legítima do nosso Império, sobretudo quando havia sinais de cobiça colonial.»⁷⁰

Pretendíamos que todo o mundo civilizado nos reconhecesse, como tendo sido os grandes artífices no alargamento dos horizontes geográficos, da aventura bem sucedida da abertura de novos espaços ao mundo, do intercâmbio cultural com outros povos e civilizações; enfim de todo um imenso progresso, símbolo do humanismo renascentista. Com a recordação da descoberta do Brasil, posterior colonização e fundamental contribuição para a construção deste país, queríamos demonstrar a nossa universalidade.

«Os descobrimentos e as conquistas assinalam sem sombra de contestação a nossa posição na História universal, sendo maravilha e assombro que um pequeno povo, de exíguos recursos, tivesse como que duplicado a obra da Criação, na frase expressiva de Humboldt.»⁷¹

O Brasil representava uma época áurea do nosso passado, da qual sentíamos orgulho e muita saudade. Neste caso, precisávamos psicologicamente do Brasil, porque ele representava os vestígios de um dos nossos maiores feitos e, sabemos de antemão, como a memória sentimental é importante em todos os países e quiçá, ainda mais no nosso, que vivia um período de profundo abatimento moral. A revivescência do passado é essencial, por necessidades culturais, patrióticas e políticas, visando sempre um reerguer colectivo das consciências com vista a um maior empenhamento e crença nas possibilidades presentes e futuras.

Esta nossa participação, o enaltecimento da acção portuguesa no Brasil, era uma grande oportunidade de afirmação nacional e simbolizava nesta altura, a continuidade de boas relações com este país, pelo menos a nível de cúpulas (pese embora algumas desinteligências verificadas e já atrás salientadas). Seria a prova de que tínhamos superado momentos tão problemáticos para o nosso país, como o foram a abertura dos portos brasileiros e a posterior independência política da nossa colónia mais rica. Poderia contribuir para o reforço de uma uni-

⁷⁰ CATROGA, Fernando, «Ritualizações da história», in ob. cit., p.267.

⁷¹ CARVALHO, Joaquim de, *Compleição do Patriotismo Português. Discurso proferido no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Coimbra, Atlântida, 1953, p.29.*

ão, que pretendíamos que fosse sólida entre as duas nações. Isto se um grande intercâmbio económico, cultural e científico viesse a ocorrer após a Exposição.

Por outro lado, aguardava-se que este mesmo evento exprimisse de novo, o heroísmo da nossa raça, as virtudes do nosso povo, esperando-se que contribuísse para o ressurgir do espírito lusitano, activo e empreendedor. A Exposição como movimento simbólico, pretendia através de toda a encenação, isto é, de todas as representações, dar uma nova imagem de Portugal, fomentar ilusões de grandeza, criar determinados comportamentos ou atitudes no destinatário que incitassem à acção. E seriam os sentimentos de veneração aí criados, pelo recordação do nosso passado (para isso importava somente salientar os aspectos positivos das nossas descobertas e colonização do Brasil, esquecendo-se propositadamente os negativos) e pela visualização do nosso presente que nos poderiam abrir portas para um futuro diferente e mais promissor.

Neste caso, os benefícios já não se conquistavam pelas descobertas ou conquistas, pois o mundo em termos geográficos era totalmente conhecido. Essas perspectivas promissoras, baseavam-se na elevação pelo merecimento e, neste caso, pela dignidade que o trabalho conferia, um trabalho árduo e persistente que nos encaminhasse para um sucesso duradouro que servisse melhor as gerações futuras.

Seria a percepção que, embora de outra forma, poderíamos voltar a ser importantes e considerados, não em termos de heroicidade, mas de elevação e dignidade humanas que só o trabalho e a solidariedade entre todos, nos poderiam conferir.

Jorge Dias⁷² observa que no momento em que o Português é chamado a desempenhar qualquer papel importante, põe em jogo todas as suas qualidades de acção, de abnegação, sacrifício e coragem, e cumpre como poucos.

Podiam não produzir objectos espectaculares que deliciassem as vistas, mas procurariam investir e trabalhar em coisas essencialmente úteis e com preços acessíveis, nomeadamente a pensar nos mais desfavorecidos. Lembremos que a procura do bem estar geral era a tônica dominante, quer através da recordação do nosso passado histórico, quer sobretudo pelas realizações da altura, pelas quais tentariamos ser de novo reconhecidos e respeitados.

Assim, diligenciava-se no sentido de imbuir nos portugueses um entusiasmo criador, estimulá-los para adestrar a sua perícia e a sua índole empreendedora. Apelava-se à nossa honra e dignidade de nação na ânsia de fazer o melhor possível, no intuito de provarmos o

⁷² DIAS, Jorge, *Estudos sobre o Carácter Nacional Português, Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971, p.20.

nosso valor e a nossa força, desde serviços públicos e particulares, no propósito de mostrar os nossos progressos e a capacidade realizadora de Portugal. Tentava-se demonstrar, que apesar de sermos um país com recursos diminutos, poderíamos obter resultados satisfatórios. Seria uma forma de provar, que éramos dignos de um passado histórico que pretendíamos enfatizar, com a participação nestas comemorações. Portugal procurava surgir assim, aos olhos de todos (portugueses e estrangeiros), «mais forte, mais progressivo, maior!»⁷³ E depois, se mostrássemos ser eficientes e capazes poderíamos orgulhar-nos, tomando assim consciência de que alguma coisa valíamos, o que se traduziria numa «síntese afectiva», espécie de veneração, por tudo aquilo que fomos, que éramos, pelo que fizemos e continuávamos a fazer, ou não vivéssemos nós na altura, uma época marcada pela Filosofia Positivista.

Pretendia-se pois com esta Exposição, estimular os portugueses, fazê-los crer nas suas capacidades de concepção e realização levantando-lhes o ânimo, dar-lhes alegria e confiança em si próprios e no país, inculcar-lhes a ideia de que estavam a ser úteis à Pátria.

Internamente, a Exposição simbolizaria assim, a vitalidade do nosso povo, podendo então contribuir para o incremento da confiança em nós próprios e do amor à nossa Pátria, «visando a levantar Portugal para a acção, para a vida política, para a consciência da sua autonomia e missão histórica.»⁷⁴

Do reencontro com o passado, pretendia-se a renovação segundo a lógica progressiva do positivismo. Os olhares retrospectivos, a rememoração, visavam transmitir força, revigorar e estimular a geração presente, preparar o futuro, a «glória da humanidade».

Se tudo isto se concretizasse, os portugueses iriam vibrar de entusiasmo e congratular-se com esta manifestação de capacidade nacional que a Exposição indiscutivelmente significava.

«Essencialmente a vitalidade de uma pátria depende da capacidade que tenha a sua elite de formular ideais patrióticos e ao mesmo tempo universalistas, desenhar projectos de futuro, criar movimentos de empenhamento colectivo, elevar o conjunto de cidadãos para planos susceptíveis de os entusiasmarem, de os apaixonarem e de assim os reunirem ao todo nacional.»⁷⁵

⁷³ FERRO, António, ob. cit., p.12.

⁷⁴ BRAGA, Marques, «A obra de Teófilo Braga e as tradições portuguesas», in *Miscelânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, p.2.

⁷⁵ LOURENÇO, Eduardo, *Nacionalismo e patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1989, p.25.

Estavam ali as nossas capacidades presentes, já que nela íamos expor, tudo aquilo que de melhor produzíamos em Portugal. As nossas belezas, a nossa criatividade, alguma tecnologia que possuíamos, até aqui quase ou totalmente desconhecidas, estariam ali expostas aos olhos dos portugueses, brasileiros, aos olhos de todo o mundo em geral. Procurávamos desta forma, captar o interesse estrangeiro, projectando a nossa imagem; é claro que de uma forma bem mais modesta do que o havíamos feito no passado. Seria a possibilidade de acreditarmos de novo em nós próprios e de nos orgulharmos um pouco daquilo que éramos no presente, tentando assim ultrapassar a crise, sobretudo moral, que se abatera entre nós, depois do ultimato. Intentávamos reconstruir a nossa própria imagem, ou seja, a nossa identidade; um reforço de individualidade que não visava a que se esquecessem os heróis do passado, longe disso, pois como referimos, a memória histórica desempenhava papel fundamental, mas que se ultrapassasse a comum atitude pessimista dos portugueses, sobretudo em épocas de crise, como era esta que estávamos a viver, uma atitude de «vencidos da vida» e, ao mesmo tempo, saudosista de um passado histórico cheio de feitos heróicos, provando-se que ainda seríamos capazes de realizar uma obra que era igualmente muito importante e que poderia contribuir para uma mudança de atitude mental dos portugueses, inculcando-nos assim novamente, a esperança e a vontade de vencer.

A Exposição simbolizava então, uma aposta no presente e no futuro, tendo bem presente na memória colectiva a nossa História, para que a partir desse passado e do presente representados no certame, compreendêssemos que alguns benefícios poderíamos alcançar, quer fossem de índole económica, cultural, social ou moral.

Externamente, era o momento oportuno para passarmos a imagem de que éramos um país que aos poucos se ia modernizando e, que, apesar dos problemas internos com que nos debatíamos, vínhamos conseguindo paulatinamente, desenvolver a nossa economia e as nossas técnicas, tentando assim aproximarmo-nos das nações mais desenvolvidas.

A Exposição seria o símbolo de todas as nossas capacidades, para desenvolvermos o nosso país num ritmo integral e solidário.

Com ela e com o nosso trabalho, queríamos de volta o Portugal universal, aberto e em comunicação com o mundo exterior. Este evento poderia constituir por assim dizer, a nossa rampa de lançamento, a possibilidade de se abrirem novos horizontes para os nossos negócios.

Ao valorizarmos e honrarmos o nosso passado, a nossa História, cultura e tradições, desejava-se dar continuidade a um destino que se queria melhor e com algum sucesso em termos internacionais.

A Exposição significava a lembrança, o presente e o futuro de Portugal.

Concluindo, diremos que ao participarmos neste certame, para além de visarmos o estreitamento de relações com o Brasil, pretendíamos também uma autêntica reciprocidade na troca de ideias, de pensamentos, de progressos nas artes e nas ciências, de tentativas de resolução de problemas, buscando soluções para determinados males, com vista ao sucesso e progresso dos dois povos e também de toda a comunidade internacional, que só teria a beneficiar deste desenvolvimento. Interessava ampliar a convergência de interesses entre as suas gentes e governos. Este acontecimento seria pois a grande festa de dois povos irmãos que tinham uma História comum, que falavam a mesma língua, que tinham os mesmos usos, costumes, tradições, a mesma religião.

A Exposição com todo o seu simbolismo, com todos os seus valores, com o impacto das imagens, susceptíveis de serem captados e assimilados por uma população maioritariamente analfabeta, traria com toda a certeza maiores implicações políticas e ideológicas que uma profunda reflexão historiográfica. Tentava-se desta forma, unir o povo português em torno da Pátria, da Monarquia, acusada de compactuar com o franquismo, e que assim, jogava quicá, a sua última cartada em termos de sobrevivência.

Mas tudo isto será objecto de análise em ulterior capítulo.

No entanto, era completamente certo, que este convite à nossa participação na Exposição brasileira vinha na melhor altura, já que esta seria uma forma de pôr cobro ao mal-estar que reinava na Pátria, ao desânimo, ao desespero, às «guerrilhas políticas».

Era pois a altura azada para se reafirmarem valores nacionalistas, elementos estruturais e estruturadores da nossa sociedade.

É quando estamos mais descontentes com o presente que começamos a pensar simultaneamente no futuro e no passado. O culto passadista pretendia melhorar a consciência deprimida do presente. Por isso, este período acabou por ser um dos mais patrióticos da nossa História.

E toda esta comemoração e outras que entretanto se tinham efectuado, visavam construir uma imagem de grandeza ideal da realidade portuguesa para nós próprios, e em parte para se exportar como «reserva bucólica de uma Europa em acentuado processo de urbanização, de técnica e tecnicismo.»⁷⁶

⁷⁶ LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa e as duas razões*, 4ª ed., Lisboa, Imp. Nac. – Casa da Moeda, 1994, p.20.

No entanto, a verdadeira realidade era completamente diferente da imagem que pretendíamos fazer passar, quer em termos políticos, económicos, sociais e culturais.

Todas estas características patentes nas comemorações cívicas efectuadas a partir de 1880 vão manter-se durante décadas, confirmando-se assim, a permanência de sentimentos decadentistas, mas também, a vontade de uma regeneração e revivescência nacional, aliadas ao sonho de ressurgimento colonial.

Através da História, da rememoração de factos importantes devidamente encenados, como era agora o caso (recordemos que a partir do discurso, análise realizada no capítulo precedente, sempre se tentou passar a imagem de que a abertura dos portos brasileiros e posterior independência desta nossa colónia, até foram situações benéficas para nós. Anos mais tarde, em 1922, o nosso Presidente da República, António José de Almeida, chegou mesmo a referir na sua visita ao Brasil, que lhe estávamos gratos pela sua independência. É evidente que não ficámos contentes; o mesmo se passou com o movimento da descolonização no pós 25 de Abril de 1974. No entanto, depressa e de um modo geral nos conformamos, cientes e orgulhosos da nossa identidade, do nosso passado histórico. Esta é de facto uma característica que nos é intrínseca.), com a exposição de produtos portugueses em terras brasileiras, a projectada visita do rei D. Carlos, os livros, catálogos e a imprensa, tentava-se que, com toda esta carga simbólica, a ordem instituída permanecesse, os valores nacionais resistissem e o futuro se mantivesse fiel ao presente e ao passado.

A evocação de determinadas memórias históricas, por vezes demasiado alteradas, ao sabor das ideologias no poder, sempre contribuíram para incutir no povo em geral, uma sensação de segurança. Como fôramos grandes no passado, tínhamos agora a oportunidade de demonstrar que poderíamos voltar a sê-lo.

Aproveitava-se a referência simbólica que ele desempenhava, sobretudo para se tentar alterar a imagem depressiva e se incutir fé e mesmo euforia aos portugueses nos períodos de maior dúvida, como era aquele que se vivia na altura.

«Essa euforia mítica deve-a, quase exclusivamente, ao papel mediano e simbolicamente messiânico que desempenhou num certo momento da História»

ria ocidental convertida por essa mediação, pela primeira vez, em História mundial»⁷⁷

De tudo isto se infere, quão importante era valorizar e dinamizar a herança cultural portuguesa, com vista a consciencializar e estimular as gerações presentes, no sentido de se construir melhor a sociedade futura, tentando-se reforçar a convergência nacional em torno do regime vigente, que assim pretendia reconquistar o seu prestígio, o seu poder simbólico.

4.3 - ALGUNS PREPARATIVOS E PERSPECTIVAS – A LEGISLAÇÃO

Com alguma antecedência começámos a preparar-nos para a Exposição agrícola, industrial e de artes liberais, para a qual o Brasil nos convidou. A organização central e as organizações locais de que já adiante falaremos, iniciaram desde logo o trabalho, para que os preparativos para a Exposição da secção portuguesa fossem dirigidos convenientemente. Apela-se para todas as nossas capacidades de concepção, organização e realização, para tornar amplamente conhecido de todos os interessados em participar no certame, o seu carácter e os seus objectivos, recorrendo-se ao patriotismo e à cooperação de todos os interessados em exporem os seus produtos, bem como posteriormente, apreciar aqueles que melhor se adequassem às finalidades que pretendíamos atingir, e que no momento exprimissem capazmente as nossas capacidades realizadoras. Também era necessário tempo, para reunir todos esses produtos e para os transportar. Os nossos artistas e operários precisavam de condições para trabalhar e estudar a forma preferível de todos eles brilharem na exposição.

«Na Exposição tudo é trazido para um local pequeno e tem-se toda a vantagem em ver os diferentes objectos em conjunto. Para além disso, tem outra, e mais duradoura vantagem – gratificar todas aquelas pessoas, cuja lealdade é grandemente aumentada pelo facto de lhes serem dirigidas umas palavras pelas mais altas personalidades.»⁷⁸

Queríamos dar ao Brasil e ao mundo, uma imagem positiva do país, pretendíamos de-

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.11.

⁷⁸ LEITÃO, Nicolau Andresen, *Londres, 1851, Lisboa, Expo'98, 1994*, p.79.

monstrar que em termos de desenvolvimento já não ficávamos tão aquém dos países desenvolvidos e que por isso não receávamos sair humilhados. Desejávamos que o Brasil se orgulhasse da nação que o descobriu e que contribuiu e continuava a contribuir para a sua valorização, com a forte corrente imigratória. Almejávamos uma boa harmonia e o reencontro de duas culturas com tantas afinidades. Urgia então, atentarmos nos trabalhos preparatórios que antecederiam a Exposição, para que esta fosse um sucesso.

Seria pois desejável, que este certame ultrapassasse a dimensão do efémero, para que de facto, conseguíssemos concretizar todos os objectivos a que nos propúnhamos. E, apesar de sermos uma pequena nação, Teixeira de Pascoaes⁷⁹ referia que estas nações só podem opor às tendências absorventes das grandes nações, como defesa da sua independência, o carácter, a originalidade do seu espírito activo e criador, a autonomia moral.

De facto, para que um país se imponha num contexto competitivo ou concorrencial, tem que se (re)qualificar, profissionalizar os seus agentes, valorizar o seu património e potencialidades adormecidas e projectar para o exterior tudo aquilo que o torna original, isto é, divulgar e internacionalizar as suas ideias, produtos e negócios.

«Se mostrarmos que os nossos haveres comparados com as epochas dos anteriores julgamentos estão hoje crescidos, teremos provado que um futuro proximo nos há de dar um logar distincto entre as nações industriaes.

Se não podemos ainda exhibir primores de arte e da industria, demonstraremos, o que é fácil, que o nosso paiz póde apresentare copia de productos que, se não deslumbram a vista, nem fascinam a imaginação, alegam comtudo o espirito dos que sabem avaliar a sua utilidade.

Mil vezes um singelo producto da industria humana encerra em si mais utilidade, que todas as maravilhas que deleitam os olhos.»⁸⁰

É que muitas vezes, estes produtos de modesta aparência tinham uma utilidade incalculável, pois sendo muito mais acessíveis que os produtos de luxo, satisfaziem múltiplas necessidades, mormente das classes mais desfavorecidas.

Pode-se então dizer, que houve uma mudança radical no espírito das organizações das exposições, já que anteriormente, a primazia e o destaque iam simplesmente para os produtos

⁷⁹ PASCOAES, Teixeira de, *O espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Renascença, 1912, p.7.

⁸⁰ *Exposição Universal de 1867 em Paris*, Lisboa, Imp. Nac., 1865, p.3.

de luxo, para o belo, enquanto agora todo o interesse estava voltado para os produtos que satisfaziam as necessidades mais prementes do dia a dia da vida humana, embora os primeiros continuassem obviamente, a estar também presentes.

Tudo concorria para incentivar os concorrentes à Exposição a darem o melhor de si próprios.

A LEGISLAÇÃO

Em 28 de Outubro de 1907 foi assinado pelos nossos ministros um decreto que contém as seguintes disposições:

«Art. 1º - A secção portuguesa na exposição do Rio de Janeiro em 1908 compreenderá três sub-secções: agrícola, industrial e de belas artes.

*1º - Nas sub-secções agrícola e industrial compreender-se-ão de preferência os productos exportáveis e susceptíveis de consumo de alguma importância.

*2º - Na sub-secção de belas artes compreender-se-ão não só os trabalhos de desenho - pintura a óleo ou aguarela, arquitectura e escultura, mas também as de arte aplicada.

Art. 2º - A organização das colecções de productos portugueses a enviar à exposição do Rio de Janeiro será incumbida a uma comissão de nomeação do governo, de que farão parte: (a) um delegado de cada uma das associações de Lisboa - Associação Comercial, Associação Industrial, Real Associação de Agricultura e Sociedade Nacional de Belas-Artes; (b) um delegado de cada uma das Associações do Porto: Associação Comercial, Centro Comercial, Associação Industrial, Liga Agrária do Norte e sociedade de Belas Artes do Porto.

*único - A comissão dividir-se-á em duas sub-comissões com sede uma em Lisboa e outra no Porto. O governo nomeará o presidente de cada sub-comissão.

Art. 3º - O governo estabelecerá em diplomas especiais as disposições necessárias para a organização e execução dos serviços da secção portuguesa na exposição do Rio de Janeiro.

Art. 4º - Para custear em Portugal e no Brasil as despesas da secção portuguesa na exposição do Rio de Janeiro é autorizado o governo a gastar até à quantia de 150.000 réis.

Art. 5º - Fica revogada a legislação em contrário. O Conselheiro de Estado Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do reino e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 28 de Outubro de 1907. = Rei = João Ferreira Franco Pinto Castello Branco = António José Teixeira de Abreu = Fernando Augusto Miranda Martins de Carvalho = António Carlos Coelho de Vasconcellos Porto = Ayres de Ornellas de Vasconcellos = Luciano Affonso da Silva Monteiro = José Malheiro Reymão. »⁸¹

⁸¹ *Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, pp. 549 e 550.

Em 21 de Novembro de 1907 saía «o Regulamento da secção portuguesa da Exposição do Rio de Janeiro de 1908.

I

Da comissão organizadora das collecções de productos

Art. 1º - A organização das collecções de productos portuguezes a enviar á exposição do Rio de Janeiro de 1908 é incumbida á comissão dependente do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, nomeada pelo Governo nos termos do artigo 2º do decreto com força de lei de 28 de Outubro de 1907.

*1º- A comissão divide-se em duas sub-comissões, com sede uma em Lisboa e outra no Porto. São de nomeação do Governo o presidente da commissão e o presidente de cada sub-comissão.

*2º- O Governo poderá aggregar a qualquer das sub-comissões um ou mais individuos, quando a conveniencia dos serviços o aconselhar.

*3º- Para o serviço, em Portugal, do expediente e da recepção, guarda e expedição dos productos a expor, porá o Governo á disposição da comissão os empregados que forem indispensaveis e puderem ser utilizados para esse fim.

Art. 2º- Farão parte da commissão, como membros natos d'ella, o director geral da agricultura e o director geral do commercio e industria, que assistirão ás sessões da comissão ou das sub-comissões, e substituirão, por ordem de antiguidade, o presidente da comissão nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 3º - O presidente da comissão terá um adjunto que fará parte da sub-comissão de Lisboa, dirigirá o expediente relativo aos serviços communs ás duas sub-comissões e desempenhará junto de qualquer d'ellas as funcções especiaes que lhe forem incumbidas pelo mesmo presidente.

Art. 4º - Á sub-comissão que tem a sede em Lisboa incumbe o colleccionamento dos productos dos districtos de Beja, Castello Branco, Evora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarem, Angra do Heroismo, Horta, Ponta Delgada e Funchal; á sub-comissão que tem a sede no Porto incumbe o colleccionamento dos productos dos districtos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vianna do Castello, Villa Real e Viseu.

•único – As sub-comissões poderão organizar comissões regionaes ou locaes para facilitar o desempenho do encargo que lhes é commetido por este regulamento.

Art. 5º - Para promover a concorrência de expositores á exposição de que se trata poderá recorrer a comissão ou qualquer das sub-comissões á cooperação das associações de classe (commerciaes, industriaes ou agricolas), dos syndicatos agricolas e das sociedades scientificas, e á acção e influencia das estações officiaes dependentes do Ministerio das Obras publicas, Commercio e Industria, das corporações administrativas, dos funcionarios dependentes dos diversos Ministerios e em especial dos governadores civis e administradores de concelho.

*único. Ás sub-comissões incumbe distribuir convites aos agricultores, industriaes e commerciantes, enviar-lhes os impressos necessarios, dar esclarecimentos aos expositores que os pedirem e estabelecer as regras que devam observar-se em harmonia com o presente regulamento e com as instrucções especiaes que forem opportunamente communicadas ás mesmas sub-commissões.

Art. 6º O presidente da comissão superintende em todos os serviços de que se trata, e corresponde-se com os presidentes das sub-comissões e com quaesquer corporações, repartições, funcionarios ou particulares sobre assuntos da exposição.

O presidente de cada uma das sub comissões corresponde-se, sobre esses assuntos, com o presidente da comissão e com as corporações, repartições, funcionarios ou particulares da respectiva circunscricção. Os pedidos, reclamações ou indicações das sub-comissões a apresentar a qualquer das Secretarias de Estado serão sempre feitos por intermedio do presidente da comissão.

•único. As communicações do presidente da comissão sobre requisições de fundos, autorização de despesas, organização dos serviços, escolha e remuneração de pessoal, e em geral sobre assuntos cuja resolução dependa do Governo, serão sempre feitas por intermedio da Direcção Geral do Commercio e Industria.

II

Dos productos a expor

Art. 7º A secção portuguesa na exposição do Rio de Janeiro de 1908 comprehenderá tres sub-seccções: agricola industrial e de bellas-artes. Os productos a expor em cada sub-seccção serão classificados por grupos e classes.

Os productos que houverem de figurar em cada sub-seccção serão installados no pavilhão especial destinado á secção portuguesa, nos termos do regulamento geral da exposição, sem prejuizo de quaesquer concessões que sejam obtidas ulteriormente.

•único. Poderão ser admittidos na secção portuguesa da exposição productos que não pertencendo exclusivamente ao ramo agricola, industrial ou de bellas-artes, possam comtudo concorrer para tornar mais completa e brilhante a representação do país na exposição de que se trata.

Art. 8.º Nas sub-seccções agricola e industrial comprehender-se-hão de preferencia os productos exportaveis e susceptiveis de consumo de alguma importância. Na sub-seccção de bellas-artes comprehender-se-hão de preferencia não só os trabalhos de desenho, pintura a oleo ou aguarella, architectura, escultura e gravura, mas tambem os de arte applicada.

Art. 9.º É permitido ás associações de classe e aos syndicatos agricolas fazer exposições collectivas de productos regionaes.

Art. 10.º Não serão admittidos na secção portuguesa da exposição do Rio de Janeiro substancias corrosivas, inflamaveis ou explosivas.

Art. 11.º Sempre que o presidente da commissão ou qualquer das sub-commissões o julgar conveniente, proceder-se-há ao exame e selecção dos productos a expor. Os vinhos e azeites serão sujeitos á analyse chimica. Serão excluidos os productos que não estiverem nas condições devidas, que, não sendo susceptiveis de consumo de alguma importancia, não forem apropriados para o fim indicado no * único do artigo 7.º, ou que não estiverem devidamente acondicionados.

•único. Da exclusão ordenada pelo presidente da commissão ou pela sub-comissão respectiva não haverá recurso.

Art. 12.º para admissão dos trabalhos de bellas-artes na secção portuguesa da exposição do Rio de Janeiro será organizado em cada uma das cidades de Lisboa e Porto um jury especial composto do director da Escola de Bellas -Artes do Porto, conforme o caso, do delegado da Sociedade de Bellas-Artes na sub-comissão da respectiva cidade e de um vogal eleito pelos expositores da mesma cidade.

•único. Das decisões deste jury não haverá recurso.

Art. 13.º Cada expositor de vinhos, aguardentes, licores ou azeites porá á disposiçcão da commissão, para analyses, provas e propaganda, as quantidades dos seus productos a expor que forem opportunamente fixadas.

Art. 14.º Os productos a expor poderão ser acompanhados de esclarecimentos, memorias, programmas, ou annuncios, que os expositores desejarem fazer distribuir. Serão recusados, e quando hajam sido aceitos não serão distribuidos, os que não estiverem em condições convenientes.

Art. 15.º Poderá, quando necessario, ser reduzido para qualquer expositor o espaço por elle requisitado para installação dos seus productos, conforme a area que a secção portuguesa haja de occupar na exposição e o numero de expositores inscritos. Os espaços concedidos para installação especial de qualquer expositor são intransmissiveis.

III

Dos encargos do Estado

Art. 16.º Serão de conta do Estado as despesas de:

a) Transporte, carga e descarga dos productos desde a estação do caminho de ferro mais proxima do logar de producção até ao recinto da exposição no Rio de janeiro, e premio de seguro contra riscos de mar.

b) Installação dos productos no pavilhão reservado para a secção portuguesa e respectivo mobiliario, conforme o plano que for adoptado, excepto quando o expositor pretender installacções especiaes.

c) Guarda e conservação dos productos expostos no recinto do pavilhão da secção portuguesa, emquanto durar a exposição.

d) Empacotamento ou encaixotamento no recinto da exposição no Rio de Janeiro, carga, descarga e transporte até à estação de caminho de ferro do ponto de partida em Portugal, e premio de seguro contra riscos de mar, dos productos que tenham que voltar á procedencia para serem restituídos aos expositores.

IV

Dos encargos dos expositores

Art. 17.º O empacotamento, engarrafamento, encaixotamento e enfardamento dos productos ficarão a cargo dos expositores, devendo estes conformar-se com as regras que se estabelecerem a tal respeito.

No encaixotamento de quaesquer productos a expor os expositores deverão empregar, quanto possível, parafusos de preferencia a pregos ou arcos.

Art. 18.º Os expositores que pretendem installação especial para os seus productos na secção portugueza poderão, com previa licença, fazer essa installação á sua custa, nos termos do regulamento geral da exposição, sujeitando o respectivo projecto á approvação de quem superintender na installação dos productos do Rio de Janeiro.

Art. 19.º O Estado não toma responsabilidade alguma pela avaria, destruição ou subtracção dos productos enviados á exposição. Os expositores que quizerem garantir-se dos riscos provenientes de accidentes de transporte por terra, de incendio, de destruição ou perda por qualquer causa, de extravio ou roubo, deverão fazer o respectivo seguro á sua custa.

Art. 20.º Os objectos expostos não poderão ser retirados da exposição antes do encerramento d'ella, salvo em caso de deterioração.

V

Da venda de productos

Art. 21.º Poderá ser permittida a venda no Rio de Janeiro, por intermedio da agencia official da exposição permanente dos productos portuguezes na mesma cidade, dos productos portuguezes enviados á exposição, quando os expositores o autorizarem por escrito. Do producto d'essa venda serão deduzidas as despesas a que ella der logar.

Art. 22.º Os productos vendidos serão entregues, depois de encerrada a exposição, mediante previo pagamento do seu preço. A agencia official, logo que receba a importancia da venda, avisará os expositores para a cobrança.

Art. 23.º O Estado toma a responsabilidade pelo reembolso aos interessados do producto das vendas, liquidos das respectivas despesas.

Art. 24.º Poderá ser permittida a recepção, pela agencia official, de encommendas de productos iguaes ou analogos aos expostos, quando os expositores o desejem e assim o declarem por escrito. Essas encommendas serão transmittidas aos interessados, não tomando, porem, o estado responsabilidade alguma nem pela solvabilidade de quem fez a encommenda nem pela inteira satisfação d'esta.

VI

Da entrega dos produtos expostos

Art. 25.º encerrada a exposição, poderá, a pedido dos expositores, ser feita entrega dos respectivos productos não vendidos:

a) No recinto da exposição ás pessoas indicadas pelos expositores, correndo de conta d'estes todas as despesas a partir do momento da entrega;

b) Á agencia official da exposição permanente dos productos portuguezes no Rio de Janeiro, para serem por ella vendidos de conta dos respectivos expositores.

Art. 26.º Os productos não vendidos ou não mandados entregar nos termos do artigo antecedente serão reexpedidos para Portugal e aqui entregues aos expositores.

VII

Do catalogo

Art. 27.º Independentemente do catalogo geral da exposição, será organizado e impresso por conta do Estado um catalogo dos productos expostos na secção portuguesa da exposição do Rio de Janeiro.

VIII

Disposições diversas

Art.28.º Todos os funcionarios e repartições do Estado, e especialmente os dependentes dos Ministerios do reino e das Obras Públicas, Commercio e Industria, deverão prestar auxílio aos trabalhos preparatorios da exposição de que se trata e satisfazer ás requisições que lhes forem dirigidas para o bom exito da exposição portuguesa.

IX

Serão estabelecidos em regulamentos especiaes, apreciados pelo Ministro das obras publicas, Commercio e Industria, as prescrições complementares necessárias para execução dos diversos serviços da secção portuguesa da exposição do Rio de Janeiro.

Paço, em 21 de Novembro de 1907 = José Malheiro <reymão

D. do G. nº 271, de 30 de Novembro de 1907⁸²

Pela leitura atenta do regulamento da exposição, verificamos em primeiro lugar, o zelo posto pelo governo português na organização da nossa secção na Exposição do Rio de Janeiro. Era a prova de que considerávamos este evento, como algo de muito importante que poderia marcar de forma indelével, o futuro do nosso país. Depois, constatamos que Portugal pretendia fazer-se representar nesta Exposição, não só através do governo da Nação, neste caso pela autoridade suprema – o próprio rei -, mas também por meio da própria Nação, desde as associações agrícolas, comerciais, industriais, de belas artes. Verifica-se o extremo cuidado do nosso governo, com toda a sua organização, ao nomear uma comissão composta por delegados das Associações Comerciais, Industriais e de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, comissão

⁸² *Ibidem*, pp. 571-573.

essa que por sua vez, se dividiria em duas sub-comissões, sediadas nas duas principais cidades do país. Assim, os produtos dos distritos do sul e também das ilhas dirigir-se-iam para Lisboa, enquanto os dos distritos do Norte, para o Porto. O transporte estaria assim mais facilitado, as eventuais elucidações aos concorrentes a expositores também, bem como a própria selecção dos produtos que melhor representassem o país. Da presença de homens de negócios nas comissões organizadoras, se infere da grande importância que atribuíamos nesta Exposição, ao alargamento dos nossos mercados.

De salientar igualmente, todos os encargos de despesas assumidos pelo nosso Governo, quanto ao transporte, à carga e descarga dos produtos nas duas viagens, à instalação dos produtos, bem como à sua guarda e conservação, quando expostos no pavilhão português.

Todo este cuidado demonstra o interesse que havia em que participassem o maior número possível de expositores, já que se procurava evidenciar alguns dos progressos que se iam verificando no nosso país, em todos os ramos de actividade.

Por isso, nada melhor que participarmos nesta Exposição, que, para além de ser um autêntico meio de divulgação cultural, tecnológico e artístico, sendo veículo de informação e educação, constituía por outro lado, uma grande forma de propaganda nacional. Explicam-se assim, todos os cuidados, todo o rigor e coerência a ter na sua preparação, na sua organização, para que quando chegasse o grande dia da abertura ao público, estivessem ali patenteados, os grandes aperfeiçoamentos verificados na nossa agricultura e na nossa indústria, na técnica, na arte, na ciência e no pensamento, destinados a servir o bem comum e não «interesses individuais egoístas», como proclamavam os positivistas.

A exaltação nacionalista era óbvia nestes certames.

A Exposição seria também um meio de possibilitar o aumento do consumo dos nossos produtos, sobretudo através do incremento das nossas exportações. Por isso é que as secções agrícola e industrial, compreenderiam essencialmente, os produtos mais facilmente exportáveis, sendo no entanto alguns, de consumo de certo valor.

E todos estes preparativos, bem como o zelo posto nestes trabalhos, pretendiam também contribuir para incitar os nossos agricultores, industriais, operários e artistas, a trabalhar afincadamente, cheios de entusiasmo e amor, nesta obra colectiva que era a exposição dos nossos produtos.

A comissão organizadora da secção portuguesa na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, aí se instalou em 4 de Dezembro de 1907, para se dar o maior andamento possível a

todos os trabalhos, que eram muitos e que tinham de ser efectuados para que a nossa representação fosse o mais brilhante possível.

Os pedidos dos nossos produtores nacionais para participar neste certame foram desde logo numerosos e perante tantas adesões aos convites efectuados, logo a comissão acima referida verificou não haver área suficiente para que tantos expositores portugueses pudessem exhibir os seus produtos condignamente. Solicitou então ao governo brasileiro, a cedência de mais espaço, para que o governo português pudesse construir outro pavilhão, contíguo ao tal pavilhão manuelino oferecido pelo Brasil e a que já fizemos referência, para que a Exposição dos nossos produtos pudesse ser realmente mais importante e grandiosa.

«Obtida a necessaria auctorisacção do Governo brasileiro para Portugal poder mandar construir um anexo, proximo do pavilhão principal, ficou definitivamente destinado ao nosso paiz o espaço de 4:200 metros quadrados, sendo 3:000 metros quadrados no pavilhão manuelino, e 1:200 metros quadrados no pavilhão anexo.»⁸³

Era nesta área que ainda se considerava exígua, que Portugal ia expor os seus produtos aos olhos não só de brasileiros e portugueses, mas do mundo em geral.

4.4 - O CATÁLOGO

Um catálogo organizado e elaborado por Cincinato da Costa dá-nos a ideia de como a nossa secção foi organizada, os artigos expostos, o endereço dos seus fabricantes e as recompensas por eles obtidas em anteriores exposições. Os Catálogos são importantes meios de divulgação das exposições. Exposições e catálogos traduziam a imagem que cada nação idealizava para si própria e pretendia transmitir. Assim, os nossos produtos foram divididos por sete secções. A primeira delas foi dedicada à agricultura; a segunda às minas; a terceira à indústria; a quarta às belas-artes; a quinta à arte aplicada; a sexta à higiene e assistência; e por fim, a sétima e última secção, mostrava obras científicas, literárias, mapas e colecções de estudo.

Houve desde logo, a preocupação da comissão organizadora de evidenciar aquilo que

⁸³ Costa, B.C. Cincinato da, (org.), *Catalogo Official da Secção Portuguesa, Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, Lisboa, Typ. A Editora, 1908, p.VII.

Portugal na realidade possuía; enfim mostrar-se o país real, aquilo que produzíamos e que fornecíamos com as nossas capacidades e normais condições de trabalho. Queria-se demonstrar aos brasileiros, aos nossos emigrantes e ao mundo inteiro, que em Portugal já se iam produzindo algumas coisas de boa qualidade e que havia perseverança, tenacidade, inteligência, trabalho assíduo, dedicado e orientado por critérios práticos derivados dos progressos da ciência. Pretendia-se fazer crer que tínhamos motivos de sobra para nos orgulharmos, não só do nosso passado histórico, mas sobretudo também agora de um presente, a partir do qual e graças às nossas capacidades de trabalho, tentaríamos conquistar de novo o respeito das outras nações, algo abalado pelo ultimato inglês.

Em todas as secções se procurou fazer uma síntese daquilo que entre nós se produzia. Dizia-se que todas as secções estavam bem representadas, mas que sem dúvida a mais variada e numerosa em termos de produtos e informações expostos seria a da agricultura, o que também não era de espantar, visto ser esta actividade, a mais importante e desenvolvida no país e aquela que empregava a maior parte da população.

Este catálogo, tal como a Exposição, estava dividido por secções; sete ao todo, e, cada uma delas, tinha uma breve notícia descritiva para que o visitante se pudesse interessar e aproximar mais de tudo quanto Portugal produzia, para assim se dar uma ideia das condições em que se trabalhava no nosso país.

Mas, antes de nos pronunciarmos com maior ou menor detalhe sobre cada uma dessas secções, aludiremos mais uma vez, que, a tudo convinha dedicar atenção, para nos aproximarmos cada vez mais do Brasil e estreitarmos as nossas relações, no intuito de concretizarmos os nossos desígnios. Neste mesmo catálogo eram bem visíveis tais desejos, ao congratularmo-nos com tudo o que de bom iria acontecer a esta nação, a partir do dia da inauguração da sua Exposição. Mencionava-se que ela traria consigo, muitos triunfos e glórias para os nossos irmãos brasileiros e Portugal vibraria intensamente com tudo isto, comungando de todas estas vitórias, rejubilando com elas.

«Associando-se á sua festa nacional, comemoração de uma era notavel para o desenvolvimento e grandeza commercial do Brazil, Portugal presta a sua mais rendida homenagem á grande e florescente Nação Sul-Americana, agradecendo-lhe o cordeal acolhimento que quiz darlhe, o qual estreitará, por certo,

ainda mais, os laços de velho parentesco e de amistosas relações, que de há muito unem, entre si os dois povos.»⁸⁴

Tal como todos os discursos de amizade e fraternidade entre países, também este visava muito para além destes desideratos, como muito bem sabemos e já demonstrámos.

Voltando às secções e à primeira delas, divisa-se que servia desde logo para propagandearmos os nossos produtos, no caso os nossos famosos vinhos, conhecidos em todo o mundo, mencionados, apreciados, louvados e ganhadores de prémios em anteriores exposições a que concorriam. Apontavam-se também as treze regiões vinícolas do continente e ilhas: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira Litoral, Bairrada, Beira Alta, Dão, Beira Baixa, Estremadura, Bacia e Litoral do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira. Nomeavam-se as cinco principais classes em que os vinhos se dividiam: vinhos generosos e licorosos; vinhos comuns, genuínos, de pasto ou de consumo directo; vinhos de lote; vinhos espumosos; vinhos de caldeira, de queima ou próprios para destilação. Salientava-se o aumento das plantações e da produção, já que a preferência pelos nossos vinhos em todos os mercados de consumo era um facto. E esta ia indubitavelmente para o nosso vinho do Porto. Também os vinhos da Madeira eram mundialmente famosos e faziam parte da primeira categoria. Cincinato da Costa⁸⁵ realçava que todos eles tinham um alto valor oenológico, não havendo por isso o receio de serem postos em confronto com os mais célebres vinhos do mundo, porque nenhum os excedia em aroma, sabor, virtuosidade e flavor. Os Moscateis também eram muito saborosos.

Aproveitava-se para publicitar outros tipos de vinho, como os vinhos verdes do Minho ou os vinhos de Colares, Bucelas, Torres Vedras, entre outros, que eram considerados excelentes vinhos de mesa. Promoviam-se os vinhos de lote, referindo-se que vinham merecendo as melhores referências, servindo para a preparação de outros, destacando-se a sua harmonia, dado o equilíbrio de todas as substâncias que os compunham. Mais uma vez, daqui se volta a inferir da importância dos trabalhos a nível científico e dos aturados esforços para conseguir atingir estes níveis de superior qualidade. Era o triunfo do trabalho, da Ciência, para o bem da humanidade. Era a tal fé nas possibilidades destes, enfim nas capacidades do Homem, para a prosperidade universal, tudo aquilo em que os positivistas acreditavam.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.IX.

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p.VII.

Os vinhos espumosos também não fugiam à regra, mencionando-se que eles atingiam já uma certa cotação nos mercados de consumo. Voltavam a frisar-se recompensas obtidas por estes vinhos em anteriores exposições e que eram muito vendidos no Brasil e também na Inglaterra, dada a perfeição do seu fabrico, a sua pureza e o preço acessível a que era posto à venda, o que constituía um convite a uma maior exportação.

Mesmo aqueles vinhos que praticamente não tinham qualquer cotação, não passavam despercebidos nesta Exposição, pois serviam para outras finalidades, como por exemplo fazer uma boa aguardente.

Se em alguns anos, a exportação de vinhos para os mercados do Brasil e da Inglaterra, os nossos principais mercados de consumo vinícolas, era menor, havia sempre uma justificação a dar, como o facto dos nossos vinhos terem sido preteridos por imitações estrangeiras dos nossos vinhos do Porto e da Madeira, para prejuízo não só dos nossos produtores, mas também dos consumidores, já que estavam a comprar vinhos de inferior qualidade. E, como no capítulo precedente tivemos ocasião de mencionar, isto (as imitações) ocorria com muita facilidade e a principal causa para que tal acontecesse, estava no facto de não possuímos uma linha de navegação nacional para o Brasil, que levasse os nossos produtos, no caso os nossos vinhos, praticamente directos ao consumidor. Recorrendo à navegação estrangeira para o transporte nacional, estávamos sujeitos a todo o tipo de falsificações.

Sabemos que uma das razões que levava o nosso rei ao Brasil, era o interesse de negociar uma linha de navegação entre os dois países. Mas, talvez os próprios «brasileiros» mais ricos, ao corrente da situação, pudessem interessar-se em investir na criação duma companhia nacional de navegação.

Outro facto que contribuía para algum decréscimo das nossas exportações de vinho, era a França ter replantado os seus vinhedos dizimados pela filoxera. Encontrando-se agora com produções elevadíssimas, não só deixou de nos vir comprar os vinhos, como se transformou numa potencial concorrente nos mercados mundiais.

No catálogo, também se referem as companhias vinícolas, as sociedades e casas comerciais que faziam o grosso das exportações e as principais companhias de navegação que faziam carreira regular dos nossos portos para o Brasil.

No final do capítulo desta secção há uma extensa lista com a relação de todos os expositores, das qualidades e quantidades de vinho disponíveis, das recompensas que tinham obtido em anteriores certames, desde diplomas com menções de honra, medalhas de ouro e de prata, os mercados para onde exportavam, entre outras informações.

Estas recompensas que determinados expositores obtinham nas exposições, eram excelentes, porque tornavam de facto os nossos produtos e o nome das casas em que eram fabricados mundialmente conhecidos; evidentemente de acordo com o prestígio da exposição. Poderiam assim, contribuir para o enriquecimento e prosperidade dos primeiros. Mas, estes prémios ainda tinham outra vantagem: contribuíam para que mais uma vez, todos os nossos expositores envidassem esforços, no sentido de todos os que expunham se sentissem estimulados a dar o seu melhor, isto é, a aumentar a produção, a qualidade e variedade de produtos, tentando ao mesmo tempo reduzir os preços, no sentido de os tornar concorrenciais, de aumentar as suas vendas, no intuito de conseguir também a almejada recompensa.

Um segundo capítulo desta primeira secção era dedicado aos vinagres e às suas características, nomeando-se que se tratava de uma indústria secundária e complementar da vinícola. Dizia-se que o vinagre era produzido a partir do nosso vinho que possuía qualidade inferior e, que, os processos de produção ainda eram antiquados e rotineiros. Contudo, procurávamos transformar este defeito em virtude, salientando que só desta forma os vinagres poderiam ser genuínos, já que não eram verdadeiramente produtos industriais, mas sim fruto da laboração em pequenas quantidades, em casas de pequenos lavradores, conseguindo-se assim, a pureza que produtos similares estrangeiros, mais industrializados, não possuíam.

Como produzíamos em pequena quantidade, também exportávamos na mesma medida, sobretudo para o Brasil e para as nossas colónias.

Ao longo do catálogo, verificamos constantemente, o enfoque dado ao nosso mercado colonial, para onde exportávamos grande parte dos nossos produtos. Se por um lado, Portugal pretendia demonstrar ao Brasil e ao mundo que ainda era detentor de um importante Império em África, procurando desta forma atrair o primeiro, para que este se sentisse tentado a estabelecer relações comerciais com as nossas colónias, por outro lado, poderia ser também, uma forma de tentar canalizar alguma da emigração que se dirigia ao Brasil, para África.

No término deste segundo capítulo, está também a relação dos expositores, os mercados para onde exportavam e, entre outras informações, as recompensas obtidas em anteriores exposições. Mais uma forma de se tentar provar, que o nosso vinagre era de superior qualidade.

Um terceiro capítulo reportava-se às aguardentes, licores e xaropes.

As nossas aguardentes, segundo o catálogo, possuíam qualidades preciosas, sempre que bem destiladas em aparelhos de destilação aperfeiçoados, podendo por isso comparar-se às melhores aguardentes que por esse mundo se fabricavam.

Referia-se que a indústria de destilação de aguardente proveniente do vinho, vinha-se desenvolvendo cada vez mais nos últimos anos, devido ao aumento da produção do nosso vinho e à consequente incapacidade de o exportarmos por preços mais rentáveis. Estas dificuldades também advinham de motivos que já referimos, como o aumento da concorrência e a falta de uma carreira portuguesa de navegação para o Brasil.

«Na preparação de licores e xaropes entram as bôas aguardentes de meza, originando productos muito agradaveis, que se preparam pelos melhores processos em fabricos especiaes, e que no estrangeiro teem sido muito apreciados, como o attestam as elevadas recompensas que sempre teem obtido nas Exposições Internacionaes a que teem concorrido.»⁸⁶

Os principais mercados de destino eram o Brasil e as nossas possessões ultramarinas. Igualmente nos aparece no final do capítulo, a relação dos expositores, os preços das aguardentes, licores e xaropes, as quantidades disponíveis em anos de produção regular, os mercados para onde exportavam, as recompensas obtidas.

No quarto capítulo referenciavam-se os azeites, dizendo-se desde logo que eram muito apreciados e vendidos a bom preço nos mercados de consumo, dadas as suas grandes qualidades de gosto e aroma, a sua cor de ouro, a sua leveza e fluidez, sendo os mais conhecidos, os de Mirandela, os do Douro, da Beira Baixa, entre outros.

Mencionava-se que tudo isto se ficava devendo, ao facto da oliveira encontrar em Portugal, terrenos e clima propícios para o seu desenvolvimento e produção. Era mesmo referido que as nossas oliveiras se comparavam com as melhores de França e de Itália.

Outras informações relacionavam-se com as variedades de oliveiras, as dimensões dos seus frutos, o seu peso médio e o seu rendimento em azeite.

«Modernamente, a industria do fabrico do azeite, em Portugal, tem feito enormes progressos. Devido a uma propaganda intelligente e continuada, feita pelos nossos agronomos e professores das escolas de agricultura, em publicações differentes, se em congressos, tendo sido sobretudo notavel a obra technica produzida pelo ultimo congresso de Leitaria, Olivicultura e Industria do

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p.126.

Azeite, promovido pela Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, e realizada em 1905, a industria oleicola tem-se transformado por completo, havendo-se substituído quasi, em todo o paiz, os processos rotineiros e antigos, pelos systemas mais racionaes e aperfeiçoados aconselhados pala sciencia.»⁸⁷

Um mapa indicava os lagares de azeite de sistema aperfeiçoado ou em vias de transformação, existentes no nosso país em 1907.

De relevar a importância dos congressos que se estavam realizando por toda a parte, inclusive em Portugal, onde se trocavam estudos e experiências realizadas em vários domínios da Ciência. Estas reciprocidades muito contribuíam para o progresso e prosperidade da humanidade e, segundo os positivistas, constituíam outra das formas de prestar culto à mesma, elogiando-se o trabalho, o esforço dos homens e aplicando-se na prática todas as novidades aí conhecidas, para o bem-estar de todos, da comunidade em geral.

E era graças a estes novos conhecimentos e novas técnicas, que algo à nossa volta ia progredindo.

Eram exactamente destes congressos, que saíam as novas práticas que permitiram a melhoria da qualidade do azeite.

Por isso mesmo é que Portugal exportava anualmente grandes quantidades deste produto, nomeadamente para o Brasil, Inglaterra, Rússia, Estados Unidos da América do Norte, Alemanha, Holanda, Bélgica e para as nossas colónias.

Mencionava-se ainda, que era de esperar dentro de pouco tempo, um aumento considerável da sua exportação, já que os processos de fabrico tendiam a desenvolver-se cada vez mais, designadamente com a transformação dos antigos lagares, pelas novas técnicas adquiridas pela ciência e graças aos óptimos terrenos que possuíamos para a prática da olivicultura.

Finalmente, o capítulo encerra tal como os outros, com uma relação de expositores, os preços por litro, a quantidade disponível, os mercados para onde exportavam e as recompensas obtidas.

No quinto capítulo, o enfoque ia para os cereais, farinhas e legumes, fazendo-se referência aos vários tipos de cereais cultivados, à qualidade superior do nosso trigo, quando comparado com o francês, italiano, australiano ou da América do Norte, salientando-se no entanto que, na maior parte dos anos, a nossa produção era escassa, recorrendo-se quase sem-

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.148.

pre à sua importação. Todavia, e numa situação que não se alterou ainda nos dias de hoje, aludia-se que podia ser a breve trecho modificada, graças às técnicas que se iam desenvolvendo, sobretudo no Alentejo, onde se ia fazendo a aplicação racional de adubos químicos, onde se escolhiam e seleccionavam sementes, se introduziam máquinas adequadas para o cultivo e colheita dos cereais. Iam-se igualmente arroteando novas terras para esta cultura.

Das plantas leguminosas, somente a fava atingia uma produção aceitável, mas mesmo assim com uma exportação pouco significativa para o Brasil e para as nossas colónias. Contudo, até neste sector uma sugestão era dada (querendo demonstrar-se que as ideias para uma maior prosperidade e riqueza não escasseavam entre nós), para que ele se desenvolvesse, nomeadamente começando pelo aumento da sua produção e transportando depois os legumes frescos em câmaras frigoríficas, devidamente apropriadas, até aos locais de consumo.

No final, temos a lista de expositores, a que já várias vezes nos referimos, só que desta vez relacionada com estes produtos, como é evidente.

No sexto capítulo tratavam-se as nossas cortiças, ocupando Portugal o primeiro lugar em termos mundiais na sua produção, já que possuía, sobretudo a sul do Tejo, condições propícias para que o sobreiro se desenvolvesse.

Realçavam-se as excelentes qualidades das nossas cortiças, para o fabrico de rolhas, sendo muito procurada por países como a Alemanha, a Inglaterra, a França e até a Espanha, que vinham aperfeiçoando as suas indústrias de produção deste material.

A exploração dos sobreiros era por este motivo altamente rentável para nós.

Encerra-se mais uma vez, com o mesmo tipo de informações que os outros.

O sétimo capítulo do catálogo reportava-se aos produtos de origem animal, como os lacticínios, as lãs, as sedas, o mel e a cera. Destes, os primeiros eram os mais importantes, dado o grande incremento da produção de gado leiteiro, sobretudo no norte de Portugal. A acompanhar o aumento da produção, verificava-se, dizia Cincinato Costa⁸⁸, um grande desenvolvimento da nossa indústria leiteira, utilizando todos os aparelhos apropriados, criados pelas ciências, principalmente no fabrico do queijo e da manteiga. Continuava-se dizendo que as nossas manteigas possuíam uma qualidade superior, tanto pelo seu paladar como pelo seu aroma, não devendo nós por isso recearmos o confronto das nossas manteigas com outras de renome mundial.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.263.

Do fabrico do queijo, realçavam-se os grandes progressos.

Quanto às lãs, aludia-se que as brancas eram as mais procuradas e as que tinham melhor preço no mercado. Era outra forma de procurarmos incentivar as nossas exportações, falando de preços acessíveis, para vencer a concorrência de outros países.

No que respeita à indústria da seda, Cincinato Costa⁸⁹ dizia, que depois do seu apogeu, no tempo do Marquês de Pombal, acabou por decair com a doença que atacou as sirgânias.

No entanto, nos últimos anos, a sericultura tinha voltado a prosperar, principalmente com a plantação de muitas amoreiras e com a criação de uma Estação especial de fomento agrícola em Mirandela, para seleccionar e apurar da semente do bicho da seda e ensinar os lavradores a melhor rentabilizarem esta cultura. Numa época positivista, mais uma vez se procurava revelar que os conhecimentos científicos eram aplicados nas práticas agrícolas.

Mencionava-se ainda, que a seda portuguesa era de excelente qualidade, sendo muito conhecida internacionalmente.

A produção de mel e cera era muito diminuta, mas salientava-se que nos últimos anos a apicultura vinha a progredir a olhos vistos, substituindo-se processos antigos, por outros cada vez mais aperfeiçoados que eram as colmeias móveis.

O oitavo capítulo desta secção agrícola promovia os frutos secos e preparados, todo o trabalho que envolvia a sua preparação, as frutas mais utilizadas e as principais localidades onde este labor se desenvolvia. Falava-se das conservas alimentícias, ramo de exploração agrícola e industrial a desenvolver-se bastante, fazendo-se por isso largo comércio, sobretudo com as conservas de peixe (sardinha e atum), muito apreciadas principalmente na França, na Inglaterra, na América do Norte e no Brasil, para onde se exportavam largamente. Referenciavam-se os mais importantes centros de preparação, as principais operações desta indústria, desde que o peixe era pescado, até à conserva final.

O nono e último capítulo desta secção agrícola, referia-se a diversos, onde podemos encontrar desde fotografias, quadros a óleo, alfaias agrícolas, adubos, etc.

Dando esta visão da nossa agricultura, pretendia-se evidenciar, que o Estado português se preocupava com algumas situações deficitárias aqui apresentadas, procurando animar e estimular os nossos agricultores, por forma a não esmorecerem no seu trabalho, enfatizando ainda alguns progressos já efectuados e outros que se poderiam vir a concretizar. Para que tal desiderato se verificasse, esperava-se a injeção não só de capitais estatais, mas essencial-

⁸⁹ *Idem, ibidem, p.276.*

mente e com toda esta publicidade feita em redor do nosso sector primário, de capitais dos «brasileiros» e até de estrangeiros que por cá desejassem investir.

A segunda secção deste catálogo diz respeito às minas. Cincinato Costa⁹⁰ aproveitava para realçar que Portugal possuía muitos minérios, embora só agora começasse a fazer uma exploração regular. Entre eles, os principais eram: o ferro, o arsénico, o manganês, o cobre, o chumbo, o zinco, o estanho, o volfrâmio, a prata e o ouro. No entanto, na Exposição só iriam figurar pequenas amostras destes minérios, dada a dificuldade e o pouco interesse comercial em transportar grandes blocos. Mencionava-se ainda, que Portugal possuía uma riqueza mineira considerável e muito conhecida.

A terceira secção do catálogo é dedicada à indústria, salientando-se desde logo os consideráveis progressos feitos pela indústria manufactureira, sobretudo desde que a pauta proteccionista de 1892 a protegeu da concorrência estrangeira, o que contribuiu para o desenvolvimento de indústrias como a de fiação e tecelagem de algodão e de lanifícios, produzindo-se então tecidos brancos e de cor, que não ficavam aquém dos melhores panos estrangeiros. Chamava-se também a atenção para os seus preços bem acessíveis.

No que respeita à indústria metalúrgica, dizia-se que esta se tinha desenvolvido bastante nos últimos anos, sendo o trabalho em peças de cobre muito perfeito e por isso muito admirado além-fronteiras.

Cincinato Costa⁹¹ continuava declarando, que identicamente as indústrias de carpintaria e marcenaria tinham em Portugal muita importância e que a reputação dos nossos operários era grande, na feitura de complicados objectos de madeira. As indústrias do calçado, de luvaria e chapelaria, eram muito importantes, principalmente esta última, pela qualidade dos produtos que fabricavam, pelo seu acabamento perfeito e pelos módicos preços com que eram postos à venda. Quanto à indústria de materiais de construção, também tinha feito assinaláveis progressos, havendo numerosas fábricas de telha, cimento, corticite, espalhadas por todo o país.

Nas chamadas indústrias caseiras, relevância por exemplo, para a dos artefactos de verga, chamando-se a atenção para todo o processo de fabrico e para os mercados para onde exportávamos.

Continuava-se dizendo, que, embora a agricultura fosse a actividade principal em Portugal, o que é certo é que a indústria também vinha contribuindo para a nossa riqueza, de-

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.319.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p.337.

vido ao grande aperfeiçoamento dos artigos que por cá se produziam, o que seria amplamente demonstrado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908.

A Quarta secção é a das Belas Artes, onde se referiam os nossos grandiosos monumentos, como os Mosteiros da Batalha, de Alcobaça, dos Jerónimos, o convento de Cristo em Tomar, o célebre pintor Grão Vasco do séc. XVI, bem como Columbano, Malhoa, entre outros. Pena era, dizia-se, que todos eles não trabalhassem noutros meios de maior projecção social e artística, para atingirem ainda uma maior notoriedade. Mas, agora com a Exposição, pretendia-se que essa tal notoriedade e reconhecimento mundial fossem de facto alcançados. Eram dos nossos mais consagrados artistas, as obras que iriam estar lá patentes ao grande público. Até obras dos nossos reis estariam ao lado dessas obras consagradas.

«O Brasil terá assim ocasião de avaliar o estado de adeantamento em que se encontram na epocha actual, as bellas-artes em Portugal, e poderá sentir quão entusiastico foi o acolhimento que teve entre nós a idéa de nos associarmos à grande festa nacional que elle solemnisa em 1908, por este apoio desinteressado, que lhe prestam todas as classes sociaes, lisonjeando-se de contribuirem, com o fructo do seu engenho e trabalho, para o maior brilho da Exposição.»⁹²

Sobre as Belas Artes e dada a sua importância, foi também publicado um catálogo à parte, onde se faziam referências aos quadros expostos, aos seus temas, os nomes dos pintores, uma breve biografia acerca de cada um deles, bem como algumas das suas principais obras, as suas dimensões. Falava-se igualmente da escultura, da arquitectura, dos trabalhos de pastel e desenho, aguarelas, arte aplicada. Publicava-se o índice dos expositores, de onde ressaltavam os próprios nomes dos reis D. Carlos e D. Amélia.

Pretendia-se que os nossos artistas se tornassem conhecidos e fossem solicitados para trabalhar no estrangeiro.

Este catálogo faz ainda uma sinopse sobre a evolução da arte em Portugal, falando-nos, desde a pintura paisagística de Silva Porto, ao famosíssimo escultor Soares dos Reis, da ascensão das artes decorativas como a ourivesaria, os azulejos, os tapetes d'Arrayolos, a cerâmica, nomeadamente a de Raphael Bordallo, as rendas de D. Maria Augusta Bordallo Pi-

⁹² *Idem, ibidem*, p.490.

nheiro.

A quinta secção refere-se à arte aplicada ou decorativa, na qual Portugal exporia essencialmente azulejos, ourivesaria, rendas, bordados, cerâmica ornamental, talha em madeira e embutidos. Cincinato Costa⁹³ alegava, que os produtos que íamos apresentar na Exposição eram amplamente demonstrativos do adiantamento e progresso deste ramo especial da indústria, em que o belo se conjugava com os fins utilitários. Na ourivesaria chegava-se mesmo a salientar, a casa Leitão & Irmão de Lisboa, uma das melhores em todo o mundo, graças à notável perfeição dos seus objectos em prata. Seria esta firma a fazer uma admirável taça manuelina, que iria ser oferecida pelo rei D. Carlos ao Presidente da República do Brasil.

Destacavam-se também as nossas rendas, sobretudo as da Sra. D. Maria Augusta Bordallo Pinheiro, dizendo-se que a sua celebridade já havia chegado ao estrangeiro, pois nas exposições de Paris em 1900 e de S. Luiz, em 1904, na América do Norte, os seus trabalhos foram considerados dos melhores do género.

Uma indústria que também progredia a olhos vistos era a dos bordados da Madeira.

«As artes applicadas, ou decorativas, teem, como se vê, grande importancia actualmente em Portugal, e mais hão de desenvolver-se no futuro sob o influxo da melhor educação do nosso operario e artifice nas escolas industriaes, operario de ordinario, muito habil e intelligente, e com o estímulo dos concursos e exposições, que, repetidas vezes, se devam fazer, para estudos comparativos, e poder apreciar-se os proressos realizados.»⁹⁴

A sexta secção diz respeito à higiene e assistência, notando-se que mais uma vez se fala de grande desenvolvimento. As epidemias, referia-se, vinham a diminuir consideravelmente, praticamente quase já nem existindo. Salientava-se que as classes mais desprotegidas, viam, variadas vezes, a sua situação melhorada com a intervenção directa do estado ou com a acção filantrópica e humanitária de muitos particulares.

Principalmente nas cidades, abriam-se novas e grandes vias de comunicação, faziam-se parques, jardins, modificavam-se as canalizações, educavam-se as populações para as melhor prevenir contra a doença, realizavam-se muitas inspecções de saúde a estabelecimentos públicos, etc.

⁹³ *Idem, ibidem*, p.529.

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p.536.

«Recentemente o Congresso Internacional de Medicina, reunido em Lisboa, e notavelmente concorrido por professores das primeiras Universidades e homens de sciencia da mais incontestavel auctoridade, teve occasião de apreciar o grau de perfeição dos serviços hygienicos e hospitalares em Portugal, sendo unanimes os elogios, por parte das maiores summidades medicas do mundo, a favor das installações que se pódem considerar completas e modelares no genero, da Assistencia Nacional aos Tuberculosos; do Real Instituto Bacteriologico de Lisboa...»⁹⁵

Como obras filantrópicas de assistência e protecção aos mais desfavorecidos, havia as Cozinhas Económicas que proporcionavam bons alimentos mediante magro pecúlio aos indigentes.

Com tudo isto, procurava-se demonstrar que a ciência e a solidariedade caminhavam a par.

Nesta secção falava-se ainda das nossas águas minerais, e que poucos países teriam como o nosso, tantas e tão boas águas como as de Vidago, Pedras Salgadas, Gerês, entre outras. Referia-se que eram mundialmente conhecidas e que em anteriores exposições tinham alcançado grandes recompensas.

A última secção, a sétima, reporta-se a obras científicas e literárias, a mapas, a colecções de estudo, salientando-se igualmente, todas as recompensas obtidas com estes trabalhos.

Como já atrás evidenciámos, este catálogo serviu para transmitir a imagem que pretendíamos que portugueses, brasileiros e outros povos do mundo tivessem de Portugal. Assim, desde logo quisemos transmitir a ideia de que Portugal possuía recursos mais que suficientes para satisfazer as nossas necessidades. Intentávamos demonstrar a existência de uma indústria algo adiantada e aperfeiçoada, que em termos de técnicas e métodos de fabrico ia acompanhando alguns dos progressos que ocorriam noutros países, até com maiores recursos e que começaram a sua industrialização bem mais cedo que nós. Tentava-se captar investimentos estrangeiros ou dos nossos emigrantes no Brasil, o que não era de forma alguma inverosímil. De facto, tal como refere Maria Filomena Mónica⁹⁶, muitas das fábricas oitocentistas foram

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p.568.

⁹⁶ Maria Filomena Monica, «Capitalistas e Industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, nº 99, terceira série, 1987, p.845.

obra de gente próspera, com fortuna feita no Brasil, e de estrangeiros que para Portugal trouxeram os seus capitais e conhecimentos.

Externamente seria a possibilidade de granjearmos algum prestígio e respeito, após o vergonhoso ultimato. Seria a tentativa de alterarmos o conceito que os outros faziam de nós: uma nação rotineira e atrasada.

Internamente pretendia-se que os portugueses se orgulhassem de si próprios e da sua capacidade de trabalho através dos produtos patentes na Exposição, e se revissem na instituição monárquica que procurava tirar dividendos daquela.

A promoção dos nossos produtos e a imagem dos preços acessíveis eram idênticas muito importantes, para mais facilmente aumentarmos as nossas exportações e para demonstrarmos que em Portugal havia a preocupação com o bem estar das classes mais desfavorecidas. Procurávamos simultaneamente, demonstrar que o país acompanhava as novidades científicas, sobretudo através da realização de congressos, tão do agrado dos positivistas, e que depois tudo fazia para aplicar esses conhecimentos na prática, isto é, nos vários ramos de actividade, para se atingirem a prosperidade, a felicidade e o bem comum, máximas da Filosofia Positivista. A grande quantidade de expositores presentes (a seguir mostraremos alguns quadros, indicando o seu número em cada secção e por cada conjunto de produtos representado, remetendo para anexos, os quadros onde discriminaremos para cada secção e cada conjunto de produtos, o nome dos expositores e o distrito de onde provinham) é bem exemplificativa do interesse de que se revestia para eles esta Exposição. Era uma forma de tornar os seus produtos mais conhecidos, obter recompensas e a possibilidade de aumentar as suas vendas, os seus lucros e o seu prestígio, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

**NÚMERO DE EXPOSITORES POR CADA SECÇÃO E POR CADA
CONJUNTO DE PRODUTOS REPRESENTADO**

SECÇÃO	PRODUTOS REPRESENTADOS	NÚMERO DE EXPOSITORES
AGRICULTURA	VINHOS	157
	AZEITES	132
	CEREAIS, FARINHAS E LEGUMES	19
	CORTIÇAS	21
	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, LACTICÍNIOS, LÃS, SEDAS, MEL E CERA	29
	FRUTAS SECAS OU PREPARADAS E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS	30
	DIVERSOS	12
		400

SECÇÃO	NÚMERO DE EXPOSITORES
MINAS	22

SECÇÃO	PRODUTOS REPRESENTADOS	NÚMERO DE EXPOSITORES
INDÚSTRIA	FIOS, TECIDOS E VESTUÁRIO	56
	INDÚSTRIA METALÚRGICA	34
	MARCENARIA, MOBILIÁRIO E DE- CORAÇÃO	21
	FAIANÇA, ARGILA E CIMENTO EM OBRA; MATERIAIS DE CONSTRU- ÇÃO	17
	CALÇADO E COURO EM OBRA	22
	CHAPELARIA	2
	INDÚSTRIA DO PAPEL	4
	VIDRARIA	2
	TIPOGRAFIA; LITOGRAFIA; ENCA- DERNAÇÃO	12
	FOTOGRAFIA; TIMBRAGEM	14
	PRODUTOS FARMACÉUTICOS	47
	PERFUMARIAS, VELAS E SABÕES	7
	CONFEITARIA	6
	INSTRUMENTOS MÚSICAIS	6
	INDÚSTRIAS DIVERSAS	39
	289	

SECÇÃO	PRODUTOS REPRESENTADOS	NÚMERO DE EXPOSITORES
BELAS-ARTES	PINTURA A ÓLEO	32
	ESCULTURA	9
	ARQUITECTURA	9
	PASTEL E DESENHO	2
	AGUARELA	5
		57

SECÇÃO	NÚMERO DE EXPOSITORES
ARTE APLICADA	36

SECÇÃO	NÚMERO DE EXPOSITORES
HIGIENE E ASSISTÊNCIA	25

SECÇÃO	NÚMERO DE EXPOSITORES
OBRAS CIENTÍFICAS, LITERÁRIAS, MAPAS E COLECCÔES DE ESTUDO	65

Como já referimos, esta Exposição registou uma adesão muito grande de todas as camadas da população portuguesa. Como curiosidade, refira-se que até a Colónia Agrícola Correccional de Villa Fernando, lugar situado no Alentejo, mais propriamente no concelho de Elvas, distrito de Portalegre, resolveu participar, tendo-se imprimido um catálogo dos artigos que enviaram ao certame.

Esta colónia correccional tinha anexa uma herdade, onde os detidos praticavam a agricultura e a zootecnia. Também se dedicavam a determinados officios, como a alfaiataria, a carpintaria e a marcenaria.

«A intenção com que a Colonia Agrícola Correccional de Villa Fernando concorre á Exposição Nacional do Rio de Janeiro é, pois, não a de surpreender pela excellencia da natureza e quantidade dos seus productos, mas integrar-se no grande movimento humanitario e civilizador pela função economica e moral da sua acção, mostrando como são vantajosamente aproveitadas as forças e aptidões de individuos n'ella recolhidos que, ha instantes, eram

um perigo social, um fautor mesmo de perturbação, e que hoje marcham, progressivamente, para uma reabilitação completa por meio do trabalho.»⁹⁷

Para a Exposição, o seu trabalho foi dividido em dois grupos. No primeiro, estariam produtos agrícolas e industriais, como cereais, leguminosas, forragens, carne de porco ensacada, lã, peles de ovino, cortiças, amostras de madeira, plantas de herdade, projectos de edificações...

Num segundo grupo que era o das oficinas, haviam trabalhos de alfaiataria, sapataria, serralharia, carpintaria agrícola e civil, etc.

4.5 - O LIVRO «NOTAS DE PORTUGAL»

Relacionado com a Exposição e para nela figurar, foi elaborado um livro, organizado e dirigido por António Teixeira Júdice e Antonio Arroyo, a pedido da comissão que estava encarregada de coligir os produtos a apresentar na nossa secção, na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Este género de trabalho era similar ao apresentado por outras nações, em certames anteriormente efectuados. Procurava também ele, dar uma ideia da nossa vida mental, industrial, comercial e artística, em determinados ramos de actividade.

Compilava-se assim, num só livro, dividido em dois volumes, assuntos relacionados com as ciências, as letras e as artes. Eram trabalhos redigidos por pessoas intimamente ligadas a estes campos e considerados grandes homens nestas áreas. Pretendia-se dar uma imagem do país que éramos sob o ponto de vista económico e social, em aspectos relacionados com o programa da Exposição.

De início e de acordo com os assuntos tratados, o livro denominar-se-ia «Portugal, sua vida social e económica». No entanto, o regicídio em 1 de Fevereiro de 1908 trouxe muita perturbação, e, muitos colaboradores encarregados dos mais diversos temas recusaram-se a participar. Era demasiado tarde para convidar outros, no sentido de elaborarem artigos sobre os mesmos assuntos. Fez-se a alteração do nome do livro para «Notas de Portugal», pois o seu âmbito tornou-se mais reduzido, relativamente ao que de início se propunha.

Apesar disto, ele visava tal como o catálogo, demonstrar o nosso ressurgimento, para

⁹⁷ Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando, *Catalogos dos Artigos com que concorre á Exposição Nacional do Rio de Janeiro em Junho de 1908*, Port, Typ. a vapor da Real Of. De S. José, 1908, pp.5 e 6.

que todos soubessem que não tínhamos só um passado de que nos orgulhar, mas também um presente que não era para desdenhar, fruto das nossas capacidades e trabalho. Trabalho que nesta altura, era praticamente considerado sagrado, pois somente ele podia conduzir ao progresso e à felicidade geral.

Depois com a aliança de passado e presente, com a «utilização» da memória histórica, bem como com as representações do que era actual, procurávamos incutir ânimo nos portugueses para construirmos um futuro melhor.

Por último, pretendia estreitar os laços de amizade e fraternidade entre Portugal e Brasil, mormente, através do incremento das nossas relações comerciais.

Fazendo uma análise ao livro, constatamos imediatamente, tudo o que em cima afirmamos.

Ao lançar-se este livro, ambicionava-se demonstrar ao Brasil as nossas capacidades pensante e produtora, neste momento tão importante, tanto para eles, como para nós. É que nós sabemos, quão importantes eram e são estas exposições como já atrás vimos e, ainda por cima, sendo nós o único país estrangeiro a participar, com as vantagens daí inerentes, como tivemos igualmente ocasião de frisar.

O primeiro volume do livro, dava uma ideia da nossa vida científica, industrial, agrícola e comercial, fazendo desde logo, uma Introdução geográfica. Os outros capítulos são dedicados à Antropologia Portuguesa, às Formas da vida comunalista, ao Azeite, óleos e condimentos, à Produção agrícola, à Indústria leiteira, a uma Breve notícia sobre alguns materiais de construção não metálicos, nacionais, aos Correios, aos Telégrafos, à Geodesia, aos Jazigos de minérios, às Nascentes termo-minerais, às Pescas, à Aquicultura, à Silvicultura, à Produção vinícola, à Olivicultura, à Evolução da indústria portuguesa, à Madeira e Porto Santo, ao Arquipélago dos Açores, às Associações agrícolas, à Indústria pecuária, ao Ensino primário em Portugal, à Instrução secundária, ao Curso Superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário, ao Ensino médico, ao Ensino industrial e comercial, ao Ensino das artes plásticas, à Medicina, à Cirurgia, à Assistência pública e hospitalização, à Saúde pública, à Profilaxia em Portugal das doenças infecto-contagiosas, aos alienados, à Luta contra a tuberculose, à Evolução da engenharia civil, à Navegação exterior, aos Caminhos de Ferro, à Viação ordinária e aos Edifícios públicos.

O segundo volume debruçava-se mais sobre a vida artística e paisagística portuguesas, contendo capítulos relacionados com temas como por exemplo, o que diz respeito ao País português – o solo, o clima e a paisagem, havendo vários subcapítulos dedicados a várias re-

giões, como, o Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Serra da Estrela, Aveiro, Coimbra, Estremadura, Sintra, o Tejo e Lisboa, o Alentejo e o Algarve. Outro capítulo é dedicado às praias e estações termais – Portugal, estação de Inverno, contendo também vários subcapítulos dedicados às praias portuguesas, às águas e estações termais que por sua vez ainda se subdividem em secções relacionadas com o Reumatismo e doenças da pele, as doenças das vias digestivas, doenças diversas, doenças das vias respiratórias e artitismo, as águas purgativas. Outro subcapítulo é ligado ao tema, Portugal, estação de Inverno. Os restantes capítulos tratam da Habitação, da Arte Decorativa Portuguesa, da Arquitectura, da Ourivesaria, através de um estudo histórico (até fins do séc. XV), dividindo-se este, também nalguns subcapítulos, começando com uma abordagem à Arte pré-histórica e proto-histórica, seguindo-se outro dedicado ao Primeiro período cristão e Idade Média (até 1500), havendo depois uma Conclusão, onde se fala de inventários, facilidades para o estudo, encerrando com Fontes de consulta. O último capítulo refere-se à Música, contendo três subcapítulos – um Preliminar, outro relativo ao Séc. XVIII e o último à Actualidade.

Era um livro destinado aos nossos irmãos brasileiros a quem tantos laços nos prendiam.

Como já mencionámos, o primeiro volume começa por fazer uma introdução geográfica do nosso país, da autoria de Silva Telles⁹⁸, Professor do Curso Superior de Letras e da Escola de Medicina Tropical. Fala da posição de Portugal, dos seus limites, dimensões e superfície.

A determinada altura refere:

«Portugal ocupa a parte mais ocidental da Europa e «pelas suas excelentes condições topographicas, e particularmente pelas qualidades excepcionaes do Porto de Lisboa, Portugal está destinado a ser o principal caes de desembarque e de transito do movimento commercial e de passageiros entre a Europa e a America do Sul, America Central e Africa occidental e meridional. Comparando as distancias entre os portos de Lisboa, Vigo, Bordeus, Havre, Liverpool, Londres, Anvedrs, Amsterdam, Roterdam, Hamburgo, Marselha e Genova, e os portos do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro,

⁹⁸ SILVA, Telles, «Introdução geographica», in Antonio Teixeira Judice e Antonio Arroyo, (org. e dir.), *Notas sobre Portugal, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908: secção portugueza*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp.1-56.

Santos, Rio Grande, Montevideu e Buenos Aires, é manifesta a superioridade do porto de Lisboa. Não é só o que está mais próximo de qualquer dos portos da América do Sul – o que se reconhece facilmente num planisfério – mas, é justamente o primeiro ponto da Europa que a grande navegação tem de reconhecer. A travessia da América do Sul a Lisboa não exige inflexões nas derrotas, indispensáveis aos transatlânticos que têm de demandar os portos do Mar da Gasconha, do Báltico, do Mar do Norte e do Mediterrâneo. A mesma superioridade torna-se evidente quando se comparam as distâncias entre esses portos europeus e os da África Occidental, como Dakar, Freetown, Victoria, Banana, Loanda e Lobito.»⁹⁹

Verificamos pois, uma intensa propaganda à excelente situação geográfica do porto de Lisboa, com vista a atrair os brasileiros e os seus produtos a Portugal, mais concretamente a Lisboa. Para além disso, acenávamo-lhes com a perspectiva de um porto franco e de um entreposto para os seus produtos. Era a nossa tentativa de transformar o porto de Lisboa, numa zona de intenso tráfego, num ponto de convergência no Atlântico, um excelente ponto estratégico, com grande vantagem por isso, nas lutas comerciais com os portos de Espanha, com muitos navios brasileiros a chegarem carregados de imensos produtos que interessariam a muitos estrangeiros que, por sua vez, os viriam buscar com os seus navios ou então os receberiam nos seus países, transportados por navios portugueses. E este imenso tráfego, tão desejado, traria à memória, uma cidade que outrora fora um grande empório comercial, à escala mundial e contribuiria decerto, pese embora a um ritmo muito mais modesto, para que a nossa capital readquirisse um certo vigor.

Patenteia-se aqui um certo saudosismo, mas como verificamos, não nos ficávamos só pela contemplação passiva do passado. Havia intuitos de melhorar no presente.

Para consolidar estes projectos, contava-se ainda com os benefícios que poderiam decorrer para o porto de Lisboa com a abertura do istmo do Panamá, já que tornava a comunicação entre os portos do Extremo oriente e da Austrália com a Europa muito mais facilitada.

Referia-se, que determinadas características dos nossos rios, como a sua navegabilidade até bem longe da foz, nomeadamente do Tejo, do Douro e do Guadiana, conferiam ao nosso território uma manifesta superioridade em termos comerciais.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.2.

Publicitávamos aquilo que tínhamos de bom, no sentido de tentar concretizar os nossos intentos, neste caso económicos.

A nossa História, mormente alguns dos seus factos mais importantes também não eram esquecidos, como por exemplo quando se abordavam características físicas do nosso país, que o individualizaram desde cedo do resto da península, e que contribuíram para a nossa autonomia política e posteriormente para a expansão.

Enfatizava-se a diversidade de paisagens entre o Norte e o Sul de Portugal, contribuindo para tal a hipsometria, pois o relevo torna-se mais montanhoso, à medida que se caminha de Sul para Norte e do litoral para o interior; a orogenia, fazendo-se referência às principais serras do país; a hidrografia, a que já fizemos alusão; as estradas geográficas, apontando-se os sítios do país onde os acessos eram mais fáceis; as costas de Portugal, realçando-se mais uma vez, a importância estratégica do porto de Lisboa; os caracteres geológicos, nomeadamente as rochas predominantes nas várias regiões do país.

As potencialidades do país continuam a ser exaltadas quando se focava que Portugal era um país muito rico sob o ponto de vista mineralógico, referindo-se depois os principais minérios explorados: arsénico, chumbo, manganésio, cobre, ferro, estanho, volfrâmio, zinco, carvão e antimónio. Os centros de produção mineira estavam um pouco disseminados por todo o país, embora o distrito de Beja fosse o mais importante neste aspecto.

Do ponto de vista agrológico, e entre outras coisas, referia-se a distribuição de certas espécies por áreas específicas. Isto, de acordo com as condições morfológicas do solo, do clima de cada região, da natureza das terras.

Dizia Silva Telles¹⁰⁰, que o estudo de todos estes factores era indispensável para se conhecer o valor de uma região, em termos de produtividade agrícola.

Muitos dados nos são transmitidos acerca do clima, da superfície cultivada e da área inculta, da distribuição das principais culturas pelo país e do espaço que cada uma delas ocupava. Assim, dizia-se que no distrito de Beja predominava a azinheira, no de Lisboa, as vinhas e os pinheiros, no de Santarém, os olivais, no de Portalegre, os sobreiros, no de Faro, as alfarrobeiras, no de Bragança, os castanheiros, no da Guarda, os carvalhos e no de Viseu, as matas de carácter misto.

Nota-se que havia uma enorme vontade de se transmitir o maior número de informa-

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.23.

ções sobre aquilo que éramos, para que o Brasil nos conhecesse melhor. Procurávamos que a sua simpatia por nós aumentasse, que a sua disponibilidade afectiva fosse maior e que a partir daí obtivéssemos mais compensações.

Outras informações importantes para que portugueses e estrangeiros pudessem conhecer melhor este país nos são fornecidas, desde as principais raças de gado existentes em Portugal, a composição e distribuição da nossa população pelo país e pelos vários sectores de actividade.

Estudos de Antropologia, também constam deste primeiro volume e são da autoria de Fonseca Cardoso¹⁰¹, Capitão do Exército, Secretário da «Portvgália». Fazia referência a trabalhos realizados pela Comissão dos Trabalhos Geológicos do Reino, criada em 1857 e que demonstravam a existência de homens do Paleolítico e Neolítico, no espaço hoje ocupado por Portugal. Vários esqueletos foram encontrados e estudados. Esta população salientava-se por ser a mais dolicocefala e homogénea da Europa, nos seus caracteres somáticos. Estes aturados trabalhos científicos justificaram a realização da IX sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia Pré-Históricas, em Lisboa.

Em 1885 foi criada a cadeira de Antropologia.

Mais uma vez se comprova, que Portugal pretendia dar ao mundo a imagem de que se esforçava por acompanhar o progresso, neste caso no campo científico, com importantes descobertas e estudos de populações muito antigas, bem como da realização de congressos tão importantes, segundo os positivistas, para a divulgação de muitos conhecimentos.

Rocha Peixoto¹⁰², Director da Biblioteca Pública e do Museu Municipal do Porto e Redactor em chefe da «Portvgália», redigiu um capítulo sobre as formas de vida comunalista em Portugal.

Mencionava que havia ainda muitos vestígios deste sistema agrário, especialmente nas regiões serranas, já que no resto do país, ele vinha aos poucos desaparecendo, devido ao desejo que havia no grupo de se ser mais rico, mais forte, mais independente.

Mas esta forma de vida que ainda subsistia, assentava «na posse colectiva do território, na partilha equitativa do bem commum e nas formas do seu aproveitamento ou cultura.»¹⁰³

¹⁰¹ CARDOSO, Arthur da Fonseca, «Anthropologia portuguesa», in *ibidem*, pp.57-72.

¹⁰² PEIXOTO, A. A. da Rocha, «Formas de vida communalista em Portugal», in *ibidem*, pp.73-84.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p.74.

Tentava-se desta forma passar a imagem de um país, onde a solidariedade era uma característica que ainda se cultivava.

Ramiro Larcher Marçal¹⁰⁴, Director dos Serviços Agrológicos e Vogal do conselho Superior de Agricultura, escreveu um artigo sobre o fabrico e o comércio do azeite da oliveira, generalizados em todo o país. Referia-se a existência de uma verdadeira indústria do azeite em Portugal.

«Os antigos lagares comuns, verdadeiros antros escuros, infectos e immundos tendem a desaparecer, indo sendo substituídos por novas oficinas ventiladas, banhadas de luz e montadas com novos e aperfeiçoados aparelhos.»¹⁰⁵

Descreve-se depois todo o processo de fabrico do azeite, aconselhando-se a sua produção, à medida que a azeitona ia sendo colhida, embora se reconhecesse que isto se revelava de difícil concretização, esperando esta sempre mais ou menos tempo para se fabricar, o que naturalmente, quando ocorresse o primeiro dos casos, prejudicaria a azeitona.

Referia-se que as tulhas, processo mais utilizado para a conservar, não era o melhor, já que lhe provocava acidez e um cheiro e paladar a este inerentes.

Para além de prestarmos uma atenção cuidada aos problemas que surgiam, procurávamos demonstrar a nossa preocupação, mostrando que, desde logo, se realizaram estudos e experiências que nos permitiram chegar a conclusões importantes, mormente o abandono e substituição das tulhas por silos, onde o ar e a humidade não estivessem presentes. Desta forma, a qualidade da azeite só poderia ser bem melhor.

Aliás, era mesmo isto que dizia Ramiro Larcher Marçal¹⁰⁶, quando declarava que os nossos azeites finos eram tão bons ou até melhores do que os mais afamados de Itália e de França (opinião até de estrangeiros, especializados nesta área, como se afirmava), e ainda que todo o desenvolvimento verificado na indústria do azeite, havia sido recompensado nas duas últimas exposições internacionais de Paris de 1889 e 1900.

¹⁰⁴ MARÇAL, Ramiro Larcher, «Azeite, oleos e condimentos», in *ibidem*, pp.85-102.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p.86.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p.99.

«Na exposição de Paris de 1889 de 526 recompensas, concedidas no total, 303 couberam a Portugal, ou seja mais de 50 por cento, em concorrência com a própria França e colónias, Itália, Espanha, Grécia, Etc.»¹⁰⁷

A par da realização dos congressos, queríamos provar que estávamos ao corrente de todas as novidades que iam surgindo por esse mundo fora, ao participarmos em certames de tão grande envergadura como estas exposições internacionais. Ao frisar-se as recompensas obtidas, pretendia-se salientar a grande qualidade do nosso azeite e aumentar a sua exportação. Na altura, já se fazia em grande quantidade para vários mercados estrangeiros, principalmente para o Brasil que ultimamente atravessava um período menos bom, embora se notasse já uma certa recuperação. Alertava-se no entanto os brasileiros, para o facto de que muito do azeite que chegava ao Brasil em más condições não era português, mas sim espanhol, embarcado também a partir do porto de Lisboa. Dizia-se ainda que, se nos azeites portugueses que entrassem no Brasil se encontrassem fraudes ou má selecção deste produto, os culpados seriam responsabilizados.

A imagem de permanente atenção continuava sendo dada, quando se aludia a todos os cuidados que deviam ser postos no transporte de azeite, referindo-se que se deviam utilizar vasilhas em que não entrassem o ar, a luz e a humidade, que poderiam alterar por completo as propriedades do azeite, dando-lhe mau gosto e mau cheiro.

A ideia que pretendíamos dar de relativo progresso, não se ficava por aqui, referindo-se também que a indústria da azeitona de conserva, se vinha desenvolvendo entre nós.

Sertorio do Monte Pereira¹⁰⁸ fez um estudo sobre a produção agrícola, referindo que mais de metade da população (segundo os dados de 1900, pouco mais de 5 milhões) vivia da agricultura que era a principal actividade. O nosso comércio subsistia também essencialmente com os produtos que vinham da agricultura, sendo os mais exportados para o estrangeiro, os vinhos, os azeites, as cortiças. Muitas das nossas indústrias estavam também ligadas à agricultura, através do fabrico dos dois primeiros produtos.

Apesar de se dizer que a produtividade agrícola era baixa, derivada, entre outros factores, da falta de educação profissional e técnica, dos incipientes instrumentos agrícolas e da frequente má organização das empresas agrícolas, do próprio clima, por vezes também responsável por grandes oscilações na produção (os cereais variavam muitas vezes entre o sim-

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.96.

¹⁰⁸ PEREIRA, Sertorio do Monte, «A produção agrícola», in *ibidem*, pp.103-136.

ples e o quintuplo; o próprio vinho, entre o simples e o duplo), havia a preocupação de frisar que se esperava que esta situação fosse transitória.

«Com uma notavel resistencia, um clima que permite uma actividade quasi permanente, ao homem e á vegetação, a população portuguesa agricola tem um largo futuro deante de si, quando uma alimentação melhor, habitação e habitos hygienicos, o saneamento de muitas regiões, o aproveitamento das aguas, a educação technica, a melhor adaptação das culturas, o emprego mais geral das machinas e uma organização agraria mais perfeita, permittam levantar a energia da raça, utilizar completamente a capacidade do clima, diminuir os desperdicios da actividade e aumentar o rendimento do trabalho.»¹⁰⁹

Para além disso, uma verdadeira política de fomento levada a cabo pelos nossos estadistas, contribuiria para alterar a situação.

Apesar dos problemas que afectavam a nossa agricultura, tentava-se fazer passar a imagem de que a breve trecho as melhorias seriam perfeitamente possíveis, já que se dizia que potencialidades não faltavam, quer no elemento natural, quer no elemento humano.

De norte a sul do país, fazia-se o relato das nossas produções agrícolas e dos recursos existentes.

Desta forma, dávamos a conhecer a potenciais interessados em investimentos em grandes empreendimentos agrícolas, as nossas regiões mais favoráveis.

Uma actividade muito importante ligada à agricultura era a pecuária, já que os animais valorizavam imenso os terrenos.

Quanto ao comércio, a sua situação não diferia em muito da agricultura. É que necessário se tornava melhorar os nossos meios de comunicação. Se a rede de caminhos de ferro se desenvolvera bastante sobretudo na época fontista, já o mesmo não se pode dizer das estradas que estavam muito danificadas, da navegação para o interior, praticamente abandonada, o que tornava os transportes muito difíceis e conseqüentemente, agravava o preço dos produtos. Todavia, várias soluções eram apontadas para resolver estes problemas, designadamente a abertura da linha de caminho-de-ferro do Sado, o desenvolvimento da navegabilidade dos nossos rios, a melhoria dos veículos de transporte terrestre já muito antiquados. Estimular-se-

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.108.

ia assim a nossa produção agrícola, que com estas condições encontraria colocação facilitada nos mercados de consumo.

De frisar mais uma vez, que procurávamos mostrar ao Brasil e ao mundo, os aturados estudos que íamos realizando, intentando pois, demonstrar todo o nosso empenho na obtenção de melhorias para o nosso país e para as nossas gentes. Está outra vez aqui patente o espírito positivista.

A exaltação nacionalista, tão característica sobretudo a partir do ultimato inglês em 1890, não era descuidada, quando se referia que «os caracteres essenciaes da raça e as suas aptidões comprovadas na vida historica e actual das nossas populações são bastantes para fazer com que Portugal seja um dos países que proporcionalmente mais progrediu neste ramo de actividade.»¹¹⁰

De facto, diz-se depois, que haviam estatísticas que demonstravam que Portugal era um dos países que conjuntamente com o Japão e os Estados Unidos mais se desenvolveram do ponto de vista comercial. E isto até poderia muito bem ser verdade; só que é preciso não esquecer, que apesar dos progressos verificados, continuávamos bem longe de atingir uma posição satisfatória em termos de desenvolvimento*.

Queria-se também fazer passar a ideia de que havia a preocupação de tornar o nosso comércio mais eficaz, lembrando-se que a produção crescente o exigia, para que não se verificassem retracções nas nossas exportações do vinho, do azeite, da cortiça, da fruta, por as comunicações serem difíceis, originando muitas vezes, grande número de intermediários que oneravam o produto. O intento de demonstrarmos que se desejava conseguir o melhor possível, no sentido de se alcançar o bem comum, lema dos positivistas, está mais uma vez aqui patente.

E ainda uma e outra vez, quando por exemplo se fala da nossa inferioridade florestal, relativamente a outros países da Europa. Num ápice se diz que seria necessário remediar tal falha para valorizar mais a terra, atenuar alguns caracteres do clima e regularizar o regime das águas correntes.

Para além disso a contrapor a uma inferioridade, verificamos, pelo livro que havia a tendência para mostrar sempre de imediato, alguma coisa em que sobressaíssemos, como por

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 116-117.

* O mesmo continua a ocorrer hoje em dia. Pese embora sejamos dos países da União Europeia que maior crescimento económico anual regista, na realidade, continuamos a ser dos países menos desenvolvidos desta comunidade, devido ao grande atraso que sempre possuímos em relação aos países mais evoluídos.

exemplo, na percentagem de terra produtiva superior à média geral da Europa, e mesmo só da Europa ocidental. Já no aproveitamento do solo, ficávamos aquém de outros países da Europa, mas lá estava de pronto a nossa produção vinícola, em muito superior, se exceptuarmos o caso da Itália, considerado um assunto à parte, já que usufruía de condições especiais (o vinho era combinado com muitas outras culturas).

Tentava-se, como se vê, através destas informações, afastar a imagem de parente pobre do continente europeu, de país periférico, não somente derivado da nossa situação geográfica, mas sobretudo devido ao nosso atraso económico.

E por isso, procurávamos dar sempre a ideia de que todos os problemas que afectavam actividades importantes no nosso país tinham sempre solução, pretendendo criar a imagem de um país intensamente preocupado em contribuir para a felicidade do seu povo, através da resolução que diziam ser para breve, de tais problemas.

Falava-se que o nosso produto bruto agrícola era inferior ao do estrangeiro. Razões para que isso ocorresse eram entre outras, a enorme secura do solo e a sua irregularidade, a falta de capital nas mãos do agricultor português, que assim se via obrigado a restringir despesas, sofrendo naturalmente as terras a falta de adubos e de outros melhoramentos. A ausência de instrução e educação agrícola, também contribuía para a exiguidade da produção. Mas, simultaneamente, alegava-se que todos estes problemas tinham solução a curto prazo, por meio da irrigação, de uma organização agrária e bancária que convidasse e facilitasse o investimento nas terras e a divulgação do ensino profissional e técnico. Por isso concluía-se, referindo que era perfeitamente possível elevar a nossa produção agrícola ao nível da de países mais evoluídos do que o nosso.

Salientavam-se os vários tipos de exploração agrícola, desde o casal, a horta, a quinta e a lavoura, sendo o primeiro o de mais pequenas dimensões e a última, a de maiores proporções. A quinta era a mais comum, embora se reconhecesse que a lavoura é que trazia mais progresso ao país.

«Machinas, melhores systemas de cultura, grandes officinas agricolas, lagares, adegas, queijarias, é aqui que se introduziram e aperfeiçoaram e garantindo prosperidade, pelo menos aparente, desconhecida nas outras empre-

sas agrícolas.»¹¹¹

Outro pormenor importante, que nos mostra até que ponto pretendíamos dar ao Brasil e ao mundo, a imagem de que conseguíamos superar algumas das muitas dificuldades com que na realidade nos debatíamos, tem a ver com o seguinte: dizia-se que a nossa horticultura, apesar de ter uma produção significativa, o seu valor estava longe de atingir a produção de países como a Bélgica, a Inglaterra, a França, a Itália e a Espanha (no sul). Contudo o nosso clima, nomeadamente no Algarve, mas também nas zonas do Tejo e do Sado, favorecia a intensidade e designadamente a precocidade da produção, sobre os outros países.

Estas informações fornecidas no livro «Notas de Portugal», mais não pretendiam que o estrangeiro conhecesse bem os nossos produtos e desta forma se sentisse motivado a adquirilos, o que constituiria um considerável aumento nas nossas exportações.

Conjuntamente, a possibilidade de determinados investimentos estrangeiros ou «brasileiros» poderem surgir, não era de forma alguma descurada.

Se até aqui verificamos uma enorme vontade de dar uma imagem positiva da nossa agricultura, veremos também que com a abordagem de alguns aspectos concernentes à indústria, o mesmo se irá evidenciar.

Começando pela dos lacticínios, estudos feitos por Joaquim Rasteiro¹¹², frisavam que os progressos realizados por esta nos últimos anos, tinham sido notórios. Referia-se às várias qualidades de leite, às quantidades consumidas, e às que eram transformadas em queijo e em manteiga, ficando essas indústrias próximas dos centros abastecedores, para evitar os inconvenientes do transporte. Para se conseguir exportar mais manteiga, sobretudo para o Brasil, nada melhor do que referir que as nossas eram melhores que as estrangeiras, pois continham muito menor percentagem de água.

Até aí, as nossas exportações deste produto eram feitas essencialmente para as nossas colónias da África Ocidental.

Várias vezes ao longo deste livro, e como ainda agora tivemos oportunidade de verificar, as nossas colónias da altura foram referenciadas; uma forma de que nos valíamos para tentarmos demonstrar ao mundo que continuávamos a ser uma potência colonial, isto apesar do vexame que a Inglaterra nos infligiu com o ultimato de 1890. Também, uma maneira de evidenciarmos que, como metrópole, nos preocupávamos com a sorte destes povos mais des-

¹¹¹ *Idem, ibidem*, p. 135.

¹¹² RASTEIRO, Joaquim de Assumpção, « A industria leiteira », in *ibidem*, pp. 137-159.

favorecidos. Era uma ideia corrente na época e própria de países imperialistas. Simultaneamente seria uma forma de procurar interessar o Brasil, a desenvolver relações comerciais com as nossas colónias.

Notava-se também a preocupação de mostrarmos que algum crescimento se ia operando na nossa indústria leiteira, quer através do ensino da técnica dos lacticínios no curso geral da escola de regentes agrícolas de Santarém e na escola nacional de agricultura em Coimbra, quer por intermédio de exposições, onde se apresentavam os gados e os lacticínios ou ainda com a fiscalização dos produtos da aplicação dos direitos alfandegários.

«Em 1905, a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa organizou, na Tapada da Ajuda uma exposição de lacticínios, material de leitaria e gado leiteiro, que constitui uma brilhante parada bem demonstradora dos progressos d'esta industria e do interesse que a lavoura nacional tem ultimamente ligado a este ramo de exploração agricola. Simultaneamente com a exposição realizou-se um congresso de leitaria, o primeiro d'esta especialidade que se reuniu em Portugal, onde se discutiram os problemas mais interessantes sobre exploração dos nossos gados de leite e sobre o estado actual e progresso futuro da industria leiteira portuguesa. Sobre este congresso corre publicado um volume, que contém in-extenso as theses, a sua discussão, as conclusões aprovadas e algumas memorias apresentadas por varios congressistas. Este livro é o repositório mais completo sobre a technica e a economia da industria leiteira em Portugal.»¹¹³

Como verificamos, queríamos mostrar que as exposições e congressos estavam na ordem do dia. Neles expúnhamos os progressos verificados em determinadas áreas e informávamo-nos dos mais modernos desenvolvimentos.

Da indústria queijeira dizia-se que havia algumas pequenas fábricas, geralmente anexas às da manteiga, onde se imitava o fabrico de queijos ingleses e holandeses. Mas, mais uma vez se aproveitava a ocasião para se referir que em Portugal havia ótimos queijos, como os da Serra da Estrela, de Beja, de Castelo Branco, de Azeitão, procurando-se motivar o Brasil e não só, a aumentar as suas importações de queijos portugueses. Estes eram também expor-

¹¹³ *Idem, ibidem*, p.159.

tados para as nossas colónias.

E, para atestar da boa qualidade dos produtos da nossa indústria leiteira (mais uma forma utilizada para incentivar as nossas exportações), referia-se:

«Todos os productos agricolas alimentares estão sujeitos á fiscalização de Estado, exercida por intermedio do ministerio das Obras Publicas, Comercio e Industria, alem da fiscalização sanitaria geral, dependente do ministerio do reino, que abrange todos os generos alimenticios»¹¹⁴

Uma breve notícia sobre alguns materiais de construção não metálicos nacionais dada por J. P. Castanheira das Neves¹¹⁵, Engenheiro Civil, director dos estudos e ensaios de materiais de construção, reportava-se à cal aérea que se fabricava em grande quantidade no nosso país, já que resultava da cozedura dos calcários que por cá abundavam.

De salientar, a exportação deste produto para o Brasil, da qual se dizia que tenderia a aumentar muito mais se os nossos fabricantes se esforçassem em colocar tal artigo no Brasil.

Algumas das firmas mais importantes que por cá laboravam, no sentido de fabricar e exportar o produto, eram em Lisboa, Oliveira & C.^a, H. Maria Pereira, Ernesto da Silva, entre outros.

No que respeita à cal hidráulica, referenciava-se que o seu fabrico ainda era imperfeito, pese embora, numa empresa sediada no Cabo Mondego tal não se verificasse, dada a abundância de calcário argiloso. No entanto, a falta de capital, não permitia a sua expansão.

Mais uma chamada de atenção para os recursos naturais do país, para quem nele quisesse investir.

Nos cimentos naturais e artificiais relevava-se a exportação insignificante para o Brasil, segundo se diz motivada pelos elevados preços de transporte e os altos custos de produção no nosso país, que contribuíam para que eles não se encontrassem em situação de concorrência com o belga. No entanto, logo se aproveitava a ocasião para se referir, que o cimento deste último país deixava muito a desejar em termos de qualidade.

No seguimento desta acção propagandística sobre as qualidades dos produtos que existiam no nosso país, fala-se de um outro material de construção – Poozolanes naturais –

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p.159

¹¹⁵ NEVES, José da Paixão Castanheira das, «Breve noticia sobre alguns materiaes de construcção não metallicos, nacionaes», in *ibidem*, pp.161-180.

que possuíamos em grande quantidade nos Açores e que dizíamos interessar sobejamente o seu conhecimento à engenharia brasileira. Era aplicado sobretudo em obras hidráulicas.

Do gesso se dizia que era grande a sua exportação para o Brasil. Mas a sua exploração deveria ser feita entre nós de uma forma mais conveniente. Era uma forma de incentivar aqueles que trabalhavam ou que poderiam vir a investir na sua exploração, acenando-lhes com a certeza de uma exportação que se afirmava ser já lucrativa.

O mesmo acontecia em relação à indústria de extracção de mármore, que por carência de capital não vinha adoptando as técnicas e instrumentos de trabalho mais adiantados, nem usufruindo de melhores instalações. Pese embora a contrariedade, referia-se que a nossa exportação para o Brasil até era grande e que esses mármore e alabastros que possuíamos em quantidade e qualidade apreciáveis não temiam o confronto com os estrangeiros.

Como vemos, neste livro que iria marcar presença na Exposição, era uma constante o elogio dos nossos produtos, por forma a encontrar-lhes potenciais consumidores estrangeiros.

Igualmente se fazia propaganda ao emprego de um outro material nas construções, mais concretamente o tijolo, utilizado desde há longos séculos, generalizando-se sobretudo, a partir da chegada dos árabes à Península.

Revelava-se que a sua exportação para o Brasil era insignificante, mas com certeza que com esta publicidade à sua fiabilidade (há centenas de anos que era aplicado), tentava-se que aquela se tornasse significativa, tal como se dizia ocorrer com a exportação da telha. Em Portugal, continuava –se dizendo, o número de fábricas tinha aumentado, desenvolvendo-se também os processos de fabrico. Citava-se a título de exemplo, a Empresa Nacional de Cerâmica de Lisboa e a Empresa Cerâmica portuense. Esta indústria também se havia especializado em artigos para canalizações.

Do azulejo, introduzido entre nós pelos árabes no séc. VIII, aludia-se que a sua indústria sofrera um grande incremento e que se exportava muito para o Brasil. Recomendava-se o seu uso, pelo bonito efeito decorativo, por ser mais resistente às intempéries e por ser muito higiénico, sendo sobretudo importante para os compartimentos onde o asseio era condição fundamental.

Mencionavam-se algumas fábricas que o produziam, como por exemplo as do Carvalhido, no Porto, Devesas, em Vila Nova de Gaia, Fonte Nova, em Aveiro.

Outros materiais utilizados na construção e a que se faziam referência, eram as madeiras, os ladrilhos, mosaicos hidráulicos que se manufacturavam em fábricas como, Freitas & Filho, no Porto, Goarmen & C.^a, em Lisboa.

Dizia-se mesmo que esta indústria poderia concorrer com outras de ladrilhos estrangeiros «se racionalmente viesse a constituir uma industria annexa á dos nossos cimentos.»¹¹⁶

A tendência para mostrar um pouco de tudo quanto produzíamos e a própria referência a empresas produtoras, indiciavam bem a nossa natural apetência, para encontrar potenciais compradores e investidores para os nossos materiais.

Outros são também citados, como por exemplo, o tijolo silico-calcário, a ardósia, a corticite, o asfalto.

Sobre o primeiro referia-se:

«Este producto moderno foi introduzido no nosso país pela Empresa Ceramica de Lisboa, que em 1903 obteve privilegio e installou oficinas proximo a Coina, junto á estrada do Seixal. Este material tem já sido applicado em diversas obras nacionaes de modo satisfatorio e a fabricação eleva-se a cêrca de 18:000 tejos nos dias uteis.»¹¹⁷

Dos xistos ardoseiros, realçava-se que estavam disseminados por várias regiões de Portugal, sendo só no entanto explorados nos distritos de Beja, Évora e Porto. Aqui, a empresa The Vallongo Slote & Marble Quarries Cº, detinha a principal exploração, dizendo-se que primava pela perfeição.

Dávamos pois a conhecer, os nossos mais importantes recursos naturais e as zonas em que estes predominavam, no intuito de induzir capitalistas a investirem no nosso país.

Fazia-se também referência a estudos e ensaios de materiais de construção, tendo sido para esse efeito criado um serviço especial em Lisboa, cujos laboratórios, pelos trabalhos apresentados, foram recompensados com a medalha de ouro na Exposição Universal de Paris de 1900.

Salientava-se o intercâmbio cultural de determinadas instituições e dos nossos técnicos com similares estrangeiros, destacando-se o contacto realizado com eminentes professores da Escola Politécnica de S. Paulo, no Brasil. Esta troca de informações buscava o desenvolvimento da Ciência e era outra característica do positivismo.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p.172.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p.172.

Neste ponto, também se procurava relevar que as nossas relações com a nossa ex-colónia eram amistosas e que os ressentimentos causados pela independência do Brasil já tinham sido ultrapassados.

De qualquer maneira a vontade na altura era conseguir mais e melhor, no caso aumentar as nossas exportações e os nossos lucros. E para tudo se encontrava solução:

«...Muitos dos nossos materiaes pelas magnificas condições em que se encontram, poderão prover ás nossas construcções e alimentar uma exportação lucrativa; para conseguir, porem, este desideratum mester se torna angariar os capitaes nacionaes e attrahir os estrangeiros para a constituição de empresas robustas que explorem as nossas riquezas naturaes sob o influxo de um subido espirito de progresso technologico e economico. Nessas condições, melhor do que com direitos pautaes ultraproteccionistas, poderão florescer, ao que nos parece, alguns dos ramos industriaes a que vimos de nos referir.»¹¹⁸

Passando aos serviços de correios, um artigo de Paulo Benjamim Cabral¹¹⁹, mais uma vez notamos, que a imagem de progresso que se queria passar ao Brasil e ao mundo está sempre presente, quando se dizia que o serviço de correios que então se fazia, estava ao nível do de outros países da Europa, e, para além disso, em constante progresso, mercê também dos lucros obtidos, ano após ano, como se pode verificar a partir dos quadros das páginas 184 a 189 do livro «Notas de Portugal». Em 1880 operou-se a fusão entre Correios e Telégrafos. Após um período inicial menos bom, os lucros não tardaram a aparecer, aproveitando para dizer que estes, quando expressivos, se deveriam investir no próprio desenvolvimento desses serviços, tendentes a um maior aperfeiçoamento técnico e menor custo para os utentes. Incentivar-se-ia assim, uma maior troca de correspondência postal e utilização do telégrafo entre nós e os nossos emigrantes no Brasil, ambicionando convencer que estes não eram nunca esquecidos.

Este mesmo autor colaborou na elaboração de um catálogo, com que a Direcção de Officinas do Estado participou na Exposição. Este livro tinha a intenção de demonstrar os progressos efectuados nos aparelhos telegráficos, nos instrumentos de Física e Mecânica, nos meios geodésicos. Recordava-se o historial desta oficina, a divisão do trabalho nela operada,

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p.174.

¹¹⁹ CABRAL, Paulo Benjamim, «Telegraphos», *in ibidem*, pp.181-192.

os excelentes artefactos produzidos, a competência dos artistas, a distinção com que vinha figurando em numerosos certames industriais. Enfim, as gravuras e textos inseridos neste catálogo pretendiam transmitir uma imagem de valor destas oficinas.

Colocar o país num plano de destaque, alimentar o patriotismo, são vectores constantes ao longo deste livro («Notas de Portugal»). Entre outras coisas, Fernando Carlos da Costa¹²⁰, realçava que Portugal foi dos primeiros países a executar trabalhos geodésicos. De início, com fins unicamente científicos; mais tarde, com vista a elaborar as cartas geográfica e corográfica do país.

Este é um trabalho que visava mostrar que Portugal tentava acompanhar o desenvolvimento científico dos serviços geodésicos internacionais.

O artigo seguinte – Jazigos de Minérios – é da autoria de Manoel Roldan¹²¹, Engenheiro do quadro de minas, diplomado pela Real Academia de Minas de Freiberg, na Saxónia.

Entre os minérios mais importantes tínhamos o manganésio, explorado sobretudo no distrito de Beja, as pirites, exploradas quase todas no mesmo distrito, o cobre, também aqui e no Algarve, mas igualmente em Castelo Branco, Aveiro, Guarda, Vila Real e Bragança, o ferro, cuja maior concentração existe em Moncorvo, no distrito de Bragança, o carvão, sendo uma das mais importantes minas a de S. Pedro da Cova, na região do Porto. O antimónio, presente sobretudo, na zona do Douro, desde Valongo a Castelo de Paiva. O ouro, principalmente na Beira Baixa, na zona do Tejo. O chumbo, que existia praticamente em todos os distritos do país, com mais expressão contudo no Douro, perto do Porto. O estanho, cujas explorações mais importantes eram feitas em Trás-os-Montes, no Marão e na Beira Alta. O volfrâmio, com grande expressividade nos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Viseu, Guarda, Bragança e Vila Real. Entre as minas mais importantes realçavam-se as da Panasqueira, no concelho da Covilhã, e as da Borralha, no concelho de Montalegre.

Como verificamos, faz-se aqui uma enorme publicidade aos nossos minérios, para tentar aumentar desta forma, as suas possibilidades de venda para o exterior. Revelam-se as zonas mineiras mais importantes, por forma a procurar captar investimentos.

Já noutro campo, sobre as nascentes termo-minerais em Portugal, um estudo de Antonio Maria da Silva¹²², Engenheiro de Minas, chefe de secção na circunscrição mineira do sul, dizia que Portugal possuía inúmeras nascentes que serviam fins terapêuticos.

¹²⁰ COSTA, Fernando Carlos da, «Geodesia», in *ibidem*, pp.217-226.

¹²¹ ROLDAN, Manoel, «Jazigos de Minérios», in *ibidem*, pp.227-244.

¹²² SILVA, Antonio Maria da, «Nascentes termo-mineraes de Portugal», in *ibidem*, pp.245-267.

Fazia-se referência às várias termas existentes, o tipo de água, os fins a que se destinavam. As águas do Gerês eram consideradas das melhores do país e do estrangeiro.

Nomeavam-se as várias análises feitas, por especialistas do ramo.

Para além de querermos dar a imagem de preocupação com a saúde e o bem estar de todos, tudo isto visava evidentemente, atrair potenciais aquistas ao nosso país, incentivando-se assim o turismo.

Quanto às pescas e às salinas, um artigo de Vicente M. C. Almeida de Eça¹²³, Deputado da Nação, capitão do mar e guerra, Lente da Escola Naval, Vogal da Comissão Central de Pescarias, salienta a importância de factores naturais, como a situação geográfica privilegiada e a grande riqueza piscícola, para a fama que a pesca granjeou em Portugal desde tempos muito longínquos. Aproveitava-se para se relevar que Portugal tinha mais quantidade e variedade de peixe de que qualquer outro país da Europa banhado pelo Atlântico. O produto anual da pesca vinha sempre a aumentar, reflexo da utilização de cada vez maior número de aparelhos aperfeiçoados, pese embora também se dissesse, que ainda era necessário muito mais, designadamente, mais aparelhos para a captura das espécies, barcos para a sua aplicação e transporte de pescado, e, portos de pesca, bem apetrechados de armazéns, cais, abrigos, entre outras coisas, para um melhor desenvolvimento da indústria de pesca. Ao apresentarem-se soluções para os maiores problemas, procurava-se fazer crer que Portugal era um país moderno, preocupado em estudar as carências que mais afectavam determinados sectores, para o bem comum e felicidade da nação.

Quanto à indústria de conservas de peixe introduzida em Vila Real de Santo António, dizia-se estar muito desenvolvida e o seu consumo em termos mundiais ser já notável. Em 1905, o peixe ocupava um dos lugares cimeiros na nossa exportação, sendo só precedido pelo vinho, em primeiro lugar, cortiça e rolhas, em segundo lugar e produtos agrícolas em terceiro.

No que respeita à indústria do sal, referia-se que ela era já antiquíssima no nosso país. «Há documentos do séc. IX relativos às salinas de Aveiro.»¹²⁴

Indicavam-se as várias salinas existentes no país e destacava-se que as mais importantes eram as de Alcácer do Sal e de Aveiro.

Declarava-se também que, desde há muito, o sal português adquirira a fama de ser o melhor do mundo (a publicidade estava sempre presente), sendo por isso muito procurado

¹²³ EÇA, Vicente, M. C. Almeida de, «As pescas em Portugal – As salinas», in *ibidem*, pp.269-286.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p.283.

pelos países estrangeiros, embora ultimamente a sua exportação viesse a diminuir com o incremento do sal-gema, sobretudo nos países do norte da Europa.

Mesmo quando se referenciava, que determinada actividade não acompanhava em termos de desenvolvimento o que lá por fora se fazia, havia sempre uma justificação airosa para a situação. No caso da aquicultura, mencionava-se que os seus serviços, de facto, não atingiam o nível de outros países, mas igualmente se dizia que não devíamos esquecer que estes trabalhos ainda não tinham atingido tal desiderato, porque eram de fundação recente.

Desenvolveram-se sobretudo no norte do país, onde espécies como o salmão, a truta, pontificavam. Outros géneros também importantes eram o sável, a solha, as tainhas, a enguia, a lampreia. Procurava-se mostrar que vários estudos e repovoamento de espécies, se iam fazendo nesta matéria, nomeadamente na Estação Aquícola do Ave, não se esquecendo de frisar que se seguiam sistemas utilizados por países bem mais avançados que o nosso.

O estudo sobre a aquicultura foi realizado por Augusto Nobre¹²⁵, e também ele tentava demonstrar, que nesta área acompanhávamos o que de melhor se fazia lá por fora.

Na silvicultura é intenção manifesta demonstrar, quão organizados estavam os nossos serviços florestais, graças quer à intervenção do Estado, quer de particulares, que a área florestal vinha a aumentar com a precisão destes produtos para os meios de comunicação, sobretudo da rede ferroviária, com o desenvolvimento das indústrias e o crescimento da população.

A cortiça era o produto florestal que dava mais lucros, pois era o mais exportado. E para melhor verificarmos as verdadeiras intenções de tão grande propaganda aos nossos produtos dizia-se ainda:

«É para esperar que a brilhante exposição, a que fomos convidados, e na qual nos foi concedido um lugar tão honroso, venha estreitar as importantes relações commerciaes que já existem entre o Brasil e Portugal, e contribuir para a maior permuta de productos florestaes entre os dois países.

É este o nosso mais intimo desejo, porque, alem de affinidades de raças, as relações economicas são laços seguros para garantir a união e amizade entre duas nações.»¹²⁶

¹²⁵ NOBRE, Augusto, «A aquicultura em Portugal», in *ibidem*, pp.287-304.

¹²⁶ BORGES, Joaquim Ferreira, «A silvicultura em Portugal», in *ibidem*, p.329.

Este artigo foi elaborado por Joaquim Ferreira Borges¹²⁷, Silvicultor, chefe de repartição dos Serviços Florestais.

Falando-se de produção vinícola, um estudo de Sertorio do Monte Pereira¹²⁸, e mais concretamente em relação ao vinho do porto, a exaltação não pode ser maior, por ser o melhor vinho generoso do mundo e por ele bater a concorrência em praticamente todos os estados do Brasil.

Mencionava-se que ocupava o primeiro lugar na lista das nossas exportações.

Para além do Brasil, outros mercados importantes eram a Inglaterra, a França e as nossas colónias.

Era referido também, que ultimamente a sua exportação vinha sofrendo um ligeiro decréscimo, especialmente devido às imitações que eram feitas e a que já atrás nos referimos, sobretudo no que concerne ao mercado brasileiro, onde a concorrência estrangeira tentava imitar os nossos melhores produtos. Embora, como aludimos, grande parte da culpa nos pertencesse, por não termos uma linha de navegação directa para o Brasil e recorrermos por isso, a embarcações estrangeiras que facilmente poderiam misturar os nossos produtos com as suas imitações. Esperava-se agora, através da diplomacia e da visita do nosso rei, resolver esta situação, nomeadamente por meio de legislação que satisfizesse a nossa causa.

«Assim como a lei da propriedade industrial, por convenções internacionais, garante a cada individuo, em quasi todo o mundo, a propriedade do seu nome custosamente feita, da sua mercadoria originalizada pelo seu esforço, é indispensavel que a propriedade collectiva da genuinidade regional, que deriva de características singulares do meio physico que a produz e da habilidade tecnologica, da tenacidade e de largos adiantamentos de capital das populações que a geraram e mantem, seja igualmente garantida a quem de direito pertence o privilegio que a natureza lhe concedeu e os aperfeiçoamentos que as suas aptidões acrescentaram.»¹²⁹

Este ligeiro decréscimo das nossas exportações, não afectava só o vinho do Porto, mas também quase todas as outras qualidades dos nossos vinhos, derivado precisamente do mes-

¹²⁷ *Idem, ibidem*, pp.305-330.

¹²⁸ PEREIRA, Sertorio do Monte, «A produção vinicola», in *ibidem*, pp.331-344.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p.337.

mo motivo: as imitações da concorrência estrangeira que contribuíam para que na maior parte dos casos a produção fosse maior que o consumo, ficando as nossa adegas com muito vinho por vender ou então só o conseguindo por preços muito irrisórios.

No entanto, acreditava-se e frisava-se que esta crise era passageira, porque bastaria haver um ano de baixa produção e logo o stock acumulado desapareceria num ápice e os preços voltariam a subir.

Como verificamos, interessava deixar bem claro que éramos um país que estava bem consciente e completamente a par de determinadas dificuldades, como as que neste caso ocorriam com os nossos vinhos, mas acima de tudo, evidenciar que tínhamos soluções eficazes para rápida resolução dos problemas. Uma dessas medidas, e que já começava a ser praticada entre nós, era associar no mesmo terreno, a vinha a outras culturas, para assim se conseguir um desenvolvimento mais equilibrado de todos os ramos de exploração agrícola.

Vários quadros nos são apresentados no livro «Notas de Portugal», nas páginas 342 e 343, com o fim de se pretender demonstrar que a nossa expansão comercial era um facto.

Mais uma vez se refere, que era pena que uma grande parte dos lucros que poderiam ficar em Portugal, fugissem para mãos estrangeiras, visto que a maior parte dos nossos transportes era feito por navios de outros países.

Salientava-se que a vinha encontrava condições propícias para se desenvolver em quase todo o tipo de solos em Portugal.

Até terrenos outrora bem pobres, nomeadamente os mais secos, acabaram por se revelar como óptimos locais para a prática desta cultura, dando origem a regiões bem prósperas.

Fazia-se referência às que produziam determinadas qualidades de vinhos, todos eles famosos pelas suas particularidades.

«Assim, tão expansivamente distribuída e tão concordes as exigências da sua vegetação, com os recursos do clima, a vinha tem exercido sempre uma triple função económica em Portugal: o maior factor de valorização das terras secas, o maior consumidor do trabalho, pelo numero de operações culturais que exige e pela importancia de cada uma, o mais importante agente da expansão commercial do país.»¹³⁰

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p.333.

E o nosso orgulho mais uma vez se confirmava, quando mostrávamos que a nossa posição de quase liderança nos mercados mundiais, no que concernia à exportação do vinho, se devia fundamentalmente, não aos vinhos generosos, dos quais tínhamos praticamente o monopólio, mas sim aos vinhos de pasto, pois, pese embora a grande concorrência movida por outros países, como a França, a Itália ou a Espanha, conseguiam impor-se, principalmente no mercado brasileiro, nas nossas colónias e na Inglaterra.

Em momentos de crise, fazia-se o apelo à exaltação nacionalista.

Uma das formas de valorizarmos ainda mais a nossa posição, seria a realização de tratados de comércio, uma das coisas em que a nossa diplomacia sempre se tinha empenhado, mormente no que respeita ao caso do Brasil, como já tivemos ocasião de verificar, embora ingloriamente, mas um assunto que certamente D. Carlos, não iria descurar de forma alguma, nesta sua próxima visita ao Brasil.

Um outro capítulo do livro reporta-se à olivicultura, considerado o ramo mais importante na nossa arboricultura.

A oliveira é uma árvore que também se adapta bem ao nosso clima e ao nosso solo. Ela só não é plantada nos terrenos mais montanhosos e em alguns pontos do nosso litoral.

Referiam-se as variedades de azeitona, as mais famosas e as mais apreciadas, pela qualidade de azeite que produziam, bem como de novas técnicas utilizadas para melhorar quer a produção, quer a qualidade, procurando assim alcançar-se mais vantagens económicas para o nosso país, através do crescimento da sua exportação.

Este estudo foi de Ramiro Larcher Marçal¹³¹, director dos serviços agrológicos, vogal do conselho Superior de Agricultura.

Outro artigo deste livro dizia respeito à evolução da indústria portuguesa e foi da autoria do engenheiro J. de Oliveira Simões¹³².

Logo no início, mencionava-se que esta era uma actividade à qual o nosso povo nunca se dedicou inteiramente, distinguindo-se antes pela conquista do nosso território aos muçulmanos, pela sua transformação num grande império, através do processo das descobertas e conquistas, revelando-nos assim um povo de navegadores destemidos, guerreiros de eleição, colonizadores admiráveis.

Mais uma vez se confirma que é nos momentos de crise que surge o saudosismo do passado, nomeadamente quando esse passado é bem melhor que o presente, como o era no

¹³¹ MARÇAL, Ramiro Larcher, «A olivicultura em Portugal», in *ibidem*, pp.345-358.

¹³² SIMÕES, J. de Oliveira, «Indústria Portuguesa», in *ibidem*, pp.359-375.

nosso caso, e daí, a necessidade premente e permanente de se exaltarem esses valores que outrora, nos engrandeceram. Todavia, e como já referenciámos, não nos limitávamos a uma contemplação passiva desse passado, procurando extrair-se dele as lições mais válidas para o presente e futuro do nosso país, seguindo o modelo positivista.

Continuava dizendo que os ofícios que mais se desenvolveram, foram os que estavam relacionados com o fabrico de material para as guerras e a construção naval.

Apesar de se referir que a indústria, como já dissemos, pouco se desenvolveu entre nós, porque sempre preferimos viver dos lucros que auferíamos com o nosso comércio colonial e com eles adquirirmos tudo ou quase tudo que não fabricávamos ao estrangeiro, também se verificava que em determinados períodos que coincidiram sobretudo com momentos difíceis, como a quebra no nosso comércio com o Oriente e mais tarde a perda da nossa maior colónia – o Brasil –, a nossa indústria se ia aos poucos desenvolvendo, mercê de medidas tomadas por alguns homens de visão, mas que pecavam por quase sempre só prevalecerem durante o tempo que esses homens se encontravam no poder.

No entanto, pese embora todas estas vicissitudes, dizia-se que em finais do séc. XIX, algumas das nossas indústrias, como a do fabrico da borracha, a da refinaria do açúcar, a do fabrico dos alfinetes, a dos lápis de escrever, concorriam com as melhores do estrangeiro. Uma das mais prósperas e de maior qualidade era a das conservas, sendo um dos nossos produtos de maior exportação, logo a seguir aos vinhos, às cortiças e aos minérios. Mencionava-se também que as nossas fábricas já iam dispor de alguns técnicos especializados e que se vinham a modernizar cada vez mais, nomeadamente com a introdução de novas técnicas, onde se começava a utilizar a electricidade.

Enfim, mais uma vez a Exposição era aproveitada para enaltecer as nossas qualidades e assim melhorarmos a nossa imagem aos olhos do mundo inteiro.

Outro capítulo deste livro, da autoria de João da Motta Prego¹³³ é aproveitado para se propagandear todas as potencialidades das nossas ilhas da Madeira e Porto Santo, que com o seu óptimo clima e solo feracíssimo, tornaram toda esta região privilegiada, nada havendo no mundo que se lhes pudesse comparar.

Na tentativa de promover ao máximo tudo o que era nosso, caía-se por vezes numa exaltação desenfreada.

¹³³ PREGO, João da Motta, «Madeira e Porto Santo», in *ibidem*, pp.337-400.

Fazia-se referência à cultura da cana-de-açúcar, à bananeira que era na sua maioria exportada para Inglaterra, onde dispunha de grande prestígio, à cultura da vinha, sendo também grande a sua exportação. Simultaneamente, aludia-se à grande utilização de adubos químicos.

Para além da agricultura, a indústria dos lacticínios, a dos bordados e a dos móveis de vime, vinham a adquirir nos últimos tempos, uma importância crescente, sendo as suas exportações, sobretudo das duas últimas, para países como a Inglaterra, Alemanha e América, altamente consideráveis.

Outro capítulo é dedicado ao arquipélago dos Açores, ilhas que são gabadas pelo seu interesse turístico e pelos seus aspectos dignos de estudo.

Um exemplo são as paisagens com os seus montes e lagoas que se destacam por serem das mais encantadoras do mundo e muito apreciadas pelos turistas. Conjuntamente os jardins botânicos das ilhas eram muito elogiados e considerados de interesse vital, não só para os naturalistas, mas igualmente para todos quantos estivessem ligados à agricultura, já que experiências lá concretizadas, foram depois aplicadas nesta actividade.

Falava-se do solo fértil da ilha que chegava a permitir duas a três colheitas por ano, e salientava-se que mesmo no caso de terrenos aparentemente estéreis, devido à acção vulcânica, «o paciente cultivador açoreano não cruza os braços, antes corrige a desordem da natureza, ora invertendo a relação do solo e subsolo por meio das viradas de pedra pomes, ora arrancando a pouco e pouco a lava fragmentada, ou ainda recorrendo à colmatagem.»¹³⁴

A indústria da criação de gado que se dizia ser uma das maiores riquezas do arquipélago não foi esquecida.

Relevava-se a situação geográfica especial de que usufruíam estas ilhas, situadas a meio caminho entre a Europa e a América do Norte.

Referenciava-se também a sua constituição geológica, indicando-se a existência de produtos argilosos, destinados principalmente à exportação para o continente europeu.

Este capítulo foi escrito por J. V. Paula Nogueira¹³⁵, lente do Instituto de Agronomia e Veterinária.

Como verificamos, o interesse económico, quer com o aumento das nossas vendas para o estrangeiro, quer com o aliciamento de hipotéticos investidores e turistas, está presente ao longo de todo o livro.

¹³⁴ NOGUEIRA, João Viegas Paula, «O archipelago dos Açores», in *ibidem*, p.406.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, pp.401-426.

Um outro capítulo de D. Luis de Castro¹³⁶ é dedicado a associações agrícolas, como por exemplo, os sindicatos agrícolas que entre outras funções desenvolviam os conhecimentos dos seus associados, através do estabelecimento de bibliotecas, cursos, conferências, campos de experiências. Tudo isto, estava evidentemente relacionado com a corrente positivista, que procurava promover todo este tipo de actividades e experiências para a síntese no domínio dos conhecimentos, para o progresso da Ciência.

Concomitantemente, o trabalho realizado em comum, como por exemplo, a compra de máquinas, de adubos, as vendas efectuadas que alargavam cada vez mais a área de cultivo e que melhoravam a vida dos trabalhadores rurais, contribuíam para a tal comunhão e solidariedade de interesses tão apregoadas pelos positivistas.

Igualmente as adegas sociais eram fruto destas ideias que partiam do próprio Estado, amplamente demonstrado quando o Ministro Sr. Conselheiro Manoel Francisco de Vargas referia:

«Importa diffundir por todos os modos a instrucção oenotechnica, para que os fabricantes de vinho, com uvas suas ou compradas, orientem racionalmente o fabrico e melhorem os respectivos processos e o material. É, sobretudo, preciso fomentar quanto possível o recurso ao princípio associativo, e que a vinicultura se affirme pela criação das chamadas adegas sociaes. E não se julgue que os beneficios das adegas sociaes se limitam á fabricação em commum, mais perfeita e barata portanto.

Constituem modelo e centro de irradiação das boas praticas oenologicas.»¹³⁷

Eram também indispensáveis para a luta que travávamos com a concorrência estrangeira e por isso, o Estado comprometia-se a incrementar o seu estabelecimento e a contribuir para a sua laboração, como por exemplo ao enviar especialistas para que o aperfeiçoamento das práticas de vinificação fosse uma realidade.

Outra associação que vinha na linha de tudo quanto dissemos até aqui, era a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. Embora dotada somente de uma influência moral, ela revelava-se de extrema importância, porque servia de orientação quanto a questões gerais,

¹³⁶ CASTRO, D. Luis de, «Associações agrícolas», in *ibidem*, pp.427-444.

¹³⁷ Cit. por CASTRO, Luis, in *ibidem*, p.439.

promovia congressos, exposições, concursos, mantinha o contacto da agricultura portuguesa com a agricultura mundial, entre outros serviços igualmente importantes, para a vida nos nossos campos.

Outro capítulo de João Tierno¹³⁸, Director da Estação Zootécnica Nacional reporta-se à indústria pecuária, mencionando-se entre outras coisas as várias raças de gado espalhadas pelos vários distritos do país e as suas principais características.

Como não podia deixar de ser referia-se a excelente qualidade de alguns produtos, como por exemplo a lã, que na sua maioria ia para as fábricas da região da Covilhã, onde para além de se fazerem imitações de panos estrangeiros, se fabricavam peças genuinamente portuguesas.

Aludia-se também que a partir de meados do século passado se procurou conhecer e aperfeiçoar o mais possível as nossas raças alimentares, faziam-se exposições de gados, estudos no sentido de melhorar as nossas espécies, procedendo-se ao seu cruzamento, criando-se para esse efeito por exemplo, a Estação Zootécnica Nacional, em Lisboa.

Um novo capítulo do Dr. Alves dos Santos¹³⁹, pronunciava-se sobre o ensino primário em Portugal, fazendo-se desde logo a sua sinopse, chegando-se à conclusão que a instrução era um dos nossos maiores problemas e que por isso urgia resolvê-lo para combater o analfabetismo, para preparar melhor o nosso povo para a vida activa, já que desta forma, poderia aplicar na sua vida diária de trabalho, conhecimentos que decerto seriam preciosos (seria também uma forma de demonstrarmos ao Brasil, que os nossos emigrantes não eram só analfabetos, como muitas vezes pretendiam fazer crer.). Tentar-se-ia assim, aproximar cada vez mais a nossa nação das nações mais cultas. A mesma situação se passava com o nosso ensino secundário, um estudo do Dr. José Maria Rodrigues¹⁴⁰, tentando-se nesta altura, inícios do século, organizá-lo o melhor possível.

Quanto ao ensino médico, Bello de Moraes¹⁴¹ referia que se vinha fazendo muita investigação em Portugal, dizendo-se até, que no nosso país, as teses ainda eram mais cuidadosamente elaboradas que no estrangeiro.

Cursos de aperfeiçoamento para médicos eram organizados pela Sociedade de Ciências Médicas.

¹³⁸ TIERNO, João, «Industria pecuaria», pp.445-483.

¹³⁹ SANTOS, Alves dos, «O ensino primario em Portugal», in *ibidem*, pp.485-520.

¹⁴⁰ RODRIGUES, José Maria, «A instrucção secundaria em Portugal», in *ibidem*, pp.521-535.

¹⁴¹ MORAES, Bello de, «O ensino medico», in *ibidem*, pp.549-568.

Como se verifica, Portugal demonstrava acompanhar o movimento positivista que, entre outras coisas, insistia na grande importância da educação, o motor de toda a actividade intelectual e moral, já que responsável pela formação dos cidadãos, com vista a um aperfeiçoamento cada vez maior da sociedade.

Todo esta busca de progressos, dizia-se, punha-se mais que nunca em prática no nosso ensino industrial e comercial.

«A escola do aprendizado profissional, a escola do operario constitue a mais prestimosa evolução que se tem produzido no ensino.

O cultivo do dirigente sem que o braço que produz se conduza com intelligencia, é dar ao producto uma falta de sentimento, esquecendo todo o progresso, todo o caminhar da civilização na grande partilha dos direitos sociaes. E em tantos e modestos obreiros, quanto talento, quanta intelligencia tem colaborado na obra grandiosa do bem da humanidade.»¹⁴²

O ensino e a ciência são os grandes catalisadores na transformação e progresso da humanidade.

Quanto à Medicina, um estudo do mesmo autor (Bello Moraes¹⁴³), dizia-se que se tinha desenvolvido muito em Portugal, sobretudo desde o último quartel do século XIX. Muitos estudos se efectuavam sobre determinadas doenças, muitos trabalhos eram publicados, não só entre nós, mas também no estrangeiro, e, mais uma vez, o enfoque colocado nos nossos progressos, para que os outros países vissem que também na Medicina, procurávamos acompanhar o que de melhor se vinha revelando, desde o fabrico de soros e vacinas, ao tratamento da difteria, à vacinação anti-rábica, aos cursos regulares de bacteriologia e parasitologia. Tudo isto se estudava e praticava no Real Instituto Bacteriologico Camara Pestana, nome grande da nossa Medicina.

Todos estes estudos e investigações de nomes importantes como Ricardo Jorge, Maximiano de Lemos, Júlio de Matos, entre outros, dizia-se serem muito elogiados no estrangeiro.

Pretendíamos assim tentar demonstrar o nosso ressurgimento científico.

¹⁴² LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, «Ensino industrial e commercial», in *ibidem*, p.570.

¹⁴³ MORAES, Bello de, «A medicina em Portugal », in *ibidem*, pp.599-617.

Muitos congressos realizados em Portugal, serviam também para mostrar que estávamos ao corrente de tudo quanto era problema, estudo ou investigação na altura.

No que respeita à cirurgia, num estudo de José Gentil¹⁴⁴, apesar de se referir que a época aqui em Portugal não era de descobertas, salientava-se no entanto que os nossos cirurgiões estavam ao corrente de todos os progressos e novidades que iam surgindo por esse mundo fora, adoptando-os desde logo.

Elogiava-se o tipo de curso que faziam (rápido mas incisivo) que os preparava da melhor forma, dando-lhes a experiência e a segurança necessárias. Para tal também contribuía, dizia-se, o facto dos nossos bancos dos Hospitais estarem equipados com o que havia de melhor nessa altura.

No capítulo dedicado à saúde pública do Conselheiro Guilherme José Ennes¹⁴⁵, e no que diz respeito à mecânica sanitária, refere-se que um diploma publicado em 1901, estava de acordo com os progressos da ciência em matéria de higiene pública, sendo considerado até bastante avançado.

Outro tema tratado pelo mesmo senhor era o que se reportava à profilaxia em Portugal das doenças infecto-contagiosas. Também ele não foge à regra no que se refere à exaltação do nosso país, nomeadamente quando se mencionava que possuíamos a melhor lei de desinfecção obrigatória da Europa e se chamava a atenção para os seus preços, considerados dos mais baratos do continente europeu, sendo estes serviços até gratuitos para as famílias mais pobres.

A cada passo aproveitávamos também a possibilidade de participarmos na Exposição e todas as expectativas que se geraram a partir de então, para lisonjearmos o país anfitrião, no sentido de concretizar talvez com mais facilidade todas essas expectativas. Assim, o saneamento do Rio de Janeiro é amplamente elogiado, bem como o mentor de tão extraordinária obra – o Dr. Oswaldo Cruz.

No capítulo reservado aos alienados em Portugal, da autoria de Julio de Mattos¹⁴⁶, refere-se a nossa excelente organização, reconhecendo-se até que conseguíamos estar mais avançados que os países mais cultos. Num congresso Internacional de Medicina realizado em Madrid, tudo isto ficou bem patente, posto que os outros países resolveram adoptar um modelo similar de organização, pois se debatiam com muitas reclamações dos seus habitantes.

¹⁴⁴ GENTIL, José, «A cirurgia em portugal», in *ibidem*, pp. 618-627.

¹⁴⁵ ENNES, Guilherme José, «Saude publica», in *ibidem*, pp.647-650.

¹⁴⁶ MATTOS, Julio de, «Os alienados em Portugal», in *ibidem*, pp.669-683.

É evidente que muitas vezes aspectos negativos também eram realçados, mormente a falta de uma obra colectiva nos mais variados sectores. Todavia, apesar de tudo havia sempre alguém que com a sua pujança e coragem individuais conseguia fazer verdadeiros milagres. E, no que se refere aos alienados, a obra do Conde de Ferreira foi sem sombra de dúvida admirável, nomeadamente com a construção do Hospital Psiquiátrico com o seu nome, substituindo-se assim, naquilo que deveria ser a acção do Estado.

No capítulo da luta contra a tuberculose, um artigo de D. Antonio Maria de Lancastre¹⁴⁷, não ficaram no esquecimento quatro congressos realizados pela Liga Nacional contra a Tuberculose, congressos onde eram discutidas todas as novidades de carácter científico, em prol do bem estar da humanidade.

Ao dissertar-se sobre Engenharia Civil, desde logo se salientou um grande desenvolvimento em todos os ramos desta actividade, com o aumento de quilómetros das nossas vias férreas, as melhorias dos nossos portos. Mais uma forma encontrada para cativar o interesse estrangeiro, particularmente o brasileiro pela preferência pelos nossos portos, aquando das suas mercadorias em trânsito.

Amplamente noticiada eram também as nossas obras feitas no Ultramar, designadamente também em termos de linhas férreas e de portos, a abertura de muitas ruas e avenidas, a iluminação eléctrica, a canalização dos esgotos, que procuravam demonstrar toda a nossa preocupação, como metrópole, pelo bem-estar destes povos. Queríamos provar que apesar de sermos um país pequeno, continuávamos a ter capacidades para nos projectarmos além fronteiras.

«Assim, na Africa, na Asia e na Oceania, por toda a parte onde é mantido o dominio portugues, a civilização segue o caminho gloriosamente aberto no séc. XV pelo Infante D: Henrique.»¹⁴⁸

No capítulo da navegação exterior, um estudo do Conselheiro Adolfo Loureiro¹⁴⁹, voltava a mencionar-se a importante situação estratégica de Portugal, a meio caminho entre a Europa e a América. Com as próprias ilhas da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, o papel desempenhado era o mesmo, constituindo assim locais óptimos, tal como todos os do conti-

¹⁴⁷ LANCASTRE, Antonio Maria de, «A luta contra a tuberculose», in *ibidem*, pp.685-714.

¹⁴⁸ CARVALHO, Luciano de, «Obras no Ultramar», in *ibidem*, p. 736.

¹⁴⁹ LOUREIRO, Adolfo, «Navegação exterior», in *ibidem*, pp.737-760.

nente, para a atracagem dos navios, dotados igualmente de excelentes tecnologias que detinham os mais modernos portos comerciais e, que por isso, já possuíam grande movimento de navios.

Fazia-se também uma resenha histórica sobre o nosso glorioso passado da época dos descobrimentos, referindo-se todo o tipo de mercadorias que por essa altura chegavam aos nossos portos, provenientes do nosso grande Império Colonial. A exaltação do nosso passado, a sua representação, era assim uma realidade, o que constituía um factor excelente para nos animar na prossecução de outros feitos, diferentes, evidentemente, mas nem por isso de so- menos importância.

No capítulo dedicado aos caminhos de ferro, da autoria do Engenheiro J. Fernando de Souza¹⁵⁰ e, entre outros assuntos, fazia-se especial referência ao aumento do número de quilómetros das nossas linhas e da circulação de passageiros e de mercadorias, pretendendo-se demonstrar que não tínhamos descurado um assunto tão importante como este.

Nomeavam-se obras intimamente relacionadas com este crescimento como as pontes de caminho de ferro, os túneis, as estações e apeadeiros. Referenciava-se que algumas delas eram notáveis, procurando demonstrar que alguns progressos importantes iam sendo realizados.

Simultaneamente, no Ultramar construíam-se linhas de via férrea. Demonstrar que a metrópole se interessava pelas suas colónias, oferecendo-lhes benefícios materiais, intelectuais e morais, fazia parte do espírito da época e estava sempre presente no discurso oficial. Era dever das metrópoles acorrerem aos «deserdados pela natureza ou condenados ao atraso pela história.»¹⁵¹

Mais uma vez se procurava lembrar que ainda éramos um dos países que mais colónias possuíamos e que por isso merecíamos ser olhados e ouvidos com outra atenção.

Sobre a viação ordinária, um artigo de João Couraça¹⁵² referia que o Estado vinha procedendo à construção de novas estradas, bem como se preocupava com a organização tendente à conservação das mesmas.

Noutro capítulo que respeitava aos nossos edificios públicos, da autoria de Luciano de Carvalho¹⁵³, é referido o precioso auxílio monetário prestado pelos «Brasileiros» que fizeram

¹⁵⁰ SOUZA, J. Fernando de, «Caminhos de ferro», in *ibidem*, pp.761-777.

¹⁵¹ Cit. por GALOPIN, Marcel, ob. cit., p.29.

¹⁵² COURAÇA, João da Costa, «Viação Ordinária», in Antonio Teixeira Judice; Antonio Arroyo, *Notas sobre Portugal: Exposição Nacional do Rio de Janeiro, Secção Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Imp. Nacional, 1908, pp.779-790.

¹⁵³ CARVALHO, Luciano, «Edificios publicos», in *ibidem*, pp.791-811.

fortuna no Brasil, para hospitais, escolas.

Um dos maiores exemplos é o do Conde de Ferreira que deixou parte da sua fortuna destinada à construção e manutenção de um Hospital para doentes mentais no Porto. Outro montante foi também destinado à construção de escolas.

Uma forma de demonstrar-lhes (aos nossos emigrantes) que também por isto, estariam sempre presentes no nosso coração.

O segundo volume do livro *Notas de Portugal*, pretende dar uma visão estética do nosso país e das nossas gentes.

No primeiro capítulo, Antonio Arroyo¹⁵⁴ dava uma ideia das várias regiões do nosso país, desde o solo, ao clima, à paisagem, aos rios, aos monumentos, a determinadas vias de comunicação, canções, danças,... procurando demonstrar que cada uma delas possuía inúmeras belezas.

Do Minho, falava-se de uma forma bucólica, insistindo-se na vegetação luxuriante, nas magníficas paisagens dos rios Minho e Cávado, na belíssima serra do Gerês, em muitas terras que se consideravam encantadoras.

De Trás-os-Montes, realçava-se o contraste entre as montanhas e os vales. Em Vila Real, o solar de Mateus, era apontado como sendo talvez a mais importante casa como edifício.

Do Douro, salientava-se inevitavelmente o seu rio, como sendo o mais belo do país e um dos mais belos do mundo.

Das Beiras, O Buçaco e o Luso, eram naturalmente considerados pontos obrigatórios de visita. Eram enaltecidos de uma forma completamente desvanecida.

«A estancia do Bussaco, com o seu hotel, a proximidade dos de Luso, as suas aguas excellentes e a grandiosa e incomparavel mata, batida de todos os ventos, quer de terra quer do mar, que, coando-se através de um tão forte massiço de arvores, se enfraquecem quando poderiam incommodar, essa estancia é, sem duvida alguma, uma das mais bellas e bemfazejas que o homem pôde conceber e realizar.»¹⁵⁵

¹⁵⁴ ARROYO, Antonio, «O país português», in *ibidem*, vol II, 1909, pp. 1-72.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.26.

O rio Mondego era igualmente considerado encantador, sobretudo pelo que se diz ser o seu carácter idílico.

Na Serra da Estrela, mais uma vez se adoptava uma linguagem poética, para melhor tentar transmitir as belezas deste local.

Da região de Aveiro, dizia-se que também era uma zona muito bonita, comparando-a mesmo à Holanda em miniatura, é claro.

O aspecto bucólico está sempre presente ao longo deste artigo; por isso, não é de admirar que ele não seja descurado, quando se aborda a região de Coimbra, a própria cidade em si.

Da Estremadura, falava-se de Tomar, das margens do rio Nabão, consideradas encantadoras; tudo isto, entre muitas outras coisas julgadas igualmente belas.

De Sintra, referência para a sua linda vegetação, as suas magníficas águas, as maravilhosas paisagens. Dizia-se mesmo que artistas e homens da ciência ficavam comovidos com a beleza destas paragens.

O Dr. Richard Strauss, ao visitar Sintra, teve mesmo estas palavras:

«- Hoje é o dia mais feliz de toda a minha vida. Conheço a Italia, a Sicilia, a Grecia, o Egipto, e nunca vi nada, nada que valha a Pena. É a cousa mais bella que tenho visto...»¹⁵⁶

Não se perdia pois, nenhuma oportunidade para poder realçar as maravilhas que o nosso país possuía.

Passando à região do Tejo e Lisboa, Antonio Arroyo¹⁵⁷ não foge à regra, dizendo que era uma das zonas mais formosas do país, referindo mesmo que impressionava os estrangeiros.

Do Alentejo, dizia-se ser a zona mais triste e mais pobre de todas. No entanto, acreditava-se que ela usufruía de potencialidades, para se transformar num enorme celeiro de trigo.

Mais uma vez, está aqui patente a vontade de mostrar ao estrangeiro todos os recursos que possuíamos, por forma a interessar prováveis investidores e também turistas.

Do Algarve, relevava-se a paisagem maravilhosa, com vegetação rica e variada, um clima esplêndido, pessoas felizes e canções que reflectiam precisamente essa felicidade.

¹⁵⁶ Cit. por ARROYO, Antonio, in *ibidem*, p.53.

¹⁵⁷ ARROYO, Antonio, in *ibidem*, p.60.

Era já a ideia de atrair visitantes ao nosso país, tentando fazê-los acreditar no lema de que éramos «um jardim à beira-mar plantado».

Seria também uma tentativa de captar o interesse de pintores, escritores, sobretudo estrangeiros, que poderiam aqui buscar a sua inspiração, nestas paisagens tão idilicamente referenciadas.

No capítulo que trata do povo português, também de Antonio Arroyo¹⁵⁸, pretendia-se fazer crer que o nosso povo foi sempre grande, inteligente, trabalhador, bastando para isso relembrar a nossa História, e, se atraso existia nas nossas massas populares, ele se ficava devendo aos dirigentes que tínhamos, nas últimas décadas sucedendo-se uns aos outros a um ritmo vertiginoso. Aliás, esta era também a opinião de um diplomata alemão, o Conde de Raczynski que havia visitado Portugal em meados do século passado.

«Este povo português, que tão mal apreciado tem sido por nacionaes e estrangeiros a ponto de o darem por moribundo, revela todavia hoje energias latentes que, como vimos, se prendem ás epocas mais gloriosas da sua historia, que são da mesma natureza das que então geraram as grandes figuras da nossa civilização anterior ao seculo XVII e da sua expansão.»¹⁵⁹

Procurava-se enaltecer as qualidades do nosso povo, demonstrando que, apesar dos tempos serem outros, ainda possuíamos muito valor.

Para além de querermos que os outros acreditassem em nós, era também esta uma forma de tentar que os portugueses voltassem a acreditar em si próprios, depois dos recentes vexames.

Concomitantemente, chamava-se a atenção desses mesmos dirigentes, para a nossa crescente emigração, sobretudo para o Brasil, onde continuávamos a contribuir para a grandiosa obra de construção deste país, particularmente para uma melhor preparação e acompanhamento desses emigrantes. Era mais um problema em que pretendíamos fazer crer que a solução já tinha sido encontrada, e por isso, certamente, logo aplicada, sendo o problema debelado.

Salientava-se o civismo do nosso povo, patente nas recepções feitas a conhecidos estudiosos estrangeiros que se reuniam por vezes em Portugal em congresso, ou numa visita

¹⁵⁸ *Idem*, «O povo português», in *ibidem*, pp.73-100.

¹⁵⁹ Cit. por ARROYO, Antonio, in *ibidem*, p.97.

efectuada pelo presidente da República Francesa, Mr. Loubet, em 1905. Realçava-se ainda, a moderação do nosso povo, mesmo nos momentos mais críticos da nossa História, como por exemplo, o das guerras liberais.

Falava-se das características da nossa gente, de acordo com a região em que habita, embora no fundo a maior parte delas sejam comuns, independentemente daquela.

Referência também para a criminalidade, salientando-se as zonas em que o crime era mais frequente: Lisboa, Porto e nos sítios de maior altitude.

Conjuntamente indicavam-se os nossos gostos, dizendo-se que para norte do Vouga, a população preferia as romarias, enquanto para sul, a preferência ia para as corridas de touros.

Danças e canções, também não foram esquecidas.

Depois, mencionava-se que o ressurgimento do nosso povo era perfeitamente possível, desde que houvesse solidariedade, altruísmo entre todos, incluindo as classes dirigentes. Era mais uma característica do Positivismo.

No capítulo dedicado às praias e às estações termais, fez-se referência a muitas das nossas melhores praias, tentando-se fazer crer que em termos de luminosidade, de céu, de atmosfera marítima, de vegetação envolvente, poucos sítios haveria, onde essas características estivessem todas presentes. Das praias do norte, salientavam-se entre outras, as da Póvoa de Varzim, da Granja e de Espinho. No centro do país destacava-se a da Figueira da Foz. Na zona de Lisboa, o enfoque ia para a baía de Cascais. No Algarve, relevavam-se as praias da Luz, em Lagos e a praia da Rocha.

De aludir que em relação a Lagos, aproveitava-se para se referir o seu importante porto de mar, ao qual se augurava um futuro promissor, «se fôr convenientemente aproveitado para as necessidades das grandes viagens marítimas de circulação.»¹⁶⁰

Publicidade, como verificamos, com vista a aumentar o movimento dos nossos portos com embarcações estrangeiras, tendente a auferirmos maiores lucros.

Igualmente a evocação do nosso passado não era nunca negligenciada, quando se refere o caso de um veleiro português, em Lagos, passar em frente de uma poderosa frota britânica ali estacionada, lembrando-se então, aqueles tempos, em que os nossos barcos partiam à descoberta e conquista de outros territórios.

Relativamente às nossas termas, realçavam-se as excelentes propriedades das suas águas, constituindo-se assim, como um variado e rico valor terapêutico.

¹⁶⁰ ARROYO, Antonio, in *ibidem*, p.118.

A maior parte das nossas termas destinava-se a fins reumáticos e a doenças de pele, mencionando-se as principais, o número de doentes por ano, o período de funcionamento, os seus serviços, as características da região em que se localizavam, etc....

O turismo de Inverno também não foi esquecido, nomeadamente quando se salientava que Lisboa ou o Monte do Estoril usufruíam de melhores temperaturas que importantes estâncias turísticas estrangeiras, como eram os casos de Biarritz ou de Nice, o que era considerado muito importante para o tratamento de determinadas doenças.

Enfim, a divulgação é mesmo uma realidade ao longo do livro. Neste caso tenta-se atrair os turistas, dizendo-se que determinadas praias e termas já eram frequentadas por muitos estrangeiros, e, simultaneamente, desenvolver todo o tipo de actividades relacionadas com o turismo, desde a agricultura, indústria, sobretudo a hoteleira, comércio, mais e melhores vias de comunicação, marinha mercante, belas artes, música.

Pretendia-se inculcar um novo ânimo ao nosso povo, tão desmoralizado com ocorrências sobejamente conhecidas, procurando assim desviar-lhe a atenção dos graves problemas políticos que assolavam o país, onde a monarquia se atolava, mostrando-lhe que tínhamos coisas boas e que poderíamos muito bem vir a beneficiar delas.

No artigo sobre a habitação em Portugal de João Barreira¹⁶¹, este dava conhecimento dos vários tipos de casas, de acordo com as várias regiões do país, isto é, com as características do clima, com o material existente, com os costumes e tradições.

No capítulo dedicado à arte decorativa, muitos elogios são tecidos aos nossos artistas e à nossa arte, que mais uma vez, nada ficava a dever ao que de melhor se fazia no estrangeiro. «...Tudo proclama ao mundo que houve um impulso artístico irresistível no povo português, comparavel nos seus resultados ás mais bellas manifestações da grande arte.»¹⁶²

Falava-se do alfarje, arte originária da Península Ibérica e profusamente trabalhada, da talha combinada com a madeira e da mesma combinada com a obra de torno. Destas últimas, mencionava-se que se efectuavam trabalhos, considerados autênticos prodígios. Os azulejos dos séculos XVII e XVIII, apresentados como se possuíssem uma beleza sem igual.

Este artigo de Joaquim de Vasconcellos¹⁶³, tentava enaltecer a nossa arte, os nossos artistas, na tentativa de que lhes comprassem ou encomendassem as suas obras.

¹⁶¹ BARREIRA, João, «A habitação em Portugal», in *ibidem*, pp.147-178.

¹⁶² VASCONCELLOS, Joaquim de, «Arte decorativa portuguesa», in *ibidem*, p.200.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, pp.179-208.

Era também e mais uma vez, uma forma de conferir mais alento ao nosso povo, procurando provar a nós próprios de que quando queríamos, conseguíamos fazer coisas bem interessantes.

Seguidamente, aparece-nos uma breve notícia da Architectura em Portugal, também de João Barreira¹⁶⁴, onde se aludia aos monumentos românicos, salientando alguns deles e as suas características, do aparecimento do estilo gótico, da arte manuelina, do estilo barroco.

Havia a intenção nítida de propagandearmos os nossos principais monumentos e os seus estilos com a intenção de revelarmos as nossas belezas, atrairmos turistas, usufruindo pois, de todos os benefícios que daí poderiam advir.

Outro capítulo, de Joaquim de Vasconcellos¹⁶⁵, foi dedicado à Ourivesaria Portuguesa, dando-nos logo de início a ideia de que muitos achados e estudos sobre eles se tinham realizado.

Mais uma vez, intentávamos demonstrar que com tudo isto, estávamos a contribuir para o progresso da Ciência.

No entanto, também se recordava que faltava um bom inventário da nossa ourivesaria e joalheria, a partir do qual se fizessem reproduções, a preços razoáveis; seria uma forma do Estado português auferir outra fonte de receita, partindo do princípio que se esperava, agora com a Exposição, que muitas pessoas pudessem eventualmente adquirir tais cópias.

No capítulo da música, da autoria de Ernesto Vieira¹⁶⁶, elaborou-se uma breve resenha histórica, salientando-se nomes que se distinguiram por toda a Europa, como a cantora Luisa Todí, admirada nas melhores salas da Europa, o organista e cravista José Antonio Carlos de Seixas, o pianista João Domingos Bomtempo, igualmente muito apreciado, sobretudo em Paris e Londres, o clarinetista José Avelino Canongia e o violinista Francisco Pereira da Costa, tão homenageado no Brasil, o pianista Arthur Napoleão e o cantor Francisco de Andrade.

No presente, dizia-se que continuávamos a ter nomes bem importantes, como Alfredo Keil, que havia recentemente falecido, Augusto Machado, João Arroyo, entre outros, referindo-se o seu incontestável valor.

Saliência também para o estudo da música em Portugal, querendo demonstrar-se a existência de cursos bem organizados e que também neste campo acompanhávamos o progresso.

¹⁶⁴ BARREIRA, João, «A architectura em Portugal», in *ibidem*, pp.209-234.

¹⁶⁵ VASCONCELLOS, Joaquim, «Ourivezaria portuguesa», in *ibidem*, pp.235-270.

¹⁶⁶ VIEIRA, Ernesto, «A musica em portugal», in *ibidem*, pp.271-290.

4.6 - O ÁLBUM

Para ser apresentado na Exposição e, para além do catálogo sobre a mesma e do livro «Notas de Portugal», elaborou-se um álbum que tal como os restantes procurava glorificar o nosso passado, mas também o nosso presente.

Esse álbum começava por referir que o Brasil havia celebrado há 8 anos o seu descobrimento, que simbolizava um grande progresso da Ciência com a ampliação na geografia do globo. O centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, era considerado o prolongamento e a sanção desse progresso e a consagração desse acontecimento histórico, no mundo político e comercial.

E referia-se ser com muito orgulho que nos reveríamos no Brasil actual, Brasil que descobríamos e que no passado e no presente ajudáramos a formar e a desenvolver. Este país era a nossa melhor obra, porque representava a fibra e a coragem dos portugueses de ontem e também do momento. Mas, era sobretudo a prova do que fomos outrora e do que a humanidade nos devia.

Seguidamente, há um verdadeiro desfile de factos gloriosos, levados a cabo pelos portugueses:

«É um verdadeiro milagre o que Portugal com os seus minguados recursos e a sua reduzida população pode conseguir nos séculos XV e XVI. Não contentes com o esforço extenuante de ter conquistado o território nacional aos arabes em mil combates porfiados, descobrimos a Africa e os segredos do Oceano austral; fundámos um imperio á custa dos mouros africanos em redor de Ceuta e das outras praças marroquinas; abrimos á Europa o caminho marítimo para o Oriente pondo em contacto dois mundos; creámos na India um poder tão forte e tão dilatado, que pode fazer victoriosamente, frente ao soldão da Turquia, o maior potentado militar do século XVI; explorámos até aos mais remotos confins os mares e os archipelagos do Extremo Oriente; fizemos com Fernão de Magalhães a circumnavegação do mundo; e depois de tantos prodigios, que mais parecem do dominio do sonho por terem sido realizados por um povo só, ainda tivemos tempo par fundar do outro lado do Oceano, nas terras

descobertas por Pedro Alvares Cabral, que assim roubou a Colombo metade da gloria de ter achado o novo mundo, esta formosissima nação do brasil, que já hoje é a nossa gloria de colonisadores, e amanhã será o nosso melhor titulo de collaboração na obra ingente da civilização humana.

Com effeito, tudo quanto constitue a vasta epopeia dos nossos feitos militares e maritimos, se desfez como fumo de ephemera gloriola. Só o Brasil ficou a attestar, cada vez maior e mais progressivo o que fôramos e o que a humanidade nos deve.»¹⁶⁷

Assim, no início deste álbum, procurava-se lembrar ao Mundo que Portugal merecia ser olhado com todo o respeito, pois que tanto contribuíramos para a descoberta e construção desse mundo. Era a Portugal que se devia aquilo que hoje era o Brasil e de cujo futuro dependeria também, a continuação do bom nome portugêes.

Este álbum destinava-se a fazer a exaltação de muitas virtudes, de actividades e de homens que, pelo seu imenso labor, muito tinham contribuído para o tão propalado progresso do país e consequente bem-estar de todos.

Citemos, a título de exemplo, alguns casos:

Da existência do famoso Depurativo do farmacêutico Dias Amado, um medicamento feito por este senhor, um nome grande da ciência e da caridade. Dizia-se que esse medicamento, fruto de muito estudo e investigação, vinha salvando da morte milhares de doentes e que foi o resultado de grandes estudos químicos entre outros e que depressa o nome deste farmacêutico se tornou conhecido nos centros científicos europeus.

Entre outras distinções António Dias Amado, foi eleito por unanimidade sócio correspondente da Sociedade de Medicina de Paris, considerada a mais antiga e prestigiosa sociedade do seu género em toda a França e que só aceitava no seu seio, verdadeiros sábios.

Mais uma vez se procurava passar a imagem de que, em termos científicos, de investigação e experimentação, também vínhamos alcançando notoriedade.

Conjuntamente, fazia-se publicidade às farmácias de que era proprietário: primeiro a «Pharmacia Ultramarina», depois a «Pharmacia Luso-Brasileira», onde se dizia observarem as mais cuidadosas regras de hygiene e existirem os mais actualizados meios de técnica farmacêutica.

¹⁶⁷ CASTILHO; Augusto, VICTOR, Jayme, TAVARES, Lorjô, *Grande Album Artistico, Litterario e Annunciador da empreza da revista Brasil-Portugal*, Lisboa, Typ. de «A Editora», 1908, p.8.

Promoviam-se os carros da casa Almeida Navarro, considerados excelentes pelas suas qualidades de construção e acabamento, graças ao grande empenho colocado por proprietários e operários. O labor e a competência já haviam sido distinguidos em anteriores exposições.

A casa João de Britto, Lda., também apresentou na Exposição uma colecção dos seus produtos. Dedicava-se à moagem dos cereais, por sistemas que se afiançava não serem inferiores aos que as melhores fábricas do estrangeiro da especialidade utilizavam.

Salientava-se a sua grande exportação, sobretudo para as nossas colónias.

A nova Companhia Nacional de moagem que resultou da fusão de várias fábricas do reino, como por exemplo, a Fábrica de Sacavem ou a Fábrica de Xabregas, tinha recebido recompensas nas últimas exposições a que tinha concorrido, nomeadamente duas medalhas de ouro, na Exposição Nacional de Paris em 1900 e na Exposição Industrial do Porto em 1907.

E empresas como estas, dizia-se, serviam para dar nome ao país e para resolver os nossos problemas financeiros.

De outro homem se falava e também de uma forma encomiástica. Era ele Cesar Paiva, cirurgião dentista, pleno de êxitos nos tratamentos e operações efectuadas e recompensado em exposições, como a Internacional de Paris de 1900.

Referiam-se outras casas que aumentavam consideravelmente as suas exportações, para a África e para o Brasil, tornando-se prósperas e duradouras, como as indústrias dos móveis de ferro e de madeira. Um exemplo era «A Industrial» de Vieira & Silva, sediada no Porto. Tudo isto se dizia contribuir, para renovar os cuidados postos no fabrico dos diversos produtos, para se vender mais e melhor. Chamava-se a atenção para o baixo custo dos produtos, tornando-os bem mais acessíveis, e para a rapidez de fabrico e instalação.

Muita publicidade também às nossas águas termais e às curas por elas efectuadas. No que diz respeito às de S. Vicente, próximo de Entre os Rios, referia-se, entre outras coisas, a existência de um moderno balneário e as propriedades das águas. Tentava-se incrementar a sua exportação através do seu engarrafamento, bem como seria uma possibilidade de suscitar interesses turísticos, nomeadamente em pessoas que procurariam aqui, remédio para os seus males.

Davam-se a conhecer os grandes hotéis situados junto a essas termas. No que se refere a estes, mencionava-se o seu magnífico equipamento, constituído por valiosos artigos de ferro e de madeira das nossas fábricas. Do Grande hotel de S. Vicente, dizia-se:

«O magnifico fogão, o mobiliario dos salões e o dos quartos espaçosos para hospedagem aos acquistas, como o dos mais modestos para accomodação do pessoal, foi todo rapida e irreprehensivelmente feito por «A Industrial» e por ella disposto em tão curto praso. E ainda alli não entrou hospede nem visitante, que encontrasse motivo para a mais ligeira censura.

O mobiliario do Grande Hotel de S. Vicente é um attestado frisante da muitissima competencia do pessoal, de «A Industrial» e da não menor actividade dos seus directores...»¹⁶⁸

Referência também para uma agência de navegação e de viagens alemã, a operar em Portugal, com carreiras de navegação para vários pontos do mundo incluindo o Brasil. Ao tempo, para além das viagens marítimas, a Casa Ernst George Successores começara também a operar viagens por terra.

Neste álbum, muito se fala também da excelente qualidade dos vinhos moscatéis de Azeitão e das distinções que vinham obtendo em todas as exposições nacionais e estrangeiras, bem como da grande exportação para a América do Sul.

Aproveitava-se para valorizar a Aguardente Moscatel, que ultimamente vinha sendo considerada nociva no Brasil, por conter percentagens elevadas de componentes secundárias, quando análises feitas por especialistas estrangeiros, referiam que os verdadeiros conhaques apresentavam altas percentagens de produtos secundários, enquanto um baixo teor destes produtos era característica dos álcoois industriais.

E ainda se acrescentava:

«A lei brasileira actualmente ainda em vigor condemna as aguardentes com teor em componentes secundarios (chamadas impuregas) superiores a 3 grammas por Kilo de alccol a 100º, protegendo d'esta forma os productos artificiaes fabricados com alcooes industriaes em prejuizo das verdadeiras aguardentes de vinho. Porém os congressos de chimica applicada de Berlim (1903) e de Roma (1906) teem-se pronunciado abertamente contra este modo de apreciação, que carece absolutamente de base scientifica.»¹⁶⁹

¹⁶⁸ *Idem, ibidem, p.77.*

¹⁶⁹ *Idem, ibidem, p.101.*

Este álbum fala-nos igualmente de Domingos António da Silva Meira, escultor ornamentista que trabalhou nas mais importantes casas portuguesas e edificios públicos, como: Paços do Concelho em Beja, o Grande Hotel no Porto, o palácio da Exposição Agrícola, em muitos palácios e nas casas de Anselmo Braamcamp, Mariano de Carvalho, entre outros. Este escultor vinha recebendo muitos prémios em exposições estrangeiras, desde a França aos Estados Unidos da América.

Aludia-se às águas das lombadas em S. Miguel, que mesmo engarrafadas conservavam todas as suas qualidades naturais, pois no seu engarrafamento eram postos todos os cuidados e aplicadas as técnicas mais aperfeiçoadas, que não deixavam escapar o ácido carbónico, a principal riqueza da água.

Juntavam-se ainda certificados que atestavam a qualidade das águas das lombadas, águas que obtiveram um grande prémio na Exposição de S. Luís e na de Londres em 1906, e na de Madrid em 1907, obtiveram a medalha de ouro.

Analistas estrangeiros referiam mesmo que estas águas eram superiores às mais famosas de então: águas de Saint-Galmier e de Condilklac.

Considerava-se tudo isto uma glória para nós e para o país, detentor de tantas riquezas que na maior parte dos casos eram desconhecidas lá fora, mas que agora, através da nossa participação nesta Exposição se poderiam tornar conhecidas e talvez pretendidas, dada a oportunidade única de propaganda oferecida aos nossos produtos.

Continuava-se procurando mostrar neste álbum algumas dessas riquezas, como por exemplo da Companhia de Panificação Lisbonense, que se dizia possuir estabelecimentos que, pela forma como estavam montados, se equivaliam ao que de melhor havia no estrangeiro e onde se seguiam todos os progressos aconselhados pela ciência, para o grande público ficar assim a lucrar.

Todas as afirmações proferidas neste álbum são um verdadeiro hino ao trabalho. Efectivamente, era o labor constante, dizia-se, que conduzia ao aperfeiçoamento do fabrico, como acontecia na fábrica de bolachas de Eduardo Costa, distinguida com várias recompensas a nível nacional e internacional.

Também a Real Fábrica de Conservas de Matosinhos vinha recebendo muitos prémios em várias exposições internacionais. Intentava-se assim demonstrar e consagrar os méritos das nossas indústrias.

Todas as fábricas se vinham modificando e aumentando a sua capacidade de laboração, adoptando todas as máquinas e melhoramentos mais recentes.

Pela análise de tudo quanto até agora vimos, só podemos constatar que nos interessava, por todos os meios de que temos falado, manter as mais cordiais e prósperas relações com o Brasil, por todas as razões que já deixámos transparecer e também, por nesta altura, o Rio de Janeiro ser uma cidade muito em foco, não só pela abertura da Exposição, mas de igual forma, pela grande transformação que esta cidade estava a passar, esperando-se que se viesse a tornar numa das mais ricas e importantes do mundo.

Exposição. Catálogo, Livro e Álbum destinados a nela figurar, pretendiam simbolizar o nosso passado glorioso, o nosso potencial no presente, procuravam demonstrar, criar a imagem, cada um à sua maneira, que, Portugal vinha tentando acompanhar os progressos, o que de melhor se fazia no estrangeiro.

Eivados de características positivistas, intentavam fazer crer que só através do altruísmo e da solidariedade se conseguiria a tão almejada unidade nacional, através de sentimentos de afectividade e veneração, por aquilo que representáramos outrora, que significávamos no presente e que poderíamos vir a ser no futuro. Somente com estes apelos à sensibilidade, à adesão em torno de um projecto, poderia haver coesão e progresso.

De facto, para além de variadas vezes nos referirmos ao nosso passado, procurando sempre demonstrar a sua grandiosidade, entre outras razões por termos dado a conhecer novos horizontes ao mundo, não perdíamos a oportunidade de demonstrar tudo aquilo que de melhor possuíamos ou fazíamos no momento, deixando de lado tudo quanto viesse demonstrar que continuávamos a ser uma nação rotineira, pobre e atrasada. Pretendíamos assim colher grandes benefícios e num futuro bem próximo. Tudo isto poderia contribuir para unir os portugueses, pois por certo, ao terem conhecimento de que praticamente só possuíamos matéria de que nos orgulhar, e que porventura o que de pior encontrassem, estava sempre em vias de ser solucionado, fruto da intensa acção de propaganda desempenhada pelos catálogo, livro e álbum, esta situação de união e propriamente veneração, não seria de todo inverosímil.

Por fim, toda esta encenação pretendia servir os interesses da monarquia e da situação de ditadura vigente na altura, já que o desvio das atenções da cena política, pelo menos durante o tempo que durasse a Exposição e todos os benefícios que pudessem ser colhidos, poderiam muito bem significar a vitória do regime instituído. Por isso, D. Carlos se propunha com tanto afínco a participar na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, com o total acordo do seu primeiro ministro, João Franco.

4.7 - A VISITA REAL E OS SEUS SIGNIFICADOS NUMA ÉPOCA DE PROFUNDA CRISE

Era comum os reis procurarem envolver-se em causas e simbolizá-las para aumentar ou recuperar o seu prestígio, a sua imagem. É que a divulgação desse envolvimento, conduziria ao reconhecimento da monarquia, como regime a preservar. As pessoas rever-se-iam assim nesta instituição, contribuindo para o recrudescimento da sua carga simbólica. O rei era o representante legítimo da comunidade, a sua identidade, a sua essência. O rei não governa, mas simboliza o país, estando acima dos partidos políticos; por isso o seu comportamento moral e político era fundamental; se este não fosse exemplar, tal facto poderia custar-lhe o trono e ser o fim da monarquia. O seu carisma dependeria sempre da sua conduta.

Ora, atravessavam-se momentos de crise, em que a sua pessoa e a sua autoridade eram postas em causa. Desde o célebre ultimato de 1890, passando pelo seu poder moderador, de igual modo tão contestado, devido à prerrogativa de que dispunha de nomear e demitir os governos, e principalmente pelo facto de dele fazer uso, para manter o governo ditatorial de João Franco, contra a opinião da maior parte dos políticos, com as críticas e mesmo violências a ocorrerem com frequência inusitada, a questão dos adiantamentos à Casa Real, tudo isto foi minando paulatinamente a instituição monárquica.

D. Carlos apercebendo-se da situação, tenta com a viagem ao Brasil, com tudo o que esse imenso país significara e ainda significava para nós, recuperar um novo fôlego, para si, para a instituição que representava, para o governo de João Franco, um homem que ele via como providencial para conduzir a nossa Pátria a bom porto.

Em 1908, Portugal, na pessoa de D. Carlos, preparava-se para oficialmente legitimar o acto de abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial. Era a prova de solidariedade e de compreensão dessa decisão histórica e para com o seu responsável, o rei D. João VI, na altura príncipe regente.

Para além disso e com a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, D. Carlos preparava-se para aquilo que ele considerava ser a sua grande obra. Efectivamente, supunha que Portugal pudesse usufruir de benefícios a partir da exposição dos seus produtos. Com as conversações a encetar com os mais altos dirigentes brasileiros, tinha em vista um tratado de comércio entre Portugal e Brasil, a criação de um porto franco no nosso país para as mercadorias brasileiras em trânsito. Mas, por outras razões, ele via grandes vantagens nesta sua visita ao Brasil: pelo discurso que iria fazer em terras brasileiras, onde certamente o apelo à memória colecti-

va, isto é, ao nosso passado glorioso, não faltaria; por promessas de um futuro radioso, pelas afinidades com os «nossos irmãos brasileiros» em termos de laços familiares, de língua, de raça, confiava consolidar mais e de forma indestrutível esta amizade de séculos que unia os dois povos; pela alegria, ansiedade e comoção com que seria recebido no Brasil, especialmente pelos nossos compatriotas, emigrantes, por ser o símbolo da tradição de oito séculos, a representação da Pátria, a imagem visível do nosso país (a revista *Brazil-Portugal*¹⁷⁰ diz mesmo que para esses portugueses, o rei D. Carlos era o mais alto representante de Portugal e que se dignava a vir com a sua presença estimular os esforços dos nossos emigrantes, testemunhar todo o seu trabalho, atear ainda mais a chama do patriotismo, ao sentirem mais próxima a sua amada e querida Pátria.).

António José de Almeida¹⁷¹ realçava que os símbolos patrióticos não valem pelo que em si representam de riqueza ou opulência, mas pela força que traduzem, pelo poder, pelo valor, pela soma de respeito que significam, por parte do povo que neles tem a sua representação impessoal e movediça. E continua referindo que quando fala em força, não se refere só à força material e física, embora reconheça ser essa infelizmente a que mais domina os povos, mas também à força moral que vem da tradição que o passado nos legou e da honestidade com que no presente nos comportamos.

D. Carlos procurava assim, por todas estas formas, recuperar o prestígio, a sua imagem pessoal, preservar o trono e salvar a instituição monárquica, desacreditada sobretudo a partir do ultimato feito pela Inglaterra em 1890 que provocou uma grave crise emocional e política que conduziu à primeira tentativa de derrube da monarquia, em Janeiro de 1891. Este descrédito acentuou-se ainda mais com a ditadura de João Franco e com o pleno aval do nosso rei, acusado de compactuar activamente com este regime ditatorial. Por isso, buscava também legitimação política e ideológica.

Todo o entusiasmo que no Brasil se reacenderia por Portugal com a visita do nosso rei, a homenagem que portugueses e até brasileiros lhe iriam prestar, com esta tentativa de despertar a consciência colectiva, por aquilo que fomos e pelo que ainda éramos, os corações incendiados de amor filial, repletos de esperança, de afecto, de fraternidade, talvez pudesse contribuir para dar um outro fôlego à Monarquia.

¹⁷⁰ «Viagem do rei de Portugal ao Brasil», in *Brazil-Portugal*, 16 de Maio de 1907, p.117.

¹⁷¹ ALMEIDA, António José de, «O valor dos símbolos», in *Alma Nacional* 1ª série, nº 5, 10 de Março de 1910, pp.77 e 78.

Para Oliveira Martins¹⁷², o sentimento colectivo só poderia existir quando o espírito popular se sentisse arrebatado por um sentimento moral, político ou religioso, que o levasse a esquecer os seus interesses e a apagar as questões sociais.

Para inspirar toda esta comoção cívica, este amor à Pátria, nada melhor que utilizar os métodos inspirados pelo positivismo, como era o caso das exposições.

Todos estes sentimentos arrebatadores, esperados por parte da nossa colónia no Brasil, seriam decerto muito bem explorados pela Imprensa portuguesa, nomeadamente a monárquica, ligada ao franquismo. Na altura, sem rádio, televisão, os jornais eram muito procurados. José Mattoso¹⁷³ refere que em 1906 «O Século» vendia 80.000 exemplares diariamente e o «Diário de Notícias» 70.000.

O soberano procurava «ser o agente integrador e harmonizador de todas as forças, correntes e aspirações do Povo Português reencontrado.»¹⁷⁴, servindo-se de toda esta carga emocional que sobretudo a Exposição (esperava que esta demonstrasse o valor do povo português, já que lá estariam presentes as nossas melhores obras, fruto do nosso labor e que nos poderiam encher de esperança) e a sua presença por certo desencadeariam.

E tudo isto seria factor de orgulho para os portugueses; um orgulho patriótico, um sentimento que constituiria um potencial factor de coesão e de esperança em dias melhores, que poderiam muito bem ser canalizados em favor da monarquia, com o aproveitamento que esta pretendia fazer com a visita do rei ao Brasil.

Para o monarca havia o desejo de agradar, de voltar a ser bem visto e considerado, a vontade de reconquistar prestígio, para si e para a instituição que representava.

É que o rei, como figura simbólica que é, deve ter um comportamento digno, exemplar, pois a falta de exemplaridade põe em perigo uma instituição, todo o seu crédito, podendo custar o trono ou ser mesmo o fim de um regime.

Era a esperança que o Portugal de então se revisse na figura do seu rei, que considerasse que este era a representação legítima dos seus anseios, para assim ser querido e «aclamado».

O povo português é muito saudosista e uma das suas características, principalmente em períodos de crise como era este que se atravessava é a sua fixação no passado, sobretudo, porque este era bem melhor que o presente.

¹⁷² MARTINS, J. P. Oliveira, *Política e História, 1868-1878*, 1º vol., Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1957, p.277.

¹⁷³ MATTOSO, José, (dir.), ob. cit, p.52.

¹⁷⁴ MONSARÁS, Alberto, *A verdade monárquica*, Lisboa, Restauração, 1958, p.211.

Diz Jorge Dias¹⁷⁵ que é precisamente esta intensa fixação pelo passado que pode conduzir à acção e ao progresso.

Então há sempre a tendência para nos agarrarmos a algo ou a alguém que nos acene com uma esperança, mesmo que ténue. É neste contexto que surge o mito do salvador, o «Sebastianismo», que, neste momento, poderiam muito bem ser representados por algo, no caso concreto a Exposição, e por alguém, nesta altura o rei D. Carlos.

Outras viagens que entretanto o nosso rei realizara, como à Itália ou à Inglaterra, apesar de todo o brilho que tiveram, não representaram nem de perto, nem de longe, toda a carga emocional que esta sua visita ao Brasil decerto viria desencadear, dado que os festejos e aclamações promovidos pela comunidade portuguesa e dirigidos a si próprio e à comunidade portuguesa seriam bem mais entusiásticos e comoventes.

O rei esperava assim, através deste momento grandioso e tão cheio de significado que consagrava o nosso glorioso passado – descoberta e colonização do Brasil -, demonstrar ao mundo que passados quase 100 anos da sua independência, as relações de amizade e fraternidade, derivadas do parentesco consanguíneo, da unidade cultural, já que a língua, as tradições e concepções de vida eram comuns, continuavam e consolidar-se-iam de uma forma indestrutível. Mostrar de igual modo, que as relações económicas e políticas afinavam pelo mesmo diapasão, isto é, mantinham-se serenas, pese embora os diferentes regimes instituídos em cada uma das Nações.

Por isso, se queríamos continuar a manter a nossa preponderância no Brasil, deveríamos conferir a mais alta importância à intensificação dos nossos laços culturais com este país, e, a visita real poderia proporcionar tudo isto, num momento em que a vitalidade e importância de outros grupos étnicos no Brasil que nos faziam concorrência, como tivemos igualmente oportunidade de frisar, não era para desprezar.

Era a primeira vez que um soberano europeu, investido de todas as suas prerrogativas reais, iria visitar uma ex-colónia e a seu convite.

«Quando os jornaes da Europa ineptamente nos amesquinham, na mais vergonhosa ignorancia do que somos e do que fomos, a visita do Rei de Portugal á republica do Brazil vem ensinar aos jornalistas uma emocionante pagina de historia. Pela força das circunstancias a Europa aprenderá que essa nação

¹⁷⁵ DIAS, Jorge, ob. cit., Lisboa, 1971, p.27.

opulentissima, esse potentado que está vendo surgir dos mares equatoriais da America, resplandecendo de civilização, de intelligencia, de civismo e de riqueza, esse imperio cuja area immensa corresponde a mais de tres quartas partes do velho continente, essa prodigiosa nação recém-nascida onde brilham as sciencias e as artes e que acaba de enviar á conferencia da Haya a primacial figura d'esse concilio politico de personagens mundiaes, é o fructo esplendido da civilização portugueza e que foi este pequeno povo da Europa occidental quem delimitou com as suas espadas, lavrou com os seus arados e semeou com o seu sangue o campo gigantesco onde hoje se multiplica a grande raça triumphadora.»¹⁷⁶

Esperava-se a chegada do rei ao Brasil no dia 7 de Junho de 1908, data que coincidia com as festas para comemorar o decreto com que D. João VI abriu os portos brasileiros à navegação mundial, o que daria uma maior significação política à viagem real . Era a prova da legitimação deste acto de D. João VI, por parte do rei D. Carlos. Constituía a maior prova que o mais alto representante de uma nação poderia dar a outra, de que se ressentimentos existiram na altura, eles estavam completamente debelados.

Significava o reatar da tradição histórica.

Desde que Camelo Lampreia lembrou ao nosso rei a possibilidade de se efectuar uma visita ao Brasil, ela foi, desde o início, recebida com muito entusiasmo por D. Carlos que desde há muito ambicionava tal viagem; só não concretizou mais cedo este desiderato, porque os governos regenerador e progressista sempre a ela se opuseram, baseando-se na situação difícil que atravessávamos e que logo oneraria fortemente as nossas despesas públicas. Todavia, com o governo de João Franco, logo que o ensejo se proporcionou, com o convite então efectuado pelo Presidente da República Brasileira, Affonso Pena, aquele deu de imediato o seu aval, comungando das mesmas ideias do nosso monarca. É que uma vitória do rei, seria também a sua própria consagração e da sua política ditatorial.

A consciência de um passado glorioso, de factos entretanto ocorridos e sumamente importantes, despertam sempre sentimentos de veneração, não só pelo passado, mas também pelas pessoas que recordam e representam esse passado, e que com toda a encenação, tentam por todos os meios arvorar-se em continuadores desse passado, dessa tradição histórica.

¹⁷⁶ «A Viagem D'el Rei ao Brasil», in *Ilustração Portuguesa*, vol. IV, 6 de Janeiro de 1908, pp. 892 e 893.

Num período de grave crise política, económica, social e moral, nada melhor que uma viagem destas, para em primeiro lugar conseguir desviar atenções de assuntos mais graves, apaziguar os ânimos, descomprimir todo este ambiente violento de contínuos ataques à ditadura e ao rei, congregar a família nacional, para depois então se debelarem outros males que afectavam a vida portuguesa ao tempo.

Numa luta tremenda a raiar as ondas da violência entre monárquicos e republicanos e mesmo entre os partidos monárquicos, a visita real à Exposição Nacional do Rio de Janeiro, poderia muito bem ser o estímulo, o elemento unificador, tendente a ultrapassar todos os desvarios que a política neste momento provocava e a congregar os espíritos em torno da figura real.

«Só em perfeita paz publica é possível o progresso no bem-estar das nações.»¹⁷⁷

Por isso, talvez esta viagem e a Exposição fossem os melhores instrumentos de luta de D. Carlos, no sentido de preservar a instituição monárquica contra os avanços dos Republicanos e unir toda a família portuguesa.

Com esta viagem, pretendia-se demonstrar que a Monarquia (com os benefícios que dela esperava usufruir) era o melhor sistema de governo, o único que efectivamente possuía prestígio para unir todos os portugueses, para garantir a paz, a ordem pública, a justiça e o progresso moral e material da Nação.

Alberto de Monsarás¹⁷⁸ dizia que o sistema que melhor convinha à Nação era a Monarquia, porque todas as realizações monárquicas (e esta viagem não fugia à regra) resultavam sempre de tendências ou aspirações nacionais, já que a vida de uma Nação de longo passado histórico se identificaria sempre com o sistema monárquico.

Urgia pois demonstrar, que a Monarquia se organizava e vivia em função da Nação. E com toda esta carga emocional que a viagem do rei iria gerar, através de toda a encenação do nosso passado e da representação do que de melhor fazíamos no presente, «orientar» os portugueses na continuação da escolha do sistema monárquico, em detrimento da República, pois pretendia-se mostrar que o primeiro ainda conseguia motivar e captar as energias do nosso povo que, desde que lhe abrissem novas perspectivas, reacender-se-lhes-ia a esperança. E a «responsável» por esta nova chama que incendiaria os corações portugueses e conduziria ao progresso seria a instituição monárquica.

¹⁷⁷ MONSARÁS, Alberto, *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Tip. Do Anuário Comercial, 1916 p.42.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.46.

Era precisamente de todos estes sentimentos de emoção, de veneração, de patriotismo, de saudosismo na população portuguesa, de toda esta sùmula de aspirações colectivas que a monarquia se pretendia aproveitar, para revigorar uma instituição em acentuada decadência.

E este ambiente emotivo, não tenhamos dúvidas, ainda mais se faria sentir no Brasil. Refere José Mattoso¹⁷⁹ que as associações de emigrantes no Brasil e noutras partes da América seriam, até 1920, uma das maiores fontes de manifestações patrióticas.

Aliás, isso ocorrera por exemplo como já vimos, aquando do tricentenário de Camões em 1880.

De facto, o rei como símbolo mais importante da Nação, tentaria aproveitar politicamente o mais possível esse facto, já que para os nossos emigrantes tão cheios de saudades da sua terra natal, ele representava a sua Pátria tão distante e tão amada.

«A grande maioria dos portugueses vive o amor pátrio como dado intuitivo e imediato, identificando-o normalmente com o amor à terra em que nasceram e onde lhes decorreu a primeira educação. Assim considerado, este amor pátrio gera um patriotismo localista e constitutivamente emotivo.»¹⁸⁰

Os sentimentos colectivos de patriotismo, de pertença, de identidade, já de si muito enraizados (éramos dos mais antigos países da Europa, em termos de autonomia política e definição de fronteiras), contribuíam ainda mais para o apego dos nossos emigrantes à terra natal, para a sua grande afectividade e saudosismo por este país. É longe da Pátria que o patriotismo se assume mais intensamente e o seu culto pode ser melhor praticado.

«Bem verdade é que o amor da Pátria, para chegar ao exaltado pináculo do seu fervor, só pode ser essencialmente compreendido, fundamentalmente experimentado em duas circunstâncias especialíssimas: na afronta de uma nação aos brios inatacáveis do nosso país e na ausência da terra em que tivemos o berço.»¹⁸¹

¹⁷⁹ Mattoso, José, ob. cit., p.92.

¹⁸⁰ CARVALHO, Joaquim de, ob. cit, p.12.

¹⁸¹ SOUZA, Alves de, «Portugal na Exposição do Brazil», in *Correio de Portugal*, número único, Porto, 1908, p.16.

Ora, era esta segunda circunstância que ocorria. Por isso, não era de admirar que um estado de euforia e emotividade completos se instalassem aquando da visita real, como demonstração dos sentimentos patrióticos.

Aliás, a notícia de que o rei iria ao Brasil, foi recebida com enorme alvoroço pelos nossos emigrantes, mas também pelos próprios brasileiros. E quando os sentimentos vibram, o calor reacende-se e o patriotismo ainda tem tendência a aumentar.

«Tudo assegurava á viagem exito completo e excepcional, pela cooperação íntima, espontanea e sincera dos elementos nacionaes com os da colonia portugueza, e a recordação de tal facto constituiria novo laço a prendê-los. Era ainda legitimo esperar que esse acto importantissimo não ficaria restricto a um episodio festivo e brilhante dóccasião, e, pelo contrario, viria a desdobrar-se em consequencias e effeitos d'ordem politica e economica, valiosos e consequentes para os dois paizes.»¹⁸²

Os próprios republicanos pressentindo os perigos que daí poderiam decorrer para a sua causa – a implantação da República em Portugal –, pensaram de igual modo em enviar pela altura da Exposição, um dos mais ferrenhos adeptos da República e simultaneamente crítico da Monarquia - Guerra Junqueiro -, o que vem confirmar que os nossos políticos, monárquicos e republicanos, se pretendiam servir da memória histórica, para atrair cada vez mais simpatizantes para as suas hostes.

«É que o sentimento patriótico tem sido, neste povo, um factor de coesão, um sustentáculo de esperança nos períodos difíceis e o poderoso alicerce da sua nacionalidade.»¹⁸³

Por isso, o significado dos centenários como símbolos de revivescência nacional (relembrando um passado brilhante, cheio de glória e grandeza), largamente importantes em momentos de crise, como factores de solidariedade humana e de coesão nacional.

¹⁸² CARLOS I, *Cartas d'el-rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu ultimo presidente do Conselho*, 6ª ed., Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, pp.32 e 33.

¹⁸³ BERNARDINO, Teresa, *O Sentimento Patriótico em Portugal: Contribuição para o seu Estudo*, Lisboa, Of. Gráf. Rádio, 1983, p.39.

Como acompanhantes do rei nessa viagem real ao Brasil, teríamos em princípio os Condes de Arnos e de Tarouca e Ramalho Ortigão.

«O conde de Arnos, como secretario d'El-Rei, tem-o acompanhado sempre em todas as viagens. Ninguém ignora a sua dedicação pelo soberano. E' talvez o seu mais fiel e dedicado amigo. E' mais do que um dignitario insubstituível: um companheiro inseparável. O conde de Arnos irá, por mais penosa que ao seu coração de pae seja essa viagem, que tanto lhe recordará o filho estremecido. Demais, elle está em relações com as principaes individualidades da colonia. O conde de Arnos tem no Brazil um partido. Emquanto ao conde de Tarouca ninguem desconhece que é um predilecto d'El-Rei. Representante de uma grande casa, a sua nobre figura decora excellentemente um sequito real. É um titulo que sôa bem em toda a parte, e um homem que está bem junto de um rei.»¹⁸⁴

Outra pessoa em quem se pensava para acompanhar o rei ao Brasil na comitiva real, era no escritor Ramalho Ortigão que acreditava e elogiava as qualidades do rei e as capacidades do seu primeiro-ministro, João Franco.

«Não se podia escolher individualidade de mais forte relevo intelectual e de mais firme consistência moral para acompanhar D. Carlos em viagem de tão alto significado.»¹⁸⁵

Como já várias vezes referimos, o rei com a sua visita ao Brasil, procurava fundamentalmente congraçar os descontentes com a sua pessoa, com o seu primeiro-ministro e com a instituição monárquica.

O rei reina, mas não governa. Era a teoria que dominava nesta altura. Apesar de tudo, ele era considerado o responsável por todos os erros dos seus ministros e o culpado pelos desastres já acumulados de décadas. «O seu reinado veio a ser um dos mais atribulados da vida

¹⁸⁴ «A viagem d'el-rei ao Brasil», in ob. cit., p.899.

¹⁸⁵ CAVALHEIRO, António Rodrigues, *D. Carlos I e o Brasil*, Lisboa, Com. Nac. Editora, 1957, p.27.

política portuguesa de todos os tempos.»¹⁸⁶ D. Carlos era acusado por todos os males que afligiam a Nação.

Efectivamente, muitas razões contribuíam para tão profundo descontentamento, descontentamento esse já anterior ao reinado de D. Carlos, mas que sobretudo se agravou desde a sua subida ao trono, iniciando assim mal o seu reinado, por desde logo ter que se debater com o profundo mal-estar e o orgulho patriótico ferido pela cedência ao ultimato inglês de 1890, isto depois de se terem acalentado tantos sonhos de se formarem «novos Brasis» em África, para tentarmos voltar a constituir um grande Império que nos restituísse as alegrias de outrora.

Só que os nossos interesses chocaram com os dos ingleses que tal como os outros povos industrializados da Europa de então, viam na África, o último recurso para escoamento da sua grande produção.

É certo que éramos um país pobre, desarmado e sem capacidades para lutar com a poderosa Inglaterra, mas na memória colectiva estava presente a lembrança do nosso passado histórico. Tudo isto acarretou para o nosso rei uma situação que lhe era altamente desfavorável, já que o desgosto e o descontentamento público eram notórios.

Com o ultimato, tivemos que renunciar às nossas pretensões ao célebre mapa cor-de-rosa, isto é, à ideia de unir Angola a Moçambique e estendermos assim os nossos domínios do Atlântico até ao Índico. Esta cedência que representou o desmoronar de um sonho, desencadeou uma grave crise política e emocional, culpando-se a Inglaterra, a nossa velha aliada pela humilhação infligida, mas principalmente o Estado português, no caso o rei e o governo, responsáveis máximos, por aquilo que era considerado uma enorme vergonha nacional. Este momento de grande emoção pública, amplamente demonstrado na imprensa da época, em comícios e em livros, criou, segundo Joel Serrão¹⁸⁷, uma ambivalência favorável não só ao engrossamento das fileiras republicanas, mas também à sintonização destas com propósitos de resgate nacional, que muitos tendiam a considerar incompatível com as instituições monárquicas. Todo este ambiente, era agravado com a enorme crise financeira, na altura provocada pelo aumento do défice comercial, devido à estagnação das nossas exportações e aumento das importações, não só de alimentos, mas essencialmente de matérias-primas e máquinas para a nossa incipiente indústria, pelo aumento das despesas públicas, derivadas dos grandes empreendimentos em termos de obras públicas, levadas a cabo por Fontes Pereira de Melo, durante

¹⁸⁶ GAMA, Luís Filipe Marques da, *El-rei D. Carlos: memória viva*, Lisboa, Inapa, 1991, p.46.

¹⁸⁷ SERRÃO, Joel, *Da Regeneração à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.170.

todo o tempo que permaneceu no governo e, como também já atrás referimos, pela crise brasileira e com a consequente falta de envio de remessas dos «brasileiros».

Refere Luís Filipe Marques da Gama¹⁸⁸ que a situação era de tal forma grave, que a Alemanha aproveitou por várias vezes a oportunidade, para se prontificar a ser credora de um empréstimo em que o Governo Português desse como garantia os rendimentos aduaneiros de Angola, Moçambique e Timor.

Toda esta situação possibilitou a ascensão da maior força oposicionista ao regime monárquico – o Partido Republicano – que ainda beneficiou entre outras coisas, da instabilidade governativa, dos escândalos das divisões dos círculos eleitorais, da corrupção administrativa, das cisões nos partidos do rotativismo monárquico – a de João Franco em 1901 e a de José de Alpoim em 1905, o primeiro a apostar no engrandecimento do poder real e na ditadura, que se traduziriam numa tragédia com o regicídio, o segundo a aproximar-se mais dos Republicanos.

O rotativismo foi um sistema que vigorou no país cerca de meio século, desde o período que medeia entre a Regeneração e o derrube da Monarquia, apenas com alguns hiatos pelo meio, pois quase sempre tivemos no Governo, Regeneradores ou Progressistas/Históricos primeiro, Regeneradores e Progressistas depois.

Este rotativismo «garantia a partilha do poder aos dois grandes partidos, os acordos que estabeleciam tornavam a oposição pouco aguerrida, uma vez que o partido oposicionista num determinado momento viria a ser governo algum tempo depois. Assim, na fiscalização parlamentar os dois partidos cuidavam, obviamente, de se poupar um ao outro.»¹⁸⁹

Como não resolveram os problemas que assolavam o país e em determinadas alturas contribuíram ainda mais para o seu agravamento, paulatinamente, o Partido Republicano ia ganhando adeptos, mesmo entre as hostes monárquicas e assumia-se cada vez mais como alternativa ao desacreditado regime monárquico.

Em Portugal ao contrário do que acontecia em muitos países da Europa, não eram das eleições que saíam os governos; estas faziam-se somente para sancionar ministérios que haviam sido previamente nomeados pelo rei. Como este detinha o poder moderador que lhe conferia o direito de nomear e demitir se quisesse o governo inteiro, bem como a autoridade para adiar as Cortes Gerais e de dissolver a Câmara dos Deputados, podendo assim convocar eleições sempre que julgasse necessário, embora quase sempre o fizesse quando os governos o

¹⁸⁸ GAMA, Luís Filipe Marques da, ob. cit., p.68

¹⁸⁹ PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro, «Da reconciliação à queda da monarquia», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo, (1851-1910)*, vol. II, Publicações Alfa, S. A., 1989, p.45.

solicitavam, era considerado o responsável máximo por toda a acção governativa. E como havia sempre fraudes no sistema eleitoral, sobretudo para impedir a eleição de deputados republicanos, e até nos próprios recenseamentos que eram feitos por funcionários administrativos que dependiam do Governo, o ministério que pedia as eleições saía sempre vencedor e teria assim, o apoio da Câmara dos deputados às medidas políticas que adoptassem. Para além disso, se encontravam dificuldades incontornáveis na Câmara dos Pares, o Governo encarregava-se de pedir ao rei outros membros para essa Câmara, que fossem da sua inteira confiança. Diga-se de passagem que o governo que possuía o poder executivo, necessitava que as suas medidas fossem aprovadas nestas duas Câmaras que detinham o poder legislativo. Como vemos o poder moderador do rei era de extrema importância para que este sistema funcionasse. O rei nomeava os ministérios que quase sempre não conseguiam fazer passar as suas propostas na Câmara dos Deputados. Então logo se apressavam a pedir àquele a dissolução da Câmara e a realização de novas eleições, onde sempre grassava a corrupção, dado que os representantes do governo conseguiam sempre manipular os votos a seu bel-prazer, elegendo os deputados por ele propostos, conseguindo então as maiorias que lhes eram necessárias para o exercício do poder.

«Assim se invertia, portanto, o funcionamento normal do regime representativo. Em vez de as eleições condicionarem a escolha dos governos, era estas que determinavam a composição do Parlamento; em vez de se afirmar a proeminência do poder legislativo sobre o executivo, era este que dominava aquele, pois a Câmara dos Deputados, maioritariamente formada por indivíduos dependentes do governo, era, regra geral, fiel seguidora dos desígnios do executivo, aprovando, por vezes com inteira subserviência, os seus actos e propostas legislativas.»¹⁹⁰

Apesar de tudo, inúmeras questiúnculas partidárias, cisões dentro dos próprios partidos como há pouco fizemos referência, contribuíram para a sucessiva queda de governos, constante realização de eleições que acabavam por nada resolver, dadas as proporções de descrédito atingidas e a grande instabilidade governamental. Então, o último período da monarquia foi o mais fértil em termos de instabilidade política, com a formação de inúmeros ministérios

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.20.

que rapidamente se demitiam, se para além do apoio das Câmaras deixavam de contar com o aval do rei. Por isso a crítica dos Republicanos ao sistema.

Os reis era então acusados de déspotas (pelos Republicanos), dado o grande poder de que usufruíam e pela forma como o utilizavam, sancionando o rotativismo e toda a corrupção a ele inerente, sendo assim os causadores de todos os males que afligiam a Nação, como por exemplo o grande vexame por nós suportado pela ocasião do ultimato inglês. Mexia-se no mais profundo do nosso ser e pela negativa. As colónias simbolizavam o nosso passado histórico, tido como essencial à sobrevivência da Nação.

Os Republicanos, mais uma vez, tratavam de acusar a Monarquia pela falta de patriotismo, pela decadência do sentimento nacional e pelo nosso passado, por todas as nossas glórias de outrora, parecerem assim esquecidas.

Denunciavam também gastos sumptuosos feitos pelos nossos governantes, desbaratando-se os dinheiros públicos que provinham de impostos tão criticados como o de consumo e o real de água, por oprimirem e dificultarem ainda mais a vida do nosso povo.

Simultaneamente, escândalos financeiros e administrativos estavam na ordem do dia nas críticas dos Republicanos. A concessão da renovação do monopólio à Companhia dos Tabacos, causou graves tumultos no Parlamento, a queda de dois governos e a cisão no partido progressista, depois de se saber que foi a Companhia dos Fósforos que apresentou uma proposta mais vantajosa.

Mas foi efectivamente o ultimato inglês que despoletou a grave crise política e o início da derrocada fatal da instituição monárquica.

«A pouco e pouco, a onda de patriotismo exacerbado começou a ser aproveitada pelo Partido Republicano, que passou a congregar em seu torno a esperança de um projecto de sobrevivência da Nação, ameaçada não só pela Grã-Bretanha como pela dinastia de Bragança.»¹⁹¹

Os intuitos republicanos encontravam eco, sobretudo junto de jovens universitários que não se coíbiavam de demonstrar sempre que podiam a sua indignação contra a Monarquia.

Esta, entre outras acções, respondeu com decretos que reduziam drasticamente a liberdade de imprensa e o direito de reunião, o que contribuiu para aumentar ainda mais a oposição

¹⁹¹ *Idem, ibidem, p.73.*

dos republicanos e que juntamente com a comoção que a submissão ao ultimato inglês provocou, esteve na origem da primeira tentativa revolucionária tendente ao derrube do regime em 31 de Janeiro de 1891 que, no entanto, redundaria em tremendo fracasso.

Foi contudo o primeiro grande aviso à instituição, considerada culpada pela afronta que a sua política colonial infligira à Nação e incapaz de zelar pelos seus interesses. Homens como Oliveira Martins¹⁹² clamavam «Vida Nova», confiando ao soberano a difícil empresa de solucionar a grave crise que o país atravessava. O rei D. Carlos recorreu à formação de governos extra-partidários que de igual modo nada resolveram, retornando-se à velha solução do rotativismo que, por sua vez, não conduziu também à tão almejada estabilidade política, pois à excepção do primeiro gabinete regenerador que durou cerca de quatro anos, os restantes ministérios, quer de regeneradores, chefiados por Hintze Ribeiro, quer de progressistas, liderados por José Luciano de Castro, em média, mantiveram-se em funções cerca de um ano, sendo frequentes por isso, os actos eleitorais (nove no total – até 1910).

O rei com o seu poder moderador que lhe permitia agir sempre que achasse necessário, era sempre o maior culpado, quer quando agia, quer quando não o fazia e as coisas não corriam de feição.

As críticas eram tantas que o seu prestígio pessoal e a sua autoridade política foram-se a pouco e pouco degradando. Exautorava-se assim, o seu poder simbólico.

A repressão com medidas como a célebre lei de 13 de Fevereiro, que condenava ao exílio todos os suspeitos de serem contra a ordem estabelecida, também contribuiu para acicatar ainda mais a oposição. Nesta altura, Guerra Junqueiro publicou o seu poema «Pátria», em que eram completamente achincalhados a dinastia de Bragança, o trono e o próprio rei.

Depois, as cisões verificadas nos dois maiores partidos monárquicos, ainda complicaram mais a situação à instituição monárquica, onde a desunião era já um facto por demais evidente, aumentando assim o seu descrédito.

O problema das nossas finanças públicas não se conseguia resolver.

O rei D. Carlos tenta então, aquela que viria a ser a sua última cartada no sentido de salvar a Monarquia da derrocada. Chama João Franco, dissidente do partido regenerador e que entretanto, levava consigo alguns apaniguados e com eles formara o partido Regenerador-Liberal. Entrava-se numa nova fase de governação, apoiada na força e numa maior intervenção por parte do rei.

¹⁹² *Idem, ibidem*, p.78.

«Cansado dos partidos tradicionais, que, sem serem capazes de auto-renovação, se haviam desagregado em novos agrupamentos aguerridos e empenhados na luta pelo poder, o País era conduzido para uma nova e perigosa experiência governativa, que veio a mostrar não ser capaz de responder aos desafios que se punham à monarquia e acabaria por contribuir também para a sua queda.»¹⁹³

Realizaram-se eleições, ganhas como é claro pelo governo que se encontrava então no poder, embora sem maioria, mas contando de início com o apoio Parlamentar do Partido Progressista.

João Franco era um dos defensores da política de engrandecimento do poder real, política essa anteriormente preconizada por Oliveira Martins (como já referenciámos), que anos antes, incitara o rei aquando da sua subida ao trono, a uma maior intervenção na vida política e nos destinos da Nação. D. Carlos, também era um entusiasta destas ideias e acreditava plenamente no homem que havia escolhido para dirigir os destinos do país. A sua determinação e confiança na acção do governo, excediam as dos próprios ministros.

A tudo isto estava intimamente ligada, uma ânsia patriótica de vincular o seu nome a uma obra de ressurgimento nacional, a nível interno e externo, que conduziriam, pensava, à salvação da Monarquia, em situação já tão periclitante.

Mas, temos então João Franco no poder e que, após algumas medidas mais liberais, envereda pelo caminho da ditadura com o pleno assentimento do rei.

De início, prometia um governo mais tolerante e liberal, promessas dirigidas essencialmente aos republicanos, tendentes a captar as suas simpatias. E dizia mesmo¹⁹⁴ que se um dia viesse a ser governo e desmentisse o seu programa de oposição, desqualificar-se-ia política e moralmente. Também se declarou arrependido de ter participado na primeira experiência ditatorial chefiada por Hintze Ribeiro e referia mesmo que dessa ditadura nenhuns resultados vieram para o país e que por isso, tal sistema não servia. Só que as suas promessas encerraram uma série de contradições. Uma das mais célebres e que tanta polémica causou, foi a da continuação dos adiantamentos à Casa Real, depois de dizer que se iriam fazer economias, fazendo cessar entre outras coisas, esses mesmos adiantamentos. Este assunto foi levado ao Parla-

¹⁹³ *Idem, ibidem*, p.84.

¹⁹⁴ Cit. por CABRAL, António, *Os culpados da Queda da Monarquia*, Lisboa, Typ. Silvas, 1946, p.25.

mento pelo próprio João Franco, no sentido de desacreditar os dois maiores partidos monárquicos responsáveis pela situação.

No entanto, o decreto que favorecia a sua continuação, acabou por ser promulgado mesmo já no período da ditadura, o que incompatibilizou ainda mais a Monarquia com a Nação. Referiu João Chagas¹⁹⁵ que se desconceituou, que se desonrou, que se perdeu.

Depois de se dizer tolerante para com os Republicanos, meses mais tarde, declarava que estes precisavam de sabre como de pão para a boca.

Tudo isto provocava sessões parlamentares extremamente agitadas, a grassar mesmo a violência. Numa delas, dois deputados republicanos – Afonso Costa e António José de Almeida, acabaram mesmo por ser expulsos. A apresentação de um projecto de lei de imprensa no Parlamento, por parte de João Franco, em que entre outras coisas previa o alargamento da censura, a facilidade de apreender jornais existentes, contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos.

Uma greve académica iniciada em Coimbra e que depois se generalizou a todas as academias do país, por um candidato ao doutoramento ter sido reprovado pelos examinadores, incendiou ainda mais as discussões no Parlamento e também na Imprensa. Refere Damião Peres¹⁹⁶ que esta agitação veio somar-se à que já, por causas meramente políticas, perturbava o funcionamento da máquina parlamentar. Foi o pretexto para João Franco pretender fazer uma recomposição ministerial com ministros do partido progressista que, no entanto, não lhe cederam os nomes pretendidos: conselheiro Moreira Júnior, conde de Penha Garcia e António Cabral. Daí, e de pleno acordo com o rei, resolveu encerrar o Parlamento e governar em ditadura, retirando o Partido Progressista o seu apoio ao governo. A Câmara dos Deputados foi dissolvida pouco tempo depois, sem prévia consulta ao Conselho de Estado e sem marcação de data para novas eleições.

O rei colocou-se abertamente ao lado de João Franco, recusando-se até a ouvir aquele Conselho, apenas se dispondo receber os seus membros um a um, o que estes rejeitaram.

«Cada vez mais me convenço que o caminho que nos traçamos é o bom, para não dizer o único e portanto já sabes que me encontras ao teu lado e ao do governo, por pensamentos, palavras e obras!»¹⁹⁷

¹⁹⁵ CHAGAS, João, *João Franco 1906-1907*, Lisboa, Typ. Anuário, 1907, p. 56.

¹⁹⁶ PERES, Damião, (et al.), «História Política», in *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, Lda., 1935, p. 442.

¹⁹⁷ CARLOS I, ob. cit. p. 165.

O rei concedia a João Franco a possibilidade de entrar em ditadura, cerca de um ano depois de em carta escrita a Hintze (quando este era primeiro-ministro) lhe ter negado tal desiderato, dizendo não se haverem esgotado os meios para a evitar. Agora, como querendo explicar esta situação tão dúbia, dizia:

«Tu és o unico que podes governar em ditadura porque és o unico tambem, que demonstrou querer viver com o Parlamento aberto e que as Côrtes foram absolutamente ineficazes para colaborar na obra reformadora. José Luciano não pode aguentar-se com as Côrtes, Hintze tambem não, mas ficaram àquem as experiencias de demonstração de que elas não serviam. Tens programa e projectos de lei uteis; segue porque é este o dever.»¹⁹⁸

Esta situação provocou indignação geral, não só por parte dos republicanos que diziam que se tinha voltado à Monarquia Absoluta, mas também dos outros partidos que entregavam ao rei mensagens de veemente protesto face à ocorrência. A agitação social agravou-se ainda mais, ao verem que era o próprio rei a compactuar com tudo isto, a tomar abertamente partido, quando seria próprio da sua pessoa manter um certo distanciamento, face aos governos que nomeava.

Foi o pior procedimento para um rei que ainda pretendia salvar a instituição monárquica.

João Franco, em ditadura, promulgava decretos que mais contribuíam para exaltar os ânimos, mormente o que sancionava os adiantamentos à Casa Real, depois de ter prometido que só o faria no Parlamento e apesar de o próprio rei não achar ser a altura mais oportuna. Considerava ser dinheiro despendido em favor da Nação e por isso, era a esta que competia pagar. Diz António Cabral¹⁹⁹ que foi terrível este inesperado e profundo golpe dado por Franco no prestígio do Rei e da Monarquia, e que desde então, esta começou a agonizar.

Muitos jornais da oposição eram suspensos, proibiu-se o direito de reunião, criou-se um tribunal especial para julgar supostos delitos, faziam-se buscas domiciliárias, interrogató-

¹⁹⁸ Cit. por MARTINS, Francisco Rocha, *João Franco e o seu tempo. Comentários livres às cartas d'el-rei D. Carlos, Lisboa, 1925, pp.225-226.*

¹⁹⁹ CABRAL, António, ob. cit., p.53.

rios, prisões, todos os corpos administrativos que tinham protestado de forma colectiva junto do rei eram dissolvidos.

Surge a célebre entrevista do rei D. Carlos ao jornalista francês José Galtier que logo foi traduzida pelos jornais portugueses e que contribuiu para enterrar ainda mais a Monarquia. O rei atacava o Parlamento, criticava os partidos políticos, incluindo os históricos (partidos progressista e regenerador) e alguns monárquicos aderiram ao Partido Republicano. Enfim, participava activamente no campo das paixões políticas, quando delas se devia manter afastado, já que pretendia recuperar o prestígio digno de um rei. Para isso, deveria preocupar-se em manter uma posição imparcial e superior nas questões partidárias.

Entretanto vários chefes republicanos foram presos, depois de uma tentativa revolucionária em 28 de Janeiro de 1908.

No entanto, também houve aspectos positivos no reinado de D. Carlos, sobretudo a nível externo, já que este sempre se preocupou em valorizar, prestigiar e projectar Portugal lá fora. Contudo, nada disto conseguia apaziguar os ânimos exaltados dentro do país.

A sua acção diplomática, nomeadamente as suas viagens ao estrangeiro, podem ser consideradas êxitos, pois contribuíram para reforçar o seu prestígio pessoal a nível externo e melhorar a nossa situação em termos internacionais, essencialmente junto das principais potências credoras. A viagem a Inglaterra serviu entre outras coisas, para rearmos a nossa velha amizade, abalada com o ultimato. Outras viagens foram aproveitadas para renegociarmos a nossa dívida externa. As nossas relações diplomáticas desenvolviam-se, e a prova disso é que chefes de Estado das principais nações europeias nos vinham visitar, o que também era prova de que Portugal voltava a desempenhar um papel de algum relevo na política mundial. Diz Pedro Soares Martinez²⁰⁰ que não terá havido época comparável a esta pelo que respeita à frequência das visitas dos reis de Portugal ao estrangeiro e de chefes de Estado estrangeiros a Portugal.

A situação de guerra latente na Europa também provocava todas estas viagens em busca de possíveis alianças. O conflito parecia de facto inevitável, havendo já dois blocos antagónicos: a Tripla Aliança, composta pela Alemanha, Itália e Áustria e a Entente Cordiale, constituída pela Inglaterra e a França e onde se previa ainda, a entrada da Rússia.

De igual modo se disse, que foi a acção de D. Carlos que contribuiu para afastar a grave ameaça dum acordo entre a Alemanha e a Inglaterra, que visava uma eventual partilha das

²⁰⁰ MARTINEZ, Pedro Soares, ob. cit., p.521.

nossas colónias, no caso de não conseguirmos pagar as nossas dívidas externas.

«Era o tempo em que o chefe da Nação Portugeza se via procurado para arbitro da Inglaterra e do Brasil, da velha aliada e da nação irmã, na questão da soberania da ilha da Trindade, sahindo d'essa arbitragem El-Rei D. Carlos crescido em estima e auctoridade nos dois paizes.»²⁰¹

Como realçava D. Carlos, a viagem ao Brasil vinha coroar, esperava ele, a sua obra diplomática, sendo então a mais importante visita que ia realizar, por todos os motivos que já frisámos.

Referia igualmente, que poderíamos estar de mal com todo o mundo, menos com a Inglaterra e o Brasil.

«Com estas palavras, D. Carlos pretendeu salientar duas realidades históricas indiscutíveis da diplomacia portuguesa que iam muito para além do seu próprio reinado. Uma era imposta pela necessidade secular de um seguro apoio externo, que nos garantisse a liberdade nos mares, outra foi criada na fraternidade do sangue e da língua.»²⁰²

Esta viagem era considerada tão importante que o rei ao saber pela nossa legação em Paris que os anarquistas projectavam um atentado contra a sua vida, disse:

«Tudo é possível, e se a minha viagem ao Brasil fôsse de simples cortesia ou repetição de outras anteriores, seria para pensar, tanta é a falta que eu fãria n'este momento. Mas bem sabes a importancia d'esta viagem e a grande utilidade que d'ella esperamos tirar para o paiz e para a nossa politica.»²⁰³

Com a sua visita ao Brasil, o rei procurava corresponder a uma necessidade pública, a um estado de alma nacional ansioso de novos feitos, dignos dos de outrora; esperava substanciar na sua pessoa tais sentimentos e aspirações colectivas sempre latentes, e que po-

²⁰¹ CARLOS I, ob. cit., p.30.

²⁰² GAMA, Luís Filipe Marques da, ob. cit., p.66.

²⁰³ *Idem, ibidem*, p.42.

deriam com a Exposição e a sua visita emergir e trazer benefícios à monarquia e ao governo de João Franco, já que regra geral é sempre quem está no poder que beneficia dos grandes eventos, dos acontecimentos favoráveis ao país. Depois, uma apoteose na visita do rei ao Brasil, poderia servir para provar que o povo estava com ele e demonstrar o mau carácter da propaganda oposicionista contra a Monarquia. E, João Franco sabia bem disso, sabia que a política espectáculo poderia ser a solução. Daí o apoio incondicional à viagem de D. Carlos. O rei procurava canalizar «em proveito das suas ideias e ambições os sentimentos e anseios da Nação.»²⁰⁴ Era imprescindível reconquistar o poder simbólico para a sua pessoa e para a instituição que representava.

Como verificamos, a Monarquia pretendia responder de uma forma eficaz à acção corrosiva de descrédito. Tentava salvaguardar o prestígio que ainda restava à função real, numa altura em que era autenticamente responsabilizada por todas as situações negativas que se viviam, pelo declínio nacional.

Viria a conseguir tais desideratos?

A pergunta fica no ar. A morte do rei D. Carlos em 1 de Fevereiro de 1908, impossibilita de facto a resposta a esta questão.

²⁰⁴ *Idem, ibidem, p.20.*

5 - CONCLUSÃO

Nesta dissertação sobre a participação portuguesa na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, foi nossa intenção patentear que este evento, tal como outros similares, não eram meramente simples actos expositivos, pois estavam imbuídos de grande simbolismo. Efectivamente, quer representando o passado, quer o presente, expondo o que estes possuem de melhor, pretende-se dissipar determinadas inquietações, incutir ânimo nas populações, fazê-las acreditar nas suas possibilidades criadoras, nas suas capacidades de trabalho, estimulá-las, no intuito de se conseguir a desejada coesão social e uma grande mobilização nacional, visando um futuro mais profícuo.

Simultaneamente, aqueles que levavam a efeito a organização ou a evocação destes acontecimentos, serviam-se deles, procurando identificar-se com o que de mais virtuoso passado e presente emanavam, com o objectivo de se inculcarem junto das populações como seus condutores. Pretendiam deste modo, criar um clima de afectividade, de confiança e de «seguidismo», em volta das suas pessoas e das opções políticas que representam.

Sendo assim, e como pudemos comprovar, organizámos este trabalho, por forma a demonstrarmos os múltiplos significados e intenções da nossa participação nesta Exposição. Então, e para uma melhor compreensão deste assunto, intentámos abordar de forma sintética o desígnio das comemorações, bem como as relações bilaterais Portugal-Brasil, no pós-independência, no intuito de melhor contextualizarmos a nossa presença no evento estudado. Pormenorizando um pouco mais, o enfoque vai desde logo para o objecto da celebração. Recordava-se uma data histórica relevante: para o Brasil fora o prelúdio da sua emancipação económica, seguida posteriormente da sua independência política. Para nós, foram os primórdios da perda da nossa mais importante colónia.

Pudemos constatar a continuidade de boas relações entre Portugal e Brasil depois da independência (pese embora determinadas desavenças apontadas), observando-se que o conformismo após esta ocorrência, foi de uma forma geral um facto, havendo até quem considerasse que o Brasil era a nossa melhor colónia desde que deixou de o ser, evocando as vultuosas remessas dos nossos emigrantes. Daí o premente desejo de aproximação do nosso país ao Brasil, não só de índole afectiva, mas igualmente económica, social e cultural, como tivemos ensejo de comprovar pelo encetar de negociações de diversos tratados.

Apreciámos que todo este querer se mantinha inalterável, aquando do convite que o Brasil nos endereçou para nos associarmos às suas comemorações do centenário da abertura dos seus portos em 1908, nomeadamente através da nossa participação na Exposição e do

projecto da viagem do rei D. Carlos. Todavia, os nossos propósitos visavam bem mais do que o aumento das nossas vendas, a elaboração de convénios comerciais e culturais, pela mostra do que melhor possuíamos no momento. Por isso analisámos o discurso oficial, a legislação, os livros publicados sobre o evento, o plano da viagem real, para que através do estudo destas representações e das ligações entre elas, conseguíssemos compreender os seus significados e demonstrá-los. Pudemos assim inferir que as motivações simbólicas foram sem dúvida uma constante. Efectivamente, o local da Exposição remetia-nos desde logo para o nosso passado, procurando somente salientar o que este teve de positivo, omitindo deliberadamente os percursos mais negativos. Relevámos assim, o empenho em evocar a nossa memória histórica, devidamente encenada, a chamada «Idade do Ouro», afirmando-se continuamente o nosso valor construtivo e a nossa acção civilizadora no mundo de então, já que era e permanece como crença comum que das «lições exemplares» do passado, poderemos lograr os estímulos imprescindíveis para um renascimento. O passado era necessário como «motor e alavanca do presente.»¹

Reconhecemos que a recordação não era passiva, ainda que saudosista, pois visava o ressurgimento e apropriação de valores que alimentaram os tempos de outrora, para injectar novo alento à sociedade, no intuito de se dissiparem a descrença e angústia reinantes, por forma a nos sentirmos orgulhosos do presente, digno do nosso passado e garantia do nosso futuro. Urgia provocar entusiasmos revivescentes e regeneradores, afastando sentimentos decadentistas. Estas «páginas de História», estas «viagens ao passado» eram vitais para tonificar, dinamizar, criar unidade nacional, reconciliar os portugueses consigo próprios.

No entanto e como pudemos comprovar, não foi só o passado a sobressair. O presente encontrava-se igualmente representado. De facto, pretendemos dar a imagem de um país renovado, mostrando tudo o que de melhor possuíamos, as inovações e progressos alcançados. As obras da época levadas a efeito foram evidenciadas. Acreditava-se, como constatámos, que só assim poderíamos projectar-nos internacionalmente, isto é, revelar ao mundo a continuidade de um passado áureo, em moldes diferentes é claro, já que o enfoque neste momento ia para a capacidade de trabalho de um povo. Daí o relevo para as nossas faculdades de realização e empreendimento. Queríamos então convencer o país e o globo da perpetuidade da nossa História com a realidade do nosso presente. A fé que animava os nossos antepassados, traduzir-se-ia agora na vitalidade e capacidades realizadoras de Portugal.

Passado e presente devidamente encenados, destinavam-se como verificámos, a fixar

¹ ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, Livros Horizonte, 1998, p.211.

no espírito dos portugueses as possibilidades de um ressurgimento, a impressionar a imaginação daqueles que deles tomassem conhecimento, por forma a gerar coesão na sociedade, dinamismo e solidariedade, congregando esforços dispersos, solidificando os elos sociais.

Tentava-se então, ultrapassar o período de grande abatimento moral que se vivia, principalmente provocado pela humilhação que o ultimato inglês de 1890 produzira.

Concomitantemente, demonstrámos que os temas, as preocupações, e anseios cristalizados nesta Exposição, estavam de acordo com o modelo positivista que preconizava a celebração de determinadas figuras ou acontecimentos importantes, a realização de congressos e exposições, para que da aliança passado-presente resultassem o bem-estar, o progresso, um futuro melhor, a felicidade da humanidade.

Pudemos ainda concluir que de todas estas intenções e pretensas realizações, pretendia o poder político beneficiar. Era a manipulação político-ideológica, tendente a superar as clivagens vigentes. O projecto da viagem do rei D. Carlos ao Brasil e à Exposição, com os consequentes banhos de multidão cheia de fervor patriótico, propiciando momentos de grande carga emocional e afectiva, vendo no rei o representante máximo da nação, poderiam contribuir para fazer dele o elemento aglutinador de todas as nossas aspirações, enfim, o nosso condutor. Como é evidente, tudo isto concorreria talvez, para lhe insuflar um novo fôlego político, para recuperar algum prestígio e a confiança do nosso povo não só na sua pessoa, mas na instituição que representava e na ditadura franquista com a qual compactuava, redimindo assim, erros e fracassos. Todavia, a sua morte em 1908, gorou todas as suas intenções e impossibilita-nos de confirmar a consecução dos seus propósitos.

6- ANEXOS

ANEXO 1

SECÇÃO I

1 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE VINHOS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Abreu	Braga
	Adega Central do Minho e Douro, Limitada	Braga
	Almada	Viana do Castelo
	Almeida	Porto
	Alves	Lisboa
	Andrade	Guarda
	Andrade	Funchal
	Azevedo	Porto
	Azevedo	Lisboa
	Azevedo	Braga
	Bairrão	Santarém
	Barreiros	Lisboa
	Barrosa	Porto
	Bastos	Lisboa
	Belford	Lisboa
	Bôa Alma &Filho	Lisboa
	Bôa Alma Junior	Lisboa
	Borges & Irmão	Porto
	Burguete	Santarém
	Cabral	Porto
	Calém & Filho	Porto
	Calixto Pinto da Silva & C. ^a	Funchal
	Calleia, Brito macieira & C. ^a Lda.	Lisboa
	Camara	Lisboa
	Canhoto	Lisboa
	Cannas	Viana do Castelo
	Cardoso	Porto
	Cardoso José	Porto

Carrasqueiro	Lisboa
Carvalho	Santarém
Carvalho	Viseu
Carvalho	Lisboa
Cavalheiro	Lisboa
Colonia Agricola Correccional Villa Fernando	Portalegre
Companhia Agricola e Commercial dos vinhos do Porto	Porto
Companhia das Lezirias do Tejo e Sado	Lisboa
Conde d'Agueda	Aveiro
Conde d'Alpendurada	Porto
Conde da Folgosa	Lisboa
Conde da Guarda	Lisboa
Conde do Paço do Lumiar	Lisboa
Conde de Pinhel	Lisboa
Conde de Porto Covo da Bandeira	Lisboa
Conde do Restello & C. ^a	Lisboa
Condessa da Junqueira	Santarém
Constantino d'Almeida & C. ^a	Porto
Costa	Braga
Cruz	Leiria
Cunha	Braga
Cunha	Porto
Curado	Leiria
D.ch Matth.s Feverheerd Jun.r & C. ^o	Porto
Domingues	Lisboa
Empreza Vinicola de Salvaterra de Magos	Lisboa
Ferraz	Funchal
Ferraz	Beja
Ferreira	Santarém
Ferreira	Funchal
Freire	Lisboa
Garcez	Aveiro
Garrett	Castelo Branco
Garrido	Guarda
Gaspar	Lisboa

Gomes de Paiva & Barros	Lisboa
Gonçalves & Carvalho	Portalegre
Grandella & C. ^a	Lisboa
Guedes	Santarém
Guedes Filhos	Porto
Guimarães	Braga
Guimarães	Lisboa
Guimarães & Gonçalves	Lisboa
Homem	Évora
Hunt, Roop & C. ^o	Porto
Jacobety	Leiria
J. H. Andresen Successores	Porto
Jorge	Lisboa
José Maria da Fonseca Successores	Setúbal
Lagôa & Silva	Lisboa
Leacock & C. ^a	Funchal
Leão	Porto
Leitão	Lisboa
Leite & Nogueira	Porto
Lima	Santarém
Loureiro	Porto
Macedo	Porto
Macedo Junior	Porto
Machado	Lisboa
Magalhães	Braga
Magalhães	Porto
Magalhães	Leiria
Marques	Lisboa
Martins	Santarém
Menêres, Sucessores	Porto
Mesquita	Porto
Monteiro	Leiria
Moreira	Porto
Moreno	Santarém
Moutinho	Guarda
Oliveira	Beja
Padrão	Leiria

Pereira	Lisboa
Pereira	Beja
Pereira Leite	Braga
Pereira Rosa, Filhos	Évora
Perfeito	Porto
Pinho	Braga
Pinho	Lisboa
Pinto	Porto
Ramos Pinto & Irmão	Porto
Real companhia Vinicola do Norte de Portugal	Porto
Reis	Santarém
Rino	Leiria
Rocha	Vila Real
Rodrigues Pinho & C. ^a	Porto
Romariz Filhos	Porto
Roquette	Lisboa
Saldanha, & C. ^a	Lisboa
Sandeman & C. ^a	Porto
Santa Barbara & C. ^a	Lisboa
Santos	Leiria
Santos	Viseu
Santos Junior & C. ^a	Porto
Silva Carneiro & C. ^a	Porto
Silva	Lisboa
Silva	Viseu
Silva (Francisco Gonçalves de)	Lisboa
Silva (Francisco Jorge da)	Lisboa
Silva (Dr. José R. d' A. Cornelio da)	Lisboa
Silva	Porto
Smith Woodhouse & C. ^a	Porto
Soares	Évora
Souza	Viana do Castelo
Souza	Lisboa
Souza & Filhos	Coimbra
Spratley & C. ^a	Lisboa
Stormonth Tait	Porto

Syndicato Agricola de Serpa	Beja
Syndicato Agricola de Villa Nova de Tazem	Guarda
Tavares	Santarém
Taylor Fladgate & Yeatman	Porto
Valente	Lisboa
Valente, Costa & C. ^a	Porto
Valladares & Irmão	Lisboa
Vasconcellos	Lisboa
Velloso	Braga
Velloso (Joaquim Hygino Ferreira)	Braga
Vianna, Camões & Silva	Porto
Victor Guedes & C. ^a	Lisboa
Vieira Junior	Leiria
Villas	Porto
Vinicola Nacional Limitada	Coimbra
Visconde de Alter	Portalegre
Visconde da Torre	Braga
Viuva de José Gomes da Silva & Filhos	Lisboa
Viuva João Nunes & Filhos	Lisboa
Wiese & Kron Successores	Porto

2 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE VINAGRES E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Companhia das Lezirias do Tejo e Sado	Lisboa
	Conde da Guarda	Lisboa
	Lima	Lisboa
	Ribeiro de Souza	Lisboa
	Silva	Lisboa
	Syndicato Agricola de Villa Nova de Tazem	Viseu
	Visconde de Alter	Portalegre

3 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE AGUARDENTES, LICORES E XAROPES E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Adega Central do Minho e Douro, Limitada	Braga
Albergaria	Porto
Annes	Évora
Antunes Carvalho & C. ^a	Leiria
Barrosa	Porto
Burguete	Santarém
Calleia, Brito Macieira C. ^a , Limitada	Lisboa
Companhia das Lezírias do Tejo e Sado	Lisboa
Conde d'Alpendurada	Porto
Conde da Guarda	Lisboa
Condessa da Junqueira	Santarém
Costa	Braga
Cruz	Leiria
Diegues	Lisboa
Fabrica «Ancora»	Lisboa
Ferreira	Lisboa
Fonseca Successores	Setúbal
Garcez	Aveiro
Gonçalves & Carvalho	Portalegre
Guedes	Santarém
J. H. Andresen Successores	Porto
Lima	Santarém
Loureiro	Porto
Magalhães	Leiria
Mello	Santarém
Pacheco	Faro
Reis	Aveiro
Sant'Anna	Évora
Silva Carneiro, & C. ^a	Porto

	Silva	Coimbra
	Souza	Viana do Castelo
	Souza	Lisboa
	Tavares	Santarém
	Visconde de Alter	Portalegre

4 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE AZEITES E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Abilio Ferreira & Irmão	Porto
	Abreu	Santarém
	Abrunhosa	Castelo Branco
	Aguiar, Irmãos	Évora
	Albuquerque	Guarda
	Albuquerque	Viseu
	Alves	Guarda
	Andrade	Guarda
	Anjos	Lisboa
	Ascensão	Beja
	Ayres Ribeiro de Souza	Lisboa
	Azevedo	Porto
	Bairrão	Santarém
	Barrosa	Porto
	Bastos	Lisboa
	Bastos Junior	Portalegre
	Beja	Santarém
	Biscaya	Portalegre
	Boa Alma & Filho	Lisboa
	Brandão Gomes & C. ^a	Aveiro
	Burgos, Herdeiros	Castelo Branco
	Burguete	Santarém
	Cabral	Porto
	Camacho	Beja
	Campos	Santarém
	Carneiro	Lisboa

Carrasco	Beja
Carrilho	Portalegre
Carvalho	Beja
Carvalho José	Beja
Carvalho	Santarém
Carvalho	Portalegre
Carvalho	Lisboa
Casal	Guarda
Castelino	Beja
Chorão	Castelo Branco
Collaço	Beja
Companhia das Lezírias do Tejo e Sado	Lisboa
Conde d'Alpendurada	Porto
Conde da Guarda	Lisboa
Condessa da Junqueira	Santarém
Condessa de Penalva d'Alva	Lisboa
Conde de Pinhel	Lisboa
Cordes	Lisboa
Correia	Beja
Costa	Coimbra
Costa	Portalegre
Dorothea	Viseu
Duque	Portalegre
Faria	Beja
Feijão	Santarém
Fernandes	Beja
Ferraz	Beja
Ferreira	Castelo Branco
Ferreira	Beja
Ferreira	Lisboa
Ferro	Beja
Fontes	Guarda
Garrett	Castelo Branco
Gonçalves	Santarém
Gonçalves & Carvalho	Portalegre
Gonzalez	Beja

Gouveia	Leiria
Guedes	Santarém
Guimarães	Porto
Guimarães	Santarém
Guimarães & Gonçalves	Lisboa
Heredia	Beja
Inchado	Portalegre
Jeronymo Martins & Filho	Lisboa
Jusarte	Lisboa
Leão & C. ^a	Lisboa
Leitão	Castelo Branco
Lima	Santarém
Martins Junior	Lisboa
Mattos	Portalegre
Mello	Santarém
Minas, Mocinha, Irmãos	Portalegre
Mourão	Castelo Branco
Moreira	Porto
Moreira	Beja
Moreno	Santarém
Muase	Porto
Natividade & C. ^a	Leiria
Oliveira, Diogo	Beja
Oliveira	Santarém
Oliveira	Beja
Pacheco	Faro
Paiva & Irmãos	Lisboa
Pedro Henriques & C. ^a	Coimbra
Pereira Rosa, F.os	Lisboa
Pereira	Beja
Pereira	Évora
Piçarra	Beja
Pinto	Beja
Prista & Irmão	Santarém
Proença	Castelo Branco
Reis	Santarém
Reis & Reis	Lisboa

Rocha	Viseu
Rogado	Beja
Roope	Porto
Salgado d'Araujo & Santos, Limitada	Lisboa
Santa Barbara & C. ^a	Lisboa
Santa Barbara & C.ta	Lisboa
Seixas & C. ^o e Commandita	Lisboa
Sevinate	Beja
Silva	Viseu
Silva	Santarém
Silveira	Portalegre
Soares	Évora
Soeiro	Viseu
Soeiro	Santarém
Souza	Viana do Castelo
Syndicato Agricola do concelho de Serpa	Beja
Syndicato Agricola de Villa Nova de Tazem	Guarda
Taquenho	Beja
Tavares	Leiria
Tavares	Portalegre
Valejo	Santarém
Van-Zeller	Porto
Valente, Costa & C. ^a	Porto
Vasconcellos	Faro
Vaz	Beja
Veiga	Guarda
Victor Guedes & C. ^a	Lisboa
Visconde d'Albergaria	Évora
Visconde de Alcaide	Castelo Branco
Visconde de Altas Mórias	Beja
Visconde de Alter	Portalegre

5 - RELAÇÃO DE EXPOSITORES DE CEREAIS, FARINHAS E LEGUMES
E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Alfredo Carneiro de Vasconcellos & Filhos	Porto
	Bairrão	Santarém
	Belem	Lisboa
	Brito Camacho	Beja
	Brito Camacho José	Beja
	Carrasqueira	Lisboa
	Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando	Portalegre
	Companhia das Lezirias do Tejo e Sado	Lisboa
	Ferro	Beja
	João de Britto, Limitada	Lisboa
	Martins	Santarém
	Nova Companhia Nacional de Mo- agens	Lisboa
	Ramazzotti	Lisboa
	Rebello	Castelo Branco
	Reis	Porto
	Reis	Lisboa
	Sevinate	Beja
	Victor Guedes & C. ^a	Lisboa
	Visconde do Alcaide	Castelo Branco

6 - RELAÇÃO DE EXPOSITORES DE CORTIÇAS E DISTRITOS DE ONDE
PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Barradas	Lisboa
	Burgos Herdeiros	Castelo Branco

Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando	Portalegre
Commissão Organizadora da Secção Portugueza	Lisboa
Companhia das Lezirias do Tejo e Sado	Lisboa
Costa	Santarém
Franco	Lisboa
Garrett	Castelo Branco
Gomes	Setúbal
Henry Bucknall & Sons, Limited	Lisboa
Moreau	Lisboa
Moreira	Beja
O. Herold & C. ^a	Lisboa
Percy Ellis	Lisboa
Reis	Santarém
Santos	Beja
Silva	Santarém
Sociedade Clemente Menéres Limitada	Porto
Sociedade Cortiças, Limitada	Setúbal
Vilarinho & Sobrinho	Faro
Visconde de Alter	Portalegre

7 - RELAÇÃO DE EXPOSITORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: LACTICÍNIOS, LÃS, MEL E CERA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Almeida Lima	Lisboa
	Barbeito Faria & C. ^a	Funchal
	Brito Camacho	Beja
	Cannas	Viana do Castelo
	Coelho	Guarda

Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando	Portalegre
Companhia das Lezirias do Tejo e Sado	Lisboa
Condessa da Junqueira	Santarém
Fernandes	Beja
Ferreira	Porto
Figueiredo	Beja
Figueiredo, Manoel da Silva	Beja
Guimarães	Viana do Castelo
Leão	Porto
Lourenço	Lisboa
Mascarenhas	Viseu
Moreira	Beja
Ornellas	Coimbra
Rebello	Angra do Heroísmo
Rocha & C. ^a	Viseu
Sevinate	Beja
Souza & Tavares	Funchal
Syndicatos Agricolas de Serpa	Beja
Tavares Filhos	Santarém
Vallejo	Santarém
Vaz	Beja
Visconde de Alter	Portalegre
Visconde de Ferreira do Alemtejo	Beja
Viuva de Miguel Antonio da Silveira	Horta

8 - RELAÇÃO DE EXPOSITORES DE FRUTAS SECAS OU PREPARADAS, E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Alcobia	Lisboa
	Azevedo	Porto
	Barata	Castelo Branco

Barrosa	Porto
Bastos	Lisboa
Brandão Gomes & C. ^a	Porto
Caeiro	Beja
Capeto	Lisboa
Chorão	Castelo Branco
Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando	Portalegre
Comissão Organizadora da Sec- ção Portuguesa	Lisboa
Conceição	Portalegre
Correia	Beja
Cruz	Portalegre
Cruz, José Francisco	Portalegre
Gomes	Lisboa
Gonçalves & Carvalho	Portalegre
Guerra & Irmão	Portalegre
Mascarenhas Pereira & Ramalho	Faro
Mendes	Portalegre
Natividade & C. ^a	Leiria
Moreira	Porto
P. Cavalleri & C. ^a , Successores	Lisboa
Peixe	Faro
Pereira Roza, Filhos	Évora
Ramirez & C. ^a , Successores de A. Ramirez	Faro
Salvação	Braga
Sousa, Filho	Porto
Victor Guedes & C. ^a	Lisboa
Visconde de Alter	Portalegre

9 - RELAÇÃO DE DIVERSOS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Anjos	Lisboa
	Camara Municipal de Lisboa	Lisboa
	Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando	Portalegre
	Companhia das Lezírias do Tejo e Sado	Lisboa
	Companhia União Fabril	Lisboa
	Cruz & Sobrinho	Lisboa
	F. F. Ferraz	Funchal
	Henry Bachofen & C. ^a	Lisboa
	Mendes	Santarém
	Muase	Porto
	Museu Industrial e Commercial do Porto	Porto
	Ribeiro & C. ^a	Lisboa

SECÇÃO II

1 - RELAÇÃO DE EXPOSITORES DE MINAS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Albogas	Lisboa
	Cardoso	Porto
	Compagnie des Mines d'Etain et de Wolfram	Vila Real
	Companhia Geral Mineira	Beja
	Companhia Mineira e Metallurgica de Braçal	Aveiro
	Cooperativa dos canteiros	Lisboa
	Cortez Junior	Lisboa

Domingos	Beja
Empreza Mason and Barry Limited	Beja
Empreza da Mina da Caveira	Setúbal
Henry Burnay & C. ^a	Lisboa
Minas, do Ministerio de Obras Publicas	Lisboa
Minas de Pera de Moço	Guarda
Sociedade de Minas de Wolfram em Portugal	Castelo Branco
Société Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel	Beja
Société des Etains et Wolframs de Portugal	Bragança
Souza	Lisboa
The Anglo Peninsula Mining & Chemical C. ^a Lda.	Aveiro
The Vallongo Antimony C. ^a Lda.	Porto
The Vallongo Slate & Marble Quarries Company Limited	Porto
Tinoca Limitada	Lisboa
Valente	Porto

SECÇÃO III

1 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE FIOS, TECIDOS E VESTUÁRIO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Almeida	Lisboa
	Alves Pimenta, Sob. ^o & C. ^a	Porto
	Antonio Estrella & C. ^a	Castelo Branco
	Arthur de Oliveira & Mendes	Lisboa

Associação Fraternal da Classe dos Operarios Alfayates	Lisboa
Ayres	Lisboa
Azevedo	Lisboa
Branco Rodrigues	Lisboa
Cabral, Soares, Haettich & Monteiro em Com. ^a	Porto
Calixto Pinto da Silva & C. ^a	Funchal
Cardozo	Lisboa
Catalão	Castelo Branco
Commissão Organizadora da Secção Portuguesa	Lisboa
Companhia Fabril do Cavado	Porto
Companhia Fabril Lisbonense	Lisboa
Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães	Braga
Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense	Lisboa
Companhia de Lanifícios da Arrentella	Lisboa
Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodão	Lisboa
Companhia Oriental de Fiação e Tecidos	Lisboa
Companhia Rio Ave	Porto
Companhia da Real Fabrica de Fiação de Thomar	Lisboa
Costa & Filhos	Porto
Cunha & C. ^a	Porto
Domingos Fernandes & C. ^a	Porto
Empreza Fabril do Norte, Limitada	Porto
Espiga	Castelo Branco
Estrella & C. ^a	Lisboa
Fabrica de Fiação e Tecidos do Jacintho	Porto
Fabrica de Francos	Porto

José da Fonseca & Filhos	Lisboa
Leitão & Cabral	Lisboa
Leosent & C. ^a	Lisboa
Lopes & Teixeira	Lisboa
Marques	Lisboa
Marques, Lourenço & C. ^a	Lisboa
Ministerio das Obras Publicas. Direcção Geral do Commercio e Industria	Lisboa
Moraes	Porto
Moura & Ferrão	Castelo Branco
Museu Industrial e Commercial do Porto	Porto
Nogueira, Filho e C. ^a	Porto
Nunes Correia & C. ^a	Lisboa
Oliveira	Braga
Oliveira & C. ^a	Porto
Pereira da Costa & C. ^a	Lisboa
Pinheiro & Nevado	Lisboa
Pitta	Lisboa
Planas & Ponsá	Coimbra
Ramires dos Reis & C. ^a	Lisboa
Ramiro Leão & C. ^a	Lisboa
Rego	Lisboa
Rodrigues	Porto
Rosas & C. ^a	Lisboa
Santos & Filhos	Porto
Santos Mattos & C. ^a	Lisboa
Vasconcellos	Faro

2 - RELAÇÃO DE EXPOSITORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E
DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Almeida	Lisboa
Antiga Casa Encarnação, Succesor M. V. Ferreira.	Lisboa
Augusto Prestes & C. ^a , Successor	Lisboa
Bono	Lisboa
Bordallo & C. ^a	Lisboa
Campos	Santarém
Carmo & Irmão	Évora
Companhia Alliança	Porto
Companhia Previdente	Lisboa
Cutelaria Polycarpo	Lisboa
D. Vieira	Porto
Duarte	Lisboa
Empreza Progresso Industrial	Lisboa
Fabrica Alluminia	Porto
Freire	Lisboa
Gomes & Irmão	Porto
Gonçalves	Lisboa
Julio Gomes Ferreira & C. ^a	Lisboa
Lisboa Junior	Lisboa
Loureiro	Lisboa
Luiz Gonçalves Marante & C. ^a	Lisboa
Luiz da Silva & C. ^a	Santarém
Ministerio das Obras Publicas	Lisboa
Museu Industrial e Commercial do Porto	Porto
Neves	Lisboa
Pedroso	Lisboa
Pires	Lisboa
Reis	Lisboa
Rocha	Porto
Santos Junior	Lisboa

	Segura & C. ^a	Lisboa
	Serra	Beja
	Viuva Ferrão & C. ^a	Lisboa
	Viuva S. Thiago da Silva & C. ^a	Lisboa

3 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE MARCENARIA, MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Antonio do Nascimento, Filhos	Porto
	Barreto	Funchal
	Cardia	Porto
	Commissão Organizadora da Secção Portuguesa	Lisboa
	Cooperativa dos Estofadores	Lisboa
	Coutinho	Lisboa
	Cypriano d'Oliveira e Silva, Successores	Porto
	Dias Ferreira & C. ^a	Porto
	Ferreira	Funchal
	Freitas	Funchal
	Gomes	Lisboa
	Lacerda e Mello	Lisboa
	Lemos	Lisboa
	Lino	Lisboa
	Ministerio das Obras Publicas	Lisboa
	Reis Collares & C.ta	Lisboa
	Reis & Fonseca	Lisboa
	Rothgang	Lisboa
	Silva Lima	Porto
	Venancio do Nascimento & Filhos	Lisboa
	Viuva E. Ferin	Lisboa

4 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE FAIANÇA; ARGILA E CIMENTO EM OBRA; MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Abilio Rocha & Irmãos	Aveiro
	Antonio Almeida da Costa & C. ^a	Porto
	Campos & Filhos	Aveiro
	Empreza Ceramica de Lisboa	Lisboa
	Empreza da Fabrica de vidros nas Lobatas	Lisboa
	Empreza Industrial Madeirense	Funchal
	Fabrica Ceramica do Carvalhinho	Porto
	F. H. d' Oliveira & C. ^a (Irmãos)	Lisboa
	Fabrica de Louça da Torrinha	Porto
	Ferreira	Santarém
	Freitas & C. ^a	Lisboa
	Gilman & Commandita	Lisboa
	Goarmon	Lisboa
	Goarmon & C. ^a	Lisboa
	Lino	Lisboa
	Meira	Lisboa
	Real Fabrica da Vista-Alegre	Aveiro

5 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE CALÇADO E COURO EM OBRA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Araujo	Viana do Castelo
	Augusto José da Silva & C. ^a	Porto
	Braga	Porto
	Casa de Detenção e Correção do Districto do Porto	Porto
	Contente	Lisboa
	Correaria Villela	Lisboa

	Costa	Lisboa
	Figueiredo	Porto
	Gaspar R. Cardoso & C. ^a	Porto
	Gonçalves & C. ^a	Lisboa
	Jesus	Coimbra
	Niels Hansen & F. ^o	Lisboa
	Ornellas	Funchal
	Pereira	Faro
	Pinto	Braga
	Pinto (Joaquim Moreira)	Braga
	Quintella	Porto
	Santos	Porto
	Sequeira	Faro
	Silva	Angra do Heroísmo
	Souza	Lisboa
	Victor Gomes & Pedroso	Lisboa

6 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE CHAPELARIA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Antonio Rodrigues Teixeira & C. ^a	Porto
	Silva	Porto

7 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DA INDÚSTRIA DO PAPEL E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Canha & Formigal	Lisboa
	Companhia Fabril Cavado	Porto
	Companhia do Papel do Prado	Lisboa
	Empreza da Fabrica de Papel do Caima	Porto

8 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE VIDRARIA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Companhia da Nacional e Nova Fabrica de Vidros Marinha Grande	Lisboa
	Empreza da Fabrica de Vidros nas Lobatas	Lisboa

9 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE TIPOGRAFIA, LITOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Editora	Lisboa
	Freire	Lisboa
	Lello & Irmão	Porto
	Lello	Porto
	Libanio da Silva & C ^a	Lisboa
	Lithographia de Portugal	Lisboa
	Marques e Moraes	Lisboa
	Mendonça	Lisboa
	Ministerio das Obras Publicas	Lisboa
	Sousa & Filho, Successor	Porto
	Verol & C. ^a	Lisboa
	Viuva E. Ferin	Lisboa

10 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE FOTOGRAFIA, TIMBRAGEM E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Biel & C. ^a	Porto
	Bobone	Lisboa
	Bordallo Pinheiro	Lisboa

Branco Rodrigues	Lisboa
Comissão Organizadora da Secção Portuguesa	Lisboa
Ferreira	Lisboa
Fonseca	Lisboa
Freire	Lisboa
Henriques	Porto
Magalhães	Santarém
Magalhães (Gabriella)	Santarém
Monteiro da Cunha	Porto
Pedroso	Lisboa
Photographia Silva Magalhães	Santarém
Serra Ribeiro	Lisboa

11 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DOS PRODUTOS FARMACÊUTICOS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Abreu	Viseu
Almeida & Silva	Lisboa
Balsemão	Lisboa
Brito e Cunha	Lisboa
Cardoso	Lisboa
Carvalho	Porto
Conde de Restello & C. ^a	Lisboa
Correia & Gonçalves	Lisboa
Cortez	Lisboa
Costa	Lisboa
Cruz & Sobrinho	Lisboa
Dias Amado	Lisboa
Donato	Coimbra
Ernesto dos Santos & C. ^a	Lisboa
Ferreira	Lisboa
Ferreira (João Patricio Alves)	Lisboa

Ferreira	Santarém
Ferreira & Fazenda	Lisboa
Fragoso	Lisboa
Franchini	Porto
Gandara	Leiria
Gomes	Braga
Guedes	Santarém
Guerreiro	Lisboa
Janeiro	Évora
Lemos & Filhos	Porto
Lopes	Porto
Macedo	Braga
Morgado	Braga
Nazareth & Irmão	Coimbra
Pastor & Comp. ^a	Lisboa
Peixoto & C. ^a	Lisboa
Pereira & Lane	Lisboa
Pharmacia Barral	Lisboa
Pharmacia Formosinho	Lisboa
Pharmacia Lopes	Lisboa
Pires	Lisboa
Quintella	Porto
Ramos	Aveiro
Ribeiro da Costa & C. ^a	Lisboa
Rodrigues & Ferreira	Porto
Rosa Limpo & Commandita	
Tavares	Lisboa
Teixeira	Lisboa
Torrinha	Évora
Victor do Monte	Évora
Villaça	Lisboa

12 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE PERFUMARIAS, VELAS E SABÕES E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Balsemão	Lisboa
	Companhia Portuguesa Hygiene	Lisboa
	Companhia União Fabril	Lisboa
	Falagueiro	Lisboa
	Ferreira	Lisboa
	Silva	Braga
	Tavares Filhos	Santarém

13 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE CONFEITARIAS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	A. J. Iniguez & Iniguez	Lisboa
	Alcobia	Lisboa
	Companhia Frigorifica Portuguesa	Lisboa
	Fernandes	Lisboa
	Guedes & Ennes	Lisboa
	Machado	Leiria

14 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Abrantes	Guarda
	Claro	Guarda
	Duarte	Porto
	Moreira de Sá	Porto
	Vieira	Lisboa
	Viuva de Luiz Ferreira & C. ^a	Lisboa

15 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE INDÚSTRIAS DIVERSAS E DISTritos DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Barrosa	Porto
Brito & C. ^a	Aveiro
Carneiro	Lisboa
Carvalho & Irmão	Braga
Champlon	Lisboa
Colombo	Porto
Commissão Organizadora da Secção Portuguesa	Lisboa
Companhia Portuguesa de Escovas e Pinceis	Lisboa
Costa	Braga
Costa	Porto
Costa & C. ^a - Successor de Almeida Navarro	Lisboa
Fabrica de pennas de escrever de Pedras Rubras	Porto
Faria, Cacheux & C. ^a L.da	Porto
Fernandes	Lisboa
Ferreira	Lisboa
Ferreira	Santarém
Ferreira & C. ^a - Successores de Germano ^a Ferreira	Lisboa
Ferreira da Silva & C. ^a Limitada	Porto
Firmo & Com.ta	Lisboa
Fraga & Silva	Guarda
Freire	Lisboa
Glansol	Santarém
Martins	Lisboa
Mathias & C. ^a	Porto
Ministerio das Obras Publicas	Lisboa
Moreira Lobo & C. ^a	Lisboa
Moreira & Silva	Lisboa

Museu Industrial e Commercial do Porto	Porto
Neves	Porto
Niels Hansen & F.º	Lisboa
Pedro Henriques & C.ª	Coimbra
Pereira	Lisboa
Pereira Junior	Lisboa
Quintella	Porto
Ribeiro	Lisboa
Saraiva & Irmão	Lisboa
Silva	
Silva & Figueiredo	Lisboa
Viuva de J. J. Nunes	Lisboa

SECÇÃO IV

1 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE PINTURA A ÓLEO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Almeida e Silva	Viseu
Bastos	Lisboa
Brito	Porto
Cardoso	Braga
Cardozo	Lisboa
Carneiro	Porto
Columbano Bordallo Pinheiro	Lisboa
Condessa de Alto-Mearim	Lisboa ou Porto
Correia Brandão	Lisboa
Corte Real	Faro
Costa	Porto
Costa	Lisboa
Costa (Julio)	Porto
Costa Romão	Porto
Fernandes	Lisboa

Gyrão	Lisboa
Lima	Porto
Malhõa	Lisboa
Mello	Lisboa
Mello (Thomaz de)	Lisboa
Moura	Porto
Madeira Pinto	Lisboa
Ramos	Porto
Reis	Lisboa
Ribeiro Junior	Lisboa
Roberto	Lisboa
Salgado	Lisboa
Saude	Santarém
Souza Pinto	Paris
Torquato Pinheiro	Porto
Vaz	Lisboa
Viscondessa de Sistello	Paris

2 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE ESCULTURA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Caldas	Porto
Costa	Lisboa
Costa Motta	Lisboa
Costa Motta (sobrinho)	Leiria
Duqueza de Palmella	Lisboa
Silva	Lisboa
Simões d' Almeida Junior	Lisboa
Teixeira Lopes	Porto
Vaz Junior	Coimbra

3 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE ARQUITECTURA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Couto	Lisboa
	Gomes	Lisboa
	Lino	Lisboa
	Machado	Lisboa
	Norte Junior	Lisboa
	Parente	Lisboa
	Rato	Lisboa
	Silva	Porto
	Ventura Terra	Lisboa

4 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE PASTEL E DESENHO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Malhòa	
	Taveira	Lisboa

5 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE AGUARELA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Brito	Porto
	Gameiro	Lisboa
	Guedes	Lisboa
	Gyrão	Lisboa
	Ribeiro Arhur	Viseu

SECÇÃO V

1 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE ARTES APLICADAS E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Almier	Lisboa
Alves da Silveira	Porto
Andrade	Lisboa
Associação de Caridade de Senhoras de Lisboa	Lisboa
Bordallo Pinheiro	Lisboa
Bordallo Pinheiro	Leiria
Battistini	Lisboa
Calheiros	Lisboa
Cardoso	Lisboa
Carvalho	Lisboa
Christino da Silva	Lisboa
Coffino	Lisboa
Colaço	Lisboa
Conceição Silva	Leiria
Comissão Organizadora da Secção Portuguesa de Lisboa	Lisboa
Cordeiro Bastos	Lisboa
Costa	Lisboa
Cristofanetti	Lisboa
Fabrica Ceramica do Carvalhinho	Porto
Fabrica de Louça da Torrinha, viuva de Soares Rego, Successor	Porto
Faria Soares	Braga
Freitas & Candido	Lisboa
Gomes Fernandes	Lisboa
Guimarães	Aveiro
Jenny Stark	Lisboa
José Bastos & C. ^a	Lisboa
Leitão & Irmão	Lisboa

	Maior	Lisboa
	Marques	
	Marques Successores	Porto
	Ministerio das Obras Publicas	Lisboa
	Monteiro	Porto
	Muzeu Industrial e Commercial do Porto	Porto
	Patrocinio	Lisboa
	Renascença	Lisboa
	Samarani	Lisboa

SECÇÃO VI

1 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE HIGIENE E ASSISTÊNCIA E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

	EXPOSITORES	DISTRITOS
	Assis & C. ^a	Lisboa
	Assumpção Torres & C. ^a	Lisboa
	Barboza & Irmão	Porto
	Charles Coverley & C. ^a	Porto
	Coelho	Porto
	Companhia das Aguas de Bem-Saude	Lisboa
	Companhia das Aguas Medicinas da Felgueira	Lisboa
	Companhia das Aguas das Pedras Salgadas	Porto
	Empreza das Aguas do Gerez	Braga
	Empreza da Agua das Lombadas	Lisboa
	Empreza das Aguas Mineraes de Valformoso	Lisboa
	Empreza das Aguas de Vidago	Vila Real e Lisboa
	Garcez	Aveiro
	Machado, Carreiro & Brazil	Lisboa

Mattos & Commandita	Lisboa
Pereira Junior	Lisboa
Reis	Porto
Rodrigues	Lisboa
Santos	Funchal
Santos	Porto
Silva	Lisboa
Simões	Angra do Heroísmo
Sociedade das Aguas da Curia	Aveiro
Souza	Lisboa
Sotto Maior	Lisboa

SECÇÃO VII

1 - RELAÇÃO DOS EXPOSITORES DE OBRAS CIENTÍFICAS, LITERÁRIAS, MAPAS E COLECÇÕES DE ESTUDO E DISTRITOS DE ONDE PROVINHAM

EXPOSITORES	DISTRITOS
Sua Magestade El-Rei D. Manuel II	Lisboa
Annes Baganha	Lisboa
Battaglia Ramos	Lisboa
Bibliotheca de Instrucção Profissional	Lisboa
Bordalo	Lisboa
Branco Rodrigues	Lisboa
Brito Aranha	Lisboa
Caça	Lisboa
Campos Mello	Castelo Branco
Carneiro	Lisboa
Castro	Porto
Castro Osorio	Setúbal
Comissão Organizadora da Secção Portugeza	Lisboa

Comissão do Serviço Geologico	Lisboa
Conselheiro Augusto de Castilho, Jayme Victor e Lorjó Tavares	Lisboa
Costa Oliveira	Lisboa
Cunha	Lisboa
Delgado de Carvalho	Luanda (Angola)
Diogo	Porto
Direcção Geral dos Trabalhos Geographicos e Topographicos de Portugal	Lisboa
Direcção das Oficinas do Estado	Lisboa
Doria	Porto
Empreza do Almanach «O Cu- nha»	Porto
Empreza Editora da Guia do Commercio e Industria de Portu- gal	Porto
Escola de Desenho Industrial Faria Guimarães	Porto
Ferreira da Costa	Lisboa
Fontoura da Costa e Victor Hugo de Azevedo Coutinho	Lisboa
França Amado	Coimbra
Gama	Porto
Instituto Medico Virgilio Macha- do	Lisboa
João Romano Torres & C. ^a	Lisboa
José Bastos & C. ^a	Lisboa
Lino de Carvalho	Lisboa
Livraria Ferreira	Lisboa
Loureiro	Lisboa
Machado	Lisboa
Machado (Ulysses)	Lisboa
Marquez do Funchal	Lisboa
Mascaró	Lisboa
Mauperrin Santos	Lisboa

Mendonça e Costa	Lisboa
Mercado Central de Productos Agrícolas	Lisboa
Mesquita	Lisboa
Ministerio das Obras Publicas	Lisboa
Moraes	Porto
Motta d'Almeida	Lisboa
Neuparth & Carneiro	Lisboa
O Commercio do Porto	Porto
Parceria Antonio Maria Pereira	Lisboa
Pereira	Lisboa
Pereira (Joaquim Gonçalves)	Lisboa
Queiroz	Lisboa
Ramos da Costa	Lisboa
Real Associação Central da Agri- cultura Portugueza	Lisboa
Ribeiro do Couto	Lisboa
Ribeiro	Castelo Branco
Santos & Vieira	Lisboa
Silva	Lisboa
Silva (Manuel José da)	Lisboa
Sociedade dos Architectos Portu- guezes	Lisboa
Teixeira & C.ta	Lisboa
Typographia Universal	Lisboa
União Velocipedica Portugueza	
Veiga	Braga
Worm & Rosa	Lisboa

ANEXO 2

COMENTÁRIOS DA IMPRENSA ACERCA DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DOS PRODUTOS PORTUGUESES E DOS SEUS PAVILHÕES

No dia 1 de Setembro de 1908, o Presidente da República, Afonso Pena inaugurou o nosso pavilhão manuelino, acompanhado de ministros, autoridades civis e militares, do conde de Selir, nosso ministro plenipotenciário no Rio (cargo em que substituiu Camelo Lampreia, exonerado por ser conotado com a ditadura franquista) e dos oficiais do cruzador português «D. Amélia», cuja guarnição prestou as devidas honras.

Referia o «Diário de Notícias»¹ que mais de vinte mil pessoas cercavam o pavilhão.

Depois da inauguração foi preciso intervir a força pública para evitar conflitos, pois a massa popular queria de um só jacto invadir o pavilhão, que até à meia noite estava literalmente cheio de visitantes, notadamente portugueses.

O «Jornal do Comércio» do Rio de Janeiro, tece os mais rasgados elogios à representação portuguesa. Efectivamente, acha que Portugal deve orgulhar-se de si próprio, por bastar-se a si próprio, graças ao trabalho de todos os portugueses. *«Foi com effeito, essa a impressão que trouxemos da visita que gentilmente nos concedeu a delegação portugueza, hontem antes de oficialmente inaugurado o Pavilhão cujo estylo recorda as mais immoredouras glorias lusitanas, n'uma reconstituição architectónica que muita honra faz também ao architecto nacional auctor d'aquele trabalho.»*

A delegação portugueza esforçou-se porque a decoração interna dos espaços reservados á installação dos seus productos estivesse á altura do alojamento que, com disvelo fraternal, aqui lhes foi preparado. Os monstruarios foram dispostos nos vastos salões do palacete com muita arte e elegancia sendo palpavel o esforço de cada expositor – e são milhares – para que o conjuncto da exposição impressione não só pelo valor material dos productos apresentados como tambem pela sua harmonica disposição ao longo dos quatro vastos salões parallellos que constituem o Pavilhão Mamelino.

¹ «Exposição do Rio de Janeiro. A inauguração do pavilhão portuguez», in *Diario de Noticias*, 16 de Setembro de 1908, p.1.

Vê-se que a delegação procurou dar ao arranjo dos productos, á decoraçãõ em seu conjuncto, um cunho accentuadamente portuguez. Os principaes motivos decorativos, foram os decoradores encontra-los nos proprios costumes populares portuguezes. De espaço a espaço, reunindo, ornamentando, dividindo as varias colecções de amostras submettidas á apreciaçãõ do publico, o que apparece não são alfaias de luxo, nem de elevado preço; o que por toda a parte se vê, são os lenços de Alcobaca, os chapéus ovarinos, os capachos do Algarve, os barretes saloios, os cobrejões do Alemtejo, – tudo agrupado n'uma entoaçãõ profundamente harmonica. Aqui e ali, offerecem motivos centraes a essa decoraçãõ os grandes manequins de tamanho natural, reproduzindo em sua immensa variedade os trajes populares masculinos e femininos da gente d'esse collar de provincias que do Minho ao Algarve fórma esse recanto admiravel da Europa, tão orgulhoso das suas tradições do passado, como o pôde tambem ser das suas actuaes iniciativas no campo fecundo da industria e do trabalho.

Tudo quanto Portugal fabrica de melhor, tudo quanto de melhor offerece o seu solo fecundo, ali está exposto, mostrando como as nações revivem e se revigoram pelo trabalho, apontando o exemplo de um povo que pequeno embora, pelo seu esforço occorre de sobra às mais intensas necessidades da sua vida material.

E este aspecto da intelligencia e do trabalho portuguez, associado a essa outra demonstraçãõ tão eloquente e vigorosa, encerrada entre as quatro paredes do annexo portuguez, faz-nos, sem duvida, orgulhosos de ter vindo de um paiz cujos filhos, quer na esphera do progresso material, quer no dominio intellectual e artistico pelejam, por que o nome de sua nação possa figurar ao lado d'aquelles que em eras antigas para lançarem o marco inicial da sua prosperidade presente, tiveram de ir buscar o exemplo n'aquella terra pequena, tão grande pela rota que soube apontar ao mundo e que pelo seu trabalho e seu exemplo poude fazel-o mais adiantado e mais vasto.

Digamos, porém, agora o que n'um relance de olhos aos 4 salões pudemos ver no Pavilhão Manuelino.

Á entrada do edificio, transposta a porta principal, destaca-se uma estátua do «Mercurio», trabalho em gesso de Teixeira Lopes. Pelas paredes estão dispostas pinturas de Vaz com vistas do Porto, Lisboa, Setubal. Olhão e Espinho.

Na ala esquerda do pavimento terreo do edificio está representada a industria Vinicola. N'essa secção as installações são fora do commum e muito cuidadas.

A firma Constantino de Almeida & C.^a está representada com um grande tonel, em torno do qual se veem garrafas com amostras de diversos vinhos.

A conhecida casa Adriano Ramos Pinto tem os seus productos n'um bello mostruario.

Em um barco á vela, dos que são usados no Douro para o serviço de transporte expõe os seus productos a Companhia Agricola e Commercial dos vinhos do Porto.

N'uma armação de fantasia em verde e ouro a Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal faz figurar garrafas dos seus vinhos e miniaturas das caixas dos mesmos exportadores.

Um dos mostruarios mais interessantes é o da casa A. Calem & Filho, que expõe os seus productos em uma gruta toda iluminada a electricidade. Ao centro, rodeada de garrafas dos seus conhecidos vinhos, ergue-se uma estatua symbolizando a «Vittoria».

Ha ainda a destacar os mostradores da casa Andressen, J. M. da Fonseca & C.^a, casa Sandemann, A. Pinto dos Santos Junior & C.^a, A. Belfort, viuva Gomes.

Na secção vinicola vem-se ao lado das vitrines manequins vestidos pelos costumes populares portuguezes. Pelas paredes erguem-se escudos com as bandeiras de Portugal e do Brasil entrelaçadas.

Figuram na ala direita do pavimento terreo: a industria corticeira, representada pelos srs. O. Herold & C.^a, F. Franco, Fernando Moreau, Percy Ellis e Clemente Menezes, que apresenta um arco feito com troncos de cortiça, mostrando a maneira porque é a mesma extrahida.

Em um custoso e bello hexagono todo nikelado a fabrica de Azeite Prista, dos srs. Bernardino Prista & C.^a, expõe amostras do seu producto magnificamente acondicionado e bem assim fotografias do estabelecimento em Tomar.

Destacam-se ainda nesta secção as drogas de Ribeiro da Costa & C.^a, productos alimenticios da Nova Companhia Nacional de Moagem, bolachas de Eduardo Costa & C.^a e João de Brito, aguas mineraes de Monte Banzão, S. Vicente, Lombadas e o apreciado vinho Pedra Torta, que é bastante procurado no nosso mercado.

Subindo ao pavimento superior o aspecto é magnifico. Um fremito de entusiasmo perpassa pelo corpo do visitante ao ver aqueles bellos luxuosos mostruarios. Muita cousa ali se vê e que aqui consumimos sem saber que nos vem de Portugal. Os objectos de aluminio da Fabrica Alumina, os bilhares «Progredior», os ricos mveis de António Nascimento & Filhos,

os tecidos da Companhia Oriental de Fiação e Tecidos, os damascos para paramentos de igreja do sr. José Joaquim de Oliveira Braga e os productos da Companhia Fabril Lisbonense, da firma J.J. de Almeida, Companhia Rio Ave e A. C. da Cunha Moraes.

As roupas de linho da Fábrica Confiança e os tecidos de malha do sr. Domingos Fernandes & C.^a são muito apreciáveis.

Os srs. Ramiro Leão e C.^a exhibem em tres grandes mostruarios, ricos vestidos e roupas finas para homens e senhoras.

Em pelles de conforto figuram no pavilhão os artigos enviados pelo sr. Manuel Joaquim da Costa.

Occupam uma bella e custosa vitrina e os artigos admiráveis do Pitta Camiseiro, de Pereira da Costa & C.^a e da loja da America.

Dos alfaiates fazem-se representar com bellissimos e bem acabados ternos os srs. José da Fonseca & Filhos, Augusto Vieira, Lopes & Teixeira e J. Nunes Correia & C.^a

A Companhia Lisbonense de Estamparia de tecidos occupa uma secção importante.

São tambem dignos de nota os tecidos de seda de F. J. Nogueira Filho & C.^a o papel da Companhia de Papel do Prado, os trabalhos de serralharia e galvanismo da viuva Thiago da Silva & C.^a, os chapéus de Antonio Rodrigues Teixeira, o calçado de Manuel de Almeida Figueiredo, José Silva & C.^a, Francisco Joaquim Contente e Victor Gomes & Pearoso; conservas de Brandão Gomes & C.^a que occupam uma importante secção, trabalhos de cutileiro de Guimarães e delicados instrumentos scientificos e de precisão.

Os trabalhos photographicos de Arnaldo Fonseca e das photographias Biel e Bobone são importantes não só no que toca a retratos como tambem em lindas paisagens.

Os bordados da Madeira e as rendas de D. Maria Bordallo Pinheiro, bem como os trabalhos manuaes das senhoras Lisbonenses estão muito bem representados.

Uma das secções que prende o visitante é a que toca á ceramica. Ha ali trabalhos finos e perfeitos. As louças das Caldas, Carvalheiro Sacavem, faianças de Bordallo Pinheiro, porcellanas da Vista Alegre e productos da Fabrica da Fonte Nova, de Aveiro, que imitam as louças chinezas. As fabricas de vidro da Marinha Grande e de garrafas da Amora, estão representadas condignamente.

São de grande efeito os cartazes de annuncio pintados em azulejo pelo artista portuguez sr. Carlos Gomes Fernandes.

Ha ainda barcos de regatas e lindas carruagens.

Um trabalho delicado e feito com grande paciencia e arte é o que apresenta o sr. Guilherme José do Patrocínio. E' o nosso «Hino Nacional» feito em madeira, por meio de serra mechanica, destacando-se as notas, pausas e outras minudencias observadas nas partes impressas.

Emfim no Pavilhão Manuelino existem bellezas que só poderão ser admiradas durante muitos dias tal a profusão com que a industria portugueza está representada.»²

«O annexo ao pavilhão portuguez, que exteriormente pela sua acanhada e pouco artistica construcção, foi bastante criticada por grande parte dos nossos compatriotas, está interiormente decorado de forma, que após a entrada, a vista se deslumbra e mais não sabe, se de facto, se está dentro do casinhoto que se tinha visto da parte de fora, se no sitio de maior encantamento da alma portugueza, que ali dentro se destaca, nos traços maravilhosos que soube imprimir-lhe Jorge Colaço, com todos os trabalhos que o seu genio artistico ali poz á prova e á admiração dos visitantes da grandiosa exposição.»³

Em 5 de Outubro, o Diário de Notícias reporta-se à arquitectura do nosso principal pavilhão, referindo que o pavilhão manuelino é um dos palácios mais belos da exposição, transcrevendo do «Jornal da Exposição»:

«O Pavilhão Manuelino tem em planta a forma retangular e mede 77 metros de extensão por 20 de largura.

Tem 2 pavimentos e apresenta em cada um d'elles uma galeria aberta em toda a extensão, com a largura de tres metros e meio.

Para essas galerias dão quatro grandes salas de 33 metros de comprido por 14 de largo. No centro do edificio fica a escada que dá accesso ao andar superior, saindo em um vestibulo collocado entre as duas salas. A fachada principal mede, como dissemos, 77 metros e divide-se em tres corpos. O central que tem 20 metros de largura e 15 metros de alto, do nível do chão ao alto do coroamento é flanqueado por dois pares de nervuras que se elevam a 19 metros, até o alto dos pinaculos que as coroam e se erigem sobre o entablamento.

Entre essas nervuras ficam as estatuas de D. João VI e do Visconde de Cayrú – o regente do reino e o seu ministro, que abriram ao commercio mundial os portos do Brasil. Essas estatuas apoiam-se em ricas misulas supportadas por columnas e rasguardadas por

² « A Exposição do Rio de Janeiro. O pavilhão manuelino de Portugal», cit. in *Diario de Noticias*, 14 de Setembro de 1908, p.4.

³ *Idem, ibidem.*

artísticos baldaquinos, de accordo com o estylo do edificio.

No meio do corpo central um vasto portico, abrangendo a altura dos dois pavimentos do pavilhão e enquadrado em motivos architectonicos de puro manuelino, é encimado pela esphera armilar do antigo reino, do qual nasce o mastro onde está hasteada a bandeira portuguesa.

Os ornamentos que constituem o coroamento desse corpo são de bellissimo effeito e compostos todos sobre motivos existentes nos mais reputados monumentos manuelinos.

A meio do vão principal, sobre a entrada nobre, destacam-se as armas portuguezas, que são o centro de toda a ornamentação.

Dois vãos lateraes em cada pavimento, ladeando esse vão central, repetem, com pequenas modificações que mais os enriquecem, os mesmos motivos dos outros vãos dos corpos lateraes. Isto quanto ao corpo central.

Nos corpos lateraes abrem-se, no andar inferior, sete arcos de dois metros e meio de vão sobre quatro de arco; cada uma dessas aberturas é ornada de dois pares de columnas supportando duas voltas, decoradas de lobos, accentuadas pelos respectivos ornatos. Os tympanos, entre esses arcos, são alternadamente occupados por bellissimas rosaceas e pelos braços dos diferentes reinados portuguezes, desde D. João II até D. Pedro V.

No andar superior desses corpos ha o mesmo numero de vãos, mas ahi cada um deles é dividido por um mainel, em que se apoiam os extremos dos dois arcos menores, que são envolvidos pelo grande arco que fecha a abertura. Sobre este arco ha uma contracurva, rematada por um florão.

Os corpos lateraes são coroados por uma bellissima platibanda, em fórmula de grega, no estylo clássico manuelino.

Ostentam ainda nos extremos duas columnas, encimadas por pinaculos, aquellas flanqueadas por nervuras estabelecidas em meio esquadro sobre o edificio e arrematadas igualmente por pinaculos, os quaes se elevam á mesma altura daqueles que coroam as nervuras que ladeam as estatuas do corpo central.

A fachada posterior do edificio é menos rica, mas nem por isso menos bella.

Tem, como a anterior, um corpo central flanqueado por duas nervuras, e guarda as mesmas aberturas do corpo correspondente da fachada principal. Os corpos lateraes têm, respectivamente, dez aberturas com cinco metros de vão em cada pavimento.

No andar terreo estas aberturas são janelões de forma rectangular simples, mas de bello efeito; no andar superior os vãos são ogivaes e no meio dos intervallos deixados entre elles erguem-se meias columnas, encimadas por pinaculos.

Nos extremos ha os mesmos contrafortes em meia esquadria sobre o edificio.

As fachadas que dão para o mar e para o recinto da exposição são analogas.

Ha um corpo central de doze metros de largura por quinze de elevação, com duas aberturas, uma em cada andar, envolvidas ambas em columnas que se juntam em ogiva, coroada de uma contracurva, acima da qual está a esphera armilar de D. Mamuel, o (Venturoso).

Sobre esta esphera se ergue a haste para a bandeira.

O vão do andar superior é dividido ao meio, sendo o intervallo entre os arcos caracteristicamente manuelino, occupado pelos brazões dos fundadores da monarchia portugueza – o conde D. Henrique e o rei D. Affonso Henriques.

Entre esses brazões fica o escudo actual do reino de Portugal.

Os corpos lateraes são estreitos. Em ambos, no andar superior o mesmo janellão rectangular da fachada posterior.

No andar inferior há, em um dos topos do pavilhão, o mesmo janellão classico, e no outro, no que está de face para o recinto da exposição, abre-se a porta de entrada para a galeria do pavimento terreo.

Sobre o vão central do andar inferior, na fachada nobre, fica a inscripção - «o Brazil a Portugal».

O pavilhão Manuelino foi mandado construir pelo governo brasileiro, para n'elle ser installada a exposição portugueza, para a qual foi aberta no certamen nacional uma excepção facil de se comprehender, dados o facto histórico que se comemorava e o liame que prende as duas nacionalidades, e volvida uma da outra.

A gentileza da República teve ainda a tornál-a mais opportuna a distincção que se recebia com a visita de D. Carlos, infelizmente mallograda. O pavilhão manuelino foi projectado e desenhado pelo architecto F. Izidro Monteiro.»⁴

E, foi nestes pavilhões que a maior parte dos nossos expositores foram galardoados, sendo de destacar a grande quantidade de medalhas de ouro e de prata alcançadas.

⁴ *Diario de Noticias*, 5 de Outubro de 1908, p.2.

7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (A.H.M.N.E.)

Legação Portuguesa no Rio de Janeiro: correspondência da legação para o M.N.E. (1906-1908).

II - FONTES IMPRESSAS

1 – IMPRENSA PERIÓDICA (1906-1908)

Brazil-Portugal

Diario de Noticias

Ilustração Portuguesa

O Occidente

O Seculo

2 – DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

Dicionário Cronológico de Autores portugueses, Inst. Port. do Livro e das Bibliotecas, Ed. Europa América, 1998.

Dicionário de História de Portugal, Dir. Joel Serrão, Porto, Livr. Figueirinhas, 1981.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia Limitada.

Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, 1963 a 1980.

3 – COLLEÇÃO OFFICIAL DE LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA , (1906-1907)

4 – BIBLIOGRAFIA

ABREU, Gaspar de, *Memórias Políticas*, vol. I, Braga, Oficinas Gráficas da Livr. Cruz, 1960.

ACCARDO, Alain, CORCUFF, Philippe, *La Sociologie de Bourdieu: Textes choisis et commentés*, 2ª ed., Bordeaux, Le Mascaret, 1989.

ACCIAIUOLLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo, 1934 – 1940*, Livros Horizonte, 1998.

AGUIAR, Armando de, *Portugueses do Brasil*, Lisboa, Tip. Da Emp. Nac. de Publicidade, 1945.

AGUIAR, Manuel Pinto de, *A Abertura dos Portos*, Salvador, Livr. Progresso, 1960.

ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, António José, «O valor dos Símbolos», in *Alma Nacional*, I Série, n.º5, 10 de Março de 1910, pp.76-79.

ALMEIDA, Cristina Ferreira de, *Barcelona 1929*, Lisboa, Expo'98, 1995.

ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráf. Reunidos, Lda., 1994.

AMARO, António Rafael, «Ensino da História: que conhecimento e que memória(s)?», in *Revista da História das Ideias*, Vol. XI, 1989, pp.641-680.

AMEAL, João, *Panorama do Nacionalismo Português*, Edição de José Fernandes Júnior, Lisboa, 1932.

ANDRADE, Anselmo de, *Portugal Económico*, Lisboa, Manuel Gomes, Editor, 1902.

ARAÚJO, Alberto Velloso d', *A Exposição Internacional de Milão e o Simplon*, Santo Tirso, Typ. Thyrsense, 1908.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, «O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815-1822», in *Revista da História das Ideias*, vol. XIV, 1992, pp.233-261.

ARCOS, Joaquim Paço d', *Memórias da minha Vida e do meu Tempo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1973.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico, Esboços de História*, Lisboa, Livr. Clássica Editora, 4ª ed., 1978.

BAPTISTA, Henrique, *Monarchia e Republica: carta ao Snr. Dr. Bernardino Machado*, Porto, Livr. Portuense, 1909.

BAPTISTA, Trindade, *Feixe de Saudades: Preito à Memória d'el – rei D. Carlos I - Fragmentos Históricos, Biográficos e Desportivos*, Livr. J. Rodrigues & C.ª, Editora, Lisboa, 1933.

BARBOSA, A. Miranda, *D. Carlos – Rei na Perspectiva da História*, Coimbra, Of. da Coimbra Editora, Lda., 1965.

BARBOSA, Francisco de Assis, *O Brasil de D. João VI*, Lisboa, 1986.

BARBOSA, José, *As Relações Luso-Brasileiras*, Lisboa, 1909.

BELLO, Dr. Wenceslau, *2º Congresso Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro*, Typ. do Jornal do Commercio, 1908.

BERNARDINO, Teresa, *O Sentimento Patriótico em Portugal: Contribuição para o seu Estudo*, Lisboa, Of. Gráf. Rádio, 1983.

BOTELHO, Afonso, *O Poder Real*, Braga, Tilgráfica, 1990.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Trad. de Fernando Tomaz, Lisboa, Editorial Lda., 1989.

BRAGA, Marques, «A obra de Teófilo Braga e as tradições portuguesas», in *Miscelânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Livr. Internacional, 1880.

BRAGA, Teófilo, *Os Centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

BRAGA, Teófilo, *Systema de Sociologia*, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1884.

BRAGA, Teófilo, *Soluções Positivas da Política Portuguesa: do advento evolutivo das ideias*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879.

BRAZÃO, Eduardo, *História Diplomática de Portugal (1640-1815)*, vol. I, Lisboa, Livr. Rodrigues, 1932.

BRUNO, Sampaio, *O Brazil Mental*, Porto, Livr. Chardron, 1899.

BURKE, Peter, *Sociologia e História*, 2ª ed., Porto, Afrontamento, 1990.

CABRAL, António, *O agonizar da Monarquia*, Lisboa, Livr. Popular Francisco Franco, 1931.

CABRAL, António, *Os Culpados da Queda da Monarquia*, Lisboa, Tip. Silvas, 1946.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do séc. XX: forças sociais, poder político e renascimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do jogo / História, 1979.

CAPELO, Rui Grilo (et al.), *História de Portugal em datas*, Mem Martins, Temas e Debates, 1996.

CARDOSO, Miranda, *O último rei*, Lisboa, 1960.

CARLOS I, Rei de Portugal, *Cartas d'el rei D. Carlos a João Franco Castello-Branco seu Ultimo Presidente do Conselho*, 6ª ed, Lisboa, Livr. Aillaud e Bertrand,, 1924.

CARNEIRO, José Pinto, *Brasil e Portugal: discursos proferidos no Brasil, na qualidade de orador oficial da Embaixada Académica da Universidade de Coimbra na sua viagem a terras de Santa Cruz*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955.

CARVALHO, A. Luciano, *Portugal na Exposição Universal de Chicago. Catalogo Descritivo da colecção de Albuns, Memórias e Desenhos Expostos*, Lisboa, Imprensa nacional, 1896.

CARVALHO, Amorim de, *O Positivismo Metafísico de Sampaio Bruno: as Influências de Comte e Hartmann. Crítica e Reflexões Filosóficas*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1960.

CARVALHO, Joaquim de, *Compleição do Patriotismo Português: discurso proferido no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, Coimbra, Atlântida, 1953.

«Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença», in *Estudos de Castelo Branco*, 7º vol., 1963, pp. 5-58.

CASTILHO, Augusto, VICTOR, Jayme, TAVARES, Lorjó, *Grande Album Artistico Litterario e Anunciador da empresa da revista Brasil – Portugal*, Lisboa, Typ. de «A Editora», 1908.

CASTRO, Augusto de, *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*, Lisboa, ed. da Imprensa Nacional de Publicidade, 1940.

CASTRO, Luís Vieira, *D. Carlos I*, Lisboa, Império, 1936.

Catalogo Official da Secção Portuguesa, Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908, org. de B. C. Cincinato da Costa, Lisboa, Tip. «A Editora», 1908.

CATROGA, Fernando, «Festa cívica, história e política», in *Vértice*, II série, n.º 28, Coimbra, pp.25-32, 1990.

CATROGA, Fernando, *Os inícios do positivismo em Portugal e o seu significado político-social*, sep. *Revista da História das Ideias*, 1, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1977.

CAVALHEIRO, António Rodrigues, *D. Carlos I e o Brasil, sep. do número extraordinário do «Diário da Manhã»*, Lisboa, Com. Nac. Editora, 1957.

CAVALHEIRO, Rodrigues, *Política e História*, Lisboa, Livr. Sam Carlos, 1960.

CHAGAS, João, *João Franco (1906- 1907)*, Lisboa, Typ. Anuário, 1907.

CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, trad. Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, 1988.

CHEVALIER, Jean e GHEENBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Trad. de Cristina Rodriguez e Artur Guerra, Teorema, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.

CHOUZAL, Bernardo, *El-rei D. Carlos I e Príncipe real D. Luis Fillipe*, Lisboa, Livr. Ferreira, Editora, 1908.

Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando: *Catálogos dos Artigos com que concorre á Exposição Nacional do Rio de Janeiro em Junho de 1908*, Porto, Typ. a vapor da Real Of. De S. José, 1908.

CONNERTON, Paul, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

COSTA, Júlio de Sousa, *O Rei D. Carlos I. Factos inéditos do seu tempo (1863-1908)*, Lisboa, Livr. Bertrand, 1943.

CRUZEIRO, Maria Manuela, «O Imaginário político do 25 de Abril», in *Revista da História das Ideias*, vol. XVI, 1994, pp.433-476.

DERUET, Luís, *Duas Pátrias: o que foi a visita do sr. Dr. António José de Almeida ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, Sociedade Editora O Mundo, 1923.

DIAS, Carlos Malheiro, *Em redor de um grande drama*, Lisboa, 1912.

DIAS, Carlos Malheiro, *Zona de tufões*, Lisboa, Aillaud e Alves, 1912.

DIAS, Jorge, *Estudos sobre o carácter nacional português. Junta de Investigação do Ultramar*, Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1971.

DURAND, Gilbert, *A Imaginação Simbólica*, Trad. Carlos Aboim de Brito, Lisboa, Edições 70, 1995.

ELIADE, Mircea, *Imagens e símbolos*, trad. Maria Adozinda Oliveira Soares, 1ª ed., Lisboa, Arcadia, 1979.

ELIADE, Mircea, *Tratado de História das Religiões*, Trad. Fernando Tomaz, Natália Nunes, 2ª ed., Porto, Edições Asa, 1994.

ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, Imprensa Universitária, n.º57, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

Exposição Internacional em Filadélfia no anno de 1876. Relatorio da Comissão Centenaria, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1874.

Exposição Internacional: apresentação do projecto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

Exposição Nacional de 1908, Premios concedidos pelo Jury Superior da Exposição Nacional. Julgamento da secção portugueza, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909.

Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, secção portugueza, Catalogo dos objectos expostos por S. M. el – rei D. Manuel II relativos á obra scientifica de S. M. el – rei D. Carlos I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Exposição Nacional do Rio de Janeiro, secção portugueza, Direcção das Officinas do Estado, Officina de Instrumentos de Precisão em Lisboa. Catalogo Illustrado dos objectos expostos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Exposição Nacional do Rio de Janeiro, Secção Portuguesa, Notas sobre Portugal, dir. Antonio Teixeira Judice, Antonio Arroyo, 2 vols., Lisboa, Imp. Nacional, 1908-1909.

Exposição Universal de 1867 em Paris, Lisboa, Imp. Nacional, 1865.

FERREIRA, Tito Lívio, *Portugal no Brasil e no Mundo*, Livr. Nobel S. A. Editora, Distribuidora, 1984.

FERRO, António, *Panorama dos Centenários (1140 – 1640 – 1940)*, Lisboa, Edições SNI, 1949.

FIGUEIREDO, Fidelino de, *Um Século de Relações Luso-Brasileiras, 1825-1925*, sep. da *Revista de História*, vol. XIV, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, Lda., 1925.

FIGUEIREDO, José, *Portugal na Exposição de Paris*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1901.

FRANCO, João, *Cartas d'el-rei D. Carlos I*, Lisboa, 1924.

FREITAS, Rodrigues de, e MOUTINHO, Joaquim Ferreira, *O Cambio do Brazil – colecção de artigos publicados no Commercio do Porto*, Porto, Typ. Do Commercio do Porto, 1886.

FRENTESS, James, e WICKHAM Chris, Trad. Telma Costa, *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994.

FUSCHINI, Augusto, *O presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, 1899.

GALOPIN, Marcel, *As Exposições Internacionais e o BIE*, trad. Ana Maria Chaves, Lisboa, Parque Expo' 98, S. A., 1997.

GAMA, Luís Filipe Marques, *El-rei Dom Carlos: memória viva*, Lisboa, Inapa, 1991.

GARRIDO, S. de Sampaio, *Emigração Portuguesa*, S. Paulo, Pap. Júlio da Costa, 1920.

GODINHO, V. Magalhães, *Comemorações e História (A Descoberta da Guiné)*: cadernos da Seara Nova, Lisboa, Tip. Gráf. Lisbonense, 1947.

GONÇALVES, Eduardo Correia, *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada à F.L.U.P., Porto, 1995.

GUERREIRO, António, *Paris 1900*, Lisboa, Expo' 98, 1995.

HALBWACHS, Maurice, *On collective memory*, The University of Chicago Press, Chicago and London, 1992.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, Tomo IV, 2ªed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989.

HOMEM, Amadeu de Carvalho, «Do «Iluminismo» ao Positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua Obra», in *Revista de História das Ideias*, vol. III, 1981, pp.37-76.

HOMEM, Amadeu José de Carvalho, «Algumas notas sobre o positivismo religioso e social», in *Revista da História das Ideias*, vol. IX, 1987, pp.667-673.

JOÃO, Maria Isabel. «A festa cívica. O tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)», in *Revista de História Económica e Social*, 1987, pp.87-111.

JOÃO, Maria Isabel, «Breve abordagem das comemorações», in *O Estudo da História*, II Série, n.º 12-13-14-15, 1990-93, pp.247-257.

LARA, António de Sousa, *A Heráldica política e a Sociologia da Informação*, separata da revista *Armas e Troféus*, n.º3, 1975. Órgão do Instituto Português de Heráldica, Braga, Oficinas Gráficas da Livr. Cruz, 1975.

LARA, Sousa, *Classes sociais e poder político: da teoria ao exemplo português*, Cascais, Tip. Cardim, 1979.

LE GOFF, Jacques, «Memória», in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.11-50, 1984.

LEAL, Ernesto Saturnino Mesquita Castro, *António Ferro e o nacionalismo: imaginário, ideologia, organização (1919-1926)*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea na F.L.U.L., Lisboa, 1988.

LEITÃO, Nicolau Andresen, *Londres 1851*, Lisboa, Expo'98, 1994.

LIMA, Oliveira, D. *João VI no Brasil: 1808-1821*, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comercio de Rodrigues & C^a, 1908.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *Portugueses en Brasil en el siglo XX*, Madrid, Editorial Mapfre, 1994.

LOURENÇO, Eduardo, *Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1989.

LOURENÇO, EDUARDO, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4^a ed., Lisboa, Imp. Nac. – Casa da Moeda, 1994.

MAGALHÃES, José Calvet, *Breve História Diplomática de Portugal*, 2^a ed., Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1991.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia da História da 1^a República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 1^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

- MARTINS, Francisco Assis de Oliveira, *D. Carlos I e os Vencidos da Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.
- MARTINS, Francisco Rocha, *D. Carlos. História do seu Reinado*, Of. do ABC, 1926.
- MARTINS, Francisco Rocha, *João Franco e o seu Tempo*, Lisboa, 1925.
- MARTINS, J. P. Oliveira de, *Fomento Rural e Emigração*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1994.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956.
- MARTINS, J. P. Oliveira, *Política e História, 1868-1878*. 2 vols., Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1957.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional: a história no curso dos liceus (1895-1939)*, 1ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MATOS, Sérgio Campos, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1995.
- MATTOS, José Rodrigues, *Interesses Portugueses*, Rio de Janeiro, Tip. Preserverança, 1868.
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, 1ª ed., vol. VI, Círculo de Leitores Lda. e Autores, 1994.
- MÓNICA, Maria Filomena, *A Queda da Monarquia: Portugal na viragem do século*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1987.
- MÓNICA, Maria Filomena, «Capitalistas e Industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, n.º99, 1987, pp.815-863.

MONSARÁS, Alberto, *A Verdade Monárquica*, Lisboa, Restauração, 1958.

MONSARÁS, Alberto, *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Tip. Do Anuário Comercial, 1916.

MONTEIRO, Mário, *Bilac e Portugal*, Lisboa, Agência Editorial Brasileira, 1936.

MONTEIRO, Paulo Filipe, *O eterno mito do retorno*, Oeiras, Celta Editora, 1994.

MOREIRA, Adriano, *Emigração Portuguesa*. Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, vol. VII, n.º 3, 1969, pp. 621-638, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1969.

NEVES, João Alves das, *As Relações Literárias de Portugal com o Brasil*, 1ªed., Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

NORA, Pierre, «Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux», in *Les Lieux de la Mémoire. I. La République*, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVII-XLII.

NORTON, Luiz, *A corte de Portugal no Brasil: notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina*, 2ªed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960.

O «Centenário da Índia»[1898] e a memória da viagem de Vasco da Gama, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

OLIVEIRA, Rosa Maria Neves, *Paris, 1937*, Lisboa, Expo'98, 1996.

ORTIGÃO, Ramalho, *Rei D. Carlos, o Martyrizado*, Lisboa, Typ. A Editora, 1908.

PARQUE EXPO' 98, *Boletim de Informação*.

PARQUE EXPO'98, *Expo'98, Informações Gerais*, Lisboa, 1995.

PARQUE EXPO'98, *Regulamento geral e contrato de participação*, Expo' 98, Lisboa, 1995.

PARQUE EXPO'98, *Vem a zambullirte en el futuro*, Expo'98, Lisboa, 1995.

- PASCOAES, Teixeira de, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Renascença, 1912.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- PEREIRA, Miriam Halpern, (et al.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na 2ª metade do Séc. XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.
- PERES, Damião, *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, Lda., 1935.
- PIMENTA, Alfredo, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- PINA, Mariano, *Portugal e Brazil*, 1ª ed., Lisboa, 1896.
- Positivismo e Humanismo*, Curitiba, Centro Positivista do Paraná, 1993.
- PROENÇA, Maria Cândida, MANIQUE, António Pedro, «Da reconciliação à queda da monarquia», in *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*, dir. António Reis, vol. II, Lisboa, publicações Alfa S. A., 1989.
- QUIVY, Raymond, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva, 1992.
- REGO, António da Silva, *Relações luso-brasileiras (1822-1853)*, Lisboa, Panorama, 1966.
- REIS, Patrícia, *Paris 1889*, Lisboa, Expo' 98, 1994.
- Relatorios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no palacio de Crystal Portuense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- RIBEIRO, Álvaro, *Os positivistas: subsídios para a História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Tip. Rádio Renascença, 1951.

RIBEIRO, Eduardo Jorge, *A Memória e o Futuro: a escrita de F. Scott Fitzgerald e a América dos anos trinta*, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, Vol. IV, 2ª série, 1987, pp.151-172.

RIBEIRO, M. J., *Exposição Universal de Londres, programa da secção da industria Agrícola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, «O centenário henriquino: imagens e ideologia», in *Revista de História das Ideias*, vol.XV, 1993, pp.331-378.

RODRIGUES, José Honorio, *Brasil, África: outro horizonte*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

ROQUE, João Lourenço, «Ecos do 1ºcentenário da Revolução Francesa na imprensa regional de Coimbra», in *Revista da História das Ideias*, Vol. X, 1988, pp.543-560.

RUSSEL, Bertrand, *O Poder – uma nova análise social*, trad. Isabel Belchior, 2ª ed., Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.

SALAZAR, António de Oliveira, *O Ágio do Ouro: sua natureza e suas causas: 1891–1915*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses económicos luso-brasileiros*, 1ª ed., Lisboa, Livr. J. Reis & Silvas, 1927.

SAMPAIO, Garrido, *Portugueses na America do Sul: três frades lusitanos no vice-reinado do Perú*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Um discurso sobre as Ciências*, 7ª ed., Porto, Edições Afrontamento, 1995.

SERRÃO, Joel, *Da «Regeneração à República»*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

SILVA, A. Baldaque da, *Restauração do Poder Marítimo de Portugal*, Lisboa, Livr. Antonio Maria Pereira, 1894.

SILVA, Cesar, *A Derrocada de um Trono*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, 1922.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*, Editorial Nórdica Lda., 1992.

SILVEIRA, Pedro da, *Os Últimos Luso-Brasileiros: sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do realismo à dissolução do simbolismo*, Lisboa, Bib. Nacional, 1981.

SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração Portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

SIMÕES, Nuno, *Portugueses no Mundo: esboço para um estudo e notas de uma campanha*, V. N. de Famalicão, Tip. Minerva, 1940.

SOUSA, Alves de, «Portugal na Exposição do Brazil», in *Correio de Portugal*, numero único, Porto, 1908.

TELES, António Carlos Moreira, *O Brazil e a emigração*, Lisboa, Ventura Abrantes, 1910.

TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livr. Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História de Portugal, séculos XIX - XX*, 2 vols., Temas e Debates, 1998.

Tratados e Actos Internacionais Brasil - Portugal, 1835, Lisboa, Serv. de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, 1962.

VALENTE, Vasco Pulido, *As duas Tácticas da Monarquia (1908-1910)*, separata da revista *O Tempo e o Modo*, Lisboa, 1967.

VIEIRA, Nelson H., *Brasil e Portugal: a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

VILHENA, Júlio, *Antes da República (notas autobiográficas)*, 2 vols., Coimbra, 1916.

XAVIER, Alberto, *História da greve académica de 1907*, Coimbra Editora, Lda., 1962.

ÍNDICE

1 – SIGNIFICADOS E INTENÇÕES DE UMA EXPOSIÇÃO.....	4
2 – O OBJECTO DA COMEMORAÇÃO.....	14
2.1 – A partida da corte para o Brasil.....	14
2.2 – A abertura dos portos brasileiros.....	14
2.3 – A instalação das manufacturas no Brasil.....	15
2.4 – A desagregação do Império luso-brasileiro: suas consequências para Portugal.....	16
2.4.1 – Os tratados de amizade e aliança e comércio e navegação com a Inglaterra.....	17
2.4.2 – A dissolução do regime absolutista e a Revolução Liberal de 1820.....	17
3 – RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	20
3.1 – Um discurso de aproximação.....	20
3.1.1 – Um tratado inglório.....	21
3.1.2 – A aproximação cultural.....	22
3.1.3 – A emigração: o principal elo de ligação.....	24
3.1.4 – Um incidente diplomático entre Portugal e Brasil.....	28
4 – A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NAS COMEMORAÇÕES.....	30
4.1 – As expectativas portuguesas e a proximidade da Exposição.....	32
4.2 – As influências do positivismo e a memória histórica.....	46
4.3 – Alguns preparativos e perspectivas – a legislação.....	62
4.4 – O catálogo.....	73
4.5 – O livro «Notas de Portugal».....	89
4.6 – O álbum.....	126
4.7 – A visita real e os seus significados numa época de profunda crise.....	132
5 – CONCLUSÃO.....	152
6 – ANEXOS.....	155
7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	198
ÍNDICE.....	214